
SECRETARIA DA FAZENDA DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO DO PROFISCO



GOVERNO DE PERNAMBUCO

Carta UCP

Tendo por propósito apoiar a continuidade do Profisco II pela gestão que se inicia, a atual equipe de coordenação do Profisco II PE apresenta, por meio das informações contidas nesse relatório, a análise dos desafios enfrentados e resultados obtidos no período entre a assinatura do contrato e o término deste ciclo de gestão. Para o projeto, esse período reflete um pouco mais da metade do seu tempo de Execução, contratualmente acordado em 60 (sessenta) meses.

O Programa Profisco II é o terceiro (e atual) programa de modernização e aperfeiçoamento da Gestão Fiscal Subnacional. É um programa financiado com recursos de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e tem por objetivo apoiar a evolução e integração da Gestão Fiscal das Secretarias Estaduais de Fazenda/Finanças em âmbito nacional.

O Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco, intitulado carinhosamente de Profisco II PE é a terceira oportunidade de participação em um Projeto específico para o Estado de Pernambuco. O Profisco II PE começou a ser desenhado em meados da gestão antecessora, precisamente em janeiro de 2017 (03 meses após o término do Profisco I), por meio da aplicação do diagnóstico da MD-GEFIS (Modelo de Maturidade da Gestão Fiscal) e já endereçando as transformações e soluções de continuidade vislumbradas pelo Planejamento Estratégico da SEFAZ e pelo Profisco anterior.

Parte da equipe que hoje atua na Unidade de Coordenação do Profisco – UCP, participou da execução e encerramento do Profisco anterior (2010 a 2016) e parte foi incorporada e aprimorada pela gestão atual. O planejamento e coordenação técnica do Projeto têm sido executados desde 2017 pela Superintendente de Planejamento Estratégico/Gestão e Finanças, economista e servidora pública estadual, Daniella Myrian e a Coordenação Geral do Projeto em Pernambuco foi assumida, a partir de 2019, pelo atual Secretário de Coordenação Institucional da Secretaria da Fazenda, engenheiro e também servidor público estadual, Fábio Soares.

Os Programas de Modernização implementados pela e na Secretaria da Fazenda foram responsáveis por importantes transformações e evolução da Gestão Fiscal Estadual. Por meio de tais programas foram adquiridos os primeiros computadores de uso da administração fazendária, foi implantada a primeira rede de dados física e lógica e o Datacenter da Sefaz. Foram revisados e estruturados os Modelos de Ação e Cobrança Fiscal, foi substituído e desligado o antigo SIAF – Sistema de Administração Financeira, que funcionava em Mainframe, por meio do Sistema Integrado e-Fisco, que em sua atuação financeira apoia o trabalho de todas as Unidades Gestoras do Estado de Pernambuco. Ao e-Fisco, majoritariamente financiado pelo Profisco, foram introduzidos os módulos de gestão e pagamentos do ICMS pelo contribuinte estadual, com toda a estrutura de operacionalização da fiscalização e cobrança, com cruzamento e inteligência de dados.

Tamanha é a importância de tais programas de modernização para a gestão e integração fiscal subnacional, que por meio deles foram e estão sendo implantados importantes temas com alcance nacional, tais como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NF-C-e), o Sistema Estadual e o Sistema Nacional de Escrita Fiscal Eletrônica (SEF e SPED), a Rede Nacional de Simplificação de Abertura de Empresas (Redesim), o Portal Único do Comércio Exterior (COMEX), a reestruturação e simplificação do atendimento ao contribuinte e o modelo de controle fiscal das fronteiras, entre outros.

Esses temas anteriormente citados, assim como todos os objetivos e projetos de modernização fazendária, estão alinhados e perseguem as definições e metas da estratégia de gestão e crescimento da SEFAZ-PE para o cumprimento de sua missão de *Prover e gerir os recursos necessários às implementações de políticas públicas e manutenção do equilíbrio fiscal dinâmico* e fazem uso dos recursos do Profisco como grande fonte financiadora de desenvolvimento.

Por todos os resultados já obtidos e por aqueles que ainda estão avançando em suas implementações, as lideranças e patrocinadores dos projetos juntamente às equipes de consultores de Coordenação do Profisco da Sefaz e do BID, se uniram com afinco na construção deste relatório de transição que contém o registro das lições aprendidas, dos riscos e das ações objetivas de continuidade dos ritos de coordenação do Profisco II e de seus produtos até os 100 primeiros dias da nova gestão.

Este relatório tem como principal objetivo endereçar a continuidade do trabalho que vem sendo realizado no Profisco, apresentar os benefícios e resultados esperados por seus projetos, delineando e apresentando as ações planejadas e replanejadas pelas equipes de execução.

Dezenas de lideranças e equipes técnicas da SEFAZ e demais órgãos estaduais envolvidos (direta ou indiretamente) com a evolução da Gestão Fiscal de Pernambuco, estiveram envolvidas na coordenação, diagnóstico da evolução e dos Gaps de maturidade e no levantamento, atualização e consolidação das informações contempladas neste material. A todos, irrestritamente e sem qualquer possibilidade de distinção, enviamos nosso afetuoso agradecimento. À nova gestão que ora se inicia, endereçamos o nosso compromisso em apoiar as ações de manutenção do Profisco II PE, bem como amplo apoio na execução de uma boa transição para garantir a continuidade deste programa tão relevante para o Fisco do estado de Pernambuco.

Recife, 01 de dezembro de 2022.

Equipe da Unidade de Coordenação do Profisco II PE.

SECRETÁRIO DA FAZENDA

DÉCIO PADILHA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

FÁBIO SOARES

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

DANIELLA MYRIAN DE SOUSA SILVA

CLÁUDIO PEREIRA

EQUIPE DE ELABORAÇÃO E REVISÃO

ANA CECÍLIA SABINO – ASSISTENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA

CAROLINA GELENKE LIMA – GERENTE DE ESTRATÉGIA E ESTRUTURA

CLÁUDIO PEREIRA – GERENTE DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

DANIELLA MYRIAN – SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E FINANÇAS

DANIELLE CAMPELLO – SUPERINTENDENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DEAN FONSECA – ASSISTENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA

EDUARDO VICENTE – COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

FILIPE ALMEIDA BRITO – ASSISTENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA

INGE PORTO – ASSISTENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA

CONSULTORIA EXTERNA

ELOGROUP

SUMÁRIO



1

PROFISCO

- 1.1 Programas de Modernização da Gestão Fiscal de Pernambuco
- 1.2 Introdução ao Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado – PROFISCO II
- 1.3 Entidades Nacionais de Apoio Técnico

2

Análise de desempenho do PROFISCO II

- 2.1 Visão dos projetos do PROFISCO II
- 2.2 Análise desempenho dos projetos provenientes do PROFISCO II
- 2.3 Visão financeira do PROFISCO II
- 2.4 Contrapartida

3

Cenário atual do PROFISCO II – Auto aplicação MD GEFIS

- 3.1 Introdução a MD-GEFIS
- 3.2 Revisão da MD-GEFIS
- 3.3 Avanços da MD GEFIS – Comparação entre o 1º e 2º ciclo de avaliação em Pernambuco

4

Análise dos apontamentos referentes ao PROFISCO II

- 4.1 Apontamentos da Revisão de Carteira
- 4.2 Apontamentos da Missão de Transição 2022 (BID)

5**Oportunidades para o PROFISCO PE**

- 5.1 Oportunidades Identificadas a partir da auto aplicação da MD-GEFIS e do Monitoramento e Missões de Supervisão com o BID
- 5.2 Oportunidades Identificadas a partir das indicações de novos projetos e melhorias pelas coordenações Tributária e Financeira da SEFAZ-PE
- 5.3 Oportunidades Identificadas a partir da Prospecção de Projetos de Referência de outras Secretarias de Fazenda
- 5.4 Oportunidades para o PROFISCO III
- 5.5 Proposta de Novo Arranjo Institucional da UCP

6**Recomendações para os primeiros 100 dias da Nova Gestão**

- 6.1 Recomendações da Coordenação da UCP para os Projetos
- 6.2 Recomendações da Coordenação da UCP de Ações para a Nova Gestão relacionadas ao PROFISCO II

ANEXO - Carta do Pedido de Adiamento do PROFISCO II

- ANEXO I - Fichas de Projetos Detalhadas
- ANEXO II - Carta do Pedido de Adiamento do PROFISCO II

01



PROFISCO

Capítulo 01

PROFISCO



1.1 Programas de Modernização da Gestão Fiscal de Pernambuco

Pernambuco, com o objetivo de melhorar a sua gestão fiscal, tem firmado contratos de empréstimo com recursos de instituições financeiras internacionais, para execução de projetos de modernização da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PE).

O **Projeto de Modernização Fazendária (PROMOFAZ)** foi o primeiro projeto de modernização em nível nacional, assinado pelo governo de Pernambuco em 1998 e finalizado em 2006. Foram utilizados US\$ 50 milhões, sendo metade dos recursos provenientes de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o restante, de contrapartida do Tesouro Estadual. Os maiores legados deste projeto foram:

- Desenvolvimento do sistema corporativo e-Fisco;
- Revisão do Modelo de Ação Fiscal – REMAF;
- Melhoria na infraestrutura física e tecnológica;
- Capacitação dos servidores da SEFAZ-PE;
- Elaboração do 1º Planejamento Estratégico da SEFAZ-PE (no ano 2000).

Dando prosseguimento às iniciativas nacionais de modernização da gestão fiscal, a partir de 2008, uma nova linha de crédito foi desenhada para as administrações fazendárias brasileiras, o **Programa CCLIP-PROFISCO I (BR-X1005)**. Aderindo a este programa, a partir de 2010, o Estado de Pernambuco, firmou contrato de empréstimo diretamente com o BID, para execução do Projeto de Apoio à Modernização e à Transparência da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco. Seu objetivo geral foi **melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal do Estado**, visando incrementar a receita própria, aumentar a eficiência e a eficácia do controle do gasto público e prover melhores serviços ao cidadão.

O **investimento total do projeto somou US\$ 22 milhões**, sendo US\$ 15 milhões financiados por meio do empréstimo e US\$ 7 milhões de contrapartida do Tesouro Estadual. O contrato foi assinado em julho de 2010 e devido à prorrogação de prazo em 24 meses (até 12 de julho de 2016) teve duração total de seis anos. Este segundo programa de modernização da gestão fiscal em Pernambuco teve como órgão executor a própria Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PE) e contou com a colaboração de secretarias parceiras como a Secretaria de Administração (SAD), a Controladoria (SCGE) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Os indicadores da gestão fiscal do estado de Pernambuco obtidos no período entre 2010 e 2016 apresentaram grandes avanços, pode-se destacar as seguintes áreas:

- Fortalecimento do Planejamento Estratégico da SEFAZ-PE;
- Incorporação de novas tecnologias;
- Incremento da arrecadação global (ICMS, IPVA, ICD);
- Redução dos custos de digitação de Notas Fiscais (NF);
- Aumento da receita proveniente da recuperação da dívida ativa;
- Arrecadação proveniente da venda de imóveis do Estado;
- Redução do tempo médio de auditoria fiscal;
- Aumento de satisfação do cidadão e do contribuinte com os serviços prestados pela SEFAZ-PE;
- Aumento do número de serviços disponibilizados para sociedade via Web;
- Movimentação de pessoal na carreira vinculada ao cumprimento da grade curricular mínima
- Aumento da satisfação do servidor (Índice de Clima Organizacional - ICO).

Ainda no ano de 2016, ocorrendo com sucesso a finalização de alguns projetos do PROFISCO estaduais (entre eles, o de Pernambuco), o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio de convênio de cooperação entre os Estados, aprovou a criação de um novo programa com base nas

diretrizes e recomendações propostas para o próximo ciclo de modernização da gestão fiscal dos estados brasileiros. Também com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o novo programa de aperfeiçoamento das Gestões Fiscais subnacionais foi chamado de PROFISCO II (BR-X1039).

1.2 Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – PROFISCO II

Com o intuito de dar continuidade às ações de modernização, iniciadas com o PROFISCO I, o Governo do Estado de Pernambuco obteve autorização federal para a contratação do PROFISCO II – PE, o empréstimo, proveniente de linha de crédito do BID, foi concedido ao valor de US\$ 37 milhões, tendo como contrapartida Estadual o valor de US\$ 7,4 milhões, totalizando US\$ 44,4 milhões para a viabilização do projeto. Na **Tabela 1**, é possível entender os valores contratuais em dólares e seus respectivos valores iniciais previstos em reais aplicando a cotação de 3,12 reais por dólar, a qual foi utilizada no planejamento para o período de contratação.

Valores da Contratação do Profisco II

	BID	Contrapartida	Total
Dólar	US\$ 37 milhões	US\$ 7,40 milhões	US\$ 44,40 milhões
Real	R\$ 115,44 milhões	R\$ 23,08 milhões	R\$ 138,52 milhões

TABELA 1: Valores da contratação do PROFISCO II em dólar e real.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

A obtenção de um empréstimo externo estadual que tenha a garantia do Governo Federal, envolve uma série de processos e ritos de aprovação dessa operação junto ao banco financiador, que no caso deste Programa, é o BID junto ao Governo e Senado Federal. Este fluxo está demonstrado, de forma simplificada, no diagrama a seguir (**Imagem 1**).

Diagrama do Fluxo de Aprovação de Empréstimos com o BID:



IMAGEM 1: Fluxo de obtenção do empréstimo com o BID.
 Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

O PROFISCO II - PE começou a ser desenhado em 2017, com período de execução previsto para 5 anos, a partir da assinatura possuindo algumas datas (marcos do processo) relevantes, onde são destacadas as seguintes etapas:

Etapa 1 - Envio da Primeira Carta Consulta: fevereiro/2017;

Etapa 1 - Envio da Segunda Carta Consulta (aumento do projeto): outubro/2017;

Etapa 2 - Aprovação na Reunião da COFLEX: janeiro/2018;

Entre as etapas 2 e 3 - Período de Preparação Técnica junto ao BID: outubro/2017 a abril/2018;

Etapa 4 - Conclusão da Negociação junto ao BID: junho/2018;

Entre as etapas 5 e 6 - Período das análises e reanálises financeiras (STN) e Jurídicas (PGFN) do Governo Federal: Abril/2018 a Outubro/2019;

Etapa 8 - Mensagem da Presidência ao Senado: maio/2019;

Etapa 9 - Autorização do Senado por Meio de Resolução: junho/2019;

Etapa 10 - Assinatura do Contrato: setembro/2019;

Elegibilidade: novembro/2019;

Primeiro desembolso: dezembro/2019.

Ao longo de todo o ano de 2017, por meio de **3 missões de diagnóstico, identificação e análise** (fevereiro, agosto e novembro, respectivamente) a SEFAZ-PE, em conjunto com outras Secretarias e órgãos do Estado, trabalhou com o Planejamento e Desenvolvimento da Operação junto ao BID. Em fevereiro de 2017, o Estado de Pernambuco enviou à Comissão de Financiamento Externo (COFLEX) do Ministério de Planejamento a **1ª Carta Consulta para o PROFISCO II**. Visando a ampliação do valor do Empréstimo, em outubro de 2017, foi submetida uma nova Carta Consulta.

Em janeiro de 2018, o Estado de Pernambuco obteve o **aval da COFLEX** do Governo Federal, e em abril de 2018, o BID validou a Proposta de Desenvolvimento da Operação, encaminhando à SEAIN a minuta contratual. A partir da minuta, **foi feita a abertura do processo de análise junto ao Tesouro Nacional, os próximos passos, envolvem a negociação entre as partes envolvidas e os demais ritos para a assinatura e primeiro desembolso do contrato de empréstimo.**

Uma delegação da SEFAZ-PE esteve em Brasília, em junho de 2018, para negociar as minutas contratuais do PROFISCO II com o BID. Entre esta data e setembro de 2019, o projeto cumpriu todos os ritos das análises do Governo Federal e Senado e, finalmente, em **30 de setembro de 2019, foi assinado pelo Governador Paulo Câmara o contrato do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco.**

No processo de planejamento e formulação do desenho conceitual do PROFISCO II, **constatou-se que os programas anteriores de modernização destinaram foco mais específico na área de administração tributária**, promovendo, entre outras **ações importantes a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e e NFC-e).**

Já em sua segunda edição, o Programa foi pensado para apoiar: **a evolução do SPED; o aprimoramento da inteligência fiscal; da auditoria eletrônica; da fiscalização; simplificação das obrigações tributárias; melhoria da competitividade e ambiente de negócios; e principalmente no fortalecimento da administração do gasto público**, reduzindo custos e tempos de processamento. Com essa visão, a nova edição contempla inovações como:

- Rede Nacional para a Simplificação do Registro de Empresas, que integrará as administrações fiscais dos três níveis de governo e os demais órgãos de controle e fiscalização;
- Escrituração fiscal digital, no SPED, que passa a incorporar todas as informações necessárias à apuração do ICMS, permitindo a eliminação das declarações acessórias vigentes;
- Pagamento centralizado e automático dos impostos relacionados ao comércio exterior;

- Sistemas de Administração Financeira tecnologicamente mais atualizados, integrados com as diversas áreas da gestão, transformando-se em um instrumento de governança pública.

O PROFISCO II está estruturado em três componentes, apresentados a seguir juntamente com os seus respectivos objetivos:

1. **Gestão Fazendária e Transparência Fiscal:** Melhorar o desempenho da governança pública, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados; a mitigação dos riscos fiscais; o fortalecimento dos mecanismos de transparência e a melhoria da prestação de serviços.
2. **Administração Tributária e Contencioso Fiscal:** Melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias; a redução de tempos para cumprimento das obrigações tributárias; a celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa.
3. **Administração Financeira e Gasto Público:** Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento dos investimentos e no planejamento e execução das despesas de custeio, na avaliação da qualidade do gasto público, na apuração de custos e na melhoria da gestão da dívida pública e dos passivos contingentes.

Considerando que a produção e compartilhamento do conhecimento é o foco dos projetos de fortalecimento institucional, o **desenho das operações individuais enfatizou as ações de capacitação e consultoria**. De acordo com o Plano de Aquisições de cada Projeto, os **recursos serão alocados por objeto na modalidade de aquisição/contratação nas seguintes categorias:** capacitação; consultoria; bens; outros serviços que não de consultoria; e obras.

1.2.1 Arranjo institucional de Coordenação e Execução do PROFISCO

A partir da portaria Nº 166, de 15 de agosto de 2017, para subsidiar a preparação do PROFISCO II - PE, foi instituída, no âmbito da Secretaria da Fazenda, o **desenho da Unidade de Coordenação do Projeto de Apoio à Modernização e à Transparência da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - UCP - PE**. A primeira equipe de coordenação do PROFISCO II PE estava ligada diretamente à Superintendência de Planejamento Estratégico da SEFAZ-PE, hoje chamada de Superintendência de Gestão e Finanças. A partir da portaria Nº 189, de 19 de setembro de 2019, o funcionamento da UCP é deslocado para o Gabinete do Secretário da Fazenda, estando o **Secretário Executivo de Coordenação Institucional na atribuição de Coordenador Geral**.

O arranjo institucional da UCP atualmente é formado por um Coordenador Geral, um Coordenador Técnico, um Coordenador Administrativo e Financeiro, dois Assessores de Planejamento e Monitoramento e dois Assessores de Aquisições. **Todos os membros da UCP, necessários ao desempenho das atividades, são servidores em exercício na SEFAZ-PE.**

À equipe de Coordenação do PROFISCO compete, entre outras atividades:

- Planejar, coordenar, monitorar e avaliar a execução das ações e atividades definidas no âmbito do Projeto;
- Manter as autoridades da Administração Fazendária atualizados sobre o progresso das ações do Projeto;
- Representar o Mutuário nos relacionamentos institucionais necessários à adequada implantação do Projeto;
- Participar das seguintes reuniões: da coordenação e avaliação do Projeto convocadas pelo Banco; da Comissão de Gestão Fazendária (COGEF); de avaliação do Marco de Referência do Projeto; e de aplicação e avaliação da metodologia MD-GEFIS;
- Coordenar e orientar a equipe integrante da UCP, promovendo o alcance das metas previstas e garantindo a observância dos padrões e normas estabelecidos no contrato de empréstimo;

- Coordenar a elaboração dos instrumentos de monitoramento e avaliação do Projeto: Plano de Execução do Projeto - PEP; Plano Operativo Anual (POA), do Plano de Aquisições (PA), do Plano Financeiro (PF), Relatório Semestral de Progresso, Relatório de Conservação e Manutenção, Demonstrações Financeiras e outros informes específicos requeridos do Projeto;
- Supervisionar e monitorar todas as atividades referentes aos estudos e projetos para a fundamentação e preparação das ações do Projeto;
- Constituir-se em interlocutor formal nos relacionamentos técnicos e operacionais com o BID para os assuntos do Projeto;
- Acompanhar as licitações referentes a aquisições de bens e execução de obras e serviços, monitorar o processo de contratação junto aos órgãos competentes e os correspondentes contratos;
- Avaliar a proposta orçamentária do Projeto e a respectiva Programação Financeira Anual, bem como os pedidos de suplementação de dotações;
- Assinar e encaminhar as prestações de contas do Projeto;
- Solicitar a liberação de recursos financeiros junto ao BID;
- Fomentar a realização de atividades de intercâmbio entre os técnicos da UCP e dos órgãos envolvidos com outros entes de áreas afins;
- Assegurar a aplicação de novo diagnóstico do MD-GEFIS a cada três anos e ao final do projeto.

Fora da equipe que compõe a UCP, mas ainda dentro do arranjo institucional da execução do projeto, é importante citar as **lideranças do produtos**, ou seja, os **servidores internos da SEFAZ-PE** que, conforme o Regulamento Operativo do Programa (ROP) são responsáveis por:

- Ser o elo entre as áreas técnicas e a UCP na execução das atividades sob a sua responsabilidade, segundo produto e subprodutos previstos no Matriz de Resultados;
- Estabelecer o planejamento da internalização dos bens, obras, serviços e produtos técnicos diretamente vinculados à sua área;
- Elaborar os termos de referência, especificações técnicas, critérios técnicos de julgamento, orçamentos estimados, necessários para iniciar o processo de contratação dos produtos previstos no Projeto;
- Apoiar a UCP na preparação das Manifestações de Interesse, das Solicitações de Propostas – SDP, dos editais dos processos de contratação e aquisição do Projeto;
- Compor a comissão técnica para a análise das propostas das empresas ofertantes;
- Avaliar o formato e informações técnicas constantes dos relatórios de serviços e produtos apresentados pelas empresas consultoras e fornecedores, mediante entrega de parecer ao Coordenador Técnico para aceite do produto;
- Emitir o Termo de Aceite dos bens, obras, serviços e produtos técnicos recebidos para análise da coordenação técnica e aceite final dos mesmos;
- Estabelecer, em conjunto com a UCP, as diretrizes de manutenção e operação dos bens, obras, serviços e produtos técnicos recebidos;
- Fornecer, ao Assessor de Monitoramento e Avaliação, as informações necessárias para o monitoramento dos produtos e subprodutos e alcance dos resultados relacionados, insumos dos relatórios de supervisão do Projeto.

Na **Imagem 2** pode-se ver a composição institucional da UCP – PE em 2022. Neste diagrama, além da própria estrutura da UCP, destacamos a importância, para o arranjo Institucional de Execução do PROFISCO, da Superintendência Administrativa da SEFAZ-PE e suas equipes de Licitação, responsáveis pelas contratações inerentes ao projeto.

Composição da UCP na Gestão 2019-2022:

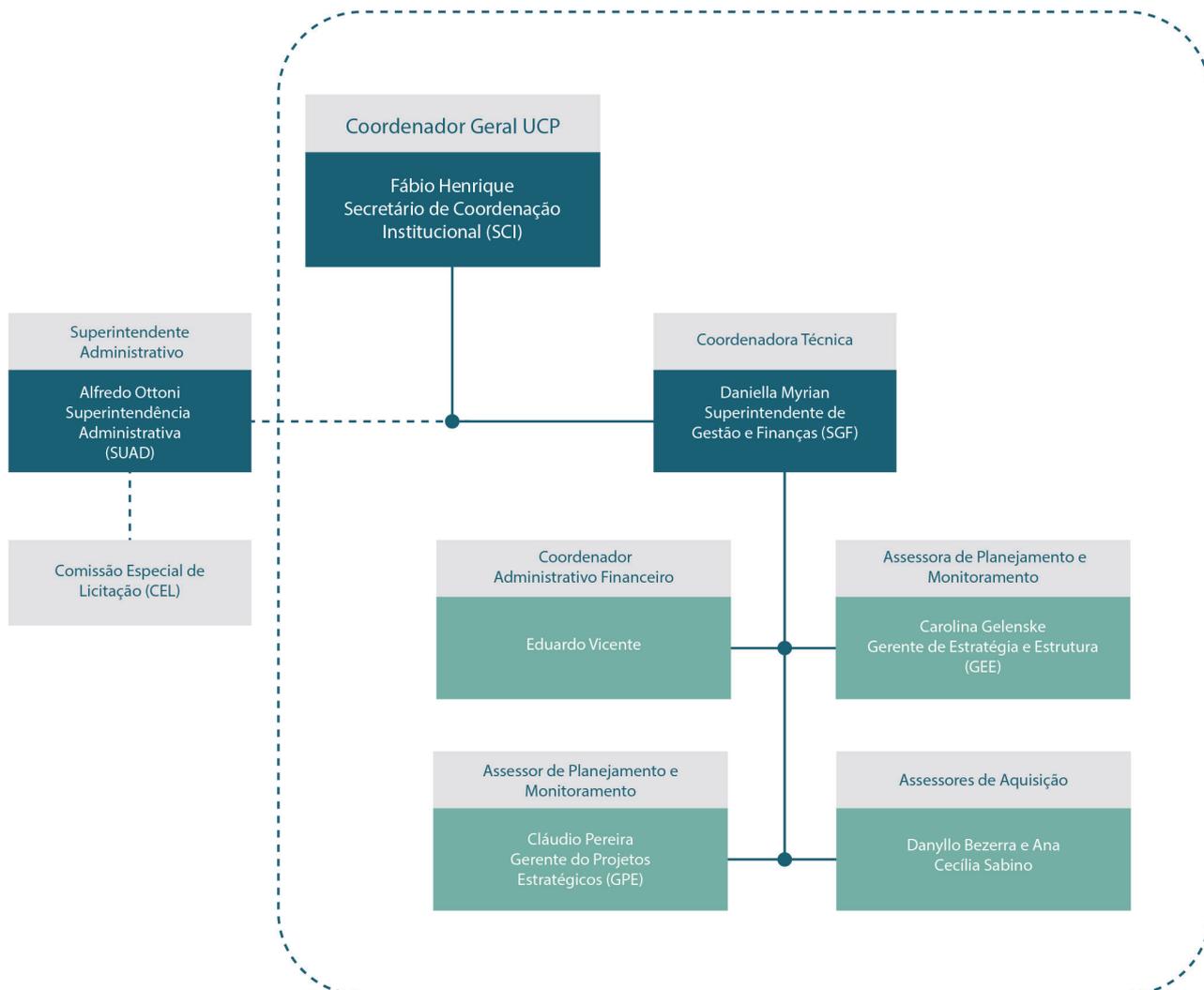


IMAGEM 2: Composição UCP Pernambuco - Gestão 2022.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

1.2.2 Ritos e Ferramentas do PROFISCO

A Secretaria de Pernambuco foi estruturada em objetivos estratégicos sob a ótica de entrega de valor para a sociedade, tendo como missão: *promover e gerir os recursos necessários à implantação das políticas públicas do Estado com vistas à manutenção do equilíbrio fiscal dinâmico, e a visão de ser um órgão apoiador do desenvolvimento socioeconômico do Estado, pautado pela responsabilidade fiscal, inovação, eficiência e foco no cidadão.*

Por meio da construção do Planejamento Estratégico e Investigação da Cadeia de Valor foi possível identificar oportunidades de transformação e aperfeiçoamento dos processos e atividades, culminando em projetos estratégicos nas áreas fins e meio.

Com a assinatura do PROFISCO, ocorreu em outubro de 2019 a Missão de Arranque, que teve por objetivo dar início à execução do Projeto. O evento contou com a participação de técnicos da SEFAZ-PE e do Estado, bem como da equipe de analistas do BID. **Os líderes de projetos apresentaram ao banco os seus produtos e a sua estratégia de implantação. A partir da Missão de Arranque, foram definidos, junto ao banco, os acordos (metas físicas e financeiras) de cada projeto para serem monitorados ao longo de toda a execução do Programa,** assim como foram feitas notas técnicas para cada produto.

Com o intuito de endossar e **fortalecer a rotina de supervisão dos projetos, o banco realiza missões de supervisão, revisões de carteira e reuniões técnicas de acompanhamento mensal com os líderes de projetos.**

As Missões de Supervisão ocorrem semestralmente e nelas são apresentados, pelos líderes, os avanços obtidos por seus projetos, a expectativa das próximas entregas, o andamento das aquisições e da execução financeira, bem como os riscos e dificuldades existentes para o atingimento das metas acordadas. Além disso, são discutidos temas específicos de interesse do banco e da equipe de gestão do projeto. **Ao final de cada missão, são registradas as recomendações do banco e os acordos necessários para garantir o bom andamento da execução de cada projeto.**

As reuniões de Revisão de Carteira acontecem também semestralmente, ou anualmente, dependendo do desempenho dos projetos, e têm o **objetivo de trabalhar especificamente sobre os problemas de execução** que interferem no avanço do Programa como um todo. **Participam da reunião as equipes gestoras do PROFISCO de cada Estado, conjuntamente com os respectivos representantes do projeto no BID, Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).** São discutidos pontos que melhorem o avanço da execução da carteira de projetos.

Para isso, as equipes de cada Estado preparam uma **Ficha do Projeto atualizada**, para avaliar a situação atual, verificar pontos de atenção e resultados esperados, e que permita à equipe do banco, ao final, e se necessário, acordar ações que possibilitem manter adequado o nível de execução do projeto.

As reuniões de acompanhamento mensal ocorrem para os projetos que estiverem precisando tratar questões específicas, sob a orientação e expertise dos analistas do BID, bem como aqueles que o banco tem interesse em acompanhar de perto os avanços obtidos, sob a ótica de aquisições de grande importância, marcos físicos e planejamento da execução financeira.

Além disso, **a equipe de gestão do PROFISCO precisa enviar ao banco um relatório de progresso a cada semestre,** contendo informações atualizadas sobre os progressos físicos e financeiros dos projetos, as lições aprendidas, avaliação de riscos e situação dos projetos de interesse de integração nacional (produtos obrigatórios). Tais informações são inseridas no **PMR – Progress Monitoring Report** do banco.

Ao final de cada ano, ocorre o planejamento para o próximo ciclo, onde a equipe de gestão atualiza e apresenta ao banco o **Plano Executivo Plurianual (PEP), o Plano Operacional Anual (POA), e o Plano Financeiro** e de Desembolso do projeto, fechando assim o ciclo anual de monitoramento.

A **Imagem 3** apresenta uma visão geral dos ritos anuais de planejamento e monitoramento dos projetos estratégicos e do PROFISCO.

Ritos Anuais de Planejamento e Monitoramento dos Projetos Estratégicos

CALENDÁRIO ANUAL	
	<p>ABERTURA DO CICLO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PROFISCO</p> <p>Planejamento e agendamento das Reuniões de Concepção/Monitoramento (EGP + GPs) Fechamento Financeiro do PROFISCO (ref. ao ano anterior) Reavaliação do Planejamento Anual do PROFISCO e Preparação do Relatório de Progresso</p>
	<p>CONCEPÇÃO, REPLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS. PROFISCO: RELATÓRIO DE PROGRESSO E PMR (1º CICLO)</p> <p>Reuniões de Concepção para elaboração de TCPs (EGP + GPs) Acompanhamento da Gestão dos Projetos (EGP) Envio de Relatório de Progresso I e atualização do PMR (PROFISCO)</p>
	<p>MONITORAMENTO: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO & PROFISCO</p> <p>Acompanhamento da Gestão dos Projetos (EGP) Missão de Supervisão e Revisão de Carteira (PROFISCO) Envio dos Demonstrativos Financeiros auditados (PROFISCO)</p>
	<p>ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS</p> <p>Gerenciamento dos Projetos (GPs) Acompanhamento da Gestão dos Projetos (EGP) Monitoramento mensal com os GPs Preparação do Relatório de Progresso</p>
	<p>ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS PROFISCO: RELATÓRIO DE PROGRESSO E PMR (2º CICLO)</p> <p>Gerenciamento dos Projetos (GPs) Acompanhamento da Gestão dos Projetos (EGP) Envio de Relatório de Progresso II e atualização do PMR (PROFISCO)</p>
	<p>MONITORAMENTO: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO & PROFISCO</p> <p>Acompanhamento da Gestão dos Projetos (EGP) Missão de Supervisão e Revisão de Carteira (PROFISCO)</p>
	<p>PLANEJAMENTO PROFISCO PARA O ANO SEGUINTE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS</p> <p>Acompanhamento da Gestão dos Projetos (EGP) Apresentação de PEP/POA, Plano Financeiro e de Desembolso (PROFISCO)</p>
	<p>REUNIÃO DE ENCERRAMENTO DO CICLO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</p> <p>Apresentação dos Resultados do PROFISCO e dos projetos estratégicos</p>

IMAGEM 3: Calendário dos ritos anuais de planejamento e monitoramento dos projetos estratégicos e do PROFISCO.
Fonte: Escritório de Gerenciamento de Projetos Estratégicos (EGP) - SEFAZ-PE PE

Para obter as informações necessárias para dar subsídio aos ritos de monitoramento do PROFISCO junto ao BID, o escritório de projetos estratégicos da SEFAZ-PE **realiza anualmente o planejamento e monitoramento dos projetos**, dos quais são inclusos todos que fazem parte da carteira do Programa.

Esses ritos têm por finalidade **proporcionar uma disciplina de acompanhamento e desempenho do planejamento estratégico (PE)**, além de garantir um processo bem definido e decisório, tornando parte da rotina o **compartilhamento de informações relevantes**.

Além disso, eles buscam fornecer uma visão clara do andamento dos projetos, evitando desvios de trajetória e investimento em iniciativas que não geram resultados esperados. Também ajudam a evitar incongruências entre a formulação da estratégia e a execução, o que pode acarretar em uma visão de futuro desconectada com os objetivos planejados e o não cumprimento do PE.

Para a estratégia 2020-2023, foi desenhada uma rotina de monitoramento e gestão, com a visão de acompanhamento em **três níveis**:

- **N1: Monitoramento Especial** - Consiste no comitê estratégico.
- **N2: Monitoramento do Portfólio** - Estruturas de controle Coordenação de Administração Tributária Estadual (CAT), Coordenação de Controle do Tesouro Estadual (CTE) e Secretaria Executiva de Coordenação Institucional (SCI).
- **N3: Monitoramento dos Projetos** - Projetos financiados.

Estrutura de Acompanhamento da Estratégia



IMAGEM 4: Estrutura de acompanhamento da estratégia em 3 categorias.
Fonte: Apresentação UCP 52ª COGEF.

Observando-se essa estrutura, foi traçada uma linha do tempo dos ritos, que guia a visão de periodicidade do monitoramento, de modo que os eventos de monitoramento são organizados da seguinte forma:

- **Semanal:** acompanhamento do projeto pelas lideranças de cada projeto e acompanhamento das atividades realizadas.
- **Mensal:**
 - a) Monitoramento dos Projetos:** acompanhamento por meio de coletas realizadas com a equipe dos projetos, considerando a visão da linha de base do cronograma e escopo do projeto, bem como as aquisições e a execução financeira. Esse momento serve para o compartilhamento de informações entre o gerente do projeto e o Escritório de Gerenciamento de Projetos - EGP em relação aos acontecimentos recentes, atrasos relevantes, pontos de atenção, riscos encontrados e encaminhamentos para próximos passos.
 - b) Monitoramento do portfólio:** apresentação do andamento dos projetos estratégicos aos Secretários executivos, segundo o envolvimento das suas áreas.

- **Bimestral:** Monitoramento Especial, com projetos estratégicos priorizados com o Secretário da Fazenda, envolvendo o debate sobre avanços, atrasos, riscos e demais pontos de atenção.
- **Anual:** Ajustes nas linhas de base dos projetos no início de cada ano.

Como artefato de cada acompanhamento, são **gerados relatórios que consolidam o monitoramento de maneira estratégica** e auxiliam na tomada de decisão e solução de possíveis gargalos.

Visando centralizar as principais informações produzidas nos ritos de acompanhamento, bem como facilitar o acesso às mesmas, a SEFAZ-PE utiliza a **ferramenta Painel de Controle**. A plataforma fornece **suporte ao monitoramento de projetos e indicadores estratégicos, permitindo a elaboração de dashboards físico-financeiros com filtros, cubo de análises, canvases, reports e encaminhamentos**. Com base nas necessidades de cada ciclo de monitoramento, são disponibilizadas informações mais específicas a respeito do status de cada projeto e realizados os encaminhamentos necessários.

Painel de Controle da SEFAZ-PE:

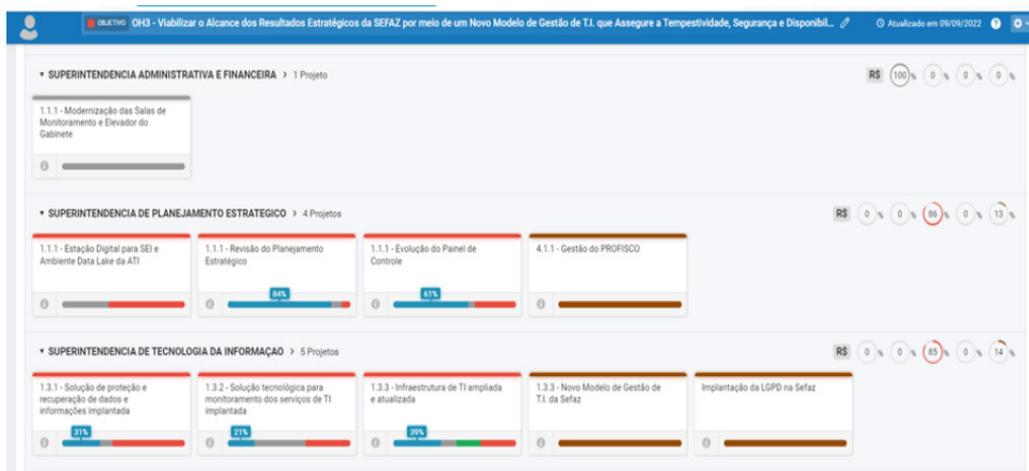


IMAGEM 5: Captura de tela do Painel de Controle da SEFAZ-PE-PE.

Fonte: Painel de Controle SEFAZ-PE - <https://www.paineldecontroleSEFAZ-PE.pe.gov.br>.

O monitoramento Administrativo e Financeiro também é parte importante do acompanhamento dos projetos. Consiste em extração de dados retirados automaticamente do e-Fisco e a integração com os processos do PROFISCO acompanhados pelo SEI, bem como relatórios gerados pela ferramenta para controle da execução financeira, observando os empenhos, as liquidações e os pagamentos. **Anualmente, uma empresa externa de auditoria faz a análise dos demonstrativos financeiros do projeto, sendo o relatório final da auditoria encaminhado também ao banco para as devidas ponderações.**

Ao final de cada ano, os resultados obtidos pelo PROFISCO e os avanços dos projetos são incluídos no **Book de Encerramento da Estratégia**, que é compartilhado no evento que fecha o ciclo de planejamento estratégico.

1.2 Entidades Nacionais de Apoio Técnico

1.2.1 Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ)

Foi a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, em seu artigo 2º, que criou o CONFAZ, o Conselho Nacional de Política Fazendária, o colegiado formado pelos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, cujas reuniões são presididas pelo Ministro de Estado da Fazenda, competindo-lhe, principalmente, celebrar convênios para efeito de concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais e financeiros do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Compete, ainda, à CONFAZ:

1. Sugerir medidas com vistas à simplificação e à harmonização de exigências legais;
2. Promover a gestão do Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais - SINIEF, para a coleta, elaboração e distribuição de dados básicos essenciais à formulação de políticas econômico-fiscais e ao aperfeiçoamento permanente das administrações tributárias.
3. Promover estudos com vistas ao aperfeiçoamento da Administração Tributária e do Sistema Tributário Nacional como mecanismo de desenvolvimento econômico e social, nos aspectos de inter-relação da tributação federal e da estadual;
4. Colaborar com o Conselho Monetário Nacional na fixação da Política de Dívida Pública Interna e Externa dos Estados e Distrito Federal, para cumprimento da legislação pertinente e na orientação das instituições financeiras públicas estaduais, propiciando sua maior eficiência como suporte básico dos Governos Estaduais.

1.2.1 Comissão de Gestão Fazendária (COGEF)

Tendo a relevante missão de apoiar os estados-membros nos debates relacionados à modernização fazendária foi criada no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF). A COGEF tem por finalidade coordenar e harmonizar os aspectos técnicos dos programas de modernização da gestão fiscal dos Estados e do Distrito Federal e promover e articular o desenvolvimento de ações de cooperação e integração entre os fiscos, bem como o compartilhamento de soluções e produtos, o intercâmbio de experiências e a gestão do conhecimento.

Compete ainda à COGEF coordenar e harmonizar os aspectos técnicos dos programas de modernização da gestão fiscal, coordenar a cooperação e o compartilhamento de soluções e produtos em diversas áreas, promover a avaliação de soluções implementadas pelos Estados e pelo Distrito Federal, harmonizar os documentos e procedimentos relacionados a aquisições, contratações, transferência de recursos e outros processos de interesse, promover a integração entre os fiscos pelo intercâmbio de experiências e gestão do conhecimento, apoiar o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados e apoiar a celebração de convênios de cooperação entre instituições participantes dos programas.

A COGEF é composta por:

1. Um representante de cada Estado e do Distrito Federal designado pelo respectivo Secretário de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, vinculado aos programas de modernização da gestão fiscal, com direito a voto;
2. Representantes designados pela Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (SE/MF), Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária (SE/CONFAZ), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Receita Federal do Brasil - RFB, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEAIN/MP), todos sem direito a voto.

Desenvolvimento - BID, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT), Grupo de Gestores de Finanças Públicas (GEFIN), Grupo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário (GDFAZ), Grupo de Educação Fiscal (GEF), Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros.

As reuniões ordinárias da COGEF são realizadas trimestralmente, em data, hora e local previsto e acordado pelos membros e, extraordinariamente, quando solicitado pelo Presidente da COGEF, ou por pelo menos um terço dos representantes com direito a voto. Nestas reuniões ocorrem discussões para harmonizar os aspectos técnicos do PROFISCO e, ainda, a articulação das ações de cooperação e integração entre os fiscos, compartilhamento de soluções, intercâmbio de experiências.

02



**Desempenho do
PROFISCO II**

Capítulo 02

Análise de Desempenho do PROFISCO II

2.1 Visão dos Projetos

Como explicado anteriormente, o PROFISCO II está estruturado em três componentes, o quais possuem seus respectivos produtos que, por sua vez, têm seus subprodutos, sendo todos detalhados a seguir.

I. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal:

Melhorar o desempenho da governança pública, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados, a mitigação dos riscos fiscais, o fortalecimento dos mecanismos de transparência e a melhoria da prestação de serviços aos fazendários.

- **1.1 Governança fazendária aperfeiçoada;**
 - 1.1.1 Monitoramento da estratégia, dos projetos e compartilhamento das informações fazendárias;
 - 1.1.2 Processos de trabalho da gestão fazendária aperfeiçoados.
- **1.2 Novo modelo de gestão de pessoas implantado;**
 - 1.2.1 Metodologia para avaliação e dimensionamento da força de trabalho fazendária implantada;
 - 1.2.2 Programa de formação continuada implantado;
- **1.3 Plataforma de tecnologia da informação e comunicação atualizada;**
 - 1.3.1 Solução de proteção e recuperação de dados e informações implantada;
 - 1.3.2 Solução tecnológica para monitoramento dos serviços de TI implantada;
 - 1.3.3 Infraestrutura de TI ampliada e atualizada.

II. Administração Tributária e Contencioso Fiscal:

Melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias; a redução de tempos para cumprimento das obrigações tributárias; a celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa.

- **2.1 Incentivos fiscais controlados;**
 - 2.1.1 Sistema para concessão, gestão e monitoramento dos incentivos fiscais.
- **2.2 Cadastro aperfeiçoado e obrigações tributárias monitoradas;**
 - 2.2.1 Integração com a REDESIM (Receita Federal, Junta Comercial e municípios);
 - 2.2.2 Sistemas corporativos adequados para utilização do SPED;
 - 2.2.3 Pagamento Centralizado do ICMS no Portal Único do Comércio Exterior em Integração com a RFB implantada;
 - 2.2.4 Novo Modelo de Monitorização do Simples Nacional;
 - 2.2.5 Declaração/homologação do ICMS antecipado.
- **2.3 Novo modelo de fiscalização de contribuintes implantado;**
 - 2.3.1 Modelo de fiscalização e controle de fronteiras reestruturado;
 - 2.3.2 Novo Modelo de Monitoramento Fiscalização e Atendimento ao Contribuinte (REMAF);
 - 2.3.4 Processos e Sistemas da Inteligência Fiscal, do LAUD e da COE Reformulados.
- **2.4 Sistemas de cobrança aperfeiçoados;**
 - 2.4.1 Novo modelo de recuperação de crédito tributário implantado;
 - 2.4.2 Sistema de Gestão de Processos Fiscais (GPF) reestruturado e integrado ao SAJ da PGE;

- 2.4.3 Módulo de cálculo da dívida pública implantado no e-Fisco;
- 2.4.4 Sistema de controle do cumprimento das decisões judiciais do contencioso tributário reestruturado e integrado à PGE.
- **2.5 Nova sistemática de obtenção de informações e acesso aos DFE;**
 - 2.5.1 Cruzamentos de Malha Fina ampliados pela solução de Processamento massivo de Dados (BIG-DATA);
 - 2.5.2 Sistema de Segurança Orgânica implantado.
- **2.6 Novo modelo de atendimento aos contribuintes implantado;**
 - 2.6.1 Processos de atendimento automatizados com usabilidade aprimorada;
 - 2.6.2 Declaração de ICD automatizada.

III. Administração Financeira e Gasto Público

Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento dos investimentos e no planejamento e execução das despesas de custeio, na avaliação da qualidade do gasto público, na apuração de custos e na melhoria da gestão da dívida pública e dos passivos contingentes.

- **3.1 Novo modelo de gestão dos recursos orçam. e financeiros implantado;**
 - 3.1.1 Fluxo de caixa automatizado;
 - 3.1.2 Processo de Validação das Contas a Pagar automatizado;
 - 3.1.3 Gestão Integrada de Indicadores Orçamentários e Financeiros Implantada;
 - 3.1.4 Módulo de gestão dos Precatórios e RPVs implantado no e-Fisco;
 - 3.1.5 Sistemática e Sistemas de Gestão dos TETOS de Gastos Públicos implantados.
- **3.2 Sistemas para gestão de transferências e prestação de contas implantados;**
 - 3.2.1 Sistema para Gestão de Transferências de Recursos Implantado e integrado à Prestação de Contas;
 - 3.2.2 Novo sistema de Administração de Convênios integrado ao SICONV Implantado;
 - 3.2.3 Acompanhamento da Regularidade Estadual Automatizada;
 - 3.2.4 Prestação de contas das OSS (Organizações Sociais de Saúde) implantada.
- **3.3 Modelo de gestão contábil do Estado aprimorado;**
 - 3.3.1 Sistema de gestão de folha de pagamento implantado;
 - 3.3.2 Novo modelo de gestão de patrimônio e materiais implantado.
- **3.4 Gestão da dívida pública aperfeiçoada;**
 - 3.4.1 Módulo de cálculo da dívida pública implantado no e-Fisco.
- **3.5 Novos procedimentos para a gestão de custos públicos;**
 - 3.5.1 Sistema de Informações de Custo (SIC-PE) implantado no e-Fisco com informações de consumo.

Visando o efetivo acompanhamento das diversas frentes de ações que ocorrem em cada subproduto do PROFISCO, o escritório de projetos estratégicos da SEFAZ-PE realiza o monitoramento físico-financeiro de 44 projetos PROFISCO, cada um deles contendo particularidades específicas.

No Anexo I deste relatório, é possível acessar o link para as **fichas de cada um desses projetos**, contendo uma **visão consolidada dos objetivos, benefícios, marcos físicos, execução financeira, entregas futuras críticas e riscos conhecidos**.

2.2 Desempenho Físico dos Projetos

A partir da missão de arranque do PROFISCO (outubro de 2019), foram estabelecidos diversos acordos (marcos físicos) para cada subproduto, observando-se o planejamento das principais entregas esperadas para cada um deles. **No total, existem um total de 86 marcos físicos distribuídos ao longo da execução de todo o Programa.**

Entre 2020 e 2021, a SEFAZ-PE entregou 15 marcos, estando previstos mais 18 para serem entregues até o final de 2022, o que **corresponde a 38% do quantitativo a ser entregue até o final do programa.** Dentre as principais aquisições já realizadas, muitas delas têm impacto físico-financeiro em vários projetos, possuem caráter inovador e/ou são do interesse da Secretaria e do BID em serem **compartilhadas como case de sucesso para outros Estados.** Destacamos entre elas:

- Solução para Armazenamento de Grande Volume de Dados - Big Data;
- Sistema de Gestão de Pessoal e Folha de Pagamento;
- Fábrica de Software;
- Régua de Cobrança Administrativa e Judicial;
- Novo Modelo de TIC;
- Revisão do Planejamento Estratégico;
- Sistema de Registro de Passagens - SRP;
- Sistema de Prestação de Contas das Organizações Sociais de Saúde;
- Modernização do Modelo de Gestão do Tesouro Estadual;
- Plataforma de Automação de Processos do Estado;
- Novo Modelo de Atuação da SCI;
- Dimensionamento da Força de Trabalho Fazendária;
- Novo Modelo de Fiscalização, Monitoramento e Atendimento aos Contribuintes.

O gráfico a seguir apresenta a **situação consolidada do desempenho dos projetos do PROFISCO**, levando-se em consideração os avanços obtidos no andamento das atividades, bem como a evolução esperada da execução financeira de cada projeto.

Desempenho de Projetos do PROFISCO:

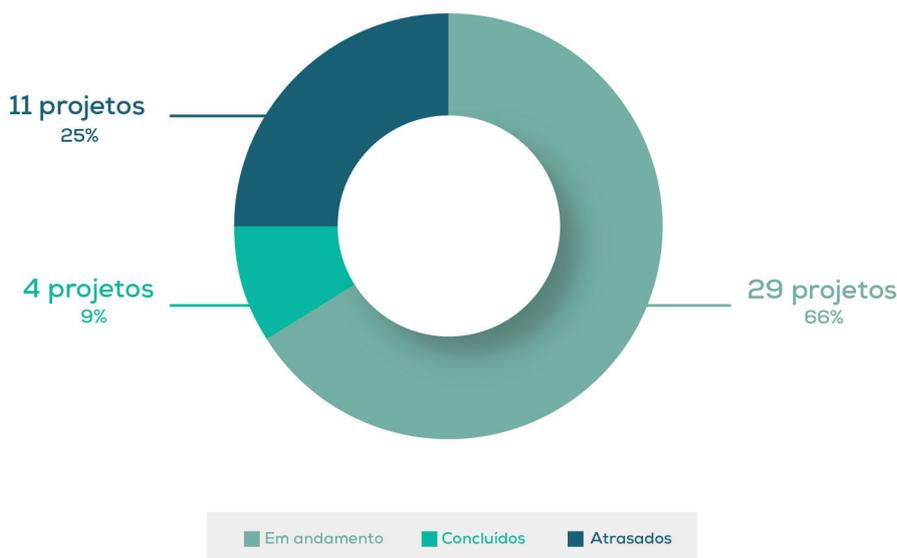


GRÁFICO 1: Desempenho de Projetos do PROFISCO.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

2.3 Visão financeira do PROFISCO II

2.3.1 Visão Geral da Execução Financeira realizada e a realizar

Na época da concepção do PROFISCO II, a taxa de câmbio do dólar estava em torno de 3,12, fazendo com que seu equivalente em reais fosse da ordem de R\$ 140 milhões. Atualmente, utiliza-se para planejamento o valor de câmbio, fixado em acordo com o BID, de 5,10, deixando a previsão total do projeto no valor de R\$ 226 milhões. Essa previsão se mantém válida para taxas de câmbio atuais (5,25 em 05/12/22), pois a UCP mantém a previsão conservadora, a fim de manter o controle das expectativas de contratações do projeto.

Valores Totais do PROFISCO II:

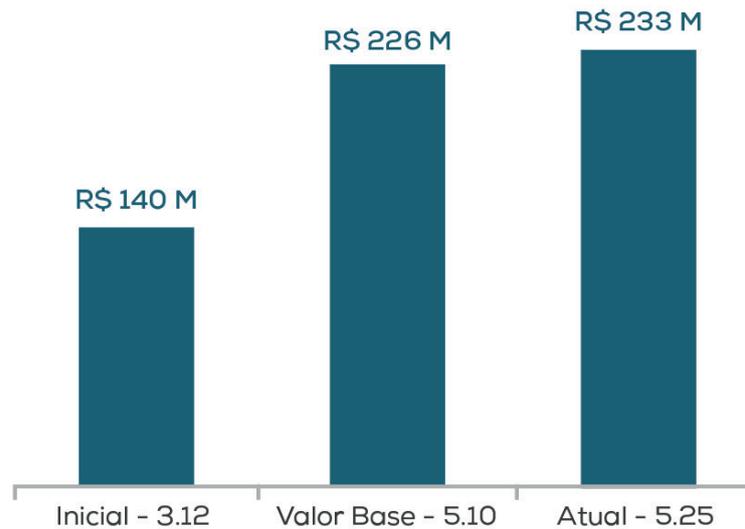


GRÁFICO 2: Valores totais do PROFISCO II de acordo com a variação cambial e desempenho de Projetos do PROFISCO.

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

A análise da execução financeira ao longo dos anos de vigência do PROFISCO II, permite observar uma curva ascendente, que se estabiliza em 2021 e 2022, devido aos contratos que se encontram em andamento. O ano de 2018, entretanto, foi atípico, por causa da consolidação de valores executados anteriormente à assinatura do PROFISCO II, mas elegíveis ao projeto, de acordo com o contrato de empréstimo.

Execução financeira anual do PROFISCO II:

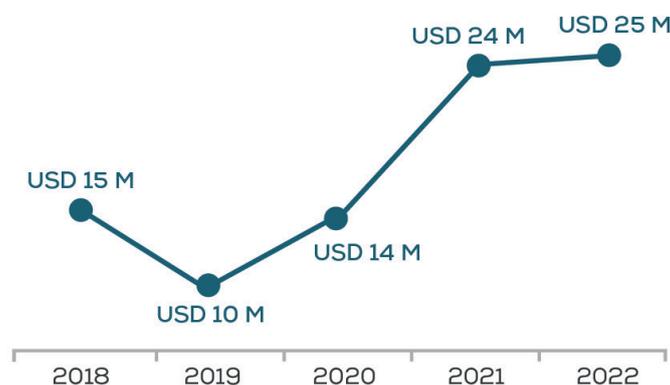


GRÁFICO 3: Execução financeira anual do PROFISCO II.

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

O acumulado de 2018 até 2022 é equivalente a **45% do total a ser atingido do valor referente ao empréstimo**. Ainda **restam 55% a serem executados, durante os próximos 2 anos, até o prazo final atual do contrato**. Adicionando-se a contrapartida a este montante foram executados pouco mais de 40% do total, apenas.

Acompanhamento e previsão de execução do PROFISCO II:

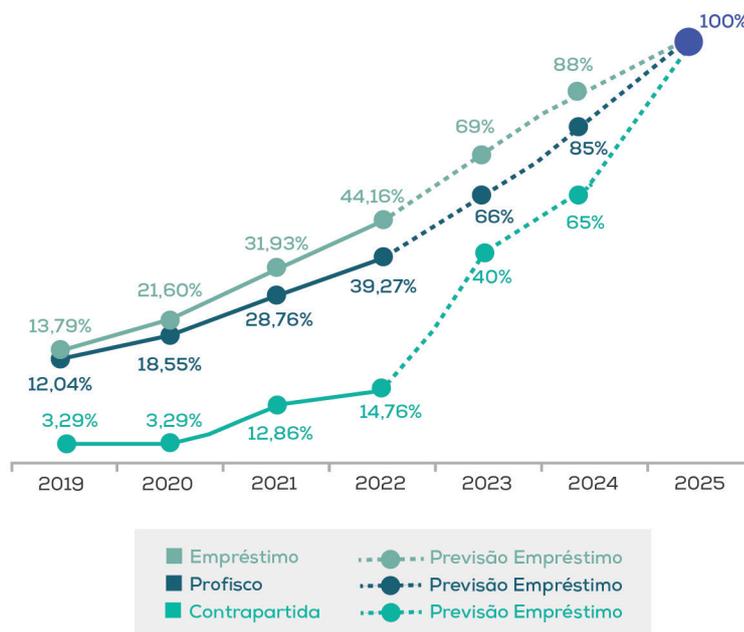


GRÁFICO 4: Acompanhamento e previsão de execução do PROFISCO II.

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

O prazo contratual para execução do Programa encerra-se em setembro de 2024, porém, durante a execução, iniciada em setembro de 2019, **houveram eventos imprevisíveis**, como a pandemia, com impactos negativos na execução, e adequações na forma de atuação de alguns serviços fazendários, sobretudo na relação com os contribuintes, a partir da consolidação dos atendimentos por meio dos canais digitais.

Um dos projetos de grande impacto nos produtos do PROFISCO é a contratação de fábrica de software para desenvolvimento de sistemas fazendários. Esta contratação foi **negativamente afetada pelo aquecimento do mercado de profissionais de TI, que passaram a trabalhar de forma remota**, contratados por empresas independentemente de localização geográfica. Esta nova forma de trabalho **ocasionou uma competição maior, diminuindo a quantidade de profissionais disponíveis, impondo dificuldades à empresa contratada para fornecer a mão de obra necessária ao desenvolvimento dos projetos**. Consequentemente, surgiu a necessidade de adequação de cronograma e revisão de prioridades no desenvolvimento dos projetos.

Outro projeto de grande relevância financeira e impacto é a **contratação de sistema de gestão de folha de pagamentos para o Estado de Pernambuco**. Este projeto está em fase de implantação e, conforme **NOTA TÉCNICA CONJUNTA SEPRI/SUMOP/SUTIN No 001/2022**, ainda **não foi possível atingir o percentual de convergência previsto para a atual fase**. De acordo com a citada nota:

“Para a plena utilização do sistema serão necessárias duas grandes ações, a primeira que trata da ativação de todos os módulos envolvidos nessa fase do projeto, o que acontecerá através de testes de uso da ferramenta pelas áreas corporativas (SAD e FUNAPE) e dos órgãos que compõem o Comitê de Implantação, quais sejam: Sec. de Educação, Sec. de Saúde, Polícia Militar e Perpart, possibilitando uma familiarização com os novos processos de trabalho e dos perfis de acesso para, inclusive, subsidiar o planejamento e preparação do treinamento de todos os demais órgãos e entidades que utilizarão o sistema, assim como a reestruturação da área de gestão de pessoas corporativa, cujo modelo já existe uma proposta.

A outra se refere aos itens que impactam na plena convergência entre as folhas de pagamento e que se apresentam neste momento no seguinte panorama de dados migrados entre os sistemas: cadastro de pessoas (96,87%), dependentes (97,06%), vínculos/matriculas (97,65%), instituidores de pensão previdenciária (82,46%), eventos de cargo (81,02%) e verbas (80,77%).”

Outra área fortemente impactada pela suspensão das atividades presenciais foi a **capacitação dos servidores, retardando o início das ações de capacitação, por dependerem de encontros presenciais.**

Considerando o impacto nos projetos e as oportunidades e necessidades de adequações dos planejamentos que surgiram após a retomada das atividades, **será necessária uma dilatação do prazo inicial para execução do PROFISCO II, a fim de que o êxito necessário e esperado para o PROFISCO II seja atingido.**

2.3.2 Visão da Execução por Categoria de Despesas

Este valor se dá, em sua maioria (60,37%), por investimentos na categoria de bens, podendo citar compra de microcomputadores, *notebooks* e *desktops*, renovação de licenças de softwares, aquisição de novas plataformas e softwares, dentre outras. Em seguida vêm os serviços de não consultoria, somando 26,54%, com serviços como desenvolvimento de *softwares* e sistemas, seguido por serviços de consultoria com 11,25%. Pode-se notar que o foco dos investimentos é em tecnologia e inovação, alinhado ao planejamento estratégico da SEFAZ-PE.

Previsão de execução por tipo de despesa previsto no plano de monitoramento:

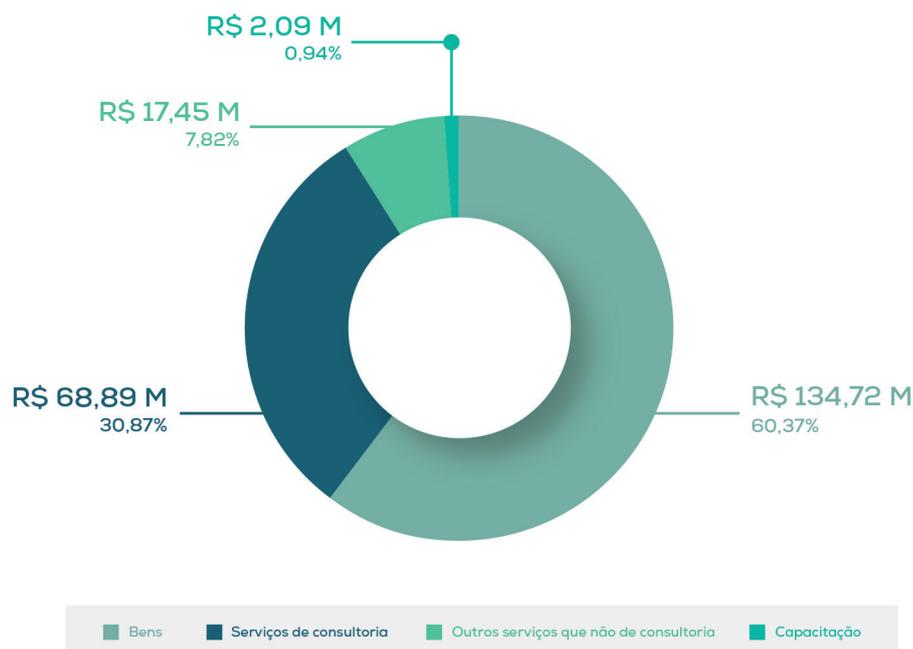


GRÁFICO 5: Previsão de execução por tipo de despesa previsto no plano de monitoramento.

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Comparando este cenário com os valores inicialmente orçados, pode-se dizer que é um **cenário condizente com a expectativa do projeto, que se planejava gastos em torno de 60% com bens, apesar da inversão nos valores dos serviços de consultoria e não consultoria.**

Execução financeira por tipo de despesa:

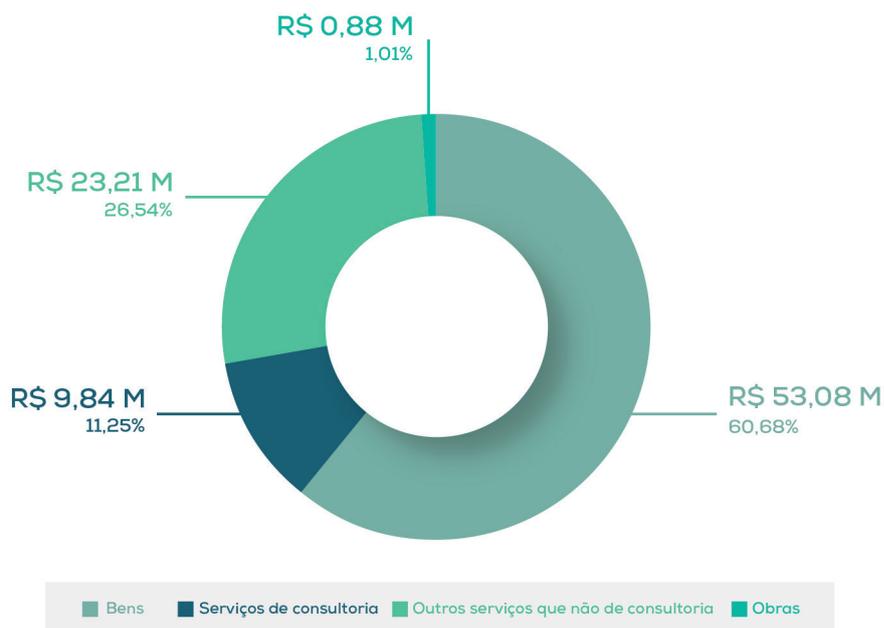


GRAFICO 6: Execução financeira por tipo de despesa.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

2.3.3 Visão da Execução Financeira e do Comprometimento por Componentes

Sobre a execução financeira do PROFISCO pode-se verificar que **foram pagos quase 40% do valor total do projeto em reais, incluindo a contrapartida, estando outros 25% já comprometidos (entre empenhado e contratado)**, chegando a um valor de 64.5% contratado do projeto e 35.5% a destinar aos projetos.

Valores orçados, contratados, empenhados e pagos:

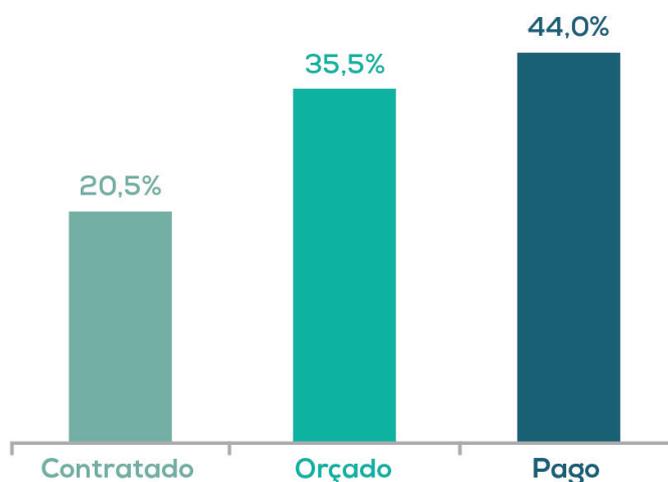


GRÁFICO 7: Percentuais orçados, contratados, empenhados e pagos.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

No que se refere ao percentual comprometido com cada Componente, apesar de estar com o **menor investimento programado**, ao observar o total comprometido, o **Componente I - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal**, possui um **índice maior de execução**, com **cerca de 71% do valor contratado já efetivamente executado até o final do ano de 2022**. Esse resultado **reflete a importância conferida ao investimento em Tecnologia da Informação**, correspondente a mais de 50%.

O Componente II e o Componente III têm valores comprometidos semelhantes, em torno dos R\$ 50 milhões, sendo próximo a 60% de valor comprometido, inferior ao já comprometido no componente I. Ademais, na totalidade do Programa, tem-se, aproximadamente 63%, comprometido em contratos.

Desprende-se do gráfico, ainda, que o **Componente I tem uma perspectiva de execução maior que os outros, pois o valor empenhado referente a este Componente é equivalente a quase a totalidade do valor contratado**, indicando uma maior tendência de **execução mais imediata**. Além disso, nota-se que do valor contratado, a sua execução é destacável com 75% de execução, contra 51% e 50% dos Componentes II e III.

Na sequência, serão **apresentados os produtos e subprodutos mais relevantes, sob a ótica financeira, de cada um dos Componentes do PROFISCO II**.

Componente I - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal:

- Mais de 80% do Componente I é referente ao produto 1.3, refletindo a importância dada aos investimentos em TI.

Percentual executado por produto no componente I:

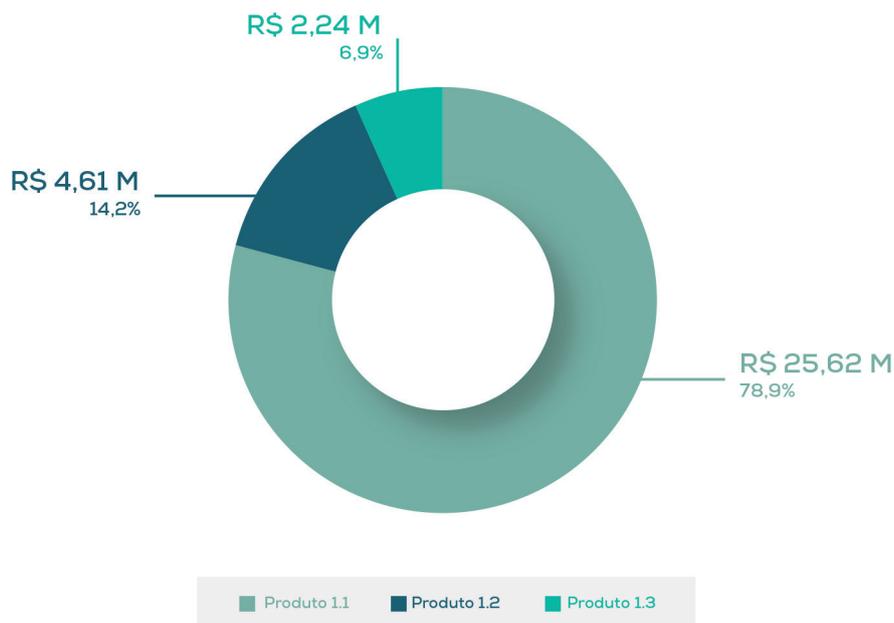


GRÁFICO 8: Percentual executado por produto no componente I.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

- O maior investimento do Componente I é referente ao subproduto 1.3.3, representando os investimentos em infraestrutura de TI (R\$ 20,3 milhões executados).

Percentual executado por subproduto no produto 1.3:

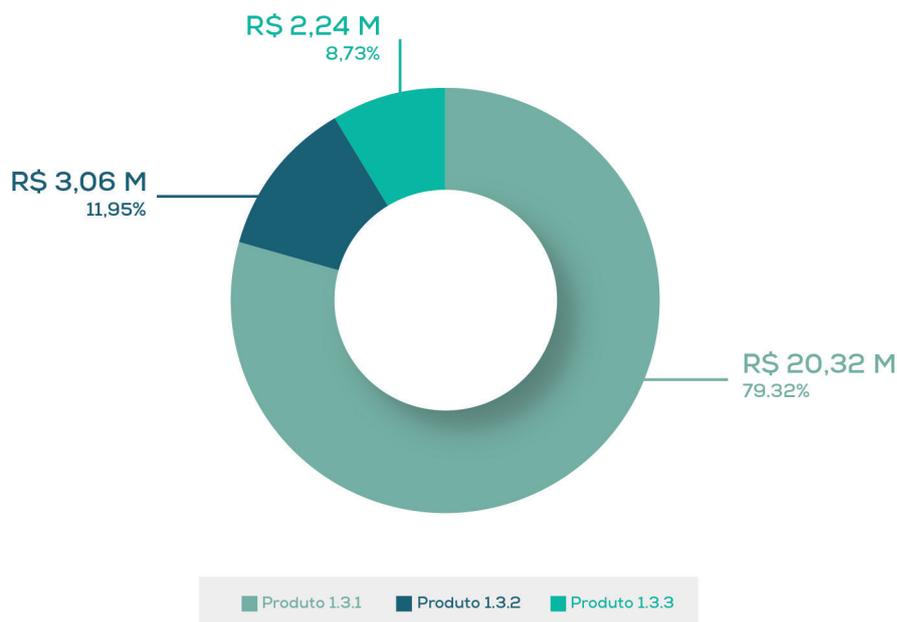


GRÁFICO 9: Percentual executado por subproduto no produto 1.3.

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

- O **subproduto 1.2.2**, que agrega as ações de capacitação, está com baixa execução. Este fato se deve à coincidência do início da execução do PROFISCO II com a pandemia de COVID-19, o que afetou a programação e execução das ações de capacitação, sobretudo porque os programas visados no início do planejamento sempre contaram com as atividades presenciais. A retomada das atividades após 2 anos de suspensão impuseram adaptações que estão em curso, a fim de minorar os prejuízos de execução decorrentes.
- Em relação ao **subproduto 1.1.2**, destaca-se o aumento na quantidade de processos já mapeados e a serem mapeados, indicando uma necessidade de maior investimento, com a contratação da Central IT, para realização da automação dos processos, não prevista no escopo inicial.
- Devido a uma necessidade de maior aporte de recursos para o **Componente 1**, haverá um remanejamento de valores, que atualmente estão alocados no **Componente 3**.

Componente II - Administração Tributária e Contencioso Fiscal:

- Mais de 80% do Componente I é referente ao **produto 1.3**, refletindo a importância dada aos investimentos em TI.

Percentual executado por produto no componente II:

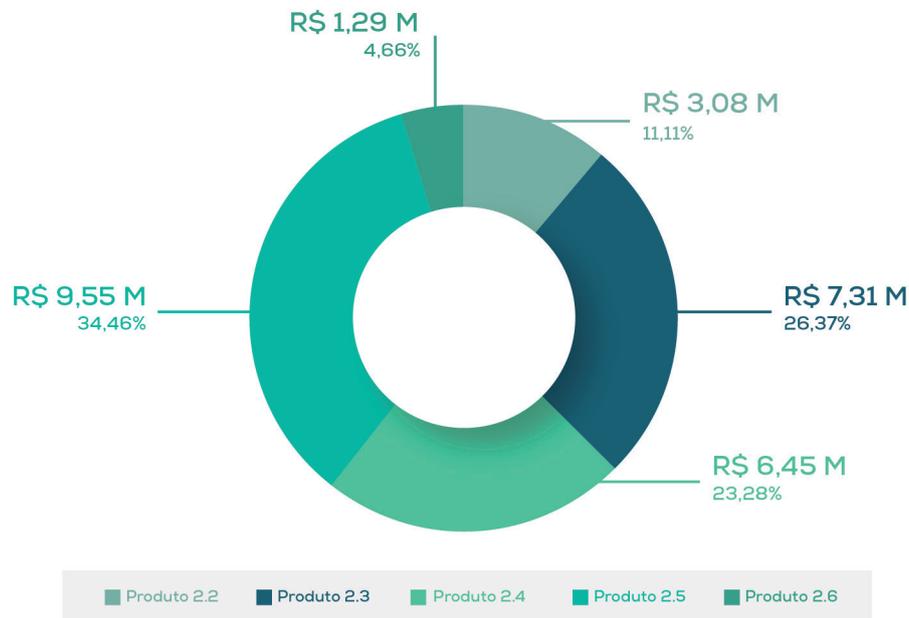


GRAFICO 10: Percentual executado por produto no componente II.
 Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

- No **produto 2.3**, destaca-se a contratação do SRP, do subproduto 2.3.1, com valores substancialmente inferiores aos inicialmente orçados, além disso com a retirada de subprodutos desse produto, por ter sido considerado inviável, após os contatos iniciais com os possíveis fornecedores, detectou-se a necessidade de remanejamento de recursos para novos produtos, recém adicionados ao subproduto.
- No **produto 2.4** houve a execução de R\$ 6,4 milhões, de aproximadamente R\$ 16 milhões orçados. Destaca-se a execução da Régua de Cobrança, já oferecendo resultados práticos à SEFAZ.
- O **subproduto 2.5.2** mudou a ênfase de segurança orgânica para segurança institucional, passando a atender aspectos mais abrangentes da segurança, abarcando a segurança física e a adequação de ambientes da SEFAZ.
- O **subproduto 2.6.1** trata do atendimento aos contribuintes. Esse subproduto foi fortemente impactado pela pandemia, pois o atendimento passou a ser feito por meio dos canais digitais, que receberam investimentos antes não previstos.

Componente III - Administração Financeira e Gasto Público:

Dentre os componentes, o **Componente II** é o que tem a distribuição de orçamento e execução financeira mais equilibrada entre os produtos, trazendo um cenário em que a execução financeira dominante de apenas um dos produtos não é capaz de alavancar o rendimento do componente como um todo.

Percentual executado por produto no componente III:

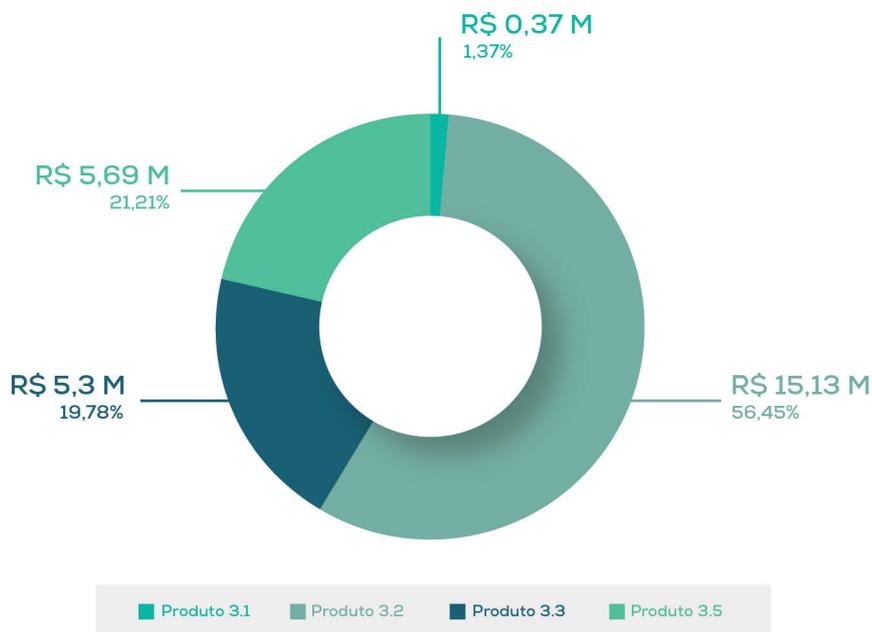


GRÁFICO 11: Percentual executado por produto no componente III.

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Percentual executado por subproduto no produto 3.3:

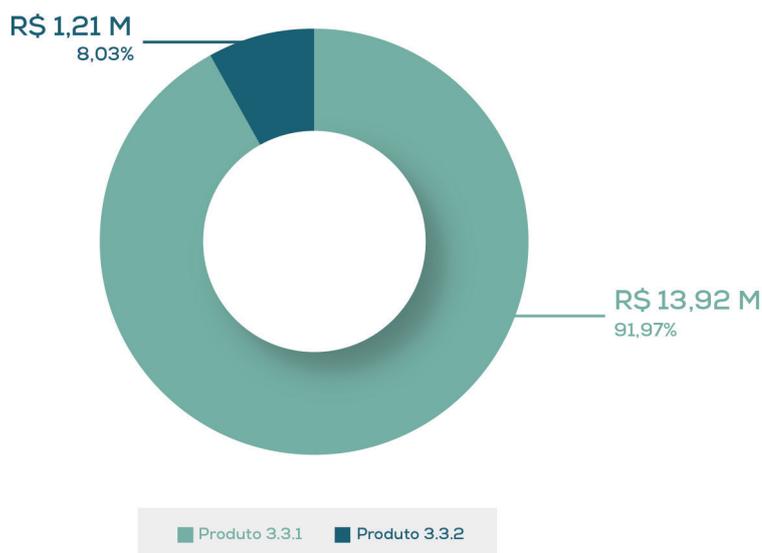


GRÁFICO 11: Percentual executado por subproduto no produto 3.3.

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

- O **subproduto 3.3.1** é o principal do Componente 3, referente ao projeto do Sistema de Gestão de Folha de Pagamento Implantado, representando 56,45% do valor executado do componente, ressaltando a relevância prevista do subproduto em relação ao valor do componente.

Ainda em relação ao subproduto 3.3.1, vale salientar a diferença entre o valor inicialmente orçado e o contratado. O processo de pesquisa de mercado e preparação do orçamento foi feito de forma consistente, com consultas públicas e workshops, envolvendo diversas referências do mercado objeto do projeto. Mesmo assim, houve substancial economia no processo de licitação e variação cambial.

O projeto da folha foi orçado originalmente em US\$ 9,7 milhões, equivalentes a R\$ 30,3 milhões, ao câmbio então vigente, de 3,12. Considerando a conversão ao câmbio atual (5,25 em 05/12/2022), o valor orçado representa R\$ 50,9 milhões. O contrato, após a disputa licitatória, importou em R\$ 29 milhões, representando uma diferença de R\$ 21,9 milhões, equivalentes a US\$ 4,2 milhões ao câmbio atual. Dessa diferença, US\$ 2 milhões serão remanejados ao Componente I, a fim de atender às novas demandas da SEFAZ.

2.4 Contrapartida

O Projeto já aportou US\$ 1.097.814,70 de contrapartida, representando 14,84% do valor contratual.

Valores Executados e a Executar das Contrapartidas:

CONTRAPARTIDA	CONTRAPARTIDA TOTAL (US\$)	7.400.000,00	
	Executado	1.097.814,70	5.787.649,05
	A executar	6.302.185,30	32.141.145,05
	% Executado	14,84%	

TABELA 2: Valores dos aportes de contrapartidas financeiras.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Ainda em 2022 serão apresentados valores em torno de US\$ 800.000,00, elevando a 24% do valor contratual. Até o final do contrato, a contrapartida será prestada por meio de contrato de serviços de informática para sustentação dos produtos desenvolvidos pelo Profisco e em funcionamento na SEFAZ.

03



MD-GEFIS

Capítulo 03

Cenário atual do PROFISCO II – Autoaplicação da MD-GEFIS em 2022

3.1 Introdução à MD GEFIS

O BID, atendendo a uma demanda do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (SE/MF), definiu um **conjunto de resultados esperados para o terceiro ciclo de modernização da gestão fiscal**, propondo a formulação de um modelo específico de avaliação da gestão fiscal dos Estados brasileiros. **A MD-GEFIS, ou Modelo de Avaliação da Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal, é uma metodologia de avaliação da gestão pública, voltada para a área fiscal, que foi proposta e desenhada prioritariamente para atender a essa deliberação.**

Este método tem como principal objetivo **contribuir para a melhoria dos resultados da gestão fiscal, em especial aqueles relacionados com o aumento da transparência, o incremento da arrecadação e a eficiência do gasto público.**

Uma das premissas da MD-GEFIS é que o **mapeamento da correlação entre os indicadores selecionados contribui para a priorização das ações e potencializa os ganhos de desempenho**, pois aponta aqueles resultados com maior potencial para alavancar o conjunto da organização. A outra premissa é que a avaliação eficiente da gestão fiscal, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal no Brasil, deve apresentar uma visão integrada da gestão fazendária; da administração tributária e do contencioso fiscal; e, da administração financeira e do gasto público.

A metodologia considera ainda que uma gestão fiscal eficiente compreende três eixos de atuação, que atendem a requisitos de excelência e contém dimensões críticas para a análise do desempenho, como é possível observar na **Imagem 6** a seguir:

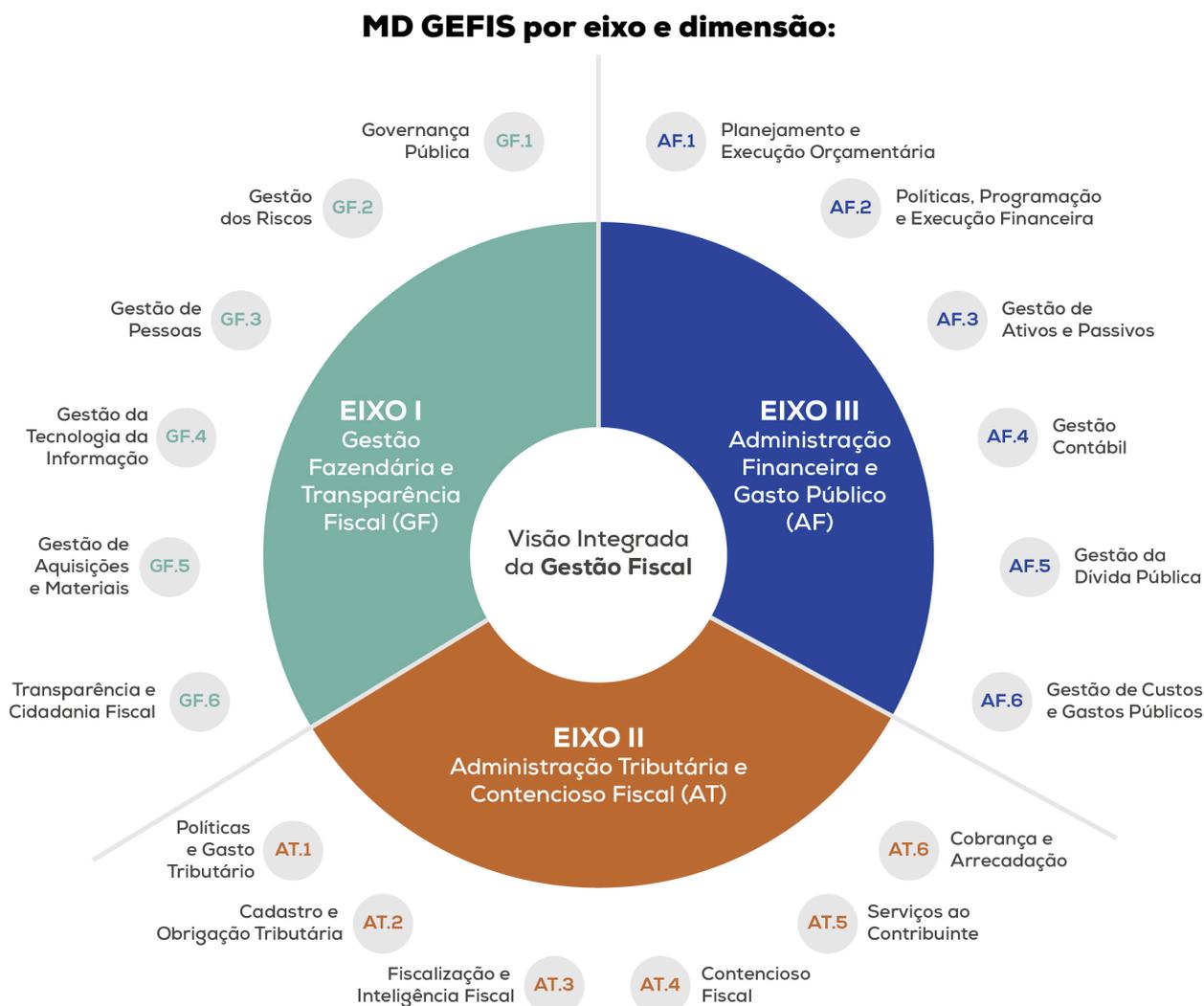


IMAGEM 6: Apresentação dos Eixos e Dimensões abordadas.
Fonte: MD-GEFIS..

Definidos para cada um dos processos que compõem as dimensões críticas dos eixos, a medição dos **avanços na maturidade dos processos é realizada por meio de uma pontuação de 0 (menor nível de avanço) a 3 (estado mais avançado)**, em relação aos critérios, características e/ou requisitos da melhor prática descrita para o processo. Já a **maturidade do eixo é medida nos seguintes critérios:**

- Avançado (+);
- Avançado (-);
- Intermediário (+);
- Intermediário (-);
- Iniciante (+);
- Iniciante (-).

3.2 Revisão da MD-GEFIS

Um dos objetivos da metodologia é **monitorar os avanços da maturidade dos processos**, com isso, foi trabalhado recentemente na revisão deste instrumento para iniciar o segundo ciclo de aplicação. Neste estudo, decidiu-se **excluir os requisitos que estavam totalmente normatizados e atendidos** e buscou-se **incorporar novos que surgiram através de benchmarks e desafios vivenciados pelas Secretarias**.

A revisão feita pelo BID no instrumento de diagnóstico para o segundo ciclo de aplicações permitiu a **exclusão de processos e requisitos que tratavam basicamente de aspectos vinculados ao cumprimento de legislação**, bem como daqueles que já haviam sido implementados em todas as Unidades da Federação. Alguns **novos temas foram incorporados, recebendo diferentes pesos de acordo com sua relevância durante o processo de apuração**.

O instrumento revisado ainda contempla os 3 eixos citados, divididos em suas 18 dimensões. Após a revisão, o modelo **passa a avaliar 135 processos que somam 1.029 requisitos baseados nas melhores práticas nacionais e internacionais**.

3.2.1 Principais inovações do 2º ciclo MD GEFIS

Um dos grandes focos do segundo ciclo da MD GEFIS foi trazer inovação e transformação digital na gestão fiscal, como pode-se observar no eixo I, **Gestão Fazendária e Transparência Fiscal (GF)**. Com isso, foram incorporados novos processos nas dimensões:

GF.1 – Governança Pública: Com o intuito de estimular o processo de gestão como um todo na esfera fiscal, trazendo pautas voltadas à inovação, transformação digital na assim como a importância da comunicação interna e o amadurecimento da cultura organizacional.

GF.2 – Gestão de Riscos: Uma das mudanças mais significativas foi a inclusão desta dimensão. Ela visa avaliar se a gestão fiscal possui um olhar voltado aos riscos nos diferentes processos organizacionais, permitindo o melhor aproveitamento das oportunidades e a minimização de impactos negativos no alcance dos objetivos e resultados pretendidos.

GF.3 – Gestão de Pessoas: Processos relacionados à transformação digital. E GF.4 – Gestão da Tecnologia da Informação: Inclusão de diversos processos com o foco também na transformação digital, no uso de dados, na segurança em TI, em LGPD e em ferramentas digitais nos processos de aquisições e contratações.

No eixo II, **Administração Tributária e Contencioso Fiscal (AT)**, tem-se a inclusão de processos com tema de arrecadação tributária (**AT.1 – Política e Gasto Tributário**), gestão da informação e classificação de riscos de contribuintes (**AT.2 – Cadastro e Obrigação Tributária**), resultados da fiscalização, base em dados fiscais, auditoria fisco-contábil e apuração sumária do ICMS (**AT.3 – Fiscalização e Inteligência Fiscal**). Já nas dimensões **AT.5 – Serviços ao Contribuinte** e **AT.6 – Cobrança e Arrecadação**, o foco foi em sistemas e programas, como o Programa de Estímulos à Regularidade Tributária e Portal Digital de Serviços ao Contribuinte (PDS), além do Sistema de Conta Corrente Fiscal (CCF).

Quando observado o eixo III, **Administração Financeira e Gasto Público (AF)**, houve a inclusão de processos de previsões fiscais, formulação e a avaliação de política fiscal (**AF.1 – Planejamento e Exe-**

ção Orçamentária), assim como monitoramento e controle das políticas fiscais e programação financeira consolidada (**AF.2 - Políticas, Programação e Execução Financeira**). Já na dimensão **AF.3 - Gestão de Ativos e Passivos**, houve a inclusão dos processos de Gestão da carteira de imóveis da administração direta e indireta e Monitoramento dos arrestos de contas e saques de depósitos judiciais. O sistema de conciliações bancárias foi foco na **AF.4 - Gestão Contábil**, enquanto na **AF.6 - Gestão de Custos e Gastos Públicos**, houve a inserção de processos com temas de eficiência dos gastos públicos, avaliação de políticas públicas e participação em Consórcios Públicos.

3.2.1 Detalhamento do 2º ciclo MD GEFIS por eixo

EIXO I - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal (GF):

Contando com 51 processos, o eixo 1 tem o tema de Gestão Fazendária e Transparência Fiscal (GF) e possui como objetivo a melhoria da governança pública na área fiscal. Com isso, para sua prática são necessárias medidas como: planejamento estratégico e avaliação do desempenho institucional; gerenciamento dos riscos; estímulo à participação e ao controle social, por meio da transparência e prestação de contas; fortalecimento do controle interno e externo; desenvolvimento de pessoas e a formação de sucessores com foco nas competências; compartilhamento de informações e de soluções inovadoras; e utilização dos recursos de tecnologias de informação e comunicação.

Dimensões do Eixo I:



IMAGEM 7: Detalhamento das Dimensões do Eixo I.
Fonte: MD-GEFIS..

- **GF.1 - Governança Pública:** Promove a autonomia, o alinhamento, o direcionamento e o monitoramento da atuação da organização. Define diretrizes para a transformação digital e estimula o uso intensivo de tecnologias e a cultura da inovação para otimizar a utilização dos recursos no alcance dos resultados.
- **GF.2 - Gestão dos Riscos:** Promove a cultura de gestão dos riscos nos diferentes processos organizacionais, permitindo o melhor aproveitamento das oportunidades e a minimização de impactos negativos, no alcance dos objetivos e resultados pretendidos.
- **GF.3 - Gestão de Pessoas:** Estimula a qualificação dos recursos humanos e promove a melhoria do desempenho das competências, de acordo com padrões éticos, com adequada alocação e distribuição nas áreas organizacionais.
- **GF.4 - Gestão da Tecnologia da Informação:** Utiliza as melhores tecnologias para produção de informações válidas, tempestivas e úteis, com riscos aceitáveis, agregando valor à administração fiscal.

- **GF.5 - Gestão de Aquisições e Materiais:** Decide e promove ações relativas às aquisições, materiais de consumo e permanentes, alinhadas às necessidades da organização, buscando contribuir para a economia dos recursos e para o alcance das metas.
- **GF.6 - Transparência e Cidadania Fiscal:** Garante ao cidadão o direito à transparência, mediante a disponibilização de informações sobre a origem e aplicação dos recursos públicos, e ao exercício da cidadania, mediante a fiscalização do gasto e da receita pública, para produção de obras e serviços de qualidade.

EIXO II - Administração Tributária e Contencioso Fiscal (AT):

Com 45 processos, o eixo 2 voltado para a Administração Tributária e Contencioso Fiscal (AT), tem como objetivo o cumprimento voluntário das obrigações tributárias. Com isso, ele pode ser estimulado através da simplificação das obrigações acessórias e do pagamento de impostos; da análise dos riscos e da brecha tributária; da padronização de normas e procedimentos, particularmente em relação aos regimes especiais de tributação; do tratamento e utilização de informações digitais; da simplificação e celeridade do contencioso; e da cobrança da dívida ativa e da transparência dos atos e decisões.

Dimensões do Eixo II:



IMAGEM 8: Detalhamento das Dimensões do Eixo II.
Fonte: MD-GEFIS..

- **AT.1 - Políticas e Gasto Tributário:** Gera informação para a definição e avaliação de políticas fiscais e da receita tributária, incluindo a apuração da brecha tributária, o gasto tributário, a projeção e avaliação do comportamento da arrecadação e a normalização das regras tributárias.
- **AT.2 - Cadastro e Obrigação Tributária:** Implanta soluções integradas que permitem: (1) manter as informações cadastrais atualizadas; (2) avaliar o comportamento das ações de cumprimento das obrigações tributárias dos contribuintes, permitindo identificar o seu perfil de risco, mediante um processo de classificação - rating do contribuinte; (3) oferecer uma visão única de todos os aspectos do contribuinte; (4) monitorar automaticamente o cumprimento das obrigações tributárias, mediante a gestão das declarações e apuração do tributo devido; (5) implementar ações para simplificar o cumprimento das declarações mensais; (6) implementar processo de gestão da informação, que visa desenvolver o uso eficaz do dado nas AT; (7) promover a apuração e controle do IPVA e ITCMD; e finalmente (8) aplicar o conceito progressividade de aplicação de penalidades, devido ao não cumprimento de obrigações acessórias, em função do risco do contribuintes.
- **AT.3 - Fiscalização e Inteligência Fiscal:** Planeja, executa e avalia os resultados da ação fiscal, com base em análise de riscos fiscais, na identificação do perfil do contribuinte e nos indícios de irregularidades apurados, em monitoramento automatizado e pesquisa fiscal, aplicando dife-

rentes estratégias, em função do porte e segmento econômico. Promove a autorregularização e analisa os resultados alcançados de acordo com ação efetuada. Verifica e investiga a veracidade, exatidão e integridade das declarações fiscais, enriquecendo os casos de maior risco com dados negados - dados que não existem ou tenta esconder - identificando riscos iminentes e adotando contramedidas. Isso permite o fortalecimento da percepção do risco subjetivo pelos contribuintes, fator importante para promover o cumprimento voluntário.

- **AT.4 - Contencioso Fiscal:** Analisa as impugnações e recursos fiscais dos processos tributários com base em critérios objetivos e transparentes, julga de acordo com a legislação, de forma criteriosa e imparcial, integra as ações do contencioso administrativo utilizando o PAF-e, realiza o controle da legalidade do crédito constituído pela autoridade competente e o inscreve em dívida ativa, executa a cobrança da dívida ativa com base no perfil do devedor e realiza a gestão do contencioso judicial.
- **AT.5 - Serviços ao Contribuinte:** Contempla as estratégias para estimular a conformidade tributária e aprimorar o atendimento e a comunicação fisco-contribuinte, com base numa relação pautada no profissionalismo e pela confiança mútua.
- **AT.6 - Cobrança e Arrecadação:** Controla a arrecadação e a restituição, com base em informações digitais, utiliza um sistema de conta corrente fiscal, efetua a cobrança do crédito lançado, com base no perfil do devedor, aplica progressividade de penalidades quando da recuperação do crédito, gerencia os parcelamentos e emite certidão de débitos tributários.

EIXO III - Administração Financeira e Gasto Público (AF):

Por fim, contendo 42 processos, o eixo 3, que é focado na **Administração Financeira e Gasto Público (AF)**, tem a missão de fortalecer a administração financeira estadual. Para isso, ele demanda a adoção de novas estratégias em áreas críticas como o planejamento e avaliação de investimentos; o gerenciamento de custos e de compras governamentais; a avaliação da qualidade e dos resultados do gasto público; o controle da dívida e dos passivos contingentes, especialmente os relativos aos precatórios; à previdência pública; e aos compromissos vinculados aos contratos de parcerias público-privadas.

Dimensões do Eixo III:



IMAGEM 9: Detalhamento das Dimensões do Eixo III.
Fonte: MD-GEFIS..

- **AF.1 - Planejamento e Execução Orçamentária:** Planeja as ações governamentais e executa o orçamento de forma ordenada e previsível, com base em cenários macroeconômicos realistas, suportado por dispositivos de controle dos recursos públicos.

- **AF.2 - Políticas, Programação e Execução Financeira:** Define e avalia políticas e executa os recursos financeiros com foco na eficiência.
- **AF.3 - Gestão de Ativos e Passivos:** Executa a gestão dos ativos e passivos com base em análise de custo-benefício e de riscos fiscais.
- **AF.4 - Gestão Contábil:** Produz registros contábeis e informações atualizadas para atender aos propósitos do controle e da tomada de decisão gerencial.
- **AF.5 - Gestão da Dívida Pública:** Supre de forma eficiente as informações sobre as necessidades de financiamento do governo estadual, ao menor custo no longo prazo, respeitando a manutenção de níveis prudentes de risco.
- **AF.6 - Gestão de Custos e Gastos Públicos:** Coleta e analisa as informações de custos com vistas à melhoria da qualidade do gasto público.

3.2 Avanços da MD GEFIS – Comparação entre o 1º e 2º ciclo de avaliação em Pernambuco

O Estado de Pernambuco realizou dois momentos de aplicação da MD-GEFIS, o 1º Ciclo em 2017 e o 2º Ciclo, com uma avaliação preliminar apenas interna, em 2022.

No ano de 2022, consistiu em uma auto aplicação, feita pela própria SEFAZ. A partir dela, foi possível observar na prática os avanços da gestão fiscal no Estado.

Números da Aplicação MD-GEFIS 2022 na SEFAZ-PE:



IMAGEM 10: Big Numbers da Aplicação MD-GEFIS na SEFAZ-PE.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE..

Apesar de terem ocorrido alterações significativas no instrumento de avaliação entre os dois momentos de aplicação, as mudanças foram coerentes frente aos novos desafios enfrentados. No resultado obtido, houveram casos em que o desempenho do Estado já era alto no primeiro ciclo de aplicação, sendo a manutenção de tal pontuação um grande desafio e avanço que não foi explicitamente quantificado pela análise comparativa.

A tabela a seguir apresenta as médias de cada dimensão nos anos de aplicação do questionário MD GEFIS.

Resultado Comparativo das Notas Médias (2017 x 2022)

EIXO	2017	2022
GF - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	3,67	4
AT - Administração Tributária e Contencioso Fiscal	2	3,17
AF - Administração Financeira e Gasto Público	3,8	2,67

TABELA 3: Resultado médio das aplicações da MD-GEFIS em 2017 e 2022.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE..

É possível observar que duas, das três médias dos Eixos, apresentaram significativa evolução. Esse resultado demonstra o forte compromisso do Estado em trabalhar no planejamento e monitoramento de metas compatíveis com as recomendações apresentadas no primeiro ciclo de aplicação.

Nos próximos tópicos, será abordada a interpretação obtida pela equipe de coordenação acerca do desempenho de cada eixo e dimensão, comparando as principais mudanças entre as aplicações.

3.3.1 Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

No âmbito da gestão fazendária e transparência fiscal, vale destacar os efetivos resultados da instituição de planejamento estratégico, além de uma estrutura e sistemática para monitorar e avaliar as ações e resultados pactuados. Ressalta-se ainda, iniciativas voltadas para a implantação de modelo de governança de TI e para a preparação dos trabalhos voltados para automação dos procedimentos administrativos voltados para a geração de valor agregado na entrega de recursos estratégicos para as áreas finalísticas.

Com a revisão do instrumento de avaliação, foi incorporada uma nova dimensão, **GF.2 – Gestão de Riscos**, tema que ainda está em fase muito inicial de discussões no Estado e, portanto, foi classificado como Iniciante (-). Ademais, as dimensões **GF.3 – Gestão de Pessoas**, **GF.5- Gestão de Aquisições e Materiais** e **GF.6 – Gestão da Transparência e Cidadania Fiscal**, conforme demonstrado no gráfico a seguir, apresentaram uma redução na apuração interna.

Para a dimensão **GF.5 – Gestão de Aquisições e Materiais** foram utilizadas como referências de coleta das informações apenas as respostas da equipe da Secretaria da Fazenda. Pela metodologia, o olhar deveria ser mais abrangente e voltado para o estado de Pernambuco como um todo, contudo, para efeitos da aplicação apenas interna, a discussão não foi levada aos outros órgãos do Estado que participam dessa gestão, o que poderia vir a justificar tal diminuição de nota quando comparada a aplicação de 2022 com a de 2017.

Gestão Fazendária e Transparência Fiscal (2017 x 2022):

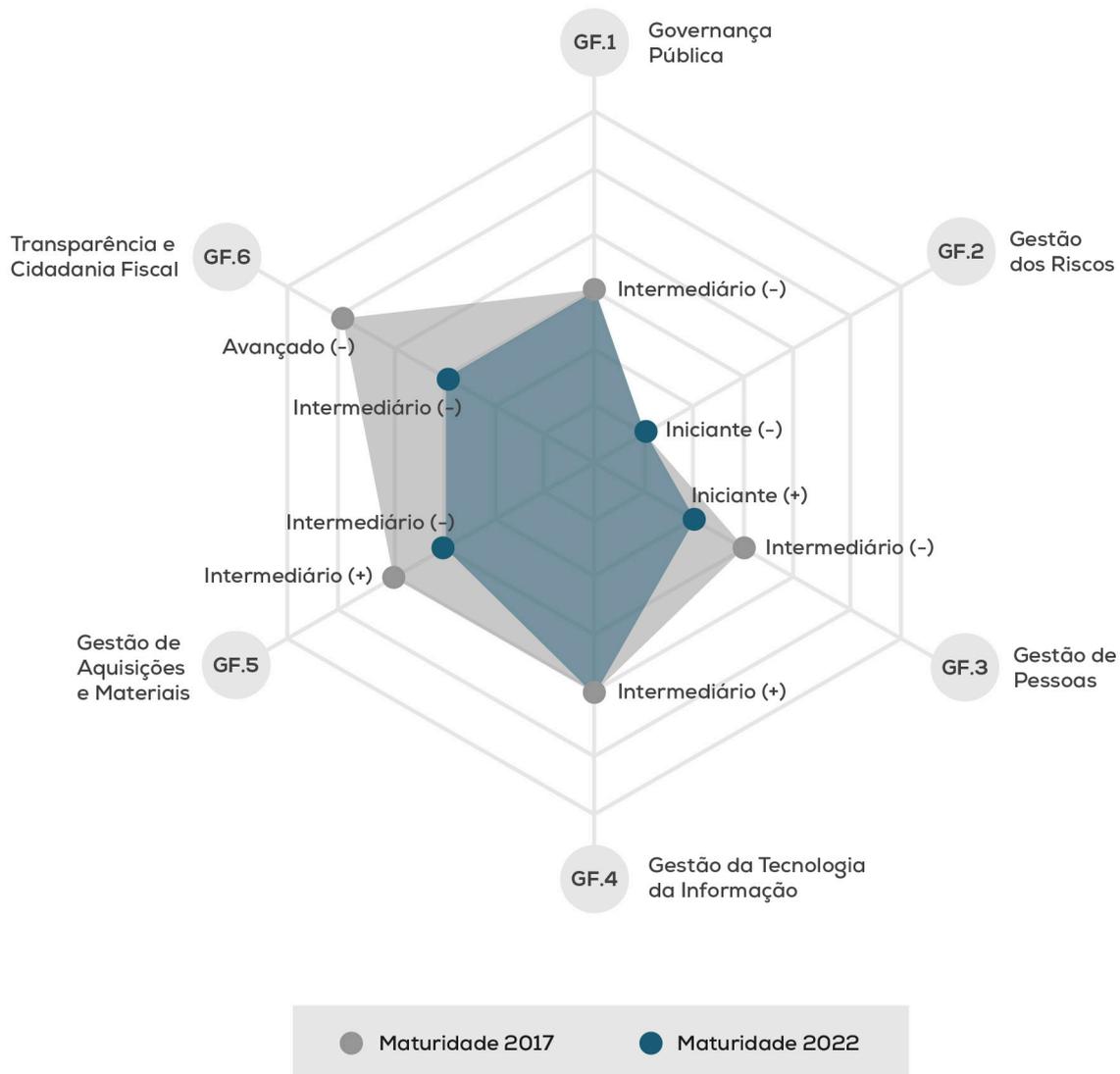


GRÁFICO 11: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal comparativo 2017 x 2022.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE..

As demais reduções nas maturidade dos eixos se devem, em parte, à inclusão de novos requisitos vinculados à transformação digital e à inovação. Além disso, observa-se também projetos que são fundamentais ao desenvolvimento da dimensão **GF.3 - Gestão de Pessoas** como o de trilhas de aprendizagem para apoiar as mudanças e melhorias dos diversos processos de qualificação dos servidores da SEFAZ e a remodelagem da unidade de educação corporativa. Além disso, se torna importante a implantação dos sistemas e funcionalidades de automação de processos que ainda estão em fases bastante iniciais e, conseqüentemente, seus resultados ainda não puderam ser obtidos e identificados na avaliação.

As dimensões **GF.1 - Governança Pública** e **GF.4 - Gestão da Tecnologia da Informação**, apesar da inclusão de novos processos e requisitos, não sofreram alterações em seus resultados nas duas aplicações. A GF.1 manteve-se como Intermediário (-), com nota 3, e a GF.4 como Intermediário (+), com nota 4.

A Superintendência de Tecnologia de Informação (STI) coordenou as ações de implantação da solução de Big Data e Analytics, iniciada no último trimestre de 2019, o que proporcionou o aumento na capacidade de tratamento, armazenamento e exploração de grandes volumes de dados dos diversos Documentos Fiscais Eletrônicos, atendendo à crescente demanda por informações, cruzamentos e malhas fiscais da Gestão da SEFAZ-PE. Essa importante evolução contribuiu com a estabilidade da dimensão de Gestão da Tecnologia da Informação, apesar da relevante mudança de requisitos.

A atuação da Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) com a evolução do modelo e o aperfeiçoamento no monitoramento do planejamento estratégico, revisado em 2019, aliada à eficiente governança de gestão de projetos e ao monitoramento da estratégia, também contribuíram para a estabilidade do nível Intermediário da **GF.1 - Governança Pública**, mesmo com as mudanças/introduções de processos e requisitos.

A tabela a seguir detalha os resultados obtidos em cada dimensão do eixo I nos dois ciclos de aplicação da MD-GEFIS.

Resultados nas dimensões do Eixo I:

DIMENSÃO	2017		2022	
	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
GF.1 - Governança Pública	3	Intermediário (-)	3	Intermediário (-)
GF.2 - Gestão dos Riscos	-	-	1	Iniciante (-)
GF.3 - Gestão de Pessoas	3	Intermediário (-)	2	Iniciante (+)
GF.4 - Gestão da Tecnologia da Informação	4	Intermediário (+)	4	Intermediário (+)
GF.5 - Gestão de Aquisições e Materiais	4	Intermediário (+)	3	Intermediário (-)
GF.6 - Transparência e Cidadania Fiscal	5	Avançado (-)	C	Intermediário (-)

TABELA 4: R resultados obtidos em cada Dimensão do Eixo I (2017 x 2022).
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE..

São destaques neste Eixo I:

- Planejamento estratégico e modelo de governança do órgão responsável pela gestão fiscal aprimorado;
- Gestão de projetos da gestão fiscal bem estruturada, com iniciativas e metodologia implantada e aculturada;
- Sistemática de Monitoramento e Avaliação das iniciativas e resultados aprimorada;
- Modelo de governança de TI da Secretaria diagnosticado e revisado;
- Soluções para trabalhar com grandes volumes de dados implantada e operacional.

Oportunidades de melhoria:

- Desenvolver e implantar para a gestão estadual um sistema de planejamento de longo prazo;
- Fortalecer a gestão da inovação e da transformação digital na gestão fiscal;
- Implementar gestão da comunicação e cultura organizacional da gestão fiscal;
- Implantar gestão de processos da gestão fiscal;
- Implantar metodologia de gestão de riscos, especialmente para as decisões estratégicas;
- Definir novos perfis e competências requeridas de acordo com as exigências de inovação e transformação digital;
- Impulsionar as áreas da gestão fiscal no uso efetivo das informações disponíveis para tomada de decisão;
- Aproveitar as oportunidades de integração de sistemas e automação nos processos de gestão de aquisições e materiais;
- Implantar sistemática de gestão da cadeia de suprimentos;
- Aprimorar o portal de transparência, automatizando a geração de informações e disponibilizando conteúdos de acordo com o perfil do cidadão a ser alcançado.

3.3.2 Administração Tributária e Contencioso Fiscal

No âmbito da administração tributária e contencioso fiscal, é possível observar os efetivos resultados dos investimentos feitos nas áreas de fiscalização e inteligência, cobrança e arrecadação, além de um importante foco na gestão e melhoria do atendimento ao contribuinte. Tais investimentos causaram efeitos positivos nos resultados de avaliação do eixo II.

Vale destacar que não ocorreu nenhum retrocesso neste eixo. As dimensões **AT.2 - Cadastro e Obrigação Tributária** e **AT.4 - Contencioso Fiscal** permanecem com resultado constante quando comparados à aplicação de 2017, enquanto as demais obtiveram avanços consideráveis.

É esperado que, em um futuro próximo de reaplicação da MD-GEFIS, a **AT.4** também melhore a sua maturidade, pois possui processos e requisitos a evoluir com relação direta a importantes projetos em preparação, a exemplo do upgrade na gestão e nos sistemas e processos do Tribunal Administrativo Tributário Estadual de Pernambuco (TATE). Esse projeto, iniciado recentemente, tem implementação planejada para começar no ano de 2023. No que tange à **AT.2**, é possível observar uma relação de continuidade da maturidade obtida com a evolução dos sistemas base como o SPED, REDESIM e o Portal Único do Exterior. Este último, ainda não consegue demonstrar seus avanços.

AT.1 - Políticas e Gasto Tributário avançou de Iniciante (+), com nota 2, para Intermediário (-), nota 3. Podemos inferir este avanço associado a duas ações tomadas pela Secretaria: o investimento no projeto de Sistema para concessão, gestão e monitoramento dos incentivos fiscais que já entregou alguns módulos de controle, e, principalmente, às mudanças na gestão e estrutura organizacional da área de Política Tributária.

Destaques positivos também para as dimensões **AT.5 - Serviços ao Contribuinte**, que passou de nota 1, Iniciante (-), para nota 3, Intermediário (-). Assim como a **AT.6 - Cobrança e Arrecadação**, que em 2017 possuía nota 2, como Iniciante (+), e em 2022 avançou para nota 4, como Intermediário (+), motivo pelo qual podemos atribuir essa importante evolução ao projeto da Régua de Cobrança, já implantado e operacional na SEFAZ PE, ademais, é possível citar os esforços e investimento da integração com a Procuradoria Geral do Estado, com o objetivo de aprimorar a gestão e controle da dívida ativa do Estado o que também contribuiu com os bons resultados do projeto da Régua de Cobrança.

Já a **AT.3 - Fiscalização e Inteligência Fiscal**, foi a que apresentou maior aderência ao questionário aplicado em 2022, com 75% de compatibilidade, nos seus 10 processos avaliados pela MD-GEFIS, obteve um avanço, de nota 3, como Intermediário (-) em 2017, para nota 4, como Intermediário (+) em 2022.

Assim como na dimensão **GF.4 - Gestão da Tecnologia da Informação**, o investimento em tratamento de grande volume de dados, contribuiu para as análises das informações dos contribuintes, o que acarretou na melhor constatação de possíveis sonegação e assim atuação mais efetiva sobre eles.

Além disso, todo o investimento feito para desenhar uma nova área (DFA) e novos processos de monitoramento, fiscalização e atendimento, junto à melhoria na gestão dos sistema e processos das fiscalização das fronteiras do Estado foram essenciais na avaliação. É válido mencionar a adoção de um novo modelo para o controle do trânsito de mercadorias utilizando todo o potencial das informações eletrônicas e das ferramentas tecnológicas. Entretanto, este importante projeto ainda não conseguiu apresentar seus resultados nas respostas do formulário.

Administração Tributária e Contencioso Fiscal (2017 x 2022):

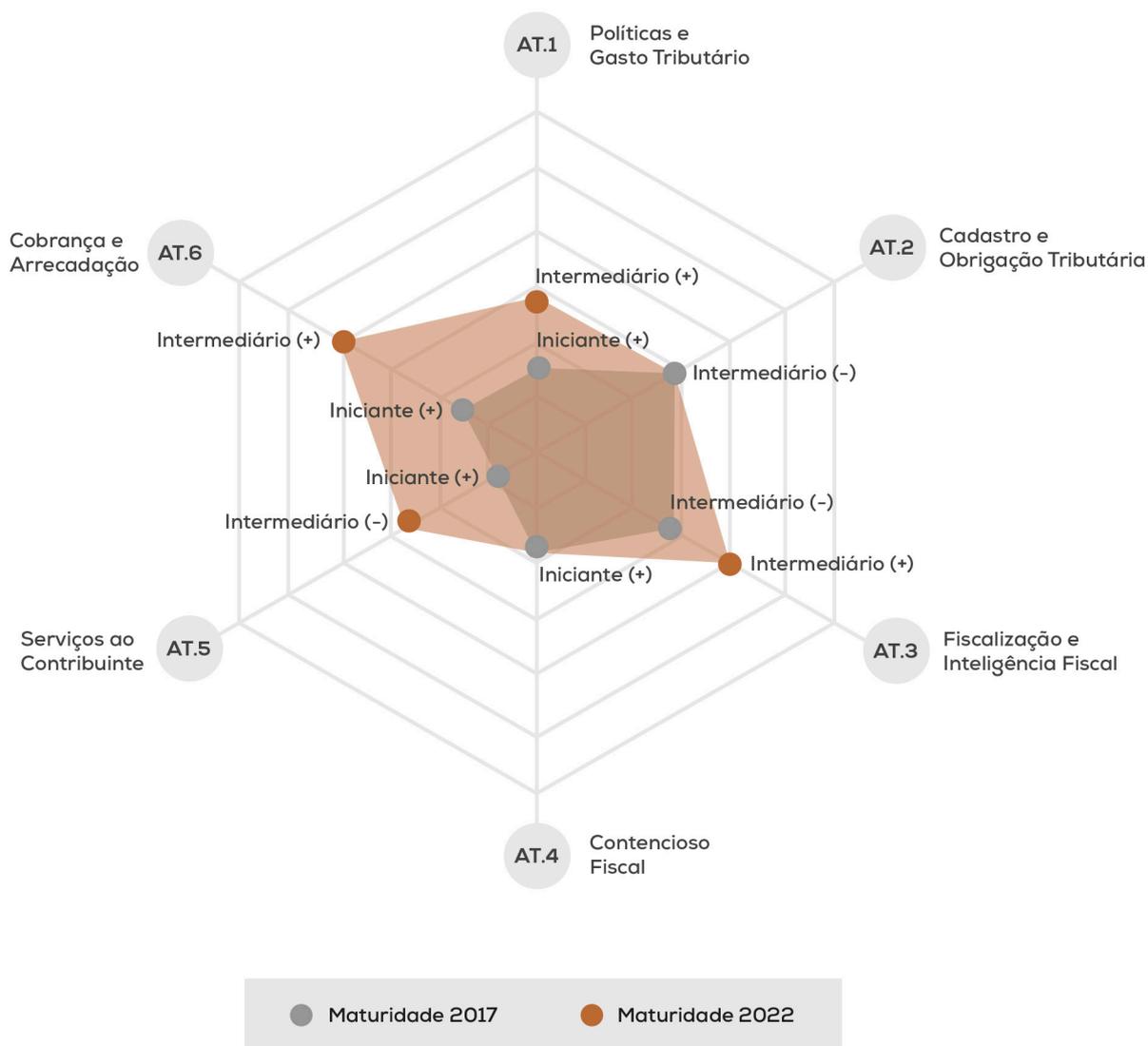


GRÁFICO 12: Administração Tributária e Contencioso Fiscal comparativo 2017 x 2022.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE..

A tabela a seguir detalha os resultados obtidos em cada dimensão do eixo II nos dois ciclos de aplicação da MD-GEFIS.

Resultados nas dimensões do Eixo II:

DIMENSÃO	2017		2022	
	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
AT.1 - Políticas e Gasto Tributário	2	Iniciante (+)	3	Intermediário (-)
AT.2 - Cadastro e Obrigação Tributária	2	Iniciante (+)	3	Intermediário (-)
AT.3 - Fiscalização e Inteligência Fiscal	3	Intermediário (-)	4	Intermediário (+)
AT.4 - Contencioso Fiscal	2	Iniciante (+)	2	Iniciante (+)
AT.5 - Serviços ao Contribuinte	1	Iniciante (-)	3	Intermediário (-)
AT.6 - Cobrança e Arrecadação	2	Iniciante (+)	4	Intermediário (+)

TABELA 5: Resultados obtidos em cada Dimensão do Eixo II (2017 x 2022).
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE..

São destaques neste Eixo II:

- Desenvolvimento de sistema informatizado para controle dos benefícios concedidos e para subsídio às auditorias dos beneficiários;
- Apuração da brecha de política tributária do IPVA;
- Política de informação que define operacionalmente os requisitos para a exigência do sigilo fiscal, bem como para a disponibilização em dados abertos;
- Avanços e iniciativas no processo da descoberta de aprimoramento do conhecimento em dados fiscais;
- Monitoramento dos grandes contribuintes do ICMS;
- Procedimentos da malha fiscal do ICMS;
- Processos sólidos para execução da Inteligência Fiscal;
- Avanço no redesenho do modelo para o controle do trânsito de mercadorias utilizando o potencial das informações eletrônicas e das ferramentas tecnológicas.

Oportunidades de melhoria:

- Implantar sistemática de avaliação da brecha de cumprimento do ICMS;
- Desenvolver e implantar metodologia de apuração de todo o gasto tributário;
- Implantar a integração do REDESIM processando o conjunto dos eventos especificados, nos municípios do estado;
- Implantar a classificação de Riscos de Contribuintes, de acordo com a Conformidade Tributária;
- Evoluir com os procedimentos da Malha Fiscal do ICMS para a autorregularização;
- Aprimorar os mecanismos de consulta à Legislação Tributária;
- Implantar o sistema de controle e gestão do contencioso.

3.3.3 Administração Financeira e Gasto Público

A área de administração financeira e gasto público já são destaques no Estado de Pernambuco, o que se confirma na aplicação feita em 2022, que demonstrou a continuidade e avanços nesses bons resultados.

Foi observado no eixo III que as médias de suas dimensões, em sua maioria, apresentaram evolução, principalmente a **AF2 - Políticas, Programação e Execução Financeira**, que em 2017 posicionou-se como Intermediário (-), obtendo nota 4, e em 2022 foi classificado como nível Avançado (-), alcançando nota 5.

Pode-se mencionar também a dimensão **AF.6 - Gestão de Custos e Gastos Públicos**, que evoluiu de Iniciante (-), nota 1, para Iniciante (+), nota 2. Os resultados desta dimensão podem estar associados ao amadurecimento e uso efetivo de painéis e informações atualizadas para o monitoramento continuado da gestão fiscal, além do desenvolvimento com o projeto de automatização do Fluxo de Caixa e o próprio aprimoramento do modelo de gestão do tesouro estadual, que contou com investimentos e apoio de uma consultoria externa. Por fim, também é importante evidenciar os avanços alcançados com uma maior integração dos processos da Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria da Fazenda, que vêm gerando maior capacidade de monitoramento e controle das políticas fiscais.

Ainda explorando o destaque do eixo III, em relação à evolução futura da dimensão **AF.2**, é possível citar as atividades derivadas do projeto fluxo de caixa automatizado, a Sistemática e Sistemas de Gestão dos TETOS de Gastos Públicos, controle das receitas e despesas de transferências, monitoramento e controle das políticas fiscais e a automação do Contas a Pagar. Elas são ações em que são projetadas todas as receitas e despesas do Estado com o objetivo de monitorar a tendência dos resultados para subsidiar a gestão do Tesouro Estadual.

Como observado no diagrama a seguir, a **AF.1 - Planejamento e Execução Orçamentária** permaneceu com nota 4, Intermediário (+), enquanto as dimensões **AF.3 - Gestão de Ativos e Passivos** e **AF.4 - Gestão Contábil** permaneceram constantes, com nota 5, em nível Avançado (-). Isso demonstra um nível alto de compatibilidade para o aprimoramento da Contabilidade da Folha de Pagamento e para

o aprimoramento da Contabilidade da Folha de Pagamento e para a Gestão e Controle Patrimonial do Estado de Pernambuco, ambos em curso no Profisco II.

A dimensão **AF.5 - Gestão da Dívida Pública** também permaneceu constante, com nota 3 e nível Intermediário (-). Esta é uma dimensão que também irá desfrutar de crescimento com o produto da Gestão da Dívida Pública do Profisco.

Administração Financeira e Gasto Público (2017 x 2022):

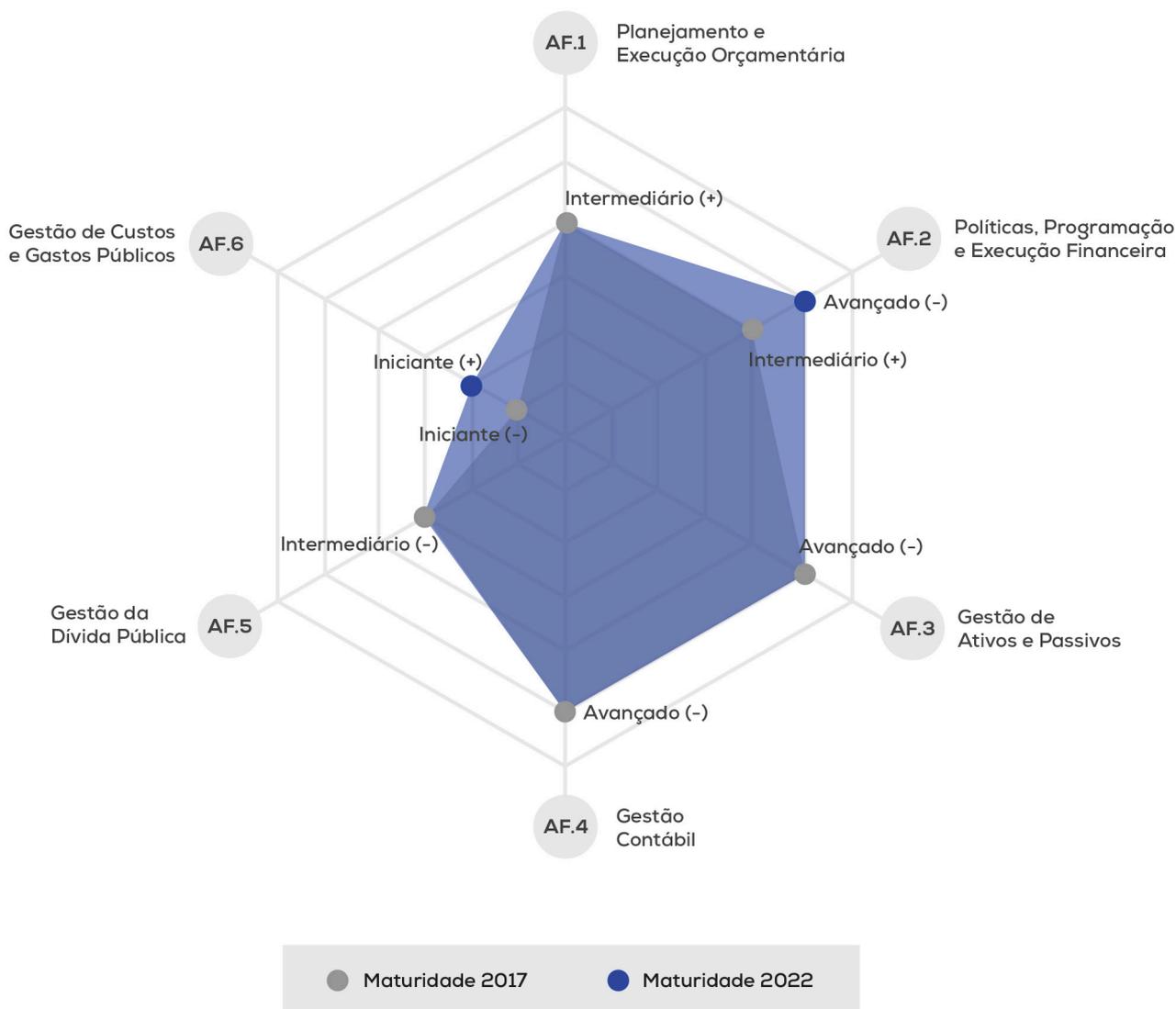


GRÁFICO 13: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal comparativo 2017 x 2022.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE..

Parte relevante dos processos da AF.6 - Gestão de Custos e Gastos Públicos precisam da atuação de órgãos externos à SEFAZ, o que torna as ações de evolução um tópico mais complexo e que demanda um patrocínio dentro e fora da Secretaria. Contudo, mesmo possuindo o nível baixo de aderência, a AF.6 evoluiu na auto aplicação de 2022 quando comparada a de 2017. Esse fato possui relação direta com o projeto SIC-PE (Sistema de Informações de Custo), que foi desenvolvido pela SEFAZ e que está apto a receber as informações de consumo dos órgãos. O próximo passo é sua capilarização nas setoriais.

A tabela a seguir, detalha os resultados obtidos em cada dimensão do eixo III nos dois ciclos de aplicação da MD-GEFIS.

Resultados nas dimensões do Eixo III:

DIMENSÃO	2017		2022	
	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
AF.1 - Planejamento e Execução Orçamentária	4	Intermediário (+)	4	Intermediário (+)
AF.2 - Políticas, Programação e Execução Financeira	4	Intermediário (+)	5	Avançado (-)
AF.3 - Gestão de Ativos e Passivos	5	Avançado (-)	5	Avançado (-)
AF.4 - Gestão Contábil	5	Avançado (-)	5	Avançado (-)
AF.5 - Gestão da Dívida Pública	3	Intermediário (-)	3	Intermediário (-)
AF.6 - Gestão de Custos e Gastos Públicos	1	Iniciante (-)	2	Iniciante (+)

TABELA 6: R resultados obtidos em cada Dimensão do Eixo III (2017 x 2022).
 Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE..

São destaques neste Eixo III:

- Uso efetivo de painéis e informações atualizadas para definição e monitoramento continuado da gestão fiscal;
- Maior capacidade de monitoramento e controle das políticas fiscais com ampliação da integração dos processos da secretaria de planejamento e gestão e secretaria da fazenda;
- Planejamento estadual (PPA, LDO E LOA) e a programação financeira elaborados com base nas previsões fiscais;
- Gestão de fundos estaduais controlados pelo tesouro;
- Evolução no uso do sistema informatizado de gestão da dívida.

Oportunidades de melhoria:

- Desenvolver instrumentos de gestão de investimentos que incluam banco de projetos e metodologias de avaliação de custo-benefício;
- Previsões dos fluxos de caixa realizadas com apoio/uso do sistema financeiro estadual;
- Automatizar integralmente o processo de conciliação bancária do Estado, incorporando todas as contas bancárias, inclusive das unidades descentralizadas;
- Instituir sistemática de atualização de inventário, com toda a carteira dos imóveis da Administração Direta e Indireta;
- Estabelecer o acompanhamento, a orientação técnica e a avaliação da atuação dos representantes do Estado nos conselhos;
- Desenvolver e implementar análise de sustentabilidade fiscal, com avaliação de cenários de médio e longo prazo;
- Promover maior integração da política de gestão de custos públicos com os instrumentos de planejamento e orçamento;
- Elaborar uma política estruturada de avaliação de resultados e de impactos de políticas e programas;
- Implantar o modelo de apuração de custos por programa / projeto / função / serviço / unidade pelo menos para uma unidade setorial;
- Promover maior integração da política de gestão de custos públicos com os instrumentos de planejamento e orçamento.

04



APONTAMENTOS

Capítulo 04

Análise dos Apontamentos referentes ao PROFISCO II



Ao longo deste tópico, serão **trazidas as principais análises e preocupações referentes à continuidade dos projetos do PROFISCO II PE**, discutidas durante os encontros de monitoramento do programa: a **Missão de Supervisão e a Revisão de Carteira**.

Conforme já apresentado nos ritos do Capítulo 1, as missões de análise de carteira e monitoramento ocorrem periodicamente desde a preparação e o início da execução do PROFISCO II. Neste ano, em julho de 2022, foi realizada a **5ª Missão de Supervisão**, já as revisões de carteira podem acontecer 1 ou 2 vezes ao ano. A última revisão ocorreu em maio de 2022 e foi a terceira desde o início da execução do Programa.

Nem todos os produtos são debatidos nessas reuniões, a revisão de carteira inclusive não tem como foco execuções específicas, pois **promove um debate de riscos em nível mais estratégico**. Os projetos que são elencados para serem apresentados e debatidos, possuem aspectos relevantes em comum: serem **produtos obrigatórios do PROFISCO**, possuírem **riscos associados ao seu elevado valor de execução financeira**, ou terem contratações diferenciadas, inovadoras e/ou transversais à vários produtos (ex. Fábrica de Software). Outro quesito importante e levado em consideração são os **marcos físicos e financeiros** que estes produtos precisam fornecer.

Durante os últimos encontros citados, foram sugeridos acordos e recomendações para a mitigação dos riscos identificados. Tais apontamentos estão sendo endereçados, por meio deste documento, à próxima gestão, a fim de que possam dar continuidade às ações em curso, sem prejuízo ao andamento e ao sucesso da execução do PROFISCO II PE.

4.1 Apontamentos da Revisão de Carteira

Com o intuito de seguir na busca pela sustentabilidade da gestão fiscal, as Revisões de Carteira foram realizadas com o objetivo de debater e avaliar o desempenho dos projetos do Programa. Ocorreram, ao longo da gestão atual, três revisões: **em setembro de 2019, em maio de 2021 e em maio de 2022**.

A reunião de carteira conta com a **participação da Equipe de Operações do BID, com representantes da SEAIN (Secretaria de Assuntos Internacionais), da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e da Coope (Coordenação Geral de Programas e Projetos), todos do Ministério da Economia, além da coordenação do PROFISCO II da SEFAZ-PE**. Nas três revisões de carteira, o PROFISCO II PE **recebeu nota de classificação máxima (3.0) pela apresentação dos resultados** obtidos durante o período.

Durante a revisão ocorrida em maio de 2022, tendo este olhar mais profundo e estratégico da carteira, **foram propostos acordos para mitigar os riscos e garantir a continuidade dos bons resultados já endereçados pelo PROFISCO II**. Os tópicos críticos escolhidos para a proposição de acordos estão diretamente **relacionados às suas execuções financeiras**. Além dos valores expressivos, contam também com **marcos relevantes a serem entregues no ano de 2022**, corroborando com a **preocupação em relação ao cumprimento da execução planejada**.

Os acordos registrados na reunião e os detalhes de encaminhamento da solução podem ser observados e entendidos a seguir.

Acordos registrados na reunião de Revisão de Carteira 2022:

TÓPICO CRÍTICO	PRODUTO/SUBPRODUTO	ACORDO	EXPIRAÇÃO	ESTADO
Fábrica de Softwares	Tema transversal e relacionado à entrega de diversos subprodutos dos componentes 2 e 3	Apresentar a solução efetiva para a execução da "Nova" Fábrica de Software	Agosto/22	Acordo Cumprido
Contratação e licitações	1.2.2 Programa de formação continuada implantado	Finalizar o(s) Processo(s) de Contratação para a Biblioteca/Memorial Fazendário	Outubro/22	Acordo Cumprido
	1.3.2 - Solução para monitoramento dos serviços de TI	Finalizar o(s) Processo(s) de Contratação da Solução de Defesa Cibernética	Dezembro/22	Em Andamento
	1.1.2 Processos de trabalho da Gestão Fazendária aperfeiçoados 2.6.1 Processos de atendimento automatizados com usabilidade aprimorada	Finalizar a contratação de Empresa para automação de Processos do Estado	Junho/22	Acordo Cumprido
Prestação de contas dos Adiantamentos de Recursos	Tema transversal a todos os produtos	Enviar prestação de contas parciais antes do pedido de um novo adiantamento	Dezembro/22	Acordo Cumprido
Desembolso Anual (2022)	Tema transversal a todos os produtos	Previsão de desembolso superior a US\$ 4 milhões (total) para o ano de 2022	Dezembro/22	Acordo Cumprido
Achados da Auditoria	Tema transversal a todos os produtos	Apresentar um plano de resposta e ação para os achados da Auditoria	Julho/22	Acordo Cumprido
Contrapartida	Tema transversal a todos os produtos	Apresentar um plano de ação que apresente o valor percentual a ser executado das contrapartidas no ano de 2022	Agosto/22	Acordo Cumprido

TABELA 7: Acordos registrados na reunião de Revisão de Carteira 2022.

Fonte: Revisão de Carteira 2022 - SEFAZ PE site oficial.

Tópico: Fábrica de Software

A Fábrica de Software representa uma das maiores execuções financeiras do PROFISCO II, além de ser uma das mais importantes contratações. Contudo, apresenta significativos riscos no que se refere aos prazos das entregas e a quantidade de pessoas contratadas para a execução dos projetos, sendo necessária a proposição de uma solução para esse impasse. Vale ressaltar ainda que manter a Fábrica de Sustentação atendendo aos produtos do PROFISCO II permitiu acelerar entregas físicas que dependiam da Fábrica Nova e ainda fazer aportes de contrapartida.

- **Encaminhamento da Solução:** A contratação da fábrica de software e consequentemente o início dos projetos não aconteceu no prazo esperado, ocorreu um atraso de praticamente 12 meses entre a expectativa de contratação e o início efetivo das atividades. O Contrato foi assinado em 15/10/2021, OS emitida em 19/10/2021 e os profissionais só começaram a atuar em 05/01/2022.

Aliado a este fato, tem ocorrido uma evolução baixa na contratação dos profissionais ao longo do período, resultando no **não atingimento do quantitativo previsto na proposta de trabalho apresentada pela fábrica**, com consequente impacto nos marcos de entregas definidos para os projetos.

A proposta de trabalho apresentada na conclusão do certame previa a alocação de 38 profissionais, em média, para a execução dos projetos. Contudo, desde o início da execução do contrato, em janeiro de 2022, não foi possível atingir o quantitativo previsto.

Em um segundo momento, devido à baixa execução física e financeira do contrato, foi apresentado pela fábrica um cronograma prevendo a alocação crescente de profissionais até 2024, atingindo 63 alocações no exercício de 2022, o que não se concretizou. Abaixo está detalhado o cronograma de alocação proposto pela fábrica e o quadro da rotatividade durante o período de execução do contrato (janeiro a novembro de 2022):

Cronograma de alocação proposto pela fábrica para atender os projetos:

RESUMO	
2022	R\$ 3.897.224,20
2023	R\$ 8.658.489,60
2024	R\$ 8.680.963,99
TOTAL	R\$ 21.236.677,79

UNIDADE DE SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANTI-DADE ESTIMADA DEZ/22 ALOCAÇÃO	VALOR FATURAMENTO / ANUAL 2022	QUANTI-DADE 2023	VALOR FATURAMENTO / ANUAL 2023	QUANTI-DADE 2024	VALOR FATURAMENTO / ANUAL 2024
USTP - 1	Serviço de gerenciamento de Projetos	0	-	0	-	0	-
USTP - 2	Serviço de Administração de Dados e de Banco de Dados	0	-	2	R\$ 261.446,40	2	R\$ 261.446,40
USTP - 3	Serviço de Analista de Sistemas Pleno	10	R\$ 933.828,84	9	R\$ 1.107.302,40	12	R\$ 1.476.403,20
USTP - 4	Serviço de Analista de Negócios Sênior	8	R\$ 245.575,44	6	R\$ 784.399,20	6	R\$ 784.201,60
USTP - 5	Serviço de Analista de Testes	8	R\$ 310.366,99	6	R\$ 738.201,60	6	R\$ 738.201,60
USTP - 6	Serviço de Projeto e Arquitetura de Software	0	R\$ 46.842,48	4	R\$ 522.892,80	2	R\$ 261.446,40
USTP - 7	Serviço de Programação de Sistemas Pleno	34	R\$ 1.844.654,35	46	R\$ 4.244.659,20	47	R\$ 4.297.891,99
USTP - 8	Serviço de Scrum Master	2	R\$ 271.343,56	6	R\$ 738.201,60	7	R\$ 861.235,20
USTP - 9	Serviço de Business Intelligence	1	R\$ 144.612,54	2	R\$ 261.446,40	0	-
TOTAL		63	R\$ 3.897.244,20	81	R\$ 8.658.489,60	82	R\$ 8.680.963,99

TABELA 8: Cronograma de alocação proposto pela fábrica para atender os projetos.
Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação/SEFAZ-PE.

Na tabela abaixo, é possível ter a visão das entradas e saídas de profissionais do contrato da fábrica no ano de 2022, bem como a quantidade alocada por mês, a partir do início das atividades em 05/01/2022. Conforme se pode observar, o quantitativo de 38 profissionais alocados previsto na proposta inicial não foi atingido em qualquer dos meses.

Quadro de rotatividade dos profissionais alocados pela fábrica:

MÊS	ENTRADAS	SAÍDAS	QUADRO DE PROFISSIONAIS
Jan/2022	0	0	19
Fev/2022	3	1	21
Mar/2022	0	2	19
Abr/2022	5	0	24
Mai/2022	4	0	28
Jun/2022	4	2	30
Jul/2022	9	3	36
Ago/2022	6	5	37
Set/2022	1	3	35
Out/2022	2	2	35
Nov/2022	1	3	33

TABELA 9: Rotatividade dos profissionais alocados pela fábrica.
Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação/SEFAZ-PE.

Outra questão a ser ressaltada está relacionada à composição dos times dos projetos em execução. Dos 10 (dez) projetos em andamento, 07 (sete) estão sendo executados com times mistos, compostos por parte dos profissionais da Fábrica de Sustentação e parte da Fábrica Nova.

Esta ação tem permitido evoluir com algumas entregas definidas para os projetos, minimizando impactos. Contudo, vários projetos não iniciaram a execução.

Composição dos times dos projetos que estão em execução:

(*) os profissionais que estão pendentes de contratação para os produtos em andamento

PRODUTO	SISTEMAS	MARCO PROFISCO	FÁBRICA	SUSTENTAÇÃO
2.2.1 Integração com RE-SIM (Receita Federal, Junta Comercial e município)	CSN	1 módulo de integração com a REDE-SIM entregue e mantido até 2024	Desenvolvedor 1 Desenvolvedor 2* Desenvolvedor 3* Analista de Sistemas* Analista de Testes	Scrum Analista de Negócio
2.2.3 Pagamento Centralizado do ICMS no Portal Único do Comércio Exterior em integração com a Receita Federal implantada	BMI	1 relatório de integração do Estado ao Portal Único de Comércio Exterior em 2022 e 1 Relatório de Cálculo automatizado do ICMS no Portal Único do comércio em 2024	Desenvolvedor 1 Desenvolvedor 2 Desenvolvedor 3* Scrum Analista de Sistemas Analista de Teste Analista de Negociação	-
2.2.4 Novo Modelo de Monitoramento do Simples Nacional	GSN	Marco 2014 (prioridade CAT)	Desenvolvedor 1 Desenvolvedor 2 Desenvolvedor 3 Analista de Sistemas 2*	Scrum Analista de Sistema 1 Analista de Teste Analista de Negócio

PRODUTO	SISTEMAS	MARCO PROFISCO	FÁBRICA	SUSTENTAÇÃO
2.2.5 Declaração/homologação do ICMS antecipado	CMT - ICMS antecipado	Marcos: 4 módulos 1. Declaração/informação - 2023 2. Notificação - 2023 3. Atuação - 2023 4. Riscos dos Contribuintes - 2024	Desenvolvedor 1* Desenvolvedor 2* Desenvolvedor 3* Analista de Sistemas 1 Analista de Sistemas 2 Analista de Negócio	Scrum Analista de Teste
2.3.1 Modelo de fiscalização e controle de fronteiras reestruturado	GOF	1 Relatório do novo Sistema demonstrando a implantação baseada no processamento prévio dos DF e em 2022	Desenvolvedor 1 Desenvolvedor 2 Desenvolvedor 3* Analista de Sistemas 1 Analista de Teste	Desenvolvedor 4 Desenvolvedor 5 Desenvolvedor 6 Desenvolvedor 8 Scrum Analista de Sistemas 2 Analista de Sistemas 3 Analista de Negócio
2.4.2 Sistema de Gestão de Processos Fiscais (GPF) reestruturado e integrado ao SAJ da PGE	GPF	4 módulos do Sistema de Processos Fiscais entregues entre 2021 e 2024: 1. Parcelamento e Regularização Internet - 2021 2. Defesa Consistente - 2022 3. Integração com Cartórios - 2023 4. Integração com o SAJ - 2024	Desenvolvedor 1 Desenvolvedor 2* Desenvolvedor 3* Desenvolvedor 4* Analista de Sistemas 1 Analista de Sistemas 2	SCRUM Analista de Teste Analista de Negócio
2.4.4 Sistema de restituição e ressarcimento tributário implantado	GRE	1 Sistema de restituição e ressarcimento tributário implantado em 2023 (prioridade CAT)	Desenvolvedor 1 Desenvolvedor 2 Scrum Analista de Sistemas Analista de Teste Analista de Negócio	-
3.1.1 Fluxo de caixa automatizado (conciliação dos extratos da conta única)	GFC	Integração com extratos bancários - 2023	Desenvolvedor 1* Desenvolvedor 2* Analista de Negócio	SCRUM Analista de Teste Analista de Negócio
3.1.2 Processo de validação das contas a pagar automatizado	ACP	1. Painel gerencial do contas a pagar - 2023 2. Painel operacional do contas a pagar - 2023 3. Recepção de arquivos - 2024	Desenvolvedor 1* Desenvolvedor 2* Analista de Negócio 2	SCRUM Analista de Sistemas 1 Analista de Teste Analista de Negócio
3.4.1 Módulo de cálculo da dívida pública implantado no e-Fisco	GDP	Módulo de cálculo implantado no e-Fisco em 2024 (prioridade CAT)	Desenvolvedor 1 Desenvolvedor 2 Desenvolvedor 3 Desenvolvedor 4* Desenvolvedor 5 SCRUM Analista de Sistemas 1 Analista de Sistemas 2 Analista de Teste Analista de Negócio	-

TABELA 10: Composição dos times de projetos que estão em execução.
Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação/SEFAZ-PE.

Diante dos fatos apresentados, tanto os projetos ainda não iniciados (que representam 11,97% do valor financeiro contratado), como os que estão com dificuldade para o cumprimento do plano de alocação apresentado pela fábrica, tiveram uma supressão em seus contratos. Esses projetos suprimidos serão desenvolvidos no modelo de contratação por produto.

Composição dos times dos projetos que estão em execução:

SISTEMAS	SUBPRODUTOS	CUSTO DE SUPRESSÃO	QUADRO DE PROFISSIONAIS
DEF	2.2.2 Sistemas corporativos adequados para utilização do SPED	R\$ 1.345.680,00	AFS (3.123), JST (2.580), DEF (480) e GMF (SPED) (240) - O DEF não será suprimido.
AAJ	2.4.3 Sistema de controle e acompanhamento do cumprimento das decisões judiciais do contencioso	R\$ 491.173,20	
GMF	2.5.1 Cruzamentos de Malha Fina ampliados pela solução de Processamento massivo de Dados (BIG DATA)	R\$ 98.234,64	
MOB	2.6.1 Processos de atendimento automatizados com usabilidade aprimorada	R\$ 617.851,47	
TOTAL		R\$ 2.552.939,31	
% em relação ao Valor do Contrato		11,97%	

TABELA 11: Projetos da Fábrica de Software que serão suprimidos e novamente contratados em um modelo de contratação por produto.
Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação/SEFAZ-PE.

Tópico: Contratação e Licitações (Biblioteca e Memorial Fazendário)

O Espaço Memorial SEFAZ foi idealizado com o objetivo de proporcionar o reconhecimento, a proteção e a valorização dos servidores e do patrimônio histórico da Secretaria, bem como construir um espaço para a dinamização das ações educativas do Programa de Educação Fiscal. A sua principal missão é criar um espaço de memória, cultura e educação fiscal, que deixará o legado de um trabalho conjunto com a sociedade de forma ampla, crítica e afetiva sobre a história da SEFAZ, seus valores e visões de mundo, mobilizados pela cidadania fiscal, pela solidariedade e pela transformação social.

A reforma da Biblioteca e a instalação do Memorial serão um importante legado, tanto para a Secretaria, como para os seus servidores. Essa iniciativa envolveu um conjunto de contratações de naturezas distintas e complexas, devido a este fator e por possuir uma meta de implantação do espaço em dezembro de 2022, essa contratação foi destacada como prioritária para o projeto.

- **Encaminhamento da Solução:** No que diz respeito à Biblioteca e ao Memorial Fazendário, as contratações e licitações foram concluídas, a execução está ocorrendo e a entrega física está prevista para o mês de dezembro de 2022.

Tópico: Contratação e Licitações (Defesa Cibernética)

A SEFAZ-PE armazena dados e disponibiliza informações através de diversos Sistemas de Tecnologia da Informação, essenciais para a gestão financeira e tributária do Estado. A segurança desse ambiente tecnológico e o acesso aos dados em tempo real são requisitos fundamentais para uma gestão eficiente. No intuito de prover os insumos necessários para o tratamento de eventos inesperados, no âmbito do acesso físico, dos incidentes elétricos, de climatização ou de sistemas de informação, considerando que os instrumentos e a infraestrutura de monitoramento atuais não atendiam mais à necessidade da Secretaria, foram planejadas e desenvolvidas as frentes de defesa cibernética.

- **Encaminhamento da Solução:** No que tange à Defesa Cibernética, uma das frentes do subproduto 1.3.2 Solução para Monitoramento dos Serviços de TI, a licitação já ocorreu e há avanços na implantação da ferramenta.

Tópico: Contratação e Licitações (Plataforma de Automação de Processos do Estado)

Surge da necessidade de modernizar e implementar novas formas de interatividade e colaboração nas plataformas digitais governamentais, que tornou-se imprescindível. Dessa forma, a demanda tem como objetivo, além de atender à legislação em face ao governo digital, utilizar os diversos canais para interação e colaboração na transformação digital dos governos, aproximando o cidadão do Estado, de forma rápida, descomplicada e eficaz.

Além disso, visa acelerar o desenvolvimento dos produtos digitais de maneira a atender mais rapidamente a sociedade por meio da implantação de tecnologias modernas que permitam o fornecimento de canais ágeis e com uma visão unificada dos serviços e informações públicas. Outro fator relevante é a geração de economicidade para o Governo, desonerando o custo público envolvido na operação dos serviços presenciais.

A plataforma de Automação de Processos do Estado será a provedora da tecnologia e dos sistemas necessários à automação dos processos administrativos internos e dos processos de atendimento ao contribuinte. Essa foi uma contratação bastante inovadora e, por conta disso, enfrentou uma série de atrasos. Durante a reunião da revisão de carteira, essa contratação foi destacada como prioritária para o projeto e o acordo visava o término da mesma, por meio da assinatura do contrato.

- **Encaminhamento da Solução:** Os contratos referentes ao processo de automação foram assinados em setembro/2022. Apesar do atraso, o acordo estabelecido foi cumprido.

Tópico: Prestação de contas dos Adiantamentos de Recursos

As prestações de contas parciais são importantes para um efetivo e mais próximo acompanhamento financeiro do projeto.

- **Encaminhamento da Solução:** Com relação ao pedido de adiantamento do PROFISCO II, foi realizada uma apresentação de contas durante missão de supervisão o que deu visibilidade ao montante já executado e permitiu ampliar a previsão de solicitação de adiantamento de US\$ 4 milhões para US\$ 5 milhões no ano de 2022.

Tópico: Desembolso Anual (2022)

O acordo de previsão de desembolso anual é importante para que o agente financiador faça um melhor planejamento da liberação dos recursos a serem repassados.

- **Encaminhamento da Solução:** Em 2022, foram solicitados USD 5.456.610,25 de recursos do empréstimo, sendo USD 412.742,61 de reembolso de despesas feitas pela Unidade Gestora PROFISCO e USD 5.043.867,64 de adiantamento de recursos. O adiantamento de recursos foi dividido em duas Solicitações de Desembolso (SD 13 e SD 15), sendo a primeira de USD 3.032.809,90, em junho, e a segunda totalizando USD 2.011.057,74, em novembro de 2022. Esse valor atendeu à revisão da previsão de execução financeira para o espaço de 180 dias, de novembro de 2022 a abril de 2023, que apontava para uma previsão da ordem de 1 milhão de dólares para o período. Até o momento foram desembolsados 17.733.678,16 de dólares o montante contratado do empréstimo.

Tópico: Achados da Auditoria

Em relação aos pareceres enviados pela auditoria externa, foram solicitadas explicações referentes aos achados indicados nos relatórios. Essa é uma tratativa comum, que faz parte do processo de avaliação do PROFISCO II.

- **Encaminhamento da Solução:** A auditoria externa independente apontou achados ao analisar o exercício de 2021. O BID, por meio da CBR-982/2022, de 14/06/2022, acusou o recebimento do relatório e solicitou à UCP um plano para a resolução dos pontos indicados. Em 24/10/2022 foi enviado, por meio do Ofício 017/2022 - UCP, o PLANO DE AÇÃO/RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO 2021, o qual apresenta a forma de tratamento das questões, bem como contestação acerca do Achado 4 - Processo licitatório com objeto não relacionado às atividades do projeto, com a discordância da UCP em relação ao apontamento. O BID acabou a contestação, conforme O-CSC/CBR-1899/2022, de 21/11/2022, entendendo que o objeto do processo é pertinente às atividades do PROFISCO II. Os demais achados requerem ação da UCP, que estão sendo efetivadas ao longo do presente exercício.

Tópico: Contrapartida

Por fim, no que se refere às contrapartidas, foi demonstrada preocupação em relação a sua baixa execução, pois houve um baixo número de aportes até o momento.

- **Encaminhamento da Solução:** Será aportada contrapartida no montante aproximado de U\$ 1,00 M. Também foi desenvolvido um plano de ação até 2024, por meio do PEP, documento contratual enviado em 30/11/2022, que apresenta como se darão os aportes das contrapartidas até o final do Programa.

4.2 Apontamentos da Missão de Transição 2022 (BID)

No ciclo de monitoramento dos projetos, ocorrem semestralmente as chamadas Missões de Supervisão, onde a equipe da UCP, que coordena as ações do PROFISCO II na SEFAZ-PE, recebe a equipe de coordenação do BID. Essas missões consistem em reuniões onde os líderes dos projetos financiados pelo PROFISCO apresentam ao BID um panorama atual de seus projetos.

Durante a 5ª Missão de Supervisão (julho de 2022), além dos pontos de debates ordinários da missão, que podem ser observados na Ajuda Memória assinada pelas equipes da UCP e BID, foi levantada a necessidade da realização de um novo encontro voltado exclusivamente para a preparação da transição do PROFISCO II à próxima gestão da SEFAZ-PE. Esse encontro ocorreu de 27 a 30 de setembro de 2022 e foi intitulado Missão de Transição, onde foram resgatados os objetivos iniciais de cada produto, as modificações ocorridas, os avanços em termos de execução e endereçados, para a próxima gestão, os principais riscos, desafios e potenciais dos produtos. Parte relevante do conteúdo dessa missão está representado por meio de tudo que está sendo abordado neste relatório de transição.

A seguir estão listados e detalhados os produtos que foram discutidos durante a Missão de Transição e que recomenda-se estarem no radar da próxima gestão, especialmente nos primeiros meses de governo.

1.1.2

Processos de Trabalho da Gestão Fazendária Aperfeiçoados*

Liderança: Alfredo Ottoni

Recomendação:

1. Planejar e Definir quais serão os 03 processos a serem automatizados na próxima gestão, de forma que as prioridades sejam feitas levando em conta o diagnóstico e a proposição de mudanças na SCI.
2. Medir o esforço atual em FTE por perfil e o tempo em dias para os processos que constam no roadmap da transformação de forma a possibilitar recalcular esses valores e evidenciar os ganhos após a automação.

Pontos de atenção:

1. Cronograma de entrega de 2022 com pouca elasticidade, considerando o planejamento apresentado que indica que os protótipos ficam prontos em novembro e a entrega final já será em dezembro.
2. Ponderação do BID quanto à distribuição do número de processos: foram previstos 07 processos para 2022 e apenas 04 para 2023/2024
3. Foi ontratada em agosto de 2022 a plataforma de automação de processos do Estado, tendo já sido iniciados os trabalhos de desenvolvimento na mesma.

2.6.1

Processos de Atendimento Automatizados com Usabilidade Aprimorada*

Liderança: Marcelo Ferreira

Recomendação:

Endereçar, para a próxima gestão, o roadmap das mudanças significativas no atendimento ao contribuinte com o uso de suporte tecnológico. Pensar na transformação digital do atendimento (quais os próximos processos mapeados e a priorização de ações de continuidade).

Pontos de atenção:

1. Importante incorporar a inteligência do Watson que já está contemplada na ferramenta da Central IT.
2. Foi ontratada em agosto de 2022 a plataforma de automação de processos do Estado, tendo já sido iniciados os trabalhos de desenvolvimento na mesma.

3.2.4

Prestação de Contas da OSS

Liderança: Lucivaldo Lourenço

Recomendação:

Que a Liderança do Produto destaque, em seu Plano de Ação de Transição, os principais resultados a serem obtidos e proponha um normativo mais robusto a fim de evitar que a portaria já lançada seja substituída e as operações nas unidades voltem a ser feitas, propositalmente, de forma manual e fora do sistema

Pontos de atenção:

Necessidade de entendimento sobre o aditivo contratual, tendo em vista que o valor necessário é superior aos 25% estabelecido pela norma. Priorizar, na proposição do Aditivo, a necessidade mais relevante.

3.1.1

Fluxo de Caixa Automatizado

Liderança: Graco Mesel

Recomendação:

1. Agendar visita técnica com a SEFAZ PI para entender o modelo entregue e verificar a viabilidade de implantação.
2. Fechar o escopo do projeto com o Secretário da Fazenda e Coordenador do Tesouro Estadual.
3. Definir a liderança responsável por retomar o projeto para o escopo definido, quer seja o original ou outro repactuado.

Pontos de atenção:

O líder atual assumiu o projeto recentemente e sua visão mostrou-se restrita à atuação em um modelo específico o que o impossibilitou de apresentar status e informação sobre todas as entregas da automação do Fluxo de Caixa.

3.1.5

Sistemática e Sistemas de Gestão dos Tetos de Gastos Públicos Implantados

Liderança: Mauro Ataíde

Recomendação:

Que a liderança do Produto prepare um material com bastante detalhes que documente os resultados que serão obtidos, esclarecendo que a metodologia e arquitetura já foram definidas. Ressaltar que é um produto intimamente ligado à qualidade do gasto e que seu escopo vai além visão de tetos de gastos públicos. É bastante recomendável o esforço para transmitir essa mensagem, de modo que o produto continue sendo prioridade pela próxima gestão.

Pontos de atenção:

Produto segue com baixa execução.

3.2.2

Novo Sistema de Administração de Convênios Implantado e Integrado ao SICONV

Liderança: **Thaís Oliveira****Recomendação:**

Que a liderança do Produto construa a nota técnica de suporte à transição de governo, considerando os dados originais do projeto, com todos os benefícios de acurácia previstos, além de um reforço com o olhar para a fragilidade existente e o custo que o retrabalho gera do ponto de vista da força de trabalho (FTE).

Pontos de atenção:

Não há.

3.1.4

Módulo de Gestão dos Precatórios e RPVs Implantado no e-Fisco

Liderança: **Felipe Lemos****Recomendação:**

1. Verificar a viabilidade técnica e judicial da adesão à ata de registro de preços da ATI, com a finalidade de adesão pela PGE.
2. Documentar o cenário atual do projeto, expondo a problemática central relacionada ao registro dos pagamentos, que envolve duração do processo, força de trabalho, acurácia reduzida e fragilidade significativa. Sendo relevante destacar os ganhos do projeto do ponto de vista de transparência e efetividade social.

Pontos de atenção:

1. A circunstancial inviabilidade da adesão à ata de registro de preços da ATI pode protelar a contratação pretendida, sendo necessária a realização de um novo processo licitatório, podendo comprometer o cronograma atual.
2. Risco natural associado à necessidade de colaboração dos agentes externos à PGE/SEFAZ.

3.5.1

Sistema de Informações de Custo (SIC-PE) Implantado no e-Fisco com Informações de Consumo

Liderança: **Stênio Melo****Recomendação:**

1. Definir uma nova liderança e desenhar uma nova estratégia de continuidade do projeto, com direcionamento claro do que seriam os próximos passos (qual piloto será realizado? UPE? Educação? Expresso cidadão? Quais as restrições, quais benefícios e plano de ação para viabilizar?).
2. Deliberar com o CTE sobre a continuidade desse projeto utilizando recursos do PROFISCO ou sobre o remanejamento do recurso para outra ação possível.

Pontos de atenção:

Aposentadoria das principais lideranças do projeto. Pouco patrocínio nas secretarias envolvidas para viabilizar a implantação do projeto.

3.3.1

Sistema da Gestão de Folha de Pagamento Implantado

Liderança: Ana Carolina Falcão

Recomendação:

Que as lideranças do produto estabeleçam um plano relacionado a forma como será feita a integração completa dos módulos para 2023. Extremamente importante apresentar na transição à nova gestão um plano robusto e detalhado do que ainda precisa ser feito, destacando os ganhos e justificativas para continuidade, qual o esforço envolvido na virada de chave e em qual momento será feita.

Pontos de atenção:

O BID recomendou que a institucionalização no Estado seja feita por meio de um decreto e solicitou uma reunião com a Secretária da SAD para tratar do produto. A equipe demonstrou que há ainda uma preocupação quanto a continuidade e manutenção das parametrizações, embora o processo esteja endereçando o arcabouço necessário.

2.2.5

Declaração/Homologação do ICMS Antecipado

Liderança: Luciana Antunes

Recomendação:

Avaliar os resultados da pesquisa realizada com demais estados sobre portais de auto regularização, com o objetivo de fortalecer os argumentos de defesa para o projeto.

Pontos de atenção:

Não é possível alterar a legislação devido ao contexto e momento presente, embora seja essencial por tocar em dois temas importantes, a automação de processos e a auto regularização.

2.2.3

Pagamento centralizado do ICMS no Portal Único do Comércio Exterior em integração com a Receita Federal implantado

Liderança: Eliana Lins

Recomendação:

Alinhar cronograma de entregas do projeto com o cronograma da Receita Federal, para aproveitar o calendário de homologações para o produto.

Pontos de atenção:

1. Risco de alterações nas equipes técnicas da SEFAZ e RFB.
2. Risco de alterações nos cronogramas da RFB.

2.3.1

Modelo de Fiscalização e Controle de Fronteiras Reestruturado (GOF)

Liderança: Marcelo Ferreira

Recomendação:

1. Garantir a priorização e continuidade do projeto, com foco na implantação da central de monitoramento. STI orientou entrar em contato com outros estados que já possuem centrais desse tipo para aprimorar o desenho do modelo.
2. Evidenciar, com detalhes, os próximos passos e resultados esperados.

Pontos de atenção:

Implantar a Central é um passo importante do projeto, mas pela natureza dessa implantação há risco de não ser priorizado no primeiro momento da nova Gestão.

2.4.1

Sistema do Contencioso Administrativo Tributário

Liderança: Davi Cozzi

Recomendação:

Conhecer os desenhos dos sistemas de São Paulo e Minas Gerais. O último dispõe de manuais detalhados dos processos, o que pode auxiliar no desenho e construção da automação das funcionalidades.

Pontos de atenção:

Projeto com orçamentação a ser definida após a finalização da construção do TR para a contratação.

1.2.2

Programa de Formação Continuada Implantado

Liderança: Walcleia dos Santos

Recomendação:

Dar celeridade a nomeação da nova direção da ESAFAZ, tendo como foco que a pessoa selecionada tenha perfil voltado para inovação e execução de projetos e que traga uma visão de gestão por dados, propondo capacitações e treinamentos que elevem a capacidade de inovar e trazer ideias tecnológicas nas áreas da SEFAZ. A Escola pode ajudar a desenvolver essa cultura na Secretaria. É primordial a criação de um plano de capacitação para a próxima gestão e os novos concursados que contemple esse novo paradigma da gestão de informações e inovação.

Pontos de atenção:

O BID alerta sobre a preparação do Plano de Capacitação para os novos concursados e fará o acompanhamento dessa entrega na próxima missão.

2.3.1

Modelo de Fiscalização e Controle de Fronteiras Reestruturado (GOF)

Liderança: Marcelo Ferreira

Recomendação:

1. Garantir a priorização e continuidade do projeto, com foco na implantação da central de monitoramento. STI orientou entrar em contato com outros estados que já possuem centrais desse tipo para aprimorar o desenho do modelo.
2. Evidenciar, com detalhes, os próximos passos e resultados esperados.

Pontos de atenção:

Implantar a Central é um passo importante do projeto, mas pela natureza dessa implantação há risco de não ser priorizado no primeiro momento da nova Gestão.

2.4.1

Sistema do Contencioso Administrativo Tributário

Liderança: Davi Cozzi

Recomendação:

Conhecer os desenhos dos sistemas de São Paulo e Minas Gerais. O último dispõe de manuais detalhados dos processos, o que pode auxiliar no desenho e construção da automação das funcionalidades.

Pontos de atenção:

Projeto com orçamentação a ser definida após a finalização da construção do TR para a contratação.

1.2.2

Programa de Formação Continuada Implantado

Liderança: Walecia dos Santos

Recomendação:

Dar celeridade a nomeação da nova direção da ESAFAZ, tendo como foco que a pessoa selecionada tenha perfil voltado para inovação e execução de projetos e que traga uma visão de gestão por dados, propondo capacitações e treinamentos que elevem a capacidade de inovar e trazer ideias tecnológicas nas áreas da SEFAZ. A Escola pode ajudar a desenvolver essa cultura na Secretaria. É primordial a criação de um plano de capacitação para a próxima gestão e os novos concursados que contemple esse novo paradigma da gestão de informações e inovação.

Pontos de atenção:

O BID alerta sobre a preparação do Plano de Capacitação para os novos concursados e fará o acompanhamento dessa entrega na próxima missão.

2.5.2

Sistema de Segurança Orgânica com Vistas a Atender o Sigilo Fiscal e a LGPD Implantado

Liderança: **Alfredo Ottoni****Recomendação:**

1. Coordenar as várias frentes em paralelo, priorizando as entregas dos marcos do subproduto.
2. Alinhar cronograma de entregas do projeto com o cronograma da Receita Federal, para aproveitar o calendário de homologações para o produto.

Pontos de atenção:

1. Risco de alterações nas equipes técnicas da SEFAZ e RFB.
2. Risco de alterações nos cronogramas da RFB.
2. Devido ao grande volume de contratações e aquisições é necessário um planejamento e acompanhamento mais minuciosos para garantir o avanço de todas as frentes de modo a não comprometer os marcos do projeto.

Fábrica de Software

Liderança: **Danielle Campello****Recomendação:**

1. Replanejar os produtos para adequação ao cronograma de execução do PROFISCO, incluindo a estimativa de tempo para mobilizar e adaptar a equipe e, conseqüentemente, o impacto sobre as entregas pactuadas.
2. Ampliar a participação da STI nos projetos, aumentando o envolvimento da equipe de TI nas capacitações.
3. Analisar projetos que possam ser suprimidos da fábrica, observando-se as disposições do contrato atual, e contratar esses produtos para serem desenvolvidos fora da fábrica, a fim de acelerar a execução dos mesmos.

Pontos de atenção:

Quantitativo de profissionais insuficiente no mercado, resultando na alta rotatividade da equipe e atraso no cronograma acordado inicialmente.

UCP PROFISCO

Liderança: **Fábio Henrique****Recomendação:**

1. Elaborar um modelo padrão de coleta de informações para o Relatório de Transição e consolidar os documentos disponibilizados pelos líderes dos projetos.
2. Revisar o arranjo institucional de execução do Profisco, levando em consideração a contratação de gerentes de projetos externos, com vistas ao cumprimento dos marcos pactuados.
3. Solicitar aditivo de prazo para o contrato do PROFISCO, fazendo a devida justificativa, em função da necessidade específica de alguns projetos impactantes ao programa.

Pontos de atenção:

1. Curto prazo para elaboração do Relatório de Transição.
2. Risco de não obter prazos das entregas futuras para alguns projetos, pois os mesmos ainda não foram iniciados ou estão começando agora.

*Para os produtos 1.1.2 e 2.6.1, foi contratada em ago/2022 a plataforma de automação de processos do Estado, tendo já sido iniciados os trabalhos de desenvolvimento na mesma.

05



OPORTUNIDADES

Capítulo 05

Oportunidades para o PROFISCO PE



A modernização da gestão fiscal tem como **principais objetivos aumentar a arrecadação, melhorar a qualidade do gasto público e promover o crescimento econômico do Estado.**

Ao longo dos últimos 25 anos, o **BID vem apoiando o processo de modernização e descentralização fiscal no Brasil por meio de programas de financiamento da gestão fiscal subnacional.** Esse apoio teve início com o "Programa Nacional de Apoio à Modernização Fiscal para os Estados Brasileiros", executado entre 1996 e 2006. O segundo projeto, iniciado em 2009, foi o Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (**Profisco I**), que permitiu, entre outras coisas, **implantar a infraestrutura necessária para recepção digitalizada dos documentos fiscais, a estruturação de bases de dados e a criação de capacidade analítica e inteligência fiscal.**

O Profisco I de cada ente foi desenhado considerando o diagnóstico específico realizado para cada estado, visando atender às suas necessidades individuais. Além disso, todos os projetos deveriam incorporar dois produtos obrigatórios: A implantação do SPED, composto pela NF-e, a Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Escrituração Contábil Digital (ECD); e a implantação do Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc).

Os bons resultados alcançados pelo Profisco I trouxeram novos debates sobre a **continuidade do aperfeiçoamento da Gestão Fiscal** em uma nova demanda relativa a sua modernização. A Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (SE/MF) e todo o corpo técnico ligado ao CONFAZ elaboraram um documento com as Diretrizes e Recomendações Técnicas para o Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal dos Estados Brasileiros.

Documento de Diretrizes e Recomendações Técnicas:



IMAGEM 7: Capa do documento com as Diretrizes e Recomendações Técnicas para o Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal dos Estados Brasileiros.
Fonte: SE/MF e CONFAZ.

Assim, a partir do Profisco II, **o desenho do novo programa foi muito calcado nos problemas e alternativas de solução apresentados pelo diagnóstico, aliado ao movimento de aplicação nos estados e nos resultados obtidos na MD-GEFIS.**

Esse ciclo de modernização da gestão fiscal buscou atender as diretrizes e recomendações técnicas propostas no diagnóstico mencionado. **Dessa forma, os principais resultados esperados para o Profisco II dizem respeito:**

- Ao aumento da satisfação dos contribuintes;
- A redução do tempo de tramitação dos processos julgados pelo contencioso administrativo fiscal;
- Ao incremento da arrecadação do ICMS;

- A integração dos fiscos;
- A sustentabilidade fiscal e crescimento econômico;
- A transparência e controle social;
- Ao aperfeiçoamento da gestão de pessoas, da gestão do conhecimento e da gestão fiscal;
- A maximização do cumprimento tributário;
- A utilização de indicadores para medir a gestão e melhorar o desempenho;
- A modernização dos Tesouros Estaduais e da contabilidade;
- Ao aumento da transparência financeira;
- A melhoria da qualidade do gasto público;
- Ao gerenciamento da dívida e dos passivos contingentes; e
- A reestruturação das instituições fiscais nas áreas de orçamento e contabilidade.

Considerando a mudança de gestão, o desempenho atual da carteira de projetos do Profisco II, a última auto aplicação da MD-GEFIS, bem como a necessidade de ampliar o rol de soluções implementadas pelo programa, apresentaremos a seguir um conjunto de possibilidades de novos projetos e oportunidades de melhoria que foram identificados e prospectados.

5.1 Oportunidades Identificadas a partir da auto aplicação da MD-GEFIS e do Monitoramento e Missões de Supervisão com o BID

Auto aplicação da MD GEFIS:

As oportunidades identificadas na auto aplicação da MD-GEFIS foram apresentadas em detalhe no Capítulo 3 do presente relatório. Entretanto, é válido destacar a oportunidade da realização, no próprio ano de 2023, da aplicação oficial da metodologia, sendo coordenada pelo próprio Banco Interamericano. A partir desta oportunidade e recomendação, é importante ressaltar dois pontos, um de forma e outro de conteúdo.

1. Sobre a forma de aplicação, observamos que a metodologia utilizada pelo SEF/MG e apresentada na 54ª Reunião da COGEF é bastante facilitadora e pode ser compartilhada também com os outros estados. Entretanto, como **lição aprendida do uso dessa metodologia**, pudemos observar que **a aplicação exige uma preparação inicial por parte das áreas que serão demandadas, sendo necessária uma etapa de sensibilização.**

Dentro deste momento prévio à aplicação, foi percebido que deveria ter sido **primeiramente trazida a importância da aplicação para SEFAZ como um todo, com o objetivo de trazer engajamento e colaboração por parte dos servidores.** Logo após isso, a **apresentação do cronograma com os entregáveis detalhados** é necessária para que exista uma clareza e **preparo prévio antes mesmo de dar-se início ao diagnóstico.**

2. Sobre o conteúdo, isso já foi observado a partir da análise do impacto dessas iniciativas na gestão fiscal do Estado de Pernambuco, os resultados desse importante diagnóstico também dão **relevante suporte à continuidade do investimento nos projetos do PROFISCO. O resultado pode ser usado como termômetro de que áreas, processos e/ou temáticas precisam de mais atenção e aportes financeiros para subsidiar o desenvolvimento de soluções que gerem valor.**

Com o intuito de aproveitar o diagnóstico realizado, dentro deste capítulo focado em oportunidades para o Programa, são trazidas a seguir, de acordo com os **Eixos Temáticos (I, II e III)**, os **principais pontos de atenção que surgiram após a consolidação do resultado da aplicação.** Os **critérios** utilizados para a classificação foram tanto as **menores notas por eixo (abaixo de 3)**, como também temas que tiveram **reduções na avaliação de 2017 para o ano de 2022.**

EIXO I - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal:

Temática	Nota de Avaliação (2017 x 2022)	Oportunidade
1. Gestão de Riscos	Início em 2022 com nota 1	Oportunidade de aprofundamento na temática, que ainda está em fase inicial no Estado como um todo, dentro da Sefaz através da implantação da metodologia de gestão de riscos, apoiando as tomadas de decisões estratégicas.
2. Gestão de Pessoas	Queda da nota 3 para nota 2	Devido às novas exigências, não somente frente aos requisitos da avaliação, mas às necessidades que o atual contexto demanda, é preciso ter um olhar mais focado nas transformações digitais que podem ser feitas. É importante um foco na implantação dos sistemas e funcionalidades de automação de processos, além disso, se faz necessária a remodelagem da unidade de educação corporativa, tornando o aprendizado do servidor mais fluido, autônomo e flexível.
3. Transparência e Cidadania Fiscal	Queda da nota 5 para nota 3	Assim como há uma nova necessidade do servidor frente à gestão de pessoas, existem novos desafios em relação à atuação com o cidadão. Com isso, é preciso buscar entender mais a fundo os diferentes perfis dos cidadãos, aprimorando o portal de transparência, automatizando a geração de informações e disponibilizando conteúdos conforme os perfis mapeados.
4. Gestão de Aquisições e Materiais	Queda da nota 4 para nota 3	Apesar da justificativa para a queda na pontuação, a gestão de aquisições e materiais possui uma importante relevância para o funcionamento da Secretaria e o andamento de Programas como o do PROFISCO. Com isso, uma oportunidade identificada é o aproveitamento das integrações de sistemas e automações nos processos da área de aquisições e materiais, fazendo com que exista uma maior fluidez e agilidade dentro da operação.

EIXO II - Administração Tributária e Contencioso Fiscal:

Temática	Nota de Avaliação (2017 x 2022)	Oportunidade
1. Contencioso Fiscal	Permanência na nota 2	<p>Mesmo a temática não possuindo uma queda na pontuação, é importante refletir que ainda se faz necessária uma evolução.</p> <p>Como oportunidade identificada e já mencionada anteriormente, a implantação do sistema de controle e de gestão dentro do contencioso é relevante perante o nível de maturidade de governança que a Secretaria está caminhando para alcançar.</p>

EIXO III - Administração Financeira e Gasto Público:

Temática	Nota de Avaliação (2017 x 2022)	Oportunidade
1. Gestão de Custos e Gastos Públicos	Aumento de nota 1 para nota 2	<p>Apesar da evolução durante a aplicação, resultante da implementação de painéis de monitoramento continuados da gestão fiscal e também da automação em processos do Tesouro Estadual, o foco na gestão de custos e gastos públicos, ainda existe potencial de evolução e continuidade no trabalho que vem sendo construído.</p> <p>Com isso, duas importantes saídas para tal perenidade são a implantação do modelo de apuração de custos por diferentes categorias e também integração da política de gestão de custos com os instrumentos de planejamento e orçamento, tornando todo o processo mais orgânico e fluido.</p>

Monitoramento e Missões de Supervisão:

Como já mencionado em capítulos anteriores, várias Missões e Reuniões de Monitoramento foram realizadas ao longo do ano de 2022. Oportunidades e apontamentos específicos dessas reuniões já foram direcionados e podem ser observados na leitura do Capítulo 4. Neste contexto, um tema em especial precisa ser fortalecido pois **existem várias demandas e possibilidades de ampliação dos resultados a serem obtidos com o PROFISCO**.

Contudo, como **restam menos de 24 meses para o encerramento do contrato atual do Profisco II**, é necessária a submissão do **pedido de aditamento de prazo e remanejamento de recursos entre componentes do projeto em Pernambuco**. O resumo de todas as ocorrências que motivam essa proposição, bem como a minuta da Carta de solicitação de aditivo de prazo do PROFISCO II, podem ser lidas no Anexo II.

5.2 Oportunidades Identificadas a partir das indicações de novos projetos e melhorias pelas coordenações Tributária e Financeira da SEFAZ-PE

Por ocasião da preparação das informações para a transição e diante da necessidade de replanejar os recursos do Profisco para a execução nos anos seguintes da nova gestão, foram levantadas informações e oportunidades de novos projetos junto às áreas finalísticas da SEFAZ. Nos quadros seguintes, essas proposições foram consolidadas e associadas a produtos existentes no Profisco II e também já incorporadas ao PEP/POA enviado ao BID em 30/11, por exigência contratual.

5.2.1 Indicações da Coordenação da Administração Tributária Estadual - CAT

PRODUTO	NOVO PROJETO OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA MAPEADA
2.2	Evolução no Sistema de Notificação Automática GNA: <ul style="list-style-type: none"> Automação do cronograma do ICMS, IPVA e Simples Nacional. Automação de Autos de Infração em lotes para impostos e multas.
2.2	Contratação de consultoria para aceleração e implantação do novo modelo de lançamento do ICMS antecipado.
2.3	Manual do e-Fisco: <ul style="list-style-type: none"> Por vídeo, de forma didática para os usuários internos e externos, para que esses possam identificar, compreender e resolver possíveis dúvidas acerca da utilização das funcionalidades do sistema. Este manual deve ser capaz de traduzir a linguagem específica de uma aplicação para uma linguagem simples e compreensível para todos.
2.3	Melhoria e Atualização dos Sistemas de Monitoramento e Controle da Produção e Comercialização de Águas Minerais e Adicionadas de Sais Acondicionadas Embalagens Retornáveis e Descartáveis.
2.3	Evoluções nos Sistema de Malha Fiscal: <ul style="list-style-type: none"> Criação de um documento específico para Ordem de Serviço (em separado da Intimação Fiscal). Implantação do Projeto Novo Modelo COFIMP adequado à legislação. Implantação do Módulo de Assessoria do Sistema de Ação Fiscal: Gerenciar Novos Fatos.
2.3	Evoluções nos Sistema GIV de Controle do IPVA: <ul style="list-style-type: none"> Reestruturação e reorganização da base de dados da SEFAZ do veículo/proprietário, Sistema GPF passar a usar a placa do GIV ao invés do PRT. Possibilitar receber e apropriar pagamento IPVA via PIX. Prover com infraestrutura de qualidade a comunicação dos sistemas com o DETRAN, hoje feito log FISEPE e RVS. Notificação de veículos leiloados (notificar proprietário anterior ao leilão, a partir de 2019).
2.4	Evoluções nos Sistema da Régua de Cobrança.
2.4	Construção de uma solução de Automação da Extração de Processos Repetitivos - Cofimp (Comunicação Fiscal ao Ministério Público), Implantado e Integrado com o sistema do MPPE.

PRODUTO	NOVO PROJETO OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA MAPEADA
2.5	Evoluções nos Sistemas de Malha Fiscal:
	<ul style="list-style-type: none"> Atender às seguintes necessidades: de leitura de dados do SEF e SPED, inclusão do NFCe e CTe no cômputo das irregularidades de compras acima do limite para contribuintes MEI e Simples Nacional e para o contribuinte em regime especial.
2.5	Evoluções nos Sistemas de Malha Fiscal de Cartão de Crédito:
	<ul style="list-style-type: none"> Permitir a Incorporação dos arquivos na versão atual e futuras que são enviados pelas instituições de meio de pagamento permitindo também a Construção de consultas pelo DW e AFS.
2.6	Estimativa de Preços de Imóveis Urbanos nos Municípios de PE:
	<ul style="list-style-type: none"> Contratação de Empresa para Cálculo - TABELA FIP já adotado em São Paulo, Santa Catarina e Maranhão.

TABELA 12: Indicações de Novos Projetos ou Oportunidades de Melhorias pela CAT.
Fonte: CAT/SEFAZ-PE.

5.2.2 Indicações da Coordenação do Controle do Tesouro Estadual - CTE

PRODUTO	NOVO PROJETO OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA MAPEADA
3.1	Automação Operacional da Restituição de Tributos - Etapa Financeira:
	<ul style="list-style-type: none"> O sistema deverá capturar os dados (<i>input manual e/ou upload de dados</i>) necessários e gerar as PDs a serem pagas aos credores de processos de restituição. No futuro as informações deverão vir todas da área tributária (quem defere os processos) de forma automática e a etapa financeira do processo estará toda preparada para pagamento ao credor de forma automatizada.
3.1	Gestão Integrada dos Tetos de Gastos com as Unidades Gestoras Coordenadoras:
	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de computadores compatíveis com as ferramentas utilizadas.
	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de licenças em Power BI.
	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação dos servidores efetivos.
3.3	Melhorias no Sistema da Folha de Pagamento.
3.5	Sistema de Governança de Aquisições e Força de Trabalho de TIC (Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI):
	<ul style="list-style-type: none"> Módulo de Gestão do Plano de Contratação de TI.
	<ul style="list-style-type: none"> Módulo de Gestão da Força de TI.
	<ul style="list-style-type: none"> Módulo de Administração do Sistema.

TABELA 13: Indicações de Novos Projetos ou Oportunidades de Melhorias pela CTE.
Fonte: CTE/SEFAZ-PE.

5.3 Oportunidades Identificadas a partir da Prospecção de Projetos de Referência de outras Secretarias de Fazenda

O quadro a seguir apresenta um conjunto de projetos já realizados ou vislumbrados por outras secretarias de fazenda e que poderiam ser utilizados como inspiração para novas iniciativas da SEFAZ-PE utilizando recursos do Profisco. Esta prospecção de oportunidades foi realizada a partir da análise de materiais de referência, apresentações realizadas nos grupos técnicos do ENCAT, nas reuniões da COGEF e em entrevistas de benchmarking.

Projeto de Referência	Motivação	Referência da Prospecção
Implantação do Programa de Conformidade Tributária	Embora a SEFAZ PE já tenha um instrumento de autorregularização (Termo de Acompanhamento de Regularização - TAR), ainda existe espaço para o aprofundamento dos processos de autorregularização "incentivada" e de melhoria da relação fisco-contribuinte com foco na valorização e simplificação dos procedimentos para os bons contribuintes através de um programa de conformidade estruturado	Programas de Referência: - Pai d'égua do Estado do Ceará, - Contribuinte Arretado da SEFAZ AL, - Nos Conformes da SEFAZ SP. - Literatura OCDES
Desenvolvimento dos Indicadores Contábeis	Empresas grandes e médias se valem de estruturas tributárias complexas que não ficam claras apenas com a análise da Escrituração Fiscal Digital. Com a utilização da Escrituração Contábil Digital (ECD) é possível capturar uma maior gama de comportamentos dos contribuintes e, conseqüentemente, um planejamento da fiscalização mais efetivo.	Trabalhos do GT AUDITORIA FISCO-CONTÁBIL. Apresentação ENCAT-70. Indicadores implementados no AE (Auditor Eletrônico), gerido pela SEF/MG.
Painel do Contribuinte	Atualmente as informações relacionadas com um determinado contribuinte estão fragmentadas entre os diversos sistemas do e-Fisco (GAF, GCC e outros). A implantação de um painel do contribuinte poderia concentrar em uma única plataforma ou ambiente integrado de consulta, as principais informações fazendárias mineradas durante a execução das atividades de: cobrança, fiscalização, monitoramento, atendimento, entre outros. Além disso, essa solução também poderia ser disponibilizada aos próprios contribuintes para avaliar aspectos de não conformidade.	Plataforma Big Data e ciência de dados para a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Projeto PROFISCO)
Modelo de Planejamento da Fiscalização Baseado em Riscos	Desde 2002 com a implementação do projeto REMAF, o processo de planejamento da fiscalização continua sendo realizado da mesma forma. Com o advento de plataformas de processamento de dados, uma maior gama de bases de dados disponíveis e um menor contingente de auditores disponível para executar essas ações fiscais: faz-se necessário repensar o modelo de planejamento à luz dessas limitações, de forma a maximizar o retorno para a Administração Tributária.	Compliance Risk Management: Audit Case Selection Systems (OECD). Modelo de Fiscalização Centralizado SEFAZ/CE.
Inclusão de novos documentos fiscais nos indicadores do planejamento da fiscalização	Com a adição e popularização dos documentos fiscais e o aumento do número de contribuintes em regimes específicos, faz-se necessário evoluir com os indicadores fiscais existentes de forma a contemplar na integralidade documentos como: NF3e, NFCE, CFe, BPe, CTe e declarações específicas, como PGDAS e EFD-OIE, por exemplo.	Compliance Risk Management: Audit Case Selection Systems (OECD). Modelo de Fiscalização Centralizado SEFAZ/CE.

Avaliação do perfil de autuações com foco no aperfeiçoamento do planejamento	Com a aquisição de uma plataforma de big data dedicada, é possível realizar um estudo de causalidade entre os indicadores utilizados para o planejamento da ação e os retornos obtidos com a execução delas. Os insights obtidos neste estudo servem de base para reestruturações internas e para revisões em processos fazendários específicos como: monitoramento de contribuintes, fiscalizações, diligências, entre outros.	SIAF – SEFAZ/BA Compliance Risk Management: Audit Case Selection Systems (OECD).
Cockpit do planejamento fiscal com uso das informações do big data	As gerências de segmento são responsáveis, individualmente, pelo planejamento e proposição de ações fiscais para contribuintes específicos. Por conta dessa característica descentralizada de planejamento, não há de forma natural uma ferramenta de gestão que consolide os resultados do planejamento e proposição, tampouco os resultados da execução (retorno da ação fiscal).	Plataforma Big Data e ciência de dados para a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Projeto PROFISCO) SIAF – SEFAZ/BA – Apresentado no ENCAT 71
Classificação do risco das cargas entrantes no Estado	Pernambuco vem investindo em um conjunto de infra-estruturas de monitoramento das fronteiras (câmeras e balanças dinâmicas), mas para dar efetividade ao uso dessas tecnologias é preciso integrá-las, via dados, aos processos fazendários. A classificação de cargas é uma das formas de se consolidar as expectativas e regras negociadas num conceito simples de ser utilizado durante o monitoramento de fronteiras e/ou fiscalizações presenciais em cargas.	Fiscalização de Trânsito – Prova de conceito visando à automação e otimização de processos de fiscalização, gestão de risco das operações e combate às fraudes tributárias, com o emprego de métodos e conceitos de ciência de dados. ENCAT-70. PoC-Automação do controle de veículos na Fiscalização de Mercadorias em Trânsito. (Free Flow) SEFAZ/MS. – ENCAT 70.
Diligência Virtual	Capacidade de processamento de dados avançada com o Big Data e diminuição da capacidade de realizar diligências in loco. É possível utilizar fontes de dados diversas para realizar uma pré-diligência de forma integralmente automática (batimento de endereços múltiplos, informações de convênio 115/NF3e, qualificações cadastrais, entre outros). A diligência virtual seria uma forma de eliminar diligências presenciais que poderiam ter sido implementadas, com o mesmo nível de segurança, de forma digital.	Plataforma Big Data e ciência de dados para a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Projeto PROFISCO)
Pré-processamento das informações da EFD com foco nas regras de acatamento dos documentos	Capacidade de processamento de dados avançada com o Big Data e diminuição da capacidade de fiscalização de contribuintes individualmente. A instituição de um pré-processamento das obrigações acessórias mensais, incluindo regras de validação que possibilitem que a fiscalização foque em casos mais complexos.	SEFAZ/PI – Malhas Fiscais e Regras de pós validação EFD

TABELA 14: Referências de Oportunidades de Projetos que foram realizados por outras secretarias.
Fonte: Benchmarking realizado com outras Secretarias da fazenda.

5.4 Oportunidades para o PROFISCO III

Em continuidade às ações de modernização dos fiscos estaduais, foi apresentado em setembro de 2022, na reunião do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (COMSEFAZ), a proposta da realização de um Workshop com o **intuito de discutir os desafios e o futuro da gestão fiscal para os próximos 10 anos e assim levantar as principais problemáticas e iniciativas que poderiam ser endereçadas** durante a construção das ações de continuidade do Profisco II.

O **Workshop "Desafios para a Gestão Fiscal nos Próximos 10 anos"** que ocorreu em Brasília, no final de setembro de 2022, propiciou importantes debates sobre os temas de **transformação digital, federalismo fiscal e plataformas colaborativas**.

Durante este encontro, que contou com a participação de representantes da SEFAZ-PE, foram organizados três grupos de trabalho com o objetivo de **discutir os principais desafios da gestão fiscal e ideias de solução, alinhados aos três eixos da MD-GEFIS:** a Gestão Fazendária e Transparência Fiscal; Administração Tributária e Contencioso Fiscal; e Administração Financeira e Gasto Público.

Os resultados dos debates foram apresentados em outubro de 2022 ao COMSEFAZ e aos grupos temáticos. Além disso, o **BID comprometeu-se a preparar relatório com indicação de diretrizes e iniciativas para dar suporte técnico às equipes de planejamento fiscal para a construção do novo ciclo e programa de modernização: o Profisco III.**

Uma equipe da SEFAZ-PE participou das dinâmicas e da liderança de alguns destes debates, com isso, é apresentado abaixo os resultados destas dinâmicas de planejamento consolidados em um conjunto inicial de diretrizes e iniciativas agrupadas por temáticas da Gestão Fiscal. **Algumas destas diretrizes e iniciativas também poderiam servir de insumo para ampliação da atual carteira de projetos da SEFAZ-PE financiadas com recursos do Profisco II ou mesmo de um futuro Profisco III.**

EIXO I - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal:

- Fortalecer a virtualização dos processos;
- Desenvolvimento de uma plataforma digital integrada e colaborativa;
- Unificar, na esfera técnica, análises e ações para o desenvolvimento de sistemas, alterações de processos e discussões de temas relevantes da gestão fiscal;
- Utilização de Hackthon e outras modalidades de envolvimento da sociedade para desenvolvimento de soluções inovadoras;
- Desenvolver ferramentas que permitam a checagem dos gastos.

EIXO II - Administração Tributária e Contencioso Fiscal:

- Desenvolver soluções a partir da visão do usuário (contribuinte);
- Implantar Declaração assistida e Motor de regras tributárias;
- Implantar Sistema integrado de Administração Tributária;
- Implantar SEFAZ “as a service”;
- Expandir a transformação digital e utilização da Inteligência Artificial.

EIXO III - Administração Financeira e Gasto Público:

- Definir novo Modelo de Gestão de Pessoas, revisitando o papel atual das carreiras fazendárias, com dimensionamento da força de trabalho, adequando à realidade da digitalização dos processos;
- Desenvolver uma plataforma de capacitação compartilhada e colaborativa;
- Interoperabilidade entre os Sistemas de Administração Financeira e Administração Tributária.

Ambiente Político e Institucional:

- Revisão do pacto federativo;
- Aprimorar o equilíbrio do Pacto Federativo, tanto sob aspecto da Receita quanto do Gasto/Despesa;
- Estudar novas fontes de receita;
- Discutir Leis Orgânicas para a Administração Tributária e Administração Financeira;
- Estabelecer parcerias com outros órgão de governo para compartilhamento de soluções tecnológicas;
- Foco no compliance tributário, com estímulo à autorregularização;
- Nacionalização da gestão de riscos de conformidade - rating, garantia do Crédito Tributário.

Modelo de Governança Corporativa:

- Fortalecer o papel do COMSEFAZ;
- Otimização da integração dos grupos técnicos (CONFAZ\COMSEFAZ);
- Implantação de instrumentos de coordenação e cooperação institucionalizados na federação;
- Construir um modelo de Gestão Fiscal “silenciosa”, que tenha empatia e transparência;

- Unificar, na esfera técnica, análises e ações para o desenvolvimento de sistemas, alterações de processos e discussões de temas relevantes da gestão fiscal;
- Promover políticas efetivas de inclusão de minorias em todos os conselhos, grupos e gestão;
- Criar uma plataforma de divulgação de resultados dos projetos de modernização;
- Definir um planejamento mínimo, simplificado, colaborativo, com análise dos riscos estratégicos, que defina diretrizes a serem cumpridas nacionalmente;
- Consolidação de um modelo de planejamento de médio prazo;
- Controle sobre novos meios de pagamento (ex criptomoedas) - mercado paralelo.

Considerando a mudança de gestão, o desempenho atual da carteira de projetos do Profisco II, a última auto aplicação da MD-GEFIS, bem como a necessidade de ampliar o rol de soluções implementadas pelo programa, apresentaremos a seguir um conjunto de possibilidades de novos projetos e oportunidades de melhoria que foram identificados e prospectados.

5.5 Proposta de novo arranjo institucional da UCP

5.5.1 Análise do Arranjo Institucional Atual

Atualmente, os projetos possuem **duas maneiras de serem enquadrados no Profisco**:

1. A primeira se dá por meio dos chamados "**produtos obrigatórios**" do **BID**, que consistem em projetos que devem ser realizados como exigência do banco para permanência da Secretária no programa;
2. A segunda por **demanda interna das áreas da SEFAZ**, onde os líderes propõem novos projetos para suprir necessidades internas.

Para a coordenação desses projetos, a estrutura organizacional da UCP Pernambuco segue o modelo proposto pela **Banco no Regulamento Operativo do Programa (ROP)** do PROFISCO II, contando com as seguintes unidades:

Arranjo Institucional da UCP - Modelo Atual:

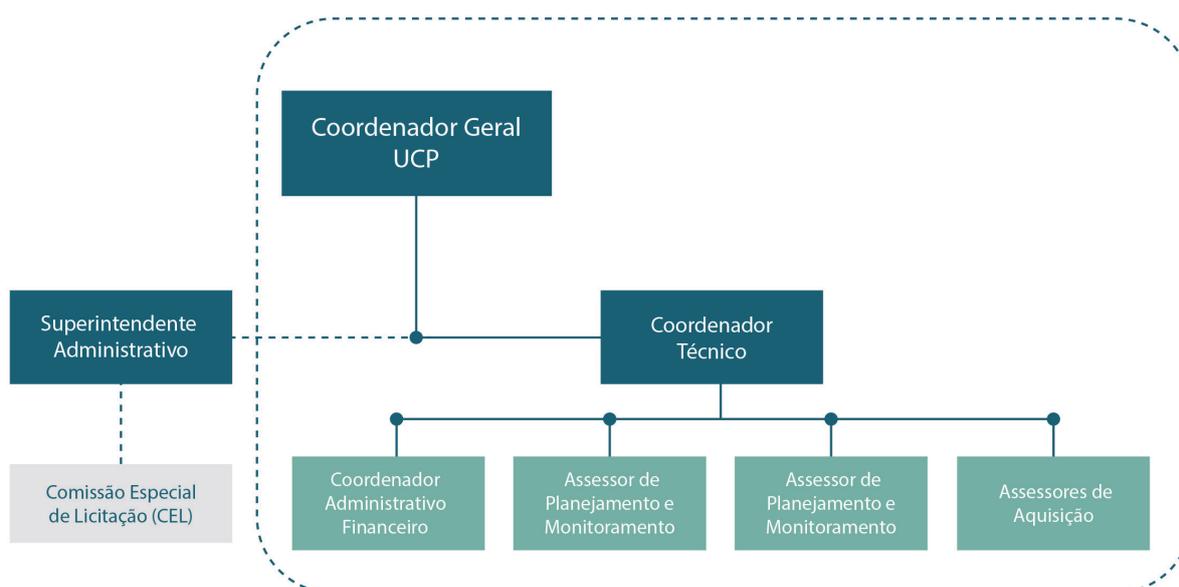


IMAGEM 8: Arranjo Institucional da UCP (Modelo Atual).
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Como já discutido no primeiro capítulo do relatório, uma das funções da UCP é gerir os projetos patrocinados pelo PROFISCO, que hoje é **comandada por meio do escritório de projetos (EGP)**. A equipe é composta por um assessor de planejamento e monitoramento e seu time, tendo como principal função monitorar e acompanhar o desenvolvimento desses projetos. Contudo, é válido ressaltar que compõe a UCP, atualmente formada apenas por servidores da casa, também é responsável pela execução de outras demandas e assume outras posições dentro da Secretaria.

A EGP realiza suas funções de acompanhamento de projetos junto aos chamados líderes de produto, servidores alocados de diferentes áreas que performam enquanto gerentes e coordenadores. Esses líderes realizam **atividades de gerenciamento do seu projeto, acompanhando a execução, suas metas e indicadores, assim como cumprem sua carga horária realizando atividades específicas na sua área de atuação**.

Dentro dessa conjuntura, foram trazidos pelos líderes **relatos recorrentemente sobre a dificuldade na execução das atividades ligadas a essa função**, devido ao duplo foco com as demais atribuições que são demandadas dentro dos seus cargos enquanto servidores da SEFAZ.

Além disso, a estrutura em si, junto ao modelo de governança da UCP, **não favorece uma comunicação fluida entre as partes envolvidas**. É enxergada uma oportunidade, a partir do rearranjo, de unificar a estrutura e trazendo mais interlocução entre os agentes presentes na estrutura.

Para tangibilizar os **desafios encontrados na estrutura e composição atual do Arranjo Institucional, são enumerados a seguir os principais gargalos** vivenciados e que foram fonte de insumo para a construção da nova proposta.

- 1. Baixa Sinergia de Trabalho:** Existe uma dificuldade no aproveitamento das pessoas e dos recursos disponíveis, pois a estrutura de arranjo não deixa clara as interfaces existentes e como elas estão interligadas.
- 2. Sobrecarga da Equipe:** Hoje, 100% da equipe que compõe a UCP também divide as suas funções relacionadas ao Profisco com as atividades que desempenham do seu cargo de origem na Secretaria.
- 3. Acúmulo de Funções:** Com a equipe sobrecarregada nas atividades dos seus respectivos cargos de origem, as ações relacionadas à carteira de projetos, desde a gestão até a operação, ficam em segundo plano e terminam sendo executadas apenas quando surgem demandas mais urgentes. Isso é prejudicial, principalmente no que tange a importância de haver consistência dentro da execução do programa.
- 4. Falta de Senso de Pertencimento:** Os atuais líderes de produto têm dificuldade de se enxergar dentro da posição de liderança das ações que estão responsáveis por entregar.
- 5. Desafio na Execução:** Em determinados casos, as atividades demandadas pelo Programa do Profisco, por não serem relacionadas às expertises dos integrantes da UCP, geram insegurança e desmotivação por parte da equipe responsável pela entrega.

5.5.2 Proposta de Novo Arranjo Institucional da UCP

Para apoiar a nova gestão sob a ótica da experiência que foi vivenciada no último quadriênio, junto às lições aprendidas extraídas delas, foi construída a proposta de um novo modelo de Arranjo Institucional que será explanado ao longo deste tópico.

A proposta usou como **embasamento metodológico o Scrum e o Método Ágil no gerenciamento de projetos**, tendo em vista a necessidade de evoluir na consistência nas atividades desempenhadas pela UCP e dar mais ritmo e fluidez à sua operação. A seguir, é apresentado o **Modelo Proposto** e trazido em tópicos os benefícios que podem ser obtidos a partir da sua utilização.

Arranjo Institucional da UCP - Modelo Proposto:

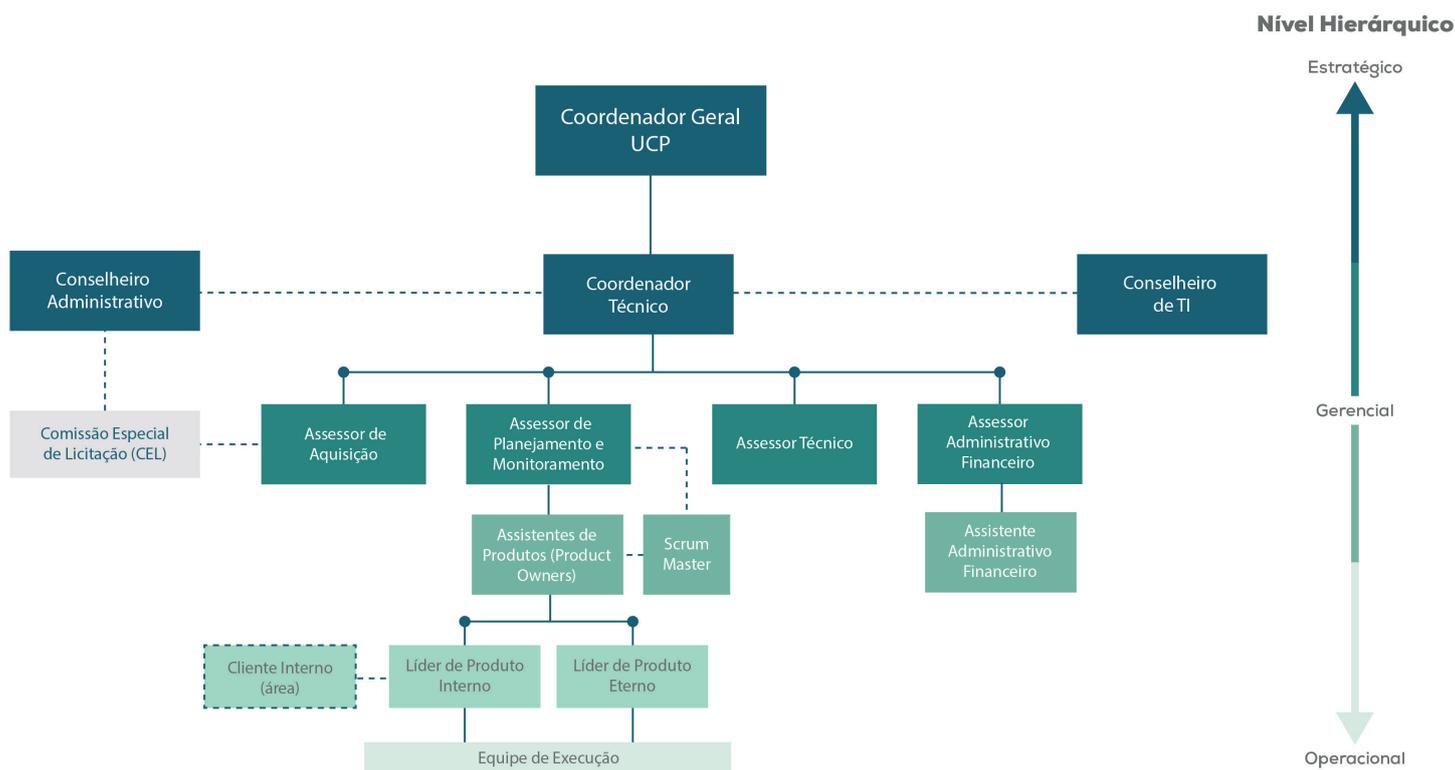


IMAGEM 9: Arranjo Institucional da UCP (Modelo Proposto).
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

É válido iniciar a discussão trazendo que o modelo utilizado anteriormente, guiado pelo ROP, tem total flexibilidade de se adaptar às necessidades da Secretaria. Com isso, mesmo servindo como um bom direcionador, o Arranjo Institucional que o ROP traz como insumo **não foi utilizado à risca**, sendo o **desenho apresentado neste tópico uma otimização a partir das principais lacunas vivenciadas pela última gestão da SEFAZ-PE**.

Desse modo, os principais objetivos da nova proposta, junto aos seus respectivos benefícios vislumbrados, são:

- **Aumentar a eficiência operacional** para dar celeridade e vazão às atividades do dia a dia;
- **Garantir a interlocução entre os agentes da UCP**, trabalhando de maneira mais palpável as sinergias que podem ser construídas pelas interfaces de trabalho;
- **Trazar clareza às hierarquias presentes no arranjo**, deixando os papéis e seus objetivos entendíveis;
- **Buscar rigor metodológico nas metodologias ágeis através de figuras que representam e visam garantir a sua execução**. (A exemplo da função de Scrum Master e os Assistentes de Produtos, que operam enquanto Product Owners);
- **Diminuir a necessidade de duplo foco e sobrecarga** através de posições que se dedicam exclusivamente à UCP (e ao EGP) e agentes terceirizados que serão melhores detalhados ao longo do tópico;

Além disso, com o intuito de **detalhar as posições em seus níveis (estratégico, gerencial e operacional)**, é desenvolvido um esquema a seguir com cada integrante da UCP mostrando que outro cargo na Secretaria é exercido por ele, sua principal função dentro do Arranjo Institucional, sua dedicação à UCP e a quantidade de pessoas necessárias para exercer as posições trazidas.

Detalhamento do Nível Estratégico:

POSIÇÃO NA UCP	POSIÇÃO SECUNDÁRIA	PRINCIPAL FUNÇÃO	DEDICAÇÃO À POSIÇÃO NA UCP	QUANTIDADE DE PESSOAS NA POSIÇÃO
Coordenador Geral da UCP	Secretário(a) Executivo(a) de Coordenação Institucional	Política e institucional.	Parcial	1
Coordenador Técnico	Superintendente de Gestão e Finanças	Trazer visão técnica e crítica acerca do planejamento e operação dos projetos estratégicos.	Parcial	1
Conselheiro de TI	Superintendente de Tecnologia da Informação	Trazer visão técnica e crítica acerca do planejamento e operação dos projetos estratégicos. (Foco em TI).	Parcial	1
Conselheiro Administrativo	Superintendente Administrativo*	Trazer visão técnica e crítica acerca do planejamento e operação dos projetos estratégicos. (Foco na parte Administrativa e de Aquisições).	Parcial	1

*Enquanto superintendente administrativo, este servidor fica responsável por gerir a comissão especial de licitações

TABELA 15: Detalhamento do Arranjo Institucional em seu nível Estratégico.
 Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Detalhamento do Nível Gerencial:

POSIÇÃO NA UCP	POSIÇÃO SECUNDÁRIA	PRINCIPAL FUNÇÃO	DEDICAÇÃO À POSIÇÃO NA UCP	QUANTIDADE DE PESSOAS NA POSIÇÃO
Assessor Técnico	Gerente de Planejamento Estratégico (SGF)	Responsável por garantir o cumprimento do calendário anual do BID, organizando as missões do Profisco e sendo o elo gerencial entre o a estratégia da SEFAZ-PE e a operação dos projetos da carteira.	Parcial	1
Assessor de Planejamento e Monitoramento	Gerente do Escritório de Gestão de Projetos (EGP)	Responsável por gerir toda a carteira de projetos, garantindo que o planejamento esteja sendo cumprido e realizando as articulações necessárias com o nível consultivo. Liga todas as pontas.	Integral*	1
Assessor Administrativo Financeiro	Exerce a mesma função de Assessor Financeiro na EGP	Responsável por garantir que o planejamento financeiro seja cumprido, acompanhando os indicadores e as entregas dos relatórios e <i>reports</i> da área.	Integral*	1
Assessor de Aquisições	Assessor/Analista de Gestão Estratégica (SGF) – Também faz parte da EGP	Apoia e subsidia a atuação das instâncias revisoras e da comissão de licitação na realização de todos os procedimentos licitatórios dos projetos.	Integral*	1

*Foi trazido como dedicação integral, entendendo que as outras funções desempenhadas pelo servidor são dentro do Escritório de Gestão de Projetos (EGP) e possuem grande sinergia com as demandas da UCP.

TABELA 16: Detalhamento do Arranjo Institucional em seu nível Gerencial.
 Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Detalhamento do Nível Operacional:

POSIÇÃO NA UCP	POSIÇÃO SECUNDÁRIA	PRINCIPAL FUNÇÃO	DEDICAÇÃO À POSIÇÃO NA UCP	QUANTIDADE DE PESSOAS NA POSIÇÃO
Assistente de Produto (Product Owner)	Assessor/Analista de Gestão Estratégica (SGF) – Também faz parte da EGP	Define as funcionalidades do produto, priorizando-as de acordo com a necessidade da SEFAZ e ajustando-as a cada Sprint, conforme necessário. Além disso, precisa garantir que o planejamento do produto seja visível, transparente e claro para todos, tendo sua principal interlocução com os gerentes de produto e os assessores de planejamento e monitoramento.	Integral*	2
Scrum Master	Não há / Dedicção Exclusiva	Responsável por potencializar o trabalho da equipe e garantir que todos entendam e apliquem os princípios metodológicos. Ele facilita também os diversos processos do Scrum, como as <i>daily meetings</i> , reuniões de planejamento de <i>Sprint</i> , produção de relatórios, <i>review</i> , retrospectiva e refinamento dos projetos.	Integral	A depender da quantidade de projetos (Scrum Master pode gerenciar de 11-15 projetos)
Líder de Produto Interno	Servidores da Sefaz que desempenham funções da sua área de origem, mas também estão ligados à entrega do produto	É responsável por acompanhar o dia a dia do projeto, fornecendo insumos e avaliando as entregas feitas. É o responsável por garantir que tudo seja feito e entregue conforme alinhado com o Assistente de Produto.	Parcial	Definida por demanda
Cliente Interno (área)	Servidores da Sefaz que desempenham funções da sua área de origem, mas também estão ligados à entrega do produto	O cliente interno é responsável por fornecer insumos sobre o projeto para o Líder de Produto Externo e o Assistente de Produto, pois é um servidor da Sefaz que tem total interesse na solução que será entregue, mas diferente do Líder de Produto Interno, não possui disponibilidade para assumir a posição de liderança.	Parcial	Definida por demanda
Líder de Produto Externo	Não há / Dedicção Exclusiva	Contratado pela SEFAZ para fazer o acompanhamento diário da execução de projetos mais complexos, cuja a Secretaria não possui a expertise ou não possui capacidade operacional – contratação temporária. Tem a mesma função de um gerente de produto interno.	Integral	Definida por demanda
Comissão Especial de Licitações	Assessor/Analista de Licitações e Contratos (SUAD)	Acompanhar no dia a dia, através do SEI, as solicitações acerca de aquisições que precisam ser realizadas nos projetos.	Parcial	-
Assistente Financeiro	Assessor/Analista de Gestão Estratégica (SGF) – Também faz parte da EGP	Acompanhar no dia a dia a execução financeira dos projetos, realizando coletas com os líderes de produto e produzindo relatórios com a visão da operação para a tomada de decisões mais estratégicas.	Integral*	1

*Foi trazido como dedicação integral, entendendo que as outras funções desempenhadas pelo servidor são dentro do Escritório de Gestão de Projetos (EGP) e possuem grande sinergia com as demandas da UCP.

TABELA 17: Detalhamento do Arranjo Institucional em seu nível Operacional.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

5.5.3 Proposta de Modelo de Gestão e Governança da UCP conforme Arranjo proposto

Como já sinalizado, é importante que a operação das atividades desempenhadas pela UCP ganhem vazão. Por esse motivo, uma estrutura menos centralizadora e orgânica se faz necessária e imprescindível ao funcionamento de uma organização mais ágil e eficiente.

Para auxiliar a nova gestão na aplicação do Arranjo proposto, são trazidos neste tópico sugestões de ritos de gestão por nível hierárquico, uma matriz de priorização de projetos estratégicos e insumos para a alocação de líderes de produtos internos ou externos.

A) RITOS DE GESTÃO PROPOSTO:

Ritos de Gestão do Nível Estratégico:

RITO	PERIODICIDADE	POSIÇÕES ENVOLVIDAS NO RITO
Encontros com as Entidades Nacionais de Apoio Técnico	Esporádicos	Todos do nível Estratégico e o Assessor de Planejamento e Monitoramento
Ajustes nas linhas de base dos projetos no início de cada ano	Anual	Todos do nível Estratégico
Monitoramento Especial, com projetos estratégicos priorizados com o Secretário da Fazenda, envolvendo o debate sobre avanços, atrasos, riscos e demais pontos de atenção	Bimestral	Coordenador Geral da UCP e Coordenador Técnico
Monitoramento da Execução Financeira dos Projetos	Mensal*	Coordenador Geral da UCP, Coordenador Técnico, Conselheiro Administrativo e Assessor Adm. Financeiro
Monitoramento das Aquisições	Mensal*	Coordenador Geral da UCP, Coordenador Técnico, Conselheiro Administrativo e Assessor de Aquisições
Monitoramento da Execução e Entregas dos Projetos Estratégicos	Mensal*	Coordenador Geral da UCP, Coordenador Técnico, Conselheiro de TI, Conselheiro Administrativo e Assessor Adm. Financeiro

*Cabe avaliar se, a depender da quantidade e urgência das pautas, as reuniões de monitoramento podem ser feitas em um mesmo encontro com o objetivo de otimizar a agenda do nível estratégico consultivo.

TABELA 18: Detalhamento dos Ritos de Gestão em seu nível Estratégico.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Ritos de Gestão do Nível Gerencial:

RITO	PERIODICIDADE	POSIÇÕES ENVOLVIDAS NO RITO
Monitoramento Gerencial: Acompanhamento da linha de base do cronograma e escopo do projeto, bem como as aquisições e a execução financeira. Entendimento dos acontecimentos recentes, atrasos relevantes, pontos de atenção, riscos encontrados e próximos passos.	Mensal	Assessor de Planejamento e Monitoramento, Assessor Adm. Financeiro, Assessor de Aquisições, Assistentes de Produto e Assistente Financeiro
*Monitoramento do portfólio: apresentação do andamento dos projetos estratégicos aos Secretários executivos.	Mensal	Assessor Técnico, Assessor de Planejamento e Monitoramento, Assessor Administrativo Financeiro, Assessor de Aquisições e Secretários Executivos da SEFAZ.
Alinhamento da execução e andamento dos planejamento dos projetos	Semanal/ Quinzenal (a depender da necessidade e urgência)	Assessor de Planejamento e Monitoramento e Assistentes de Produto
Alinhamento da execução financeira dos projetos	Semanal/ Quinzenal (a depender da necessidade e urgência)	Assessor Adm. Financeiro e Assistente Financeiro

*Esta é uma agenda diferente do rito de monitoramento apresentado no nível estratégico.

TABELA 19: Detalhamento dos Ritos de Gestão em seu nível Gerencial.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Ritos de Gestão do Nível Operacional - Execução Financeira:

RITO	PERIODICIDADE	POSIÇÕES ENVOLVIDAS NO RITO
Elaboração de relatório da execução financeira dos projetos	Mensal	Assistente financeiro
Reunião para discussão dos resultados obtidos na execução financeira dos projetos	Mensal	Assessor Adm. Financeiro e Assistente financeiro
Coleta com os gerentes e líderes de produto acerca do andamento financeiro do projeto	Quinzenal	Assistente financeiro

TABELA 20: Detalhamento dos Ritos de Gestão em seu nível Operacional, focada na Execução Financeira.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Ritos de Gestão do Nível Operacional - Execução em Aquisições:

RITO	PERIODICIDADE	POSIÇÕES ENVOLVIDAS NO RITO
Reunião para discussão dos resultados obtidos nas aquisições dos projetos	Mensal	Assessor de Aquisições
Atualização da ferramenta (planilha) de controle	Diária	Superintendente Administrativo, Comissão Especial de Licitações e Assessor de Aquisições

TABELA 21: Detalhamento dos Ritos de Gestão em seu nível Operacional, focada na Execução em Aquisições.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Ritos de Gestão do Nível Operacional - Execução de Projetos:

RITO	PERIODICIDADE	POSIÇÕES ENVOLVIDAS NO RITO
Apresentação do <i>Product Backlog</i> e planejamento do projeto - lista priorizada de itens sobre os quais o Equipe de Execução trabalhará no decorrer do projeto. Trata-se da lista de funcionalidades e requisitos que deverão ser entregues ao cliente ao longo das <i>Sprints</i> .	Primeira reunião antes do projeto iniciar	Todos do nível Operacional voltados para Execução de Projetos
Planejamento da <i>Sprint</i> : É nesse momento que a equipe vai tirar todas as dúvidas, expor suas dificuldades e validar se a execução é possível. Dessa forma, o time escreve todas as tarefas, detalhando para mostrar tudo o que precisará ser executado para que as demandas sejam entregues ao final da <i>Sprint</i> .	Quinzenal ou Mensal - A depender do escopo do projeto	Todos do nível Operacional voltados para Execução de Projetos
<i>Sprint Review</i> : O objetivo desse rito é que o Assistente de Produto possa validar e classificar as entregas do time. Geralmente, ele já sabe (ou pelo menos tem uma ideia) o que será entregue pelo time na <i>Review</i> . Se o resultado não for tão bom quanto o esperado, é uma oportunidade adequada de gerir os erros e compartilhar os aprendizados. Ao final, o Assistente de Produto aceita as demandas que estão realmente concluídas e coloca de volta no <i>Backlog</i> aquelas que ele julga ainda não estarem finalizadas.	Ao final de uma <i>Sprint</i>	Todos do nível Operacional voltados para Execução de Projetos
<i>Sprint retrospective</i> : é o momento de olhar para trás e avaliar o que deu certo e o que deu errado.	Ao final de uma <i>Sprint</i>	Scrum Master, Líder de Produto, Equipe de Execução do Produto, Assistente Financeiro e Assistente de Produto
Refinamento: O refinamento é o momento em que o time coleta informações sobre as demandas que estão no <i>backlog</i> . A Equipe de Execução avalia as demandas apresentadas pelo Assistente de Produto e faz questionamentos - se forem necessários.	Não obrigatória / Quando a Equipe de Execução sentir necessidade	Assistente do Produto, Líder do Produto e Equipe de Execução do Produto
<i>Daily Meetings</i> : informar a todos com rapidez o que está acontecendo em toda a equipe. Não é uma reunião de status detalhado. O tom deve informativo, respondendo às seguintes perguntas: <ul style="list-style-type: none"> • O que foi feito ontem? • No que será trabalhado hoje? • O trabalho está com algum obstáculo? 	Diária, podendo ser adaptada para modelos semanais ou até quinzenais (a depender do projeto)	Scrum Master, Líder de Produto e Equipe de Execução do Produto (a presença do assistente de produto deve ser avaliada a depender do projeto e necessidade do momento)

TABELA 22: Detalhamento dos Ritos de Gestão em seu nível Operacional, focada na Execução de Projetos.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

B) PRIORIZAÇÃO DA CARTEIRA DE PROJETOS:

Cada iniciativa de projeto deverá ser avaliada por **critérios de avaliação em 2 eixos e, em seguida, ser plotada no gráfico de acordo com o valor final obtido, sendo o eixo x o impacto na estratégia e eixo y, maturidade do projeto.**

A classificação é elaborada pelo **Assessor de Planejamento e Monitoramento, juntamente com os seus Assistentes de Produtos** que, a partir da localização do projeto no gráfico, atribuem a sua classificação:

Matriz de Priorização de Projetos:

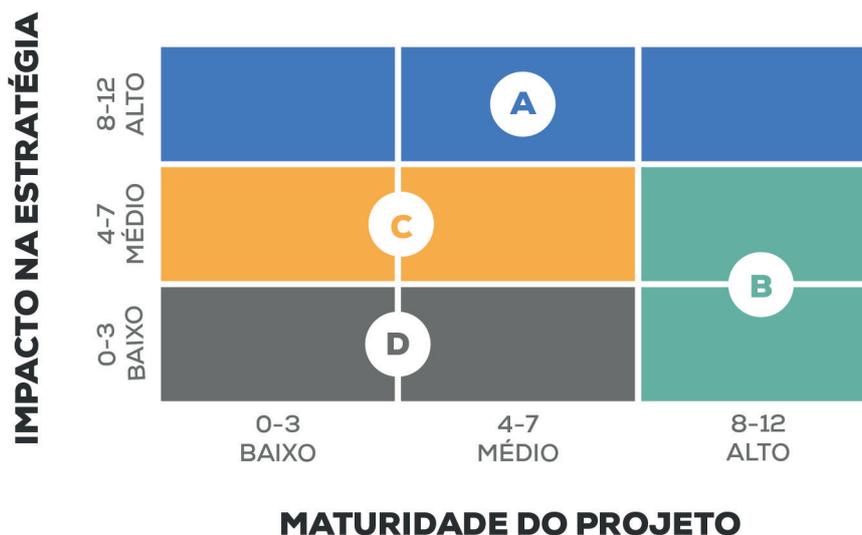


IMAGEM 10: Esquema Construído para Priorização dos Projetos da Carteria.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

- **CLASSIFICAÇÃO A:** Projetos que apresentam maior impacto estratégico e, por isso, demandam priorização alta em seu monitoramento e na apoio técnico para elevar a maturidade do projeto.
- **CLASSIFICAÇÃO B:** Projetos que apresentam maior maturidade de planejamento e impacto estratégico moderado ou baixo, sendo esses considerados prontos para seguir com as rotinas de monitoramento.
- **CLASSIFICAÇÃO C:** Projetos com impacto estratégico moderado, necessitando de maior apoio técnico da UCP para evoluírem a estrutura dos projetos para seguir com o monitoramento.
- **CLASSIFICAÇÃO D:** Projetos com menor impacto estratégico em que as áreas possuem autonomia para conduzir a iniciativa, e necessitam de maior maturidade de concepção.

Para classificação dos projetos na Secretaria da Fazenda de Pernambuco, **são utilizados 2 eixos de avaliação, no qual cada eixo apresenta 4 critérios:**

1. **Impacto na Estratégia:** Avalia o quanto o projeto é relevante na ótica da estratégia, avaliando seu potencial de impacto nos resultados organizacionais.
2. **Maturidade do Projeto:** Avalia o quanto o projeto apresenta informações sólidas e maduras para a sua execução, apresentando os embasamentos necessários para justificar sua operação.

Desse modo, os projetos são avaliados com apoio de uma régua que tangibiliza os atributos da avaliação, atrelando notas que variam de 0 a 3, cabendo então **escolher a situação que mais se aproxima, conforme exemplo a seguir:**

Critérios de Seleção:

	CRITÉRIOS	++	+	~	--
IMPACTO NA ESTRATÉGIA	Quantidade de Objetivos Estratégicos impactados pelo projeto	Impacta 03 ou mais objetivos estratégicos	Impacta 02 ou mais objetivos estratégicos	Impacta 01 objetivo estratégico	Não possui clareza de quantos objetivos estratégicos podem ser impactados
	Singularidade do projeto para alcance do resultado		Não existe nenhum outro projeto que gere impacto ou tenha escopo semelhante	Existem algumas iniciativas com escopo semelhante, mas sem potencial de impacto semelhante	Existem algumas iniciativas com escopo e impacto semelhante.
	Potencial de impacto significativo pelo projeto (com base no Diagnóstico MD-GFIS ou processos prioritários da Cadeia de valor)	Alto grau de impacto na melhoria da operação atual (aumento dos resultados e melhoria de processos)	Moderado grau de impacto na melhoria da operação atual (aumento dos resultados e melhoria de processos)	Baixo grau de impacto na melhoria da operação atual (aumento dos resultados e melhoria de processos)	O programa/projeto não apresenta impacto necessários para a operação atual
	Necessidade perante legislação ou demais pactuações com órgãos externos			Projeto traz um produto e/ou resultado obrigatório com base na legislação/pactuações externas	Projeto não traz um produto e/ou resultado obrigatório com base na regulamentação
MATURIDADE DO PROJETO	O projeto possui os skills necessários para alcance dos resultados esperados?	O programa/projeto está bem estruturado e todas as atividades necessárias estão previstas e detalhadas para execução	O projeto está suficientemente estruturado, faltando abordar apenas poucas atividades para o desenvolvimento	O projeto está pouco estruturado, faltando abordar diversas atividades relevantes para o desenvolvimento	O projeto não apresenta concepção e/ou planejamento estruturado
	Qual investimento será necessário para o projeto?	O projeto apresenta recursos destinados para investimento total em sua execução já planejado/absorvido pelo custeio	O projeto apresenta recursos destinados para investimento parcial em sua execução já planejado	O projeto não apresenta recursos destinados para investimento em sua execução	O projeto requer investimento elevado e indisponível para sua execução
	Qual é o tempo de retorno de resultados esperada do projeto?		Melhor do esperado de acordo com o escopo proposto	Conforme esperado de acordo com o escopo proposto	Acima do esperado de acordo com o escopo proposto
	Qual é o grau de risco/restrições do projeto?		A abordagem utilizada no projeto diminui significativamente os riscos/restrições	A abordagem utilizada diminui um pouco os riscos/restrições	Apresenta riscos/restrições já esperados dado o escopo do projeto

IMAGEM 11: Esquema Construído com os Critérios de Seleção que dão insumo à priorização dos projetos.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Aplicação Prática do Método:

PROJETOS A	PROJETOS B	PROJETOS C	PROJETOS D
<ul style="list-style-type: none"> Alocação de Scrum Master; Recomendação de Alocação de Líder de Produto Externo; Ritos de monitoramento frequentes e à risca. 	<ul style="list-style-type: none"> Recomendação de Alocação de Líder de Produto Interno; Ritos de monitoramento frequentes e à risca. 	<ul style="list-style-type: none"> Alocação de Scrum Master; Recomendação de Alocação de Líder de Produto Externo; Apoio na concepção do planejamento do Projeto pelo Assistente de Produto e Scrum Master. 	<ul style="list-style-type: none"> Recomendação de Alocação de Líder de Produto Interno; Apoio na concepção do planejamento do Projeto pelo Assistente de Produto e Scrum Master.

IMAGEM 12: Esquema do uso na prática dos projetos categorizados através do método apresentado.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

B) ALOCAÇÃO DOS LÍDERES DE PRODUTO:

Com o principal objetivo de não sobrecarregar a equipe de líderes de produto internos, bem como não deixar com que a operação estagne, a figura do líder de produto externo surge dentro do Arranjo como uma proposição importante. Entretanto, sua contratação deve ser feita de modo estratégico e, com o objetivo de tornar mais clara a necessidade de alocar uma mão de obra de fora da Secretaria, é trazido o esquema a seguir:

Esquema para Alocação de Líderes de Produto nos Projetos:

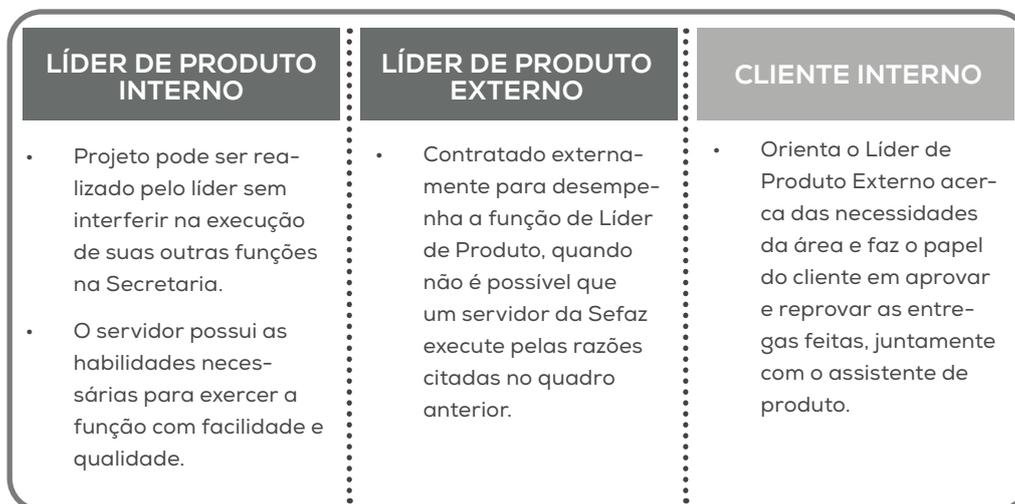


IMAGEM 13: Esquema construído para nortear a alocação dos líderes de produto dentro da operação dos projetos.
 Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Exemplo: um servidor, para assumir a liderança de determinado produto, precisaria dedicar 50% do seu tempo nele, **reduzindo na metade sua jornada dentro das atividades de origem**. Em uma situação como essa, **faz-se necessário o uso da alocação de um Líder de Produto Externo**, ficando este **servidor responsável por orientá-lo acerca do projeto e realizando a função de um Cliente Interno**, ao invés de ser a liderança responsável.

06



RECOMENDAÇÕES

Capítulo 06

Recomendações para os primeiros 100 dias da Nova Gestão



Este capítulo é dedicado às recomendações trazidas pela Coordenação do Profisco PE para os primeiros 100 dias da nova gestão, a fim de indicar os aspectos mais relevantes que podem ser priorizados, tornando a transição do Profisco II mais eficiente.

6.1 Recomendações da Coordenação da UCP para os Projetos

Com foco nos próximos passos dos projetos, a Coordenação do Profisco PE construiu um detalhamento acerca do que fora apresentado nas fichas de projeto (capítulo 2), exibindo uma visão objetiva do que precisará ser executado ao longo dos primeiros 3 meses de 2023, além de endereçamentos mapeados para o futuro e outras que foram entregues ainda em 2022. Essas ações de recomendação podem ser observadas na tabela a seguir.

Ações recomendadas para os Projetos do PROFISCO II:

Projetos do Componente 1:

PROJETOS	2022			2023				SEM DATA DEFINIDA
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	
1.1.1 - MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA E DOS PROJETOS								
• Finalização da integração do painel de controle com o e-Fisco financeiro								
• Correções e ajustes no módulo de Logs da CAL e na estrutura base do HUB								
• Validação dos Data Marts/Indicadores de BI-SEI								
1.1.2 – NOVO MODELO DE ATUAÇÃO DA SCI								
• Estruturação da Central de Serviços Compartilhados Internos, com operação assistida de Implantação e apoio à automação dos processos								
• Estruturação da Gestão por Processos na SEFAZ-PE								
1.1.2 – PROCESSOS DE TRABALHO DA GESTÃO FAZENDÁRIA APERFEIÇOADOS								
• Emissão de Novas O.S's para o desenvolvimento e implementação das soluções								
• Implementação do Módulos de Automação: Mercadorias Apreendidas								
• Implementação do Módulos de Automação: Suprimento individual								
• Implementação do Módulos de Automação: Abertura de processo de compras								
• Implementação do Módulos de Automação: Alteração de layout de ambiente								

PROJETOS	2022			2023				SEM DATA DEFINIDA
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	
1.1.2 – PROCESSOS DE TRABALHO DA GESTÃO FAZENDÁRIA APERFEIÇOADOS								
• Implementação do Módulos de Automação: Gestão de contratos e convênios								
• Implementação do Módulos de Automação: Requisição de itens de almoxarifado								
• Implementação do Módulos de Automação: Solicitação de diárias e passagens								
• Implementação do Módulos de Automação: Solicitação de pagamento								
1.2.2 – MEMORIAL SEFAZ E BIBLIOTECA								
• Painéis de vidro - pavimento térreo								
• Ambiente "Primeiro escritório (coletoria)"								
• Ambiente "Linha do tempo"								
• Mural suspenso								
• Plataforma								
• Balcão expositor								
• Hall dos elevadores								
• Gerência do Programa de Educação Fiscal								
• Mini auditório								
• Recepção Biblioteca								
• Cabine de Estudo								
• Cinema Interativo								
• Mercado Futuro								
1.2.2 – PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA IMPLANTADO								
• Cursos com a empresa CMI Brasil Consultoria Empresarial								
• Convocação para a empresa segunda colocada na licitação para cursos à distância								
• Contratação de consultores individuais para ministrar cursos e palestras que vão compor o Programa de Desenvolvimento de Líderes								

PROJETOS	2022			2023				SEM DATA DEFINIDA
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	
1.2.2 – PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA IMPLANTADO								
• Lançamento do Programa de Desenvolvimento de Líderes com circuito de ações e cursos								
• Projeto de Análise de Perfil Comportamental utilizando metodologia DISC – Capacitação da equipe técnica da ESAFAZ								
• Início da 2ª e 3ª fases do Projeto PPP								
• Projeto Trilhas de Aprendizagem – Reunião de Kick Off com empresa contratada após conclusão da 3ª fase do PPP							Jun 2023	
• Implantação do Programa de Formação e Desenvolvimento de Líderes e Sucessores – Reunião de Kick Off com empresa contratada após conclusão da 3ª fase do PPP							Junho 2023	
1.3.2 – SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE TI IMPLANTADA								
• Implantação do serviço de monitoramento de segurança								
• Implantação do e-fisco na nova plataforma de sistemas (<i>Openshift Cloud Suite</i>)								
• Definição de uma nova arquitetura de desenvolvimento baseada em microsserviços.								
• Implantação de novas aplicações no Openshift (NF3-e, RDC, RPA, etc.)								
1.3.3 – INFRAESTRUTURA DE TI AMPLIADA E ATUALIZADA								
• Novas redes Wi-Fi para os edifícios Sede e San Rafael								
• Servidores X86 para modernização dos grandes prédios, Postos fiscais e laboratório forense								
• Novos storages para os datacenters da SEFAZ no edf. San Rafael e ATI								

TABELA 23: Calendarização das ações a serem executadas nos projetos do PROFISCO do Componente 1.
 Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Projetos do Componente 2:

PROJETOS	2022			2023				SEM DATA DEFINIDA
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	
2.2.1 – INTEGRAÇÃO COM A REDESIM (RECEITA FEDERAL, JUNTA COMERCIAL E MUNICÍPIOS)								
<ul style="list-style-type: none"> Planejamento de testes para o novo formato de tipo de unidade e forma de atuação que terão escolhas múltiplas. Isso fornece transparência da atuação da empresa 								
<ul style="list-style-type: none"> Melhorias nas tabelas do Inova Simples 								
<ul style="list-style-type: none"> Implementação e testes para a incorporação do MEI Caminhoneiro com suas ocupações 								
<ul style="list-style-type: none"> Planejamento para incorporar na base e-Fisco os dados dos períodos do Simples Nacional e Simei com testes entre os sistemas GSN e GCC 								
<ul style="list-style-type: none"> Automação para gerar a inaptidão da IE através do evento de ofício vindo pela RFB que trata da inaptidão do CNPJ 								
<ul style="list-style-type: none"> Implementação da situação NULA para atender os requisitos para o Serviço 90 							Maio 2023	
2.2.2 – SISTEMAS CORPORATIVOS ADEQUADOS PARA UTILIZAÇÃO DO SPED								
<ul style="list-style-type: none"> Início da fase 2 do projeto: tratamento dos arquivos de operações interestaduais (possível dispensa da GIA-ST) 								
<ul style="list-style-type: none"> Início da fase 2 do projeto: tratamento dos arquivos de operações interestaduais (possível dispensa da GIA-ST) 								
2.2.3 - PAGAMENTO CENTRALIZADO DO ICMS NO PORTAL ÚNICO DO COMÉRCIO EXTERIOR EM INTEGRAÇÃO COM A RFB								
<ul style="list-style-type: none"> Homologação da Integração com Portal Único do Comércio Exterior para importar as DUIMPs em ambiente de produção 								
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da solicitação da DMI utilizando o novo documento DUIMP e cálculo do ICMS (de acordo com as regras implantadas hoje no e-Fisco) 								
<ul style="list-style-type: none"> Validação da DMI pelo Auditor. 								

PROJETOS	2022			2023				SEM DATA DEFINIDA
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	
2.2.4 – NOVO MODELO DE MONITORAMENTO DO SIMPLES NACIONAL								
• Controle da obrigatoriedade da entrega da DEFIS								
• Controle de pagamento dos valores declarados no PGDAS-D								
2.2.5 - DECLARAÇÃO HOMOLOGAÇÃO DO ICMS ANTECIPADO								
• Declaração do Antecipado pelo Contribuinte								
• Notificação Automática dos Valores Declarados e não pagos								
• Riscos dos Contribuintes para autuação eletrônica e manual								2024
2.3.1 – MODELO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE FRONTEIRAS REESTRUTURADO (GESTÃO DE INFORMAÇÕES E OPERAÇÕES FISCAIS)								
• Instalação dos pontos de controle do Grupo 2 e 3 em pelo menos 95% dos pontos de controle								
• Construção pela empresa contratada (CGT) do <i>webservice</i> para transmissão das informações capturados nos pontos de controle								
• Disponibilizar redundancia de Link de internet nas Unidades Avançadas - UAV, Postos Fiscais - PF e Centrais de Monitoramento de Cargas - CM que não seja alimentado por fibra óptica garantindo um serviço sem interrupção								
• Gerar irregularidades em NFes e Cargas baseado na Mineração de Dados utilizando indicadores gerados pelo projeto BI-Risco em NFe emitida								
• Gerar irregularidades em NFes baseados em cruzamentos diretos SAGENT/Quickview								
• Gerar irregularidades para NFe e cargas, a partir de leituras de placas/peso pelas passagens nos pontos de monitoramento do SRP								
• Utilização das informações de registros de passagem geradas no SRP e coletadas do sistema ONE para gerar as irregularidades objetivando o controle de fluxo e abordagem das cargas com maior risco de sonegação pelas equipes monitoradas pelas Centrais de Monitoramento								

PROJETOS	2022			2023				SEM DATA DEFINIDA
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	
2.3.4 - PROCESSOS E SISTEMAS DA INTELIGÊNCIA FISCAL, DO LAUD E DA COE REFORMULADOS (DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA FISCAL)								
• 01 (um) caminhão baú e 02 (duas) minivans tipo spin								
• 01 furgão e 2 minifurgões para operações								
• 02 motocicletas para operações								
• 02 Drones								
• Atualização da versão (2) e aquisição de novas licenças (3) de Software de estabelecimento de vínculo (Caseboard e Caseboard Designer)								
2.3.4 - PROCESSOS E SISTEMAS DA INTELIGÊNCIA FISCAL, DO LAUD E DA COE REFORMULADOS (DIRETORIA GERAL DE OPERAÇÕES ESTRATÉGICAS)								
• 02 Servidores com Rack para o LAUD e LAB-LD/PCPE								
• 30 Impressoras mobile								
• 01 (um) caminhão baú e 02 (duas) minivans tipo spin								
• 02 Storages (NAS) para o LAUD e o LAB-LD/PCPE								
• 02 Storages portáteis								
• 03 Workstations mobile (notebooks forenses)								
• 01 Solução Data Protect								
• 02 Projetores multimídia								
• 03 Veículos tipo vans adaptadas para operações								
• 02 Drones								
• 45 Rádios móveis de comunicação								
• 45 Coletes balísticos para uso em Operações de Repressão Qualificada (ORQ)								
• 01 Sistema de câmeras de segurança para o LAUD (circuito fechado de câmeras)								
• 01 Sistema para controle de acesso à DOE, com equipamentos integrados (catracas e fechaduras eletrônicas)								

PROJETOS	2022			2023				SEM DATA DEFINIDA
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	
2.4.1 - SISTEMA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO								
• 01 Manual com as Diretrizes para Aplicabilidade da Régua de Cobrança baseada na Gestão de Risco								
• Conclusão a elaboração do Termo de Referência								
• Desenvolvimento e implantação dos relatórios gerenciais								Dezembro 2024
• Conclusão da licitação e contratação da empresa para desenvolver o produto								
• Desenvolvimento e implantação do fluxo da defesa ao julgamento em última instância, com acessibilidade								
• 01 Relatório de funcionalidades desenvolvidas para implementação das Régua(s) administrativa e judicial								
2.4.2 – SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS FISCAIS (GPF) REESTRUTURADO E INTEGRADO AO SAJ DA PGE								
• Módulo de Defesa implantado								
• Início da escrita das histórias de recálculo								
2.4.2 – SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS FISCAIS (GPF) REESTRUTURADO E INTEGRADO AO SAJ DA PGE								
• Implantação do Sistema de Restituição e Ressarcimento								Dezembro 2023
2.5.2 – SISTEMA DE SEGURANÇA ORGANICA COM VISTAS A ATENDER O SIGILO FISCAL E A LGPD								
• Mobiliário: Possibilidade de Adesão à ARP de cadeiras, armários e mesas								
• Climatização do Edf. Sede: Iniciar processo licitatório para contratação do projeto executivo								
• Elevadores: Edf. San Rafael: Iniciar processo para contratação de manutenção e modernização								
• Elevadores: Edf. Sede: Iniciar processo licitatório para modernização de 2 elevadores de serviço								
• Controle de Acesso: Catracas do San Rafael – finalização da instalação								
• Mobiliário: Entrega de mesas rebatíveis para o auditório								

PROJETOS	2022			2023				SEM DATA DEFINIDA
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	
2.5.2 – SISTEMA DE SEGURANÇA ORGANICA COM VISTAS A ATENDER O SIGILO FISCAL E A LGPD								
• Gerador SUAD								
• Mobiliário: Entrega das cadeiras								
• Mobiliário: Entrega das mesas e armários								
• Elevadores: Edf. Garagem: Iniciar aquisição de forma emergencial novos elevadores								
• Controle de Acesso: DOE - Instalação e atualização das catracas								
2.6.1 - PROCESSOS DE ATENDIMENTO AUTOMATIZADOS COM USABILIDADE APRIMORADA								
• Formação de grupo de trabalho para o levantamento de requisitos para desenvolvimento do Portal de Atendimento da SEFAZ-PE								
• Implantação do Portal de Atendimento Digital da SEFAZ-PE								Dezembro 2024
2.6.2 - DECLARAÇÃO DE ICD AUTOMATIZADA								
• Relatório apresentado pelo Secretário (sistema ICD implantado)								Dezembro 2023
• Retomada dos trabalhos de desenvolvimento do novo sistema, suspenso pelo Comitê de TI (Desde março de 2021)								
• Aprovação da nova legislação do ICD, proposta pelo GT criado, tendo em vista os trâmites legais que uma nova lei exige, além do momento atual de final de gestão, proximidade de recesso parlamentar e início de uma nova gestão.								

TABELA 24: Calendarização das ações a serem executadas nos projetos do PROFISCO do Componente 2.
 Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

Projetos do Componente 3:

PROJETOS	2022			2023				SEM DATA DEFINIDA
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	
3.1.1 – FLUXO DE CAIXA AUTOMATIZADO	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	SEM DATA DEFINIDA
• Parametrização das regras para os lançamentos								
• Implantação dos pré-lançamentos a partir do recebimento dos arquivos dos bancos								
• Relatórios Gerenciais							Abril 2023	
3.1.2 - PROCESSO DE VALIDAÇÃO DAS CONTAS A PAGAR AUTOMATIZADO	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	SEM DATA DEFINIDA
• Relatórios do e-social								
• Finalização da Integração entre os Módulos de "Contas a Pagar" e "Pagamento"								
3.1.3 – GESTÃO INTEGRADA DE INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS IMPLANTADA	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	SEM DATA DEFINIDA
• Levantamento e implantação de incrementos								
• Disponibilização de nova versão de dashboard em Power BI com integração dos indicadores físicos e financeiros								
• Conclusão da aquisição de licenças de software, Solução de Backup e computadores								
• Manutenções corretivas e evolutivas com base na experiência dos usuários								
3.1.4 GESTÃO DE PRECATÓRIOS E RPV	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	SEM DATA DEFINIDA
• Finalizar o processo de adesão à Ata de Registro de Preços da ATI e iniciar o processo de execução do módulo de gestão de RPVs implantando no e-Fisco								
3.1.5 – SISTEMÁTICA E SISTEMAS DE GESTÃO DOS TETOS DE GASTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	SEM DATA DEFINIDA
• Desenvolvimento das 11 funcionalidades, iniciando pelas 3 abaixo, sendo a primeira até março de 2023: 1. Funcionalidade CEF do GTF; 2. Migração da base de contratos do sistema antigo CEO, para a funcionalidade CEF no GTF; 3. Consulta gerencial de tetos no sistema GTF.								

PROJETOS	2022			2023				SEM DATA DEFINIDA
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	
3.1.5 – SISTEMÁTICA E SISTEMAS DE GESTÃO DOS TETOS DE GASTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS								
• Desenvolvimento dos requisitos do sistema GR-PE Módulo “monitoramento”								
• Desenvolvimento dos requisitos do sistema GR-PE Módulo “gerenciamento”								
3.2.1 - SISTEMA PARA GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS IMPLANTADO E INTEGRADO À PRESTAÇÃO DE CONTAS								
• Elaboração dos manuais do sistema (cadastro de usuários e chamamento público)								
• Validação prévia das entregas anteriores para nivelamento								
• Planejamento do novo cronograma de desenvolvimento								
• Retomada do desenvolvimento na fábrica de software								
3.2.2 – NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS IMPLANTADO E INTEGRADO AO SICONV								
• Desenvolvimento do Módulo Proposta								
• Definição dos Requisitos do Módulo Execução								
3.2.3 - ACOMPANHAMENTO DA REGULARIDADE ESTADUAL AUTOMATIZADA								
• Desenvolvimento do Módulo ECAC - em que o sistema automatizado irá fazer a leitura das informações do Estado no sistema da Receita Federal - 1ª Etapa							Abril 2023	
• Criação, pela fábrica, de Interface web de gerenciamento dos robôs e acompanhamento dos alertas produzidos pelos módulos desenvolvidos							Julho 2023	
3.2.4 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS OSS								
• Utilização efetiva dos sistemas pela SES e por todas as OSS								
• Desenvolvimento/adaptação do sistema com as normas da SES - 2ª etapa								
• Uso único e obrigatório dos sistemas de prestações de contas								

PROJETOS	2022			2023				SEM DATA DEFINIDA
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	OUTRO	
3.3.1 – SISTEMA DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO IMPLANTADO								
<ul style="list-style-type: none"> Concluir o ambiente do novo sistema – parametrizações, migrações (Perícias Médicas, Concurso, Pensão Alimentícia, Contagem de Tempo e Segurança de Acesso) 								
<ul style="list-style-type: none"> Dar tratamento às rejeições dos dados migrados – para a realização do paralelo da folha de pagamento com análise de convergência com os valores do atual sistema – SADRH 								
<ul style="list-style-type: none"> Concluir as integrações com eSocial, Sagres (TCE), SIGIP (FUNAPE), eFisco-FPI (SEFAZ) e Consignado (FÁCIL) 								
3.3.2 – NOVO MODELO DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO E MATERIAIS IMPLANTADO								
<ul style="list-style-type: none"> 40 Laudos de Avaliação 								
<ul style="list-style-type: none"> 345 Jogos de Plantas 								
3.4.1 MÓDULO DE CÁLCULO DA DÍVIDA								
<ul style="list-style-type: none"> Deverá ter sido entregue o módulo de cadastro completo do sistema 								
<ul style="list-style-type: none"> Deveremos ter funcionando o ingresso de recursos (ingresso, cronograma de liberação de ingressos) 								
3.5.1 – SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTO (SIC-PE) IMPLANTADO NO E-FISCO COM INFORMAÇÕES DE CONSUMO								
<ul style="list-style-type: none"> Definição do processo de implantação e do modelo de gerenciamento de custos nas secretarias, contemplando todos os recursos necessários para a instalação, treinamento, operação e manutenção do SICPE nas secretarias 								
<ul style="list-style-type: none"> Redefinição do escopo do Projeto considerando o prazo do Profisco II 								
<ul style="list-style-type: none"> Estruturação de modelo de equipe de TI (interna e externa), para realizar a integração do PE-Integrado com o GCT/SICPE/Efisco e para atuar nas demandas de implantação do SICPE, nas secretarias 								
<ul style="list-style-type: none"> Estruturação do órgão central de custos com aporte de pessoal, para ocupar a gerência através do próximo concurso e através de contratação para formação da gerência (inclusive consultoria) 								

TABELA 25: Calendarização das ações a serem executadas nos projetos do PROFISCO do Componente 3.
 Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

6.2 Recomendações da Coordenação da UCP de Ações para a Nova Gestão relacionadas ao PROFISCO II

Ações recomendadas para Nova Gestão nos 100 primeiros dias:

AÇÕES A SEREM ARTICULADAS E EXECUTADAS PELA PRÓXIMA GESTÃO	2023		
	JAN	FEV	MAR
DISCUSSÃO PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO PARA OS PRIMEIROS 100 DIAS ENTRE A GESTÃO NOVA E A PASSADA			
NEGOCIAÇÃO DO PEDIDO DE ADIAMENTO DO PROFISCO II			
PREPARAÇÃO E ENVIO DO RELATÓRIO DE PROGRESSO			
APOIO A AUDITORIA EXTERNA			
MD-GEFIS			
• Análise do Resultado Obtido			
• Negociação com o bid para a aplicação oficial da MD-GEFIS			
• Definição de estratégias para evolução dos pontos em defasagem			
PREPARAÇÃO PARA A REVISÃO DE CARTEIRA			
PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DE MISSÃO DE SUPERVISÃO			
IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ARRANJO INSTITUCIONAL			
PROSPECÇÃO DE NOVOS PROJETOS PARA A CARTEIRA			
ANALISAR E ENDEREÇAR O USO DO POWER BI FINANCEIRO REFERENTE AOS PROJETOS DO PROFISCO			

TABELA 26: Calendarização das ações a serem articuladas e executadas pela Nova Gestão em relação ao PROFISCO II.
Fonte: Unidade de Coordenação do Programa PROFISCO II - PE.

ANEXO I
FICHAS DE PROJETOS
DETALHADAS

PROJETO

1.1.1 – MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA, DOS PROJETOS E COMPARTILHAMENTO DAS INFORMAÇÕES FAZENDÁRIAS

1.1.2 – NOVO MODELO DE ATUAÇÃO DA SCI

1.1.2 – PROCESSOS DE TRABALHO DA GESTÃO FAZENDÁRIA APERFEIÇADOS

1.2.1 – METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO FAZENDÁRIA

1.2.2 – MEMORIAL SEFAZ E BIBLIOTECA

1.2.2 – PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA IMPLANTADO

1.3.1 – SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES IMPLANTADA

1.3.2 – SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE TI IMPLANTADA

1.3.3 – INFRAESTRUTURA DE TI AMPLIADA E ATUALIZADA

1.3.3 – NOVO MODELO DE GESTÃO DE TI DA SEFAZ

2.1.1 – SISTEMA PARA CONCESSÃO, GESTÃO E MONITORAMENTO DE INCENTIVOS FISCAIS

2.2.1 – INTEGRAÇÃO COM A REDESIM (RECEITA FEDERAL, JUNTA COMERCIAL E MUNICÍPIOS)

2.2.2 – SISTEMAS CORPORATIVOS ADEQUADOS PARA UTILIZAÇÃO DO SPED

2.2.3 - PAGAMENTO CENTRALIZADO DO ICMS NO PORTAL ÚNICO DO COMÉRCIO EXTERIOR EM INTEGRAÇÃO COM A RFB

2.2.4 – NOVO MODELO DE MONITORAMENTO DO SIMPLES NACIONAL

2.2.5 – DECLARAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DO ICMS ANTECIPADO

2.3.1 – MODELO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE FRONTEIRAS REESTRUTURADO (GESTÃO DE INFORMAÇÕES E OPERAÇÕES FISCAIS)

2.3.1 – MODELO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE FRONTEIRAS REESTRUTURADO (SISTEMA DE REGISTRO DE PASSAGENS)

2.3.2 - NOVO MODELO DE MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO E ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

2.3.4 - PROCESSOS E SISTEMAS DA INTELIGÊNCIA FISCAL, DO LAUD E DA COE REFORMULADOS (DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA FISCAL)

PROJETO

2.3.4 - PROCESSOS E SISTEMAS DA INTELIGÊNCIA FISCAL, DO LAUD E DA COE REFORMULADOS (DIRETORIA GERAL DE OPERAÇÕES ESTRATÉGICAS)

2.4.1 - NOVO MODELO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO IMPLANTADO

2.4.1 – SISTEMA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

2.4.2 – SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS FISCAIS (GPF) REESTRUTURADO E INTEGRADO AO SAJ DA PGE

2.4.3 – SISTEMA DE CONTROLE DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO REESTRUTURADO E INTEGRADO À PGE

2.4.4 – SISTEMA DE RESTITUIÇÃO E RESSARCIMENTO TRIBUTÁRIO IMPLANTADO

2.5.1 - CRUZAMENTOS DE MALHA FINA AMPLIADOS PELA SOLUÇÃO DE PROCESSAMENTO MASSIVO DE DADOS (BIG-DATA)

2.5.2 – SISTEMA DE SEGURANÇA ORGÂNICA COM VISTAS A ATENDER O SIGILO FISCAL E A LGPD

2.6.1 - PROCESSOS DE ATENDIMENTO AUTOMATIZADOS COM USABILIDADE APRIMORADA

2.6.2 - DECLARAÇÃO DE ICD AUTOMATIZADA

3.1.1 – FLUXO DE CAIXA AUTOMATIZADO

3.1.2 - PROCESSO DE VALIDAÇÃO DAS CONTAS A PAGAR AUTOMATIZADO

3.1.3 – GESTÃO INTEGRADA DE INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS IMPLANTADA

3.1.3 – GESTÃO INTEGRADA DE INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS IMPLANTADA (MODELAGEM E REDESENHO DOS PROCESSOS DO TESOUREO ESTADUAL)

3.1.4 – MÓDULO DE GESTÃO DOS PRECATÓRIOS E RPV'S IMPLANTADO NO E-FISCO

3.1.5 – SISTEMÁTICA E SISTEMAS DE GESTÃO DOS TETOS DE GASTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS

3.2.1 - SISTEMA PARA GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS IMPLANTADO E INTEGRADO À PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.2.2 – NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS IMPLANTADO E INTEGRADO AO SICONV

3.2.3 - ACOMPANHAMENTO DA REGULARIDADE ESTADUAL AUTOMATIZADA

3.2.4 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS OSS

3.3.1 – SISTEMA DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO IMPLANTADO

3.3.2 – NOVO MODELO DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO E MATERIAIS IMPLANTADO

3.4.1 - MÓDULO DE CÁLCULO DA DÍVIDA PÚBLICA IMPLANTADO NO E-FISCO

3.5.1 – SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTO (SIC-PE) IMPLANTADO NO E-FISCO COM INFORMAÇÕES DE CONSUMO



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Planejamento Estratégico
 - Revisão da Missão, Visão e Valores, com participação dos gestores da SEFAZ;
 - Redefinição dos Objetivos e Ações Estratégicas;
 - Criação do novo Mapa Estratégico SEFAZ (2020-23);
 - Estabelecimento de indicadores de desempenho;
 - Revisão da carteira de projetos prioritários, com a criação de critérios, objetivos de classificação e priorização de portfólio;
 - Operação assistida aos líderes de projetos estratégicos;
- Painel de Controle e Modernização das Salas de Monitoramento
 - Integração da ferramenta de monitoramento de projetos com o Active Directory da SEFAZ
 - Integração do painel de controle com o SEI
 - Criação de novos dashboards e relatórios BID
 - Modernização das salas de monitoramento e do auditório do Edf. Sede
 - Modernização do elevador privativo do gabinete do Secretário
- Estação Digital 2.0
 - Criação da estrutura base da CAL e módulos correlatos
 - Criação da estrutura base do HUB e módulos correlatos
 - Criação dos Data Marts/Indicadores BI-SEI

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Melhoria do alcance de resultados das metas de planejamento estratégico da SEFAZ;
- Aperfeiçoamento da visão de planejamento estratégico;
- Modernização do modelo e melhoria na avaliação dos resultados;
- Redução do tempo necessário para o preparo e disponibilização das informações consolidadas;
- Aumento da confiabilidade das informações produzidas através da redução da necessidade de intervenção humana;
- Maior facilidade na gestão dos projetos estratégicos e setoriais através do uso uma solução integradora;
- Ampliação da capacidade de distribuição das informações fazendárias em um ambiente mais acessível e sem limitação de quantidade de usuários;
- Impulsão da cultura de uso de dados pelas secretarias de governo, dentro de ambiente regido por uma política estadual definida e coordenado por especialistas, capaz de retroalimentar pessoas, processos e sistemas com informações para o planejamento de ações e a tomada de decisões.

OBJETIVO DO PROJETO

Desenvolvimento e implantação do novo modelo de planejamento e gestão estratégica da SEFAZ, com evolução da ferramenta para acompanhamento do planejamento e execução dos projetos estratégicos, a modernização da salas de monitoramento e a criação de painéis de BI construídos em plataforma escalável e livre de licença, alinhada tanto com objetivos estratégicos da SEFAZ quanto com as necessidades corporativas dos órgãos do Estado que tramitam processos no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

EXECUÇÃO FINANCEIRA



ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

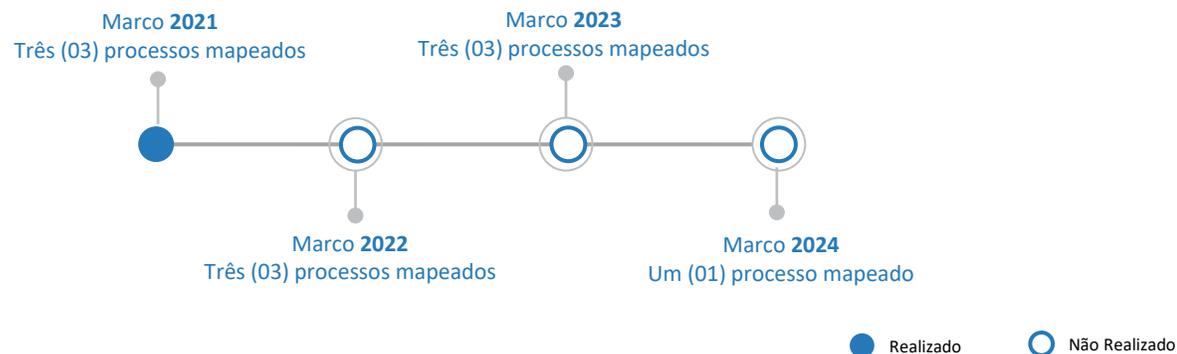
- Finalização da integração do painel de controle com o e-Fisco financeiro Dez/22
- Correções e ajustes no módulo de Logs da CAL e na estrutura base do HUB Mar/23
- Validação dos Data Marts/Indicadores de BI-SEI Mar/23

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Visando cumprir as metas físicas de alguns produtos junto ao BID, existe a necessidade de acelerar a execução dos mesmos através da contratação de consultores que trabalhem na gestão dos projetos



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Assinatura do contrato: Maio/2022.
- Coleta das informações e diretrizes estratégicas para consultoria: Maio/2022.
- Revisão da estratégia da Sefaz-PE nos temas relacionados à SCI: Junho/2022.
- Mapeamento da Cadeia de Valor da SCI e desenho da nova estrutura organizacional : Junho/2022.
- Validação da Cadeia de Valor e da nova estrutura organizacional da SCI: Julho/2022.
- Elaboração e Aplicação do Programa de Formação dos novos servidores da SCI: Julho - Agosto/2022.
- Alocação dos Novos Servidores, após análise de perfil, nos setores da SCI: Agosto/2022.
- Publicação do Regulamento da Sefaz com a nova estrutura organizacional: Outubro/2022.
- Redesenho do grupo de processos e estruturação da unidade de Controle Interno: Novembro/2022.
- Entendimento das capacidades, papéis e responsabilidades do capital humano da SCI: Novembro/2022.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Entendimento da Cadeia de Valor e consequente proposição de melhorias nos processos e estrutura.
- Reestruturação dos processos internos.
- Definição da Nova Estrutura Organizacional baseada em benchmarking com outros Estados e proposições de melhorias junto aos superintendentes .
- Melhor alocação dos recursos nas atividades críticas da SCI.

OBJETIVO DO PROJETO

Executar os serviços de Consultoria para definição e implantação de novo modelo de atuação e gestão da Secretária Executiva de Coordenação Institucional, com revisão de processos e estrutura organizacional. O redesenho de processos organizacionais, compreendendo diagnóstico organizacional, planejamento do projeto, modelagem, análise, melhoria, redesenho, documentação, manualização, implantação e governança de processos organizacionais da SCI - Secretária Executiva de Coordenação Institucional da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 1,09 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 0,59 Mi

EXECUTADO

54,6%**R\$ 1,09 Mi**

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

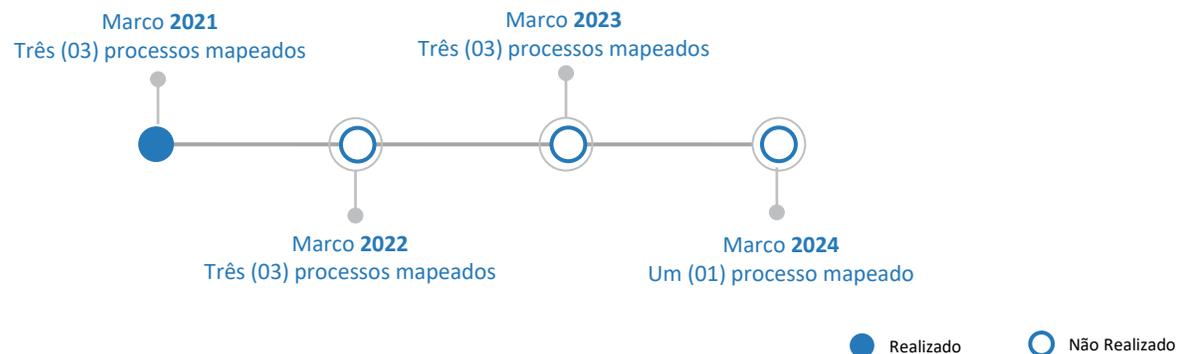
- Estruturação da Central de Serviços Compartilhados Internos, com operação assistida de Implantação e apoio à automação dos processos: Mar/2023.
- Estruturação da Gestão por Processos na Sefaz-PE: Mar/2023.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Dependência da plataforma de automação para execução efetiva dos sprints de transformação de processos;
- Confusão de papéis/duplicidade de atuação da empresa contratada para este produto e a empresa contratada para a automação, especificamente no que diz respeito às transformações de processos;
- A Assessoria Especial de Controle Interno possui dependência do escritório de processos para conseguir identificar/mapear os riscos e controles;
- Pouco patrocínio/prioridade para a área de Gestão de Serviços Centralizada;
- Pouco patrocínio/prioridade para o escritório de processos.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

Contratação da Plataforma de Automatização de Processos:

Publicação da decisão dos recursos interpostos, com a adjudicação do processo à empresa CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – Jul/2022.

Processos de Trabalho da SUAD/SEFAZ:

- Contratação da Plataforma de Automatização de Processos – Ago/2022;
- Disponibilização da versão final dos desenhos dos 3 macro processos de 2021(mercadorias apreendidas; solicitação de diárias e passagens; abertura do processo de compras)– Out/2021;
- Emissão das Ordens de Serviços (O.S) – Set/2022;
- Planos ágeis de cada serviço – Out/22
- Relatório de pesquisa do usuário – Nov/2022;
- Portal de Serviços internos – Nov/22.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Maior velocidade para a conclusão de processos;
- Redução do número de terceirizados, visto que alguns deles se encarregam da alimentação de planilhas de acompanhamento;
- Acompanhamento instantâneo e viável ao gestor, de forma que eventuais gargalos possam ser identificados e sanados mais rapidamente, uma vez que contaremos com informações gerenciais para auxiliar a tomada de decisão.

OBJETIVO DO PROJETO

Automação dos processos fazendários por meio de ferramenta para gestão de processos que contemple os seguintes requisitos agrupados por categoria: gestão e revisão dos processos, mapeamento / modelagem dos processos; publicação de processos da gestão documental; automatização de processos; consultas e visualizações.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 3,29 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 0,32 Mi 9,73%

EXECUTADO

R\$ 3,29 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

Emissão de Novas O.S's para o desenvolvimento e implementação das soluções – Dez/2022;

Implementação dos seguintes módulos de automação:

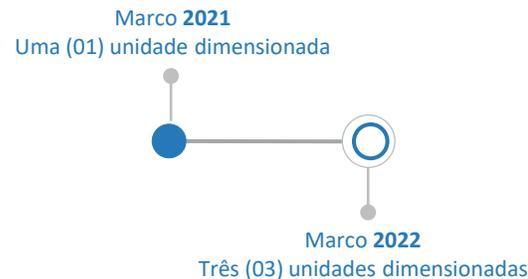
- Mercadorias Apreendidas– Dez/2022;
- Suprimento individual – Dez/2022;
- Abertura de processo de compras – Dez/2022;
- Alteração de layout de ambiente – Jan/2023;
- Gestão de contratos e convênios – Jan/2023;
- Requisição de itens de almoxarifado – Jan/2023;
- Solicitação de diárias e passagens – Jan/2023;
- Solicitação de pagamento – Jan/2023.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Risco de decisão judicial que conceda efeito suspensivo à contratação da empresa CENTRAL IT.
- Não será necessário a contratação de equipe chave, em decorrência do concurso público realizado pela Sefaz.



MARCOS DO SUBPRODUTO



● Realizado ○ Não Realizado

ENTREGAS REALIZADAS

- Assinatura do contrato de Dimensionamento – Abr/2021;
- Início dos trabalhos da consultoria do Dimensionamento – Jul/2021;
- Oficinas de homologação da metodologia do DFT – Jul-Ago/2021;
- Início das ações de Capacitação (Equipe Técnica) – Jul/2021;
- Realização do DFT Piloto, na Esafaz – Ago/Out/2021;
- Sensibilização dos gestores das unidades contempladas no projeto de Dimensionamento – Set/2021;
- Oficinas de orientação de construção do MAP – Set/2021;
- Preenchimento e validação dos MAP's – Set/2021
- Digitalização de 08 (oito) lotes de documentos no período de Abr-Set/2021;
- Entrega do dimensionamento de uma unidade - Dez/2021;
- Entrega do dimensionamento de duas unidades – Mar/2022;
- Apresentação dos resultados do DFT da Diretoria Geral da I Região Fiscal (GEAFs) a alta gestão – Mar/2022;
- Apresentação do software – Mar/2022;
- Início da elaboração do MAP da última unidade a ser dimensionada – Jun/2022;
- Término da digitalização dos documentos de pessoal (ativos), contábeis e fiscais;
- Entrega do dimensionamento da SPE – Ago/2022;
- Apresentação dos resultados do DFT da SAFI, SGP e SPE a alta gestão – Set/2022;
- Apresentação do sistema para validação – Set/2022;
- Entrega do sistema com a base de dados do DFT – Nov/2022;
- Treinamento da equipe técnica – Nov/2022;
- Entrega do Relatório final do projeto – Nov/2022.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Aumento da eficiência e eficácia na operacionalização dos processos;
- Otimização dos resultados por meio da melhoria dos processos de negócio;
- Tomada de decisões melhores e de forma mais rápida;
- Aprimoramento da excelência operacional;
- Melhoria da qualidade, disponibilidade e eficiência na prestação dos serviços de atendimento ao cidadão;
- Redução ou aumento da eficiência dos gastos;
- Melhoria dos serviços ao contribuinte: (ex.: tempo de espera, serviço online, simplificação de trâmites, etc.).

OBJETIVO DO PROJETO

Metodologia de avaliação e dimensionamento da força de trabalho desenvolvida e aplicada a 4 unidades da SEFAZ.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 1,47 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 0,92 Mi 100%

ORÇADO ATUAL EXECUTADO

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Não tem.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Equipe reduzida para expandir o dimensionamento para as demais áreas.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Painéis de vidro - pavimento superior – Dez/2022;
- Nuvens acústicas – Dez/2022;
- Audiodescrição Cícero Dias – Out/2022;
- Ambiente atendimento ao público – Dez/2022;
- Escada monumental – Out/2022;
- Audiodescrição Cícero Dias – Out/2022;
- Holografia Cícero Dias – Set/2022;
- Ambiente "Mais que um cofre" – Dez/2022;
- Hall interativo dos secretários – Dez/2022;
- Sala imersiva – Set/2022;
- Sofás modulares – Dez/2022;
- Estantes interativas – Dez/2022;
- Biombo – Dez/2022.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Preservação e valorização do acervo histórico e cultural da Sefaz;
- Fortalecimento da Cidadania Fiscal;
- Inclusão de novas ferramentas tecnológicas, promovendo maior interatividade e conexão com o público;
- Acesso mais amplo da sociedade, através de visitação física e virtual;
- Acessibilidade comunicacional, proporcionando o acesso a informação a um maior número de pessoas;
- Biblioteca moderna e interativa, com parte do acervo digitalizado e disponível ao público, bem como ambiente para pesquisa e leitura;
- Espaço múltiplo, com ambiente móvel permitindo a realização de eventos de pequeno porte.

OBJETIVO DO PROJETO

Difundir a memória fazendária, a educação fiscal e a cultura, unindo o presente, o passado e o futuro em um ambiente moderno e híbrido, de forma criativa e dinâmica. Contempla a elaboração do Projeto Executivo, que inclui o projeto arquitetônico, o luminotécnico, o elétrico, o de climatização e o projeto tecnológico e de modernização dos espaços.

EXECUÇÃO FINANCEIRA



ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Painéis de vidro - pavimento térreo – Dez/2022;
- Ambiente "Primeiro escritório (coletoria)" – Dez/2022;
- Ambiente "Linha do tempo" – Dez/2022;
- Mural suspenso – Dez/2022;
- Plataforma – Dez/2022;
- Balcão expositor – Dez/2022;
- Hall dos elevadores – Dez/2022;
- Gerência do Programa de Educação Fiscal – Dez/2022;
- Cinema Interativo – Mar/2023;
- Mercado do Futuro – Mar/2023;
- Mini Auditório – Dez/2022;
- Recepção Biblioteca – Dez/2022;
- Cabines de Estudo – Dez/2022.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Coordenação e sincronização das entregas com as outras frentes do projeto;
- Proteção das obras de arte existentes nas áreas onde serão executados os serviços;
- Garantir que as especificações técnicas sejam seguidas.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- 2º Seminário Nacional de Processo Administrativo Disciplinar – Abr/2022.
- Curso de pilotagem de Drones (Turmas 1 e 2) – Abr/22.
- Revisão da Metodologia de Negociação de Harvard e no workshop A Face Humana da Negociação – Mai/2022.
- Implantação do Programa de Formação e Desenvolvimento de Líderes e Sucessores – Parecer de avaliação da proposta – Jul/2022.
- Projeto Político Pedagógico - PPP (Concepção e Modelagem da Unidade de Educação Corporativa) – Empresa Contratada – Jul/2022.
- Projeto de Análise de Perfil Comportamental utilizando metodologia DISC – Empresa contratada – Jul/2022.
- Projeto Trilhas de Aprendizagem - Empresa Contratada – Ago/2022.
- Curso “Fonte de Recursos: O que você precisa saber e não te contaram!” (online) – Ago/2022.
- Ágile Trends Gov 2022 – Ago/2022.
- Palestra “Metodologia de Negociação de Harvard” (presencial) Programa de Integração “Todos a Bordo” para os 87 novos servidores GOATES – Ago/2022..
- Oficina CASP – Out/22.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Construção das capacitações com a expertise dos atores envolvidos no processo: Escola, área solicitante e entidade executora.
- Retenção do conhecimento tácito através de práticas aplicadas ao ambiente corporativo.
- Mensuração dos resultados através de avaliações de conhecimento, reação, resultados e impacto.

OBJETIVO DO PROJETO

Implantar um programa de disseminação do conhecimento, integrando e desenvolvendo equipes e com uma escola corporativa disposta de estrutura física, tecnológica e de pessoal adequada nas modalidades presencial e a distância com diretrizes e metodologia (ppp) alinhadas ao modelo de gestão por competências para apoiar, monitorar e direcionar as ações do programa de gestão por competências.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 9,19 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 3,28 Mi **36,0%**

EXECUTADO

R\$ 9,19 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Convocação para a empresa segunda colocada na licitação para cursos à distância.
- Projeto Trilhas de Aprendizagem – Reunião de Kick Off com empresa contratada após conclusão da 3ª fase do PPP. - Jun/2023
- Implantação do Programa de Formação e Desenvolvimento de Líderes e Sucessores – Reunião de Kick Off com empresa contratada após conclusão da 3ª fase do PPP - Jun/2023.
- Início da 2ª e 3ª fases do Projeto PPP - Mar/2023.
- Cursos com a empresa CMI Brasil Consultoria Empresarial.
- Contratação de consultores individuais para ministrar cursos e palestras que vão compor o Programa de Desenvolvimento de Líderes.
- Lançamento do Programa de Desenvolvimento de Líderes com circuito de ações e cursos.
- Projeto de Análise de Perfil Comportamental utilizando metodologia DISC – Capacitação da equipe técnica da ESAFAZ.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Escola sem diretoria.
- Com a pandemia, o trabalho da equipe da Escola foi desempenhado de forma remota, então a sede física ficou desativada por quase 2 anos, e agora está passando por reformas e ajustes.



MARCOS DO SUBPRODUTO

Início do projeto
2019

Solução Implantada em
18 unidades da Sefaz
2023



● Realizado ○ Não Realizado

ENTREGAS REALIZADAS

- Aquisição e instalação de 2 Tape Libraries LTO7/LTO8
- Aquisição e instalação de 2 switches SAN Conectrix DS7700b

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Adequar a janela de backup ao período noturno disponível entre 8 e 12 horas de forma a evitar que este processo impacte a execução dos sistemas transacionais da SEFAZ.
- Diminuir o número de fitas utilizando as mesmas exclusivamente para as salvagens dos dados que requerem armazenamento de longa duração

OBJETIVO DO PROJETO

Solução de proteção e recuperação de dados para atender o volume crescente das informações produzidas nos sistemas fazendários, garantindo execução das rotinas de backup em tempo compatível com as necessidades dos usuários e minimizando impactos no ambiente transacional.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 3,5Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 1,56 Mi

▲ EXECUTADO

44,5%

R\$ 3,5Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

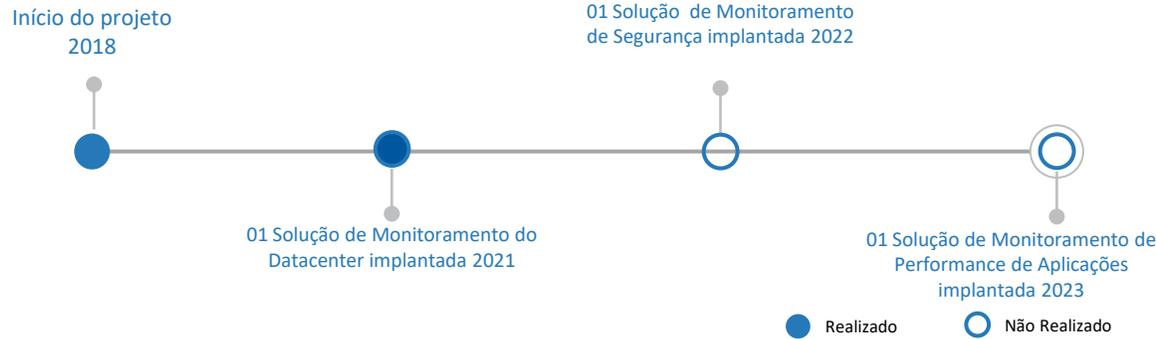
- Implantação de cabeamento redundante de fibra ótica interligando os datacenters da SEFAZ nos edf. San Rafael e ATI . Fev 2023
- Implantação de Servidores e storages para infraestrutura de backup com replicação entre os datacenters da SEFAZ nos edf. San Rafael e ATI Mar 2023
- Implantação da solução de backup para o ambiente de Big Data – Mar 2023

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Fornecedores atrasarem a entrega de equipamentos devido às condições adversas do mercado.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Integração contínua do código dos sistemas e abertura do processo de manutenção do framework e-fisco.
- Migração do e-fisco para um plataforma mais ágil (nuvem privada) baseada no Openshift Cloud Suite.
- Automação dos processos de gerência de configuração de software (GitOps – Infraestrutura como código).
- Realização de uma prova de conceito através da implementação de uma aplicação piloto (ou aplicação de referência) baseada em uma proposta de arquitetura de microsserviços.
- Monitoramento de performance das aplicações.
- Contrato do serviço de monitoramento de segurança assinado em 06/09/2022

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- A integração contínua melhora a qualidade das entregas dos sistemas mitigando erros nas implantações.
- A plataforma Openshift (nuvem privada) compõe a base de desenvolvimento ágil (cultura DevOps).
- A automação dos processos de configuração possibilita mais agilidade nas entregas de infraestrutura e praticamente elimina erros humanos.
- A implementação da aplicação piloto, de referência, abre as portas para o desenvolvimento de aplicações nativas em nuvem, fora do e-fisco, mas integradas ao mesmo via API.
- O monitoramento das aplicações através de dashboards e alertas agilizam a solução de problemas.
- Cobertura de incidentes cibernéticos por equipe especializada, em horário integral, 24x7, 365 dias/ano.
- Desnecessidade de investimento em licenças e equipamentos, pois o modelo contratado foi baseado em serviços.

OBJETIVO DO PROJETO

Implantação de solução de monitoramento de segurança, implantação de infraestrutura de monitoramento do data center, implantação de monitoramento de performance das Aplicações e implantação de infraestrutura para DevOps.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 2,8 Mi

ORÇADO INICIAL



ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

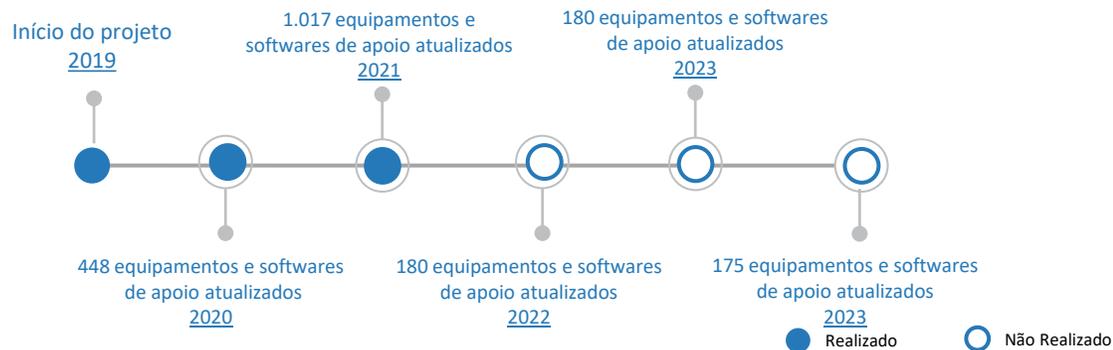
- Implantação do e-fisco na nova plataforma de sistemas (Openshift Cloud Suite).
- Implantação de novas aplicações no Openshift (NF3-e, RDC, RPA, etc.)
- Definição de uma nova arquitetura de desenvolvimento baseada em microsserviços.
- Implantação do serviço de monitoramento de segurança até 30/12/2022

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Alta rotatividade de pessoal das áreas de desenvolvimento de sistemas e consequente perda de conhecimento e produtividade.
- Não renovação do contrato de consultoria com a Red Hat.
- Falta de disponibilidade e engajamento das áreas de desenvolvimento de sistemas da STI.
- Saída de algum colaborador do time bastante reduzido que está à frente desse projeto
- Alguns equipamentos do monitoramento de segurança podem atrasar além de 30/12/22, em face da crise de chips que vice os fabricantes chineses. Isso pode comprometer parte do monitoramento



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Micros de alto desempenho instalados – 368 unidades.
- Micros de bom desempenho instalados – 1.215 unidades.
- Notebooks de Alto desempenho instalados – 134 unidades.
- Notebooks de bom desempenho – 194 unidades.
- Totalizando 1.911 equipamentos novos instalados.
- Aquisição e Instalação de 11 nobreaks de alta potência – Sede Imperador, SAFI Cabugá, Sede Caruaru, Sede Petrolina e DOE /ARE RMR.
- Aquisição e instalação de equipamento HPE Synergy com 4 Laminas modernizando ambiente de virtualização.
- Aquisição e instalação de 2 servidores IBM Power S922 para atender os bancos de dados corporativos em regime de alta disponibilidade.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Garantia que as redes de estações de trabalho (servidores, micros, impressoras, scanners, ativos de rede) dos prédios da SAFI, SEFAZ Sede em Recife, Caruaru, Petrolina, e DOE/ARE tenham contingência elétrica trazendo benefícios importantes tais como: Garantia da não interrupção dos serviços fazendários ao cidadão; Aumento do ciclo de vida das estações de trabalho e servidores por não sofrerem com a interrupção abrupta da falta de energia.
- Melhoria significativa dos equipamentos do parque da SEFAZ garantindo qualidade na execução dos trabalhos nas áreas meio e fim, através da aquisição/instalação de equipamentos com melhores desempenhos; Satisfação dos usuários; Tempo de paradas bem menores por serem equipamentos novos e de primeiro uso; Redução dos incidentes de hardware em 60%.

OBJETIVO DO PROJETO

Parque tecnológico da SEFAZ modernizado, contemplando processamento, armazenamento, comunicação, segurança e ferramentas de produtividade/análise de informações.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 30Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 20,14 Mi

EXECUTADO

67,1%

ORÇADO ATUAL

R\$ 30Mi

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

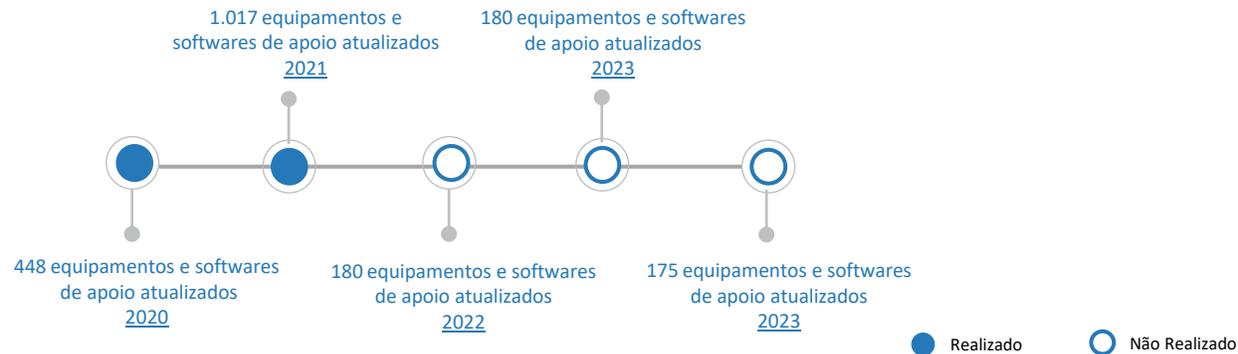
- Novas redes Wi-Fi para os edifícios Sede e San Rafael- Dez 2022
- Servidores X86 para modernização dos grandes prédios, Postos fiscais e laboratório forense – mar2023
- Novos storages para os datacenters da SEFAZ no edf. San Rafael e ATI – Mar 2023

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Projeto exitoso, onde não foram identificados riscos e problemas que pudessem comprometer seu andamento.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Gestão Estratégica da TI (Torre1)
- Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas (Torre2)
- Gestão de Incidentes e Requisições (Torre3)
- Gestão de Dados (Torre4)
- Avaliação do Ambiente Tecnológico (Torre 5)
- Contratação de TIC (Torre 6)
- Estrutura Organizacional e Gestão de Pessoas (Torre 7)

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- incremento de qualidade e agilidade na entrega das aplicações através da revisão dos processos de trabalho, proposição de métricas e estimativas de forma a aperfeiçoar as entregas dos produtos priorizados de acordo com a estratégia da organização;
- ambiente de trabalho que fomente a inovação e propicie iniciativas de transformação digital;
- incremento na produtividade das atividades das áreas finalísticas do órgão no que tange ao uso de serviços de TI;
- alinhamento da área de TI com a estratégia de atuação do órgão e com as políticas de gestão fiscal e combate à sonegação;
- incremento na robustez dos serviços e infraestrutura de TI e conseqüente redução nas ocorrências de indisponibilidades de serviços e sistemas de TI;
- melhoria na qualidade do atendimento aos usuários;
- fortalecimento do relacionamento e da comunicação interna e externa da STI;
- estrutura organizacional e dos recursos humanos dimensionada para atender às demandas de serviços de TI, de acordo com a definição de prioridades e estratégias da SEFAZ-PE.

OBJETIVO DO PROJETO

Contratação de empresa de consultoria para realizar a revisão do Modelo de Gestão de TI da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), executando o diagnóstico do atual modelo, dimensionamento de pessoal e estrutura organizacional, visando a proposição de políticas, práticas, metodologias e processos de trabalho voltados para resultados.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 1,13 Mi

ORÇADO INICIAL



R\$ 1,13Mi 100%

ORÇADO ATUAL

EXECUTADO ▲

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

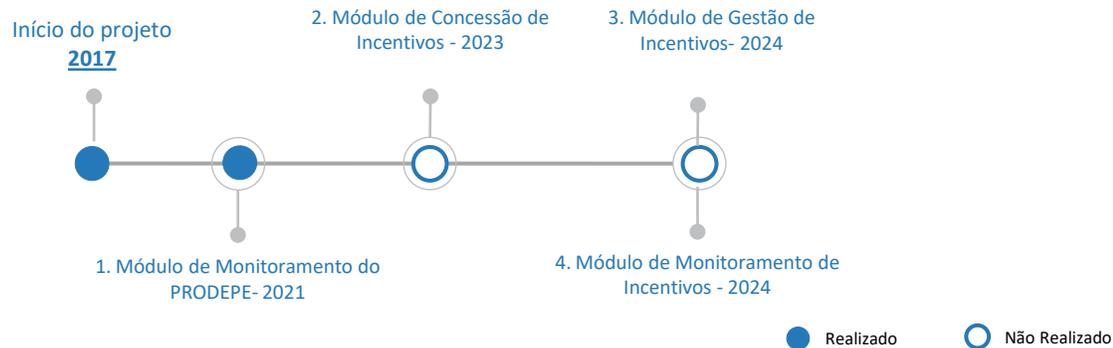
- Não tem.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- A operacionalização da Estrutura Organizacional da STI ficou pendente de execução por parte da SEFAZ.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Cadastro de Programa de Incentivo;
- Solicitação de Incentivo: PEAP e PROIND;
- Distribuição de Processos;
- Análise de Solicitação de Incentivo/Deferimento.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- De acordo com a meta estabelecida é possível prever uma ampliação na arrecadação das empresas incentivadas em função do salto qualitativo no monitoramento das mesmas.
- Os custos para a SEFAZ na concessão dos incentivos será reduzido pois o processo de análise dos pedidos será automatizado e por razão mais rápido, permitindo uma maior produtividade dos auditores envolvidos neste processo.
- O processo de concessão dos incentivos será bem mais rápido e desburocratizado reduzindo os gastos com tempo dedicado das empresas a estes processos.

OBJETIVO DO PROJETO

Implantar um Sistema para concessão, gestão e monitoramento dos incentivos fiscais implantado, contemplando a notificação automática por descumprimento das condições de concessão de incentivos

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$1,18 Mi

ORÇADO INICIAL



ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Não tem.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Caso haja a existência de norma federal que impeça a concessão de novos incentivos fiscais, parte do projeto (Sistema GIF) ficará subutilizado.



Início do projeto - 2019



Marco 2024

1 (um) módulo de integração com a REDESIM entregue e mantido

● Realizado ○ Não Realizado

ENTREGAS REALIZADAS

- Firmado novo contrato entre a JUCEPE e o fornecedor do software – 09/2021.
- Implementação de todo processo de sucessão de forma automática pelo e-Fisco com dados vindo do REDESIM. – Incorporação, Cisão total, Cisão Parcial, Fusão.
- Recebimento do evento 327 que trata dos períodos do Simples Nacional e Simei. Ainda não estamos processando dentro da nossa base.
- Melhoria no recebimento e processamento dos dados de matriz para replicação das filiais dentro do Estado. Ajustes foram necessários para contribuintes que possuem mais de uma inscrição para o mesmo CNPJ.
- Implementação do Inova Simples na sua recepção e incorporação para o e-Fisco.
- Implementação do motivo de baixa do óbito do MEI vindo pelo evento 517.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

Integração de todos os processos dos órgãos e entidades responsáveis pelo registro, alteração e baixa, tendo uma única entrada de dados, com redução de tempo no processo de registro, economia de tempo e custo. Além da sincronização on-line com RFB e Junta comercial.

Internamente temos a integração com os sistemas tributários SEFAZ-PE através de informação cadastral real e atualizada para fins de controle, planejamento e fiscalização.

OBJETIVO DO PROJETO

REDESIM implantada, com integração com a Receita Federal e a Junta Comercial de Pernambuco, Municípios e Cartórios.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 2,43 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 0,47 Mi **20,0%**

EXECUTADO

R\$ 2,43 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Planejamento de testes para o novo formato de tipo de unidade e forma de atuação que terão escolhas múltiplas. Isso fornece transparência da atuação da empresa – Dez/2022.
- Melhorias nas tabelas do Inova Simples – Dez/2022.
- Implementação e testes para a incorporação do MEI Caminhoneiro com suas ocupações – Dez/2022.
- Automação para gerar a inaptidão da IE através do evento de ofício vindo pela RFB que trata da inaptidão do CNPJ – Mar/2023.
- Planejamento para incorporar na base e-Fisco os dados dos períodos do Simples Nacional e Simei com testes entre os sistemas GSN e GCC – Mar/2023.
- Implementação da situação NULA para atender os requisitos para o Serviço 90 – Mai/2023.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Falta de integração e adesão ao REDESIM dos demais órgãos municipais;
- Falta de integração das informações entre os entes para uma melhor comunicação;
- Escassez de recursos de TI;
- Informações dispersas entre diversos cadastros, muitas vezes incompatíveis e não integradas;
- Demandas vindas da RFB estão gerando esforços além do escopo definido para o produto obrigatório, podendo levar ao não cumprimento dos prazos já estabelecidos;
- Estamos com grupo de desenvolvedores na curva de aprendizado;
- Aumento de escopo em relação aos atos informativos e de ofício oriundo da RFB nos eventos 400 e 900;
- Equipe destinada para demandas do Inova Simples e MEI Caminhoneiro.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Adaptação das ferramentas de BI para utilização de dados da EFD-ICMS/IPI.
- Tratamento das informações da apuração de substituição tributária, permitindo a notificação automática dos códigos de receita de ST.
- Verificação da sincronização cadastral e do controle de entrega de documentos entre a Sefaz/PE e o SPED.
- Controle de processamento de arquivos substitutos autorizados pela RFB, mas não autorizados pela Sefaz/PE.
- Processamento automático de documentos entregues quando há exclusão retroativa do Simples Nacional.
- Cálculo do IPM a partir dos dados informados na EFD, com adaptação das telas e relatórios existentes – Iniciada a fase do cálculo do Valor Adicionado.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Adequação da Escrita fiscal em PE ao modelo adotado nacionalmente.
- Utilização de informações presentes no layout da EFD e ausentes no SEF.
- Facilitação no compartilhamento de experiências por parte da fiscalização.
- Redução de custos com desenvolvimento, atualização e manutenção dos softwares relacionados ao SEF, uma vez que os custos do PVA (software da EFD-ICMS/IPI) são integralmente financiados pela Receita Federal.
- Contribuintes de IPI, que atualmente entregam EFD-ICMS/IPI, SEF e eDoc, passaram a entregar apenas a EFD-ICMS/IPI.
- Contribuintes em geral têm à disposição maior número de softwares contábeis adaptados ao seu sistema de escrita fiscal.
- Empresas com estabelecimentos em Pernambuco e em outros estados não tem mais que desenvolver duas formas distintas de geração de sua escrita fiscal.

OBJETIVO DO PROJETO

O projeto se refere à adequação dos sistemas e soluções corporativas da Sefaz/PE para utilização da EFD-ICMS/IPI em substituição ao SEF.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 2,04 Mi

ORÇADO INICIAL



EXECUTADO

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

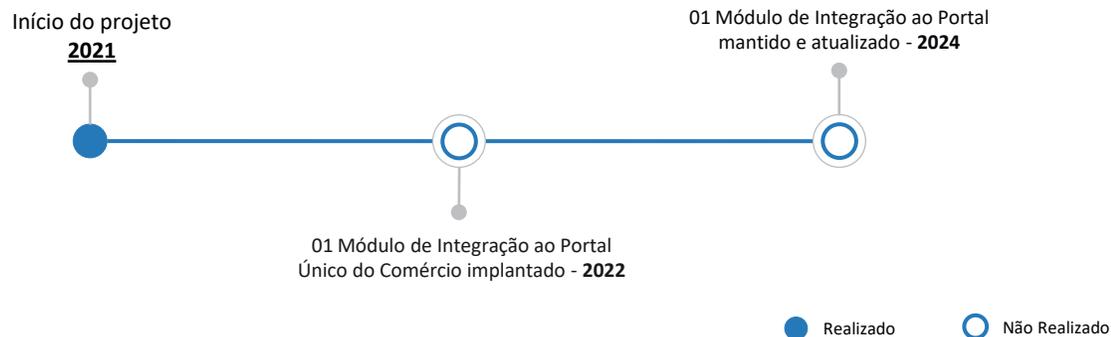
- Início da fase 2 do projeto: tratamento dos arquivos de operações interestaduais (possível dispensa da GIA-ST) .
- Continuação do Cálculo do IPM a partir dos dados informados na EFD, com adaptação das telas e relatórios existentes.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Alta rotatividade de pessoal contratado a baixos salários (por licitação) para o desenvolvimento das ferramentas de TI pode gerar redução da velocidade de execução do projeto e atrasos relacionados ao controle de qualidade do produto entregue.
- Dificuldade de esclarecimentos das regras de negócio com os gestores.
- Concorrência com outros projetos priorizados na SEFAZ.
- Necessita de um maior envolvimento e patrocínio da alta direção



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Desenvolvimento da Integração com Portal Único do Comercio Exterior para importar as DUIMPs.
- Desenvolvimento da solicitação da DMI utilizando o novo documento DUIMP.
- Desenvolvimento de módulo de Monitoramento da Integração como o Portal Único do Comércio Exterior.
- Desenvolvimento da notificação dos eventos da RFB (registro, retificação), e automatização do recebimento da DUIMP por evento.
- Homologação da Integração com Portal Único do Comercio Exterior para importar as DUIMPs.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Com a implementação de novo documento de importação pela RFB, a DUIMP, os Estados devem se adequar para o recebimento, análise e liberação do mesmo.
- É imprescindível que os sistemas dos Estados e o da RFB estejam interligados para que as informações sejam recebidas e enviadas com celeridade e qualidade.
- As liberações das mercadorias importadas serão mais rápidas, trazendo um grande benefício para o importador.
- Com a futura implantação da integração com o Portal Único, haverá mais agilidade e celeridade nas liberações das mercadorias importadas para os contribuintes do Estado de Pernambuco
- Com o sistema interligado, os dados da DUIMP serão importados automaticamente para a solicitação de DMI, gerando menor trabalho manual e mais qualidade na solicitação do documento de importação pelo despachante aduaneiro/importador. Haverá maior agilidade na análise e liberação das mercadorias por parte da SEFAZ.

OBJETIVO DO PROJETO

Desenvolvimento de módulo no e-fisco para receber os dados da DUIMP, enviados pelo Portal Único, com tratamento e cálculo automáticos.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$1,47 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUÇÃO

R\$ 0,30 Mi 20,4%

R\$ 1,47 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Homologação da Integração com Portal Único do Comercio Exterior para importar as DUIMPs em ambiente de produção;
- Desenvolvimento da solicitação da DMI utilizando o novo documento DUIMP e cálculo do ICMS (de acordo com as regras implantadas hoje no e-Fisco);
- Validação da DMI pelo Auditor.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Alta rotatividade da equipe técnica do projeto.
- Quantidade insuficiente de membros da equipe técnica.
- Complexidade das rotinas do e-fisco, módulo DMI, que está gerando dificuldade na escrita das histórias.



MARCOS DO SUBPRODUTO

Início do projeto
2022



1 Relatório de Monitoramento do
SIMPLES Nacional - 2024

● Realizado ○ Não Realizado

ENTREGAS REALIZADAS

- Identificação, Armazenamento, Definição de obrigatoriedade e Controle da incorporação no Big Data das informações do PGDAS-D dos demais arquivos do Simples Nacional no BigData
- Geração de Indicadores Automáticos de Irregularidade para a Declaração PGDAS-D
- Controle de Obrigatoriedade e Entrega da Declaração PGDAS-D
- Processamento e incorporação das informações
- Correção de funcionalidades no Termo de Exclusão do GSN

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

Aumento do número de arquivos do Portal do SN incorporados na base de dados da SEFAZ-PE

- De 1 arquivo para 10 arquivos

Controle da entrega de declarações do PGDAS-D

- 69 mil contribuintes passarão a ter o controle automático da entrega do PGDAS-D

Controle dos débitos de ICMS declarados em PGDAS-D

- Expectativa de aumentar a adimplência do recolhimento em 50%

Indicadores de irregularidade automáticos

Painel de monitoramento do Contribuinte do Simples Nacional

Fluxo eletrônico dos procedimentos operacionais do Simples Nacional

OBJETIVO DO PROJETO

Realizar uma reformulação e definição de novos procedimentos automatizados, com o objetivo de controlar efetivamente grandes números de contribuintes do Simples Nacional.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$1,58M

ORÇADO INICIAL

R\$ 0,14 M 8,86%

▲
EXECUTADO

R\$ 1,58 M

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

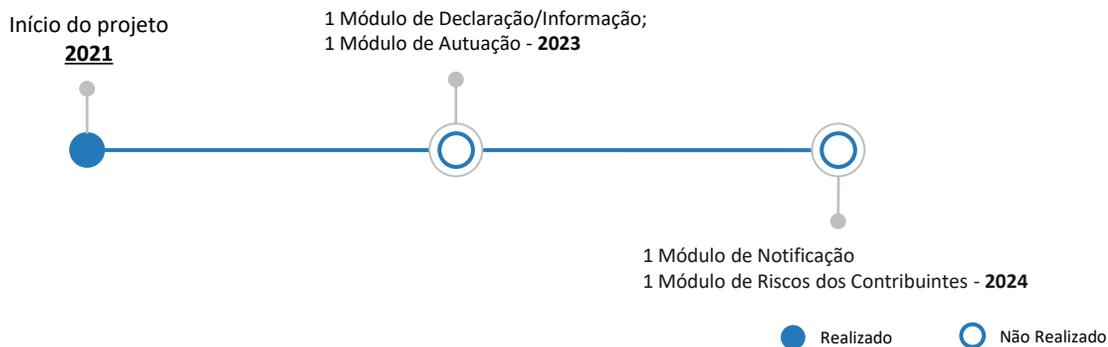
- Controle da obrigatoriedade da entrega da DEFIS – Mar/23
- Controle de pagamento dos valores declarados no PGDAS-D – Mar/23

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Falta de patrocínio institucional efetivo;
- Ideia de que os contribuintes do Simples Nacional não apresentam arrecadação relevante para o Estado;
- Falta de recursos capacitados e dedicados para execução das intervenções tecnológicas necessárias.
- Mudança da equipe após a transição da Gestão



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Consulta de todo Antecipado de forma amigável no E-Fisco;
- Cadastro das Ações Fiscais de forma integrada aos extratos de antecipação tributárias;
- Fornecimento de relatórios para associação de código de mercadoria com NCM, EAN, Código Interno do Emitente;
- Fornecimento da tabela de códigos interno X NCM X EAN X Código Interno do Emitente;
- Fornecimento de notas fiscais que compõe extrato para análise da tributação com incorporação de novos códigos, para autuação
- Reformulação no fornecimento dos documentos comprobatórios para autuação;

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Espera-se que seja incrementado a adimplência do ICMS Antecipado em 10%
- Redução de Auditores na cobrança de pequenos valores destinando-os a ações mais rentáveis
- O serviço de “Informação do ICMS Antecipado” será disponibilizado na WEB, e de forma transparente o contribuinte poderá fazer os ajustes e reajustes necessários à informação prestada anteriormente, simplificando o trâmite eletrônico do processo e sem espera e reclamações nas agências da receita

OBJETIVO DO PROJETO

Desenvolvimento de nova Sistemática de cobrança e controle do ICMS antecipado, incluindo alteração na legislação atual, novos processos internos de trabalho e um sistema mais amigável e eficiente de cobrança, assim como responsabilização do contribuinte para informar os valores do ICMS Antecipado, permitindo sua declaração até posterior homologação pela SEFAZ.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$3,42 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUÇÃO

R\$ 0,01 Mi (2,5%)

R\$ 3,42 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Declaração do Antecipado pelo Contribuinte - 2023
- Notificação Automática dos Valores Declarados e não pagos – 2023
- Riscos dos Contribuintes para autuação eletrônica e manual - 2024

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Alteração na gestão das áreas envolvidas;
- Entendimento da nova gestão diferente da atual em relação ao produto;
- Ausência de legislação prevendo a declaração e autuação de forma eletrônica do ICMS Antecipado;



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Entrada do MVP do GOF (Canal Expresso) – 13 de AGO/2021.
- Execução do piloto do Controle de Fronteiras iniciado em 30 de SET/2021.
- Conclusão do desenho de processos da Central de Monitoramento.
- Proposta de alteração na Legislação Fiscal em fase de análise do setor jurídico da SEFAZ.
- Entrada em produção do MVP do sistema GOF (Fiscalização Eletrônica e Central de Monitoramento) – 01/2022.
- Desenvolvimento e conclusão do ambiente para integração dos sistemas GOF e SRP (WebService) – 05/2022.
- Desenvolvimento de tratamento de irregularidades envolvendo a EC87, MS, liberação automática de NF-e's e melhoria de performance do sistema – 03 a 06/2022.
- Tratamento manual do MDF-e com documento faltantes – Entrega de documentos faltantes pela transportadora (upload de documentos) Outubro/2022..
- Entrada com todas as transportadoras do estado no modelo de fiscalização eletrônica até novembro/2022.
- Tratamento de carga de MDF de carga parcial nas Unidades Avançadas/Postos Fiscais.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Através de TFD físico, são retidas NF-e no valor total de R\$ 695 milhões* por ano, ou R\$ 57,9 milhões por mês. Com a emissão do TFD-e vinculada ao MDF-e, espera-se um incremento neste indicador, uma vez que serão incorporadas notas que atualmente não são protocoladas em Posto Fiscal (45% do total).
- Nossa Meta é o incremento de 40% no indicador, alcançando R\$ 81,1 milhões como só teremos o sistema implementado integralmente para todas as transportadoras em 01/12/2022, só poderemos mensurar essa meta à partir de 2023.
- Atualmente o estado de PE tem sido apresentado como modelo nesse tipo de atuação principalmente pela Cias Aéreas que vem atuando junto a COTEPE/CONFAZ para que esse modelo seja implementado em todas as unidades da federação.
- Observamos no período inicial de implantação do modelo uma possibilidade deslocamento dos Auditores para atividades mais eficientes e produtivas, alcançamos com isso um aumento de arrecadação principalmente na Antecipação Tributária e no controle do tributo referente ao diferencial de alíquota instituído pela EC 87.

OBJETIVO DO PROJETO

Implantação do modelo e sistemática de fiscalização e controle de fronteiras em rodovias onde haja o interesse de controle do fisco estadual, que contemple um sistema de identificação e pesagem veicular integrado a um sistema de análise de movimentação de mercadorias que gere informações para subsidiar as ações fiscais.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$20,81 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUÇÃO

R\$ 4,86 Mi 54%

OBS: Levando em consideração as frentes SRP e GOF

R\$ 9,0 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

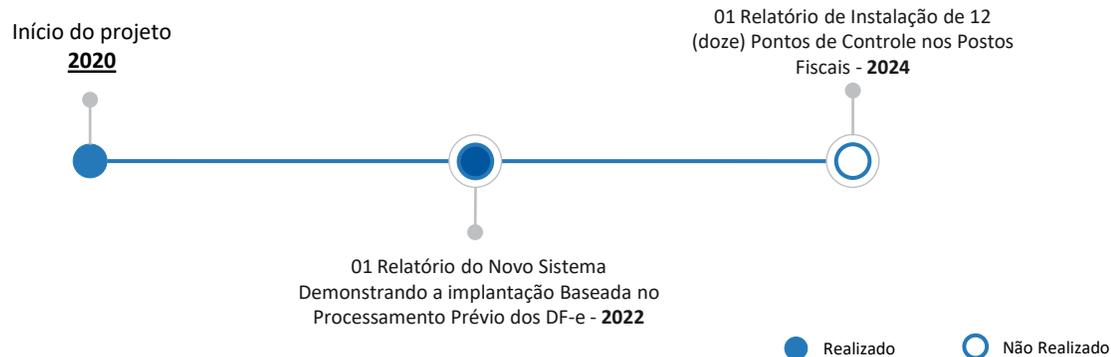
- Gerar irregularidades para NFe e cargas, a partir de leituras de placas/peso pelas passagens nos pontos de monitoramento do SRP;
- Gerar irregularidades em NFes baseados em cruzamentos diretos SAGENT/Quickview;
- Gerar irregularidades em NFes e Cargas baseado na Mineração de Dados utilizando indicadores gerados pelo projeto BI-Risco em NFe emitida.
- Disponibilizar redundancia de Link de internet nas Unidades Avançadas - UAV, Postos Fiscais - PF e Centrais de Monitoramento de Cargas - CM que não seja alimentado por fibra ótica garantindo um serviço sem interrupção.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Demandas prioritárias geradas pelas mudanças na política de fiscalização ou em razão de alterações na legislação tributária Nacional ou do Estado;
- Alta rotatividade da equipe técnica de analistas e desenvolvedores.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Definição dos Pontos para instalação dos 02/2022;
- Obtenção junto ao Porto de Suape da permissão para instalação dos equipamentos de controle de passagem –05/2022;
- Processo de concessão de autorização para uso das faixas de domínio das rodovias federais em PE (concessão tácita) – 06/2022;
- Apresentação e aprovação do Projeto Executivo e do Cronograma de Execução –04/2022;
- Conclusão do desenvolvimento do Webservice de integração entre os sistemas GOF e SRP – 05/2022;
- Início dos Processos para concessão de uso das faixas de rodovias estaduais – DER-PE e DER-PB – 05/2022;
- Instalação dos pontos de controle do grupo 1- 10/2022.
- Homologação no sistema ONE no credenciamento da empresa contratada (CGT) para iniciar a transmissão das informações dos postos de controle dos equipamentos já instalados;

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Poderemos controlar com muito mais eficiência as cargas encaminhadas ou em transito pelo estado PE.
- Será possível controlar em tempo real as cargas transitando pelo estado sem a efetiva emissão das NFe que acobertassem as operações.
- Identificar e possibilitar o monitoramento “on line” das cargas em nas 03 (três) centrais de monitoramento a serem criadas no estado.
- Possibilitar a Ação Fiscal mais efetiva, de forma ágil, assim que forem identificado situações irregulares , podendo ser geradas Ações Fiscais de forma imediata.

OBJETIVO DO PROJETO

Implantação do modelo e sistemática de fiscalização e controle de fronteiras em rodovias, que contemple um sistema de identificação e pesagem veicular integrado a um sistema de análise de movimentação de mercadorias que gere informações para subsidiar as ações fiscais.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$20,81 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUÇÃO

R\$ 4,86 Mi 54%

OBS: Levando em consideração as frentes SRP e GOF

R\$ 9,0 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

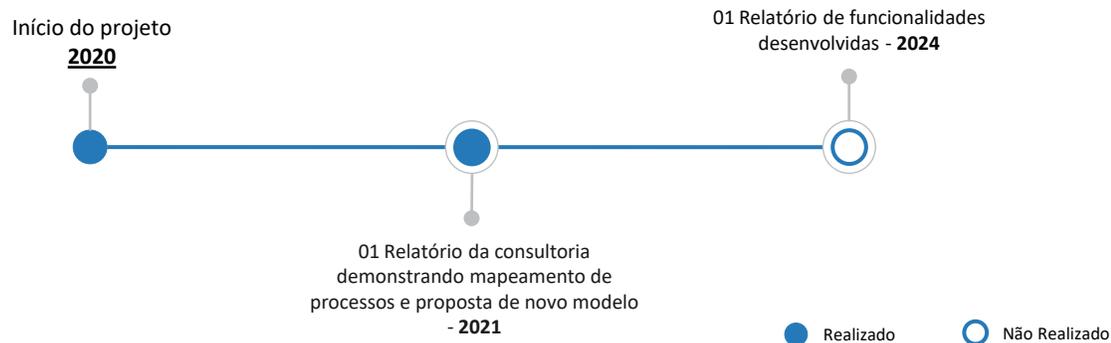
- Instalação dos pontos de controle do Grupo 2 e 3 em pelo menos 95% dos pontos de controle. – Dez/2022
- Construção pela empresa contratada (CGT) do webservice para transmissão das informações capturados nos pontos de controle. – Dez/2022
- Utilização das informações de registros de passagem geradas no SRP e coletadas do sistema ONE para gerar as irregularidades objetivando o controle de fluxo e abordagem das cargas com maior risco de sonegação pelas equipes monitoradas pelas Centrais de Monitoramento.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Autorização do DEER PE para instalação dos pontos de controle nas rodovias estaduais;
- Liberação do ponto de controle localizado na PE 60 – Barreiros que passará por serviço de manutenção até o final de 2022;
- Repasse da autorização concedida pelo DNIT PE para os DNITs PB e AL;
- Problemas envolvendo redes e sistemas (integrações)



MARCOS DO SUBPRODUTO



OBJETIVO DO PROJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria para apoiar tecnicamente a inovação e transformação da Administração Tributária, incluindo:

- Alinhamento, sensibilização e planejamento do projeto; a análise, diagnóstico, melhoria e transformação dos negócios da Diretoria de Fiscalização, Atendimento e Controle das Fronteiras e aperfeiçoamento da estrutura organizacional;
- Operação assistida para a gestão da mudança organizacional e a transferência de conhecimentos, pelo período de 12 meses, provendo as condições necessárias para nortear e coordenar as ações relacionadas transformação da referida Diretoria

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$1,20 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 1,15 Mi (100%)

ORÇADO ATUAL

EXECUÇÃO

ENTREGAS REALIZADAS

- Relatório consolidado entregue pela consultoria em gosto/2021, contendo um diagnóstico situacional, mapeamento dos processos e de estrutura organizacional, redesenho e proposição de melhorias nos processos e sistemas, definição de indicadores dos processos, operações assistidas e gestão da mudança organizacional, contemplando os processos e os macroprocessos relacionados às áreas da Diretoria Geral de Atendimento e Fiscalização, compilados nos seguintes grupos definidos pela Secretaria da Fazenda de Pernambuco:
- Grupo 1 – Unidades de Governança e Gestão: Programação da Ação Fiscal e Monitoramento e Assessoria de Modernização;
- Grupo 2 – Unidades Centrais de Monitoramento e Fiscalização: Malhas Finas, Comércio Eletrônico, Parametrização do Cálculo 058-2, Regime do Simples Nacional;
- Grupo 3 – Controle de Fronteiras: Central de Monitoramento de Fronteiras;
- Grupo 4 – Controle do Crédito Tributário: Tributos Diretos (IPVA e ICD) e Cobrança e Recuperação do Crédito;
- Grupo 5 – Atendimento ao Contribuinte: Processos e Qualidade do Atendimento e Atendimento Virtual;
- Grupo 6 – Unidades Avançadas da Receita;
- Grupo 7 – Unidades de Monitoramento e Fiscalização;
- Grupo 8 – Circunscrições de Agências da Receita Estadual e Subunidades.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

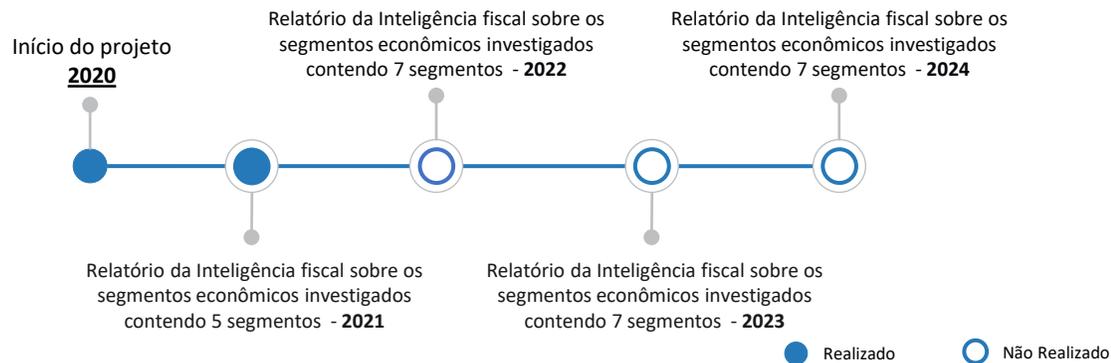
- Criação das Unidades de Monitoramento e Fiscalização, gerando a constituição de cerca de R\$ 115.350.000,00 de crédito tributário no ano de 2021;
- Descentralização da análise de contestação do ICMS Antecipado (058-2) e estruturação da equipe de parametrização do cálculo automático, contribuindo para o crescimento de 21,63 %, na arrecadação do ICMS 058-2 (2021/2020);
- Desativação de 3 Agências da Receita Estadual na I Região Fiscal, com otimização do trabalho desenvolvido pelos Auditores Fiscais;
- Criação das UAVS (Unidade Avançada da Sefaz), com a absorção de trabalhos realizados pelas Agências da Receita Estadual;
- Implantação de plataforma de atendimento, via Whatsapp, Chat e Telegram, contemplando a migração do atendimento do IPVA em 2022, com média mensal atual de cerca de 25.000 atendimentos.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Nada A acrescentar



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Aumento da capacidade de operações de campo para produção de conhecimento e elaboração de relatórios de difusão com evidências das irregularidades identificadas, por meio das seguintes aquisições:
 - 02 Drones e capacitação.
 - Teodolito com nível óptico e tripé.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Incremento de 50% do número de segmentos que tiveram contribuintes investigados e 100% nas Operações de Repressão Qualificadas e Ações Fiscais Ordinárias realizadas pela DOE com apoio investigativo e operacional da Diretoria de Inteligência Fiscal - DIF/SEFAZ, assessoradas pelo Laboratório de Auditoria Digital e realizadas a partir de levantamentos e monitoramentos da Central de Operações Estaduais, da Polícia Civil de Pernambuco - PCPE e Ministério Público de Pernambuco – MPPE, a exemplo das seguintes operações:
 - Operação HYDRA
 - Operação Filito
 - Operação Laranja de Pano
 - Operação Downhill
 - Operação Bauxita
- Melhoria substancial do trabalho de campo de operações para levantamento de informações por imagens feitas a partir dos equipamentos adquiridos.

OBJETIVO DO PROJETO

O projeto tem como objetivo a garantia da eficiência e eficácia da DIF, modernizando-a com novos recursos materiais, por meio da aquisição de novos equipamentos e softwares, bem como expandindo sua produtividade, capacitando seus recursos humanos para utilizarem os novos recursos materiais e executarem os processos de trabalho com eficiência, de modo que possam extrair todo o potencial e utilizar a totalidade dos recursos das aquisições propostas.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$5,22 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUÇÃO

R\$ 1,23 Mi 23,5%

OBS: Levando em consideração as frentes da DIF e da DOE

R\$ 5,22 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Conclusão dos processos de aquisição e entrega dos produtos a seguir:
 - 01 (um) caminhão baú e 02 (duas) minivans tipo spin – Até 31/12/2023
 - 01 furgão e 2 minifurgões para operações – Até 31/03/2023
 - 02 motocicletas para operações – Até 31/03/2023
 - 02 Drones – Até 31/03/2023
 - Atualização da versão (2) e aquisição de novas licenças (3) de **Software de estabelecimento de vínculo** (Caseboard e Caseboard Designer) – Até 31/03/2023

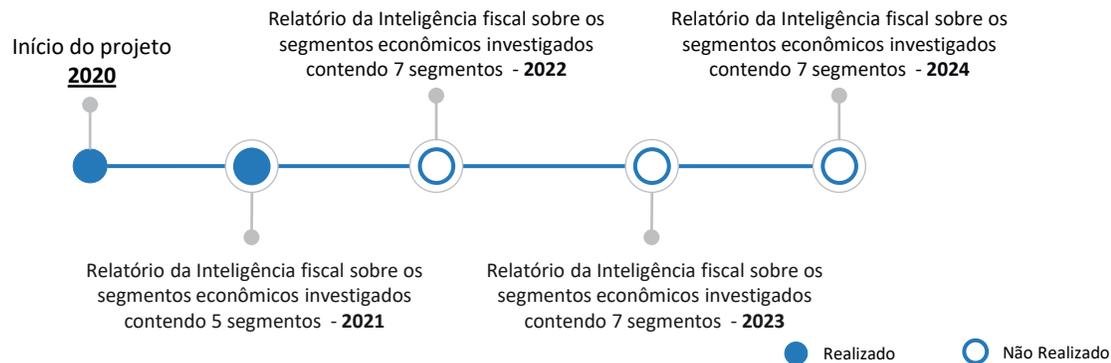
RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Estabelecimento de novas diretrizes e prioridades a partir do novo ciclo de gestão, que poderá impactar no andamento do projeto e nas demandas de aquisições previstas;
- Descontinuidade na execução do projeto em função da possibilidade de alterações na equipe responsável, face ao no ciclo de gestão;
- Carência das Diretorias de execução demandantes de profissionais com amplo conhecimento técnico das questões relativas aos processos de aquisições, tais como um roteiro contendo as etapas a serem seguidas, a legislação aplicada à matéria, os requisitos necessários para elaboração de Termos de Referência e Notas Técnicas no curso do processo, as metodologias de pesquisas de preços e/ou fornecedores, etc.

2.3.4 - PROCESSOS E SISTEMAS DA INTELIGÊNCIA FISCAL, DO LAUD E DA COE REFORMULADOS (DIRETORIA GERAL DE OPERAÇÕES ESTRATÉGICAS)



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Aumento da capacidade de processamento e análise de evidências digitais do Laboratório de Auditoria Digital – LAUD, por meio das seguintes aquisições:
 - 03 Workstations de alto desempenho
 - 04 Duplicadores forenses
 - Software para análise forense em dispositivos móveis
 - Incremento da capacidade de levantamento e cruzamento da Central de Operações Estaduais – COE com a disponibilização de notebooks e desktops
 - Aumento da capacidade de processamento de dados em processos de investigação da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária – DECCOT/PCPE e do Laboratório de Lavagem de Dinheiro da Polícia Civil – LAB-LD/PCPE, por meio da aquisição de notebooks e desktops
 - Capacitação de Auditores Fiscais, Analistas de Sistemas e Técnicos do LAUD em forense computacional, com carga horária de 40 horas.
 - Capacitação em Operações Fazendárias, com carga horária de 180 horas, contemplando Auditores Fiscais e Policiais da DECCOT
 - Capacitação em Segurança Orgânica e Proteção de Dados, com carga horária de 40 horas, contemplando Auditores Fiscais e Policiais da DECCOT

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Incremento de 100% nas Operações de Repressão Qualificadas e Ações Fiscais Ordinárias assessoradas pelo Laboratório de Auditoria Digital e realizadas a partir de levantamentos e monitoramentos da Central de Operações Estaduais, com apoio investigativo e operacional da Diretoria de Inteligência Fiscal - DIF/SEFAZ, da Polícia Civil de Pernambuco - PCPE e Ministério Público de Pernambuco – MPPE, a exemplo das seguintes operações:
 - Operação HYDRA
 - Operação Filito
 - Operação Laranja de Pano
 - Operação Downhill
 - Operação Bauxita
 - Operação Cidades
 - Operações Força no Foco
- Intensificação do apoio do LAUD nas auditorias fiscais e contábeis realizadas pelas Diretorias Gerais das I e II Regiões Fiscais, abrangendo os segmentos econômicos de supermercados, indústria de alimentos, autopeças e empresas do polo gesseiro, e no segmento de combustíveis pela própria DOE.

OBJETIVO DO PROJETO

O projeto tem como objetivo a garantia da eficiência e eficácia do LAUD e da COE, modernizando-os com novos recursos materiais, por meio da aquisição de novos equipamentos e softwares, bem como expandindo sua produtividade, capacitando seus recursos humanos para utilizarem os novos recursos materiais e executarem os processos de trabalho com eficiência, de modo que possam extrair todo o potencial e utilizar a totalidade dos recursos das aquisições propostas.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$5,22 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUÇÃO

R\$ 1,23 Mi **23,5%**

OBS: Levando em consideração as frentes da DIF e da DOE

R\$ 5,22 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

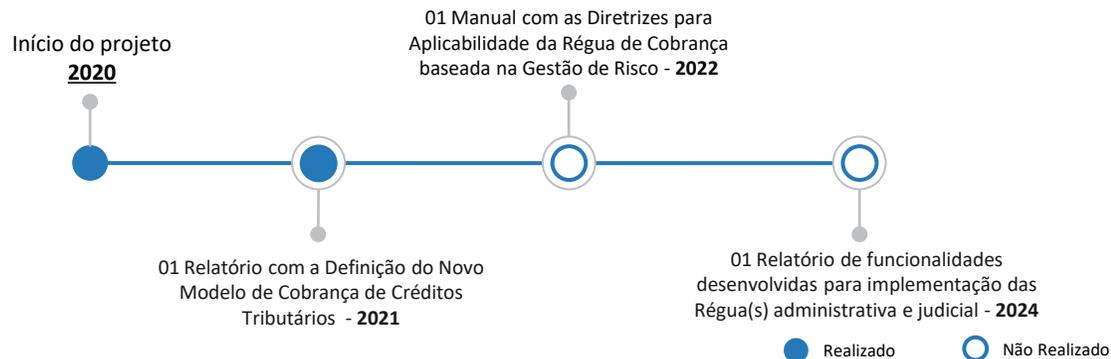
- Conclusão dos processos de aquisição e entrega dos produtos a seguir:
 - 02 Servidores com Rack para o LAUD e LAB-LD/PCPE – Até 31/12/2022
 - 02 Storages (NAS) para o LAUD e o LAB-LD/PCPE – Até 31/03/2023
 - 02 Storages portáteis – Até 31/03/2023
 - 03 Workstations mobile (notebooks forenses) – Até 31/03/2023
 - 30 Impressoras mobile – Até 31/12/2022
 - 01 Solução Data Protect – Até 31/03/2023
 - 02 Projetores multimídia – Até 31/03/2023
 - 01 (um) caminhão baú e 02 (duas) minivans tipo spin – Até 31/12/2022
 - 03 Veículos tipo vans adaptadas para operações – Até 31/03/2023
 - 02 Drones – Até 31/03/2023
 - 45 Rádios móveis de comunicação – Até 31/03/2023
 - 45 Coletes balísticos para uso em Operações de Repressão Qualificada (ORQ) – Até 31/03/2023
 - 01 Sistema de câmeras de segurança para o LAUD (circuito fechado de câmeras) – Até 31/03/2023
 - 01 Sistema para controle de acesso à DOE, com equipamentos integrados (catracas e fechaduras eletrônicas) – Até 31/03/2023

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Estabelecimento de novas diretrizes e prioridades a partir do novo ciclo de gestão, que poderá impactar no andamento do projeto e nas demandas de aquisições previstas;
- Descontinuidade na execução do projeto em função da possibilidade de alterações na equipe responsável, face ao ciclo de gestão;
- Carência das Diretorias de execução demandantes de profissionais com amplo conhecimento técnico das questões relativas aos processos de aquisições, tais como um roteiro contendo as etapas a serem seguidas, a legislação aplicada à matéria, os requisitos necessários para elaboração de Termos de Referência e Notas Técnicas no curso do processo, as metodologias de pesquisas de preços e/ou fornecedores, etc.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- 1. Régua de Cobrança (concluída com algumas pendências);
- 2. Plataforma Agilize;
- 3. Chatbot (encontra-se no site da Sefaz);
- 4. Painel de Monitoramento dos Protestos (encontra-se no Qlik Sense da PGE);
- 5. PERC (dois PERC's diferentes);
- 6. Ações Fiscais desenvolvidas pelas Unidades de Monitoramento da DFA.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- 1. Resultado das Réguas de Cobrança
 - 1.1. Retorno com as réguas de cobrança no exercício de 2021
 - Até 07/2021: 1,9BI, De 07 a 12/2021: 1BI
 - Acumulado: 2,9 BI – Taxa de Retorno: 20,8%
 - 1.2. Resultado do ICMS Fronteiras
 - Aumento na adimplência do Fronteiras: 19%
 - Obs1. O resultado do Fronteiras é apenas um indicador da eficiência da régua.
 - Obs2. O retorno da régua é considerado como valor pago em até 60 dias da comunicação enviada.

OBJETIVO DO PROJETO

Aperfeiçoamento da Gestão da Cobrança Administrativa, com implantação de metodologia de recuperação de crédito tributário e não tributário, inscrito ou não em dívida ativa, com sistematização de Régua de Cobrança, baseada na classificação de risco e recuperabilidade do contribuinte e do crédito.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$4,7 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUÇÃO

R\$ 2,4 Mi 51,1%

OBS: Levando em consideração a Régua e o Sistema do TATE

R\$ 4,7 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

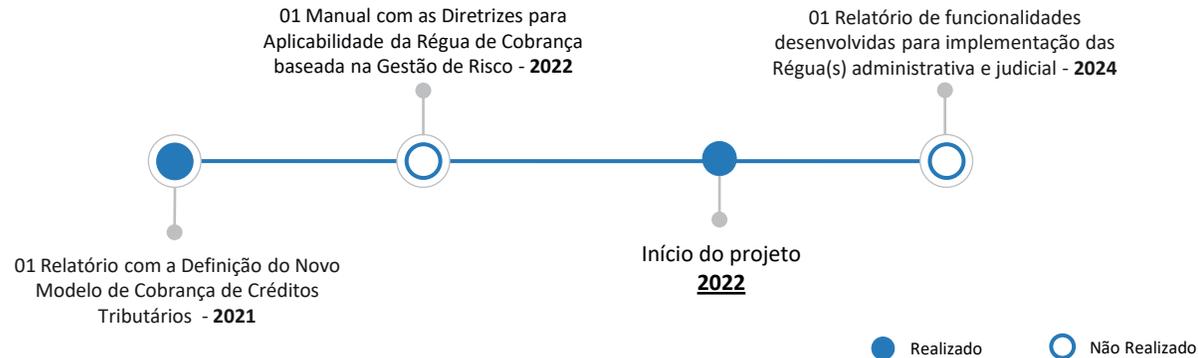
- 01 Manual com as Diretrizes para Aplicabilidade da Régua de Cobrança baseada na Gestão de Risco – Dez/2022
- 01 Relatório de funcionalidades desenvolvidas para implementação das Régua(s) administrativa e judicial – Dez/2024

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- 1. Riscos:
 - 1.1. De se perder o conhecimento com a mudança das equipes, após a transição da Gestão, que acontecerá a partir de 01.01.2023;
 - 1.2. De se perder a integração bem sucedida entre a SEFAZ e a PGE.
- 2. Problemas:
 - 2.1. Equipes demasiadamente ocupadas nas atividades cotidianas que surgiram, como por exemplo, os PERC's;
 - 2.2. A falta de foco e tempo nas iniciativas, trouxe um ganho abaixo do planejado.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Levantamento das funcionalidades e respectivas histórias;
- Elaboração parcial do Termo de Referência.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Modernização dos processos e das informações, fazendo com que todas as etapas do processo administrativo atual passem a ser eletrônicas.
- Garantia de acessibilidade para deficientes visuais e, assim, integrar com o DT-e.

OBJETIVO DO PROJETO

Tramitação, julgamento, gerenciamento e extração de informações dos processos de forma totalmente eletrônica, com fluxo adaptado à nova estrutura do TATE e com acessibilidade para deficientes visuais.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$4,7 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUÇÃO

R\$ 2,4 Mi 51,1%

OBS: Levando em consideração a Régua e o Sistema do TATE

R\$ 4,7 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

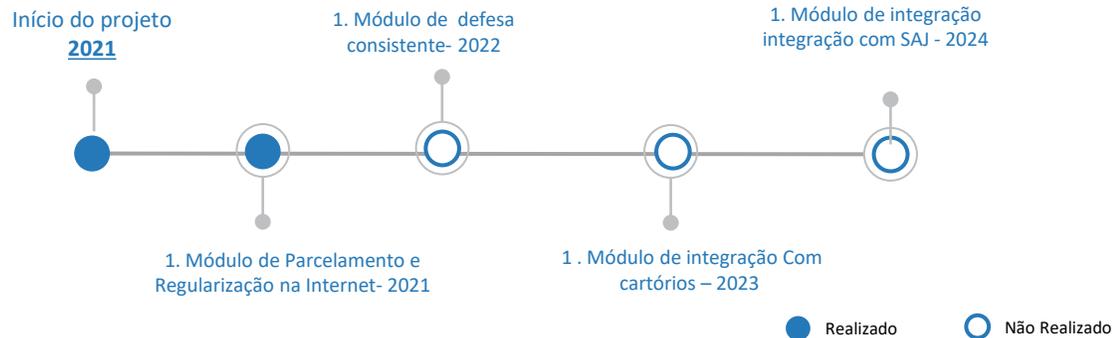
- Conclusão a elaboração do Termo de Referência em – Dez/2022;
- Conclusão da licitação e contratação da empresa para desenvolver o produto em 2023;
- Desenvolvimento e implantação do fluxo da defesa ao julgamento em última instância, com acessibilidade, em 2023;
- Desenvolvimento e implantação dos relatórios gerenciais em 2024.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- **Riscos:**
 - Rotatividade da equipe técnica;
 - Falta de sincronia caso seja necessário desenvolver integrações com os demais sistemas do eFisco;
 - Desatualização da legislação regente do processo administrativo.
- **Ações de Mitigações:**
 - Redução do tempo de adaptação do novo time, com ações diversas de aprendizagem, como documentação e vídeos explicativos sobre o produto;
 - Atuação no planejamento antecipado;
 - Proposição de alterações legislativas.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Automação da inscrição em Dívida
- Entrega do projeto de modernização da integração PGE x SEFAZ
- Adequação do sistema para LC 449/2021 (PERC ICMS) e LC 451/2021 (PERC PROIND) **Mar/21**
- Início as histórias do projeto de defesa **Jul/21**
- LC 457/2021 (REMISSÃO ANISTIA MOTOS 162 CC) **Nov/21**
- LC 462/2021 (reedição LC 393/2018) **Dez/21**
- LC 465/2021 PERC ICD) **Dez/21** com vigência em **Mar/22**
- Adequação do sistema a LC 477/2022
- Conclusão das histórias e adequação do sistema a alteração do Decreto 44650/2017, com relação ao parcelamento do código receita 076-0
- Conclusão das Histórias de defesa e testes em andamento no ambiente de homologação com previsão entrega 31/10/2022

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Maior segurança na implantação das defesas/recursos/resultado julgamento.
- Confiabilidade do contribuinte nos dados apresentados, parcelamento e RD feito na internet facilitará a regularização dos débitos.

OBJETIVO DO PROJETO

Reestruturação e reformulação do sistema GPF, para um maior controle e cobrança dos débitos tributários e não tributários, flexibilizando o sistema, com parametrização para facilitar a adequação do sistema às mudanças na legislação e permitir a gestão dos débitos.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$9,03 M

ORÇADO INICIAL

R\$ 2,96 M

EXECUTADO

32%

R\$ 9,03M

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Módulo de Defesa implantado **Dez/22**
- Início da escrita das histórias de recálculo

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Alterações legais que prejudicaram o andamento do projeto



MARCOS DO SUBPRODUTO

Início do projeto

● Realizado ○ Não Realizado



ENTREGAS REALIZADAS

- Projeto a iniciar, ainda não teve entregas relevantes

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- O projeto trará aumento da eficiência dos gastos, haja vista a redução de gasto de pessoal para a adequada implantação dos efeitos das decisões judiciais já que serão parametrizadas as diversas espécies de decisões para que seus efeitos sejam automatizados.
- A automatização dos efeitos das decisões judiciais reduzirá o tempo de espera para emissão de certidões, desbloqueio de inscrição e outros serviços dependentes da necessidade de regularidade da empresa para sua prestação.

OBJETIVO DO PROJETO

Sistema de Ações Judiciais (AJ) funcional aos usuários internos e externos, com o fornecimento de relatórios gerenciais e o aperfeiçoamento dos recursos de navegabilidade, de comunicação do usuário com o sistema e de integração com outros subsistemas do e-Fisco e sistema SAJ.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$0,55M

ORÇADO INICIAL

0%

EXECUTADO

R\$ 0,55 M

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Não tem.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Não integração do e-fisco com o SAJ da PGE
- Não disponibilidade de pessoal da área jurídica ou com conhecimento jurídico para gestão do AJ.



MARCOS DO SUBPRODUTO

Início do projeto
2022



1. Sistema de Restituição e
Ressarcimento implantado- 2023

● Realizado ○ Não Realizado

ENTREGAS REALIZADAS

- Para atendimento da Portaria 167 de 11/11/2021 foi desenvolvida a funções de análise pelo auditor, dos processos com deferimento automático. Sendo posteriormente enviados para despacho conclusivo do Diretor da Regional e homologação do Diretor da DPC. Foram desenvolvidos campos e funções para maior controle destes processos como: campo com o número da ação fiscal aberta pelo auditor, crítica de período decaído (solicitação dentro de 5 anos do fato gerador) e histórico de processo permitindo o acompanhamento de todo o ciclo do processo de Ressarcimento até o seu resultado final com a liberação da autorização de ressarcimento definitiva.
- Registrado no sistema a homologação do diretor da DPC.
- Dar ciência ao contribuinte da homologação do processo.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Na entrega já efetuada maior segurança no deferimento dos Pedidos de Ressarcimento possibilitando uma análise por parte do auditor assim como a homologação do Diretor da Regional e do Diretor da DPC.
- Controle do regime de substituição tributária, especialmente na cobrança do valor cobrado a menor do ICMS quando da retenção;
- Com o deferimento automático de alguns casos de restituição/ressarcimento se terá aumento da eficiência dos gastos já que se necessitará menos pessoal para análise dos pedidos.
- Com a melhoria da eficiência nas análises dos pedidos, inclusive com automação do deferimentos para alguns casos, haverá melhoria significativa nos serviços prestados ao contribuinte, além disso o projeto prevê os serviços on-line.

OBJETIVO DO PROJETO

Implantar processo eletrônico de restituição/ressarcimento e funcional aos usuários internos e externos, com o fornecimento de relatórios gerenciais e o aperfeiçoamento dos recursos de navegabilidade, de comunicação do usuário com o sistema e de integração com outros subsistemas do e-Fisco.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 2,10 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 0,65 Mi

30,95%

▲ EXECUTADO

R\$ 2,10 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

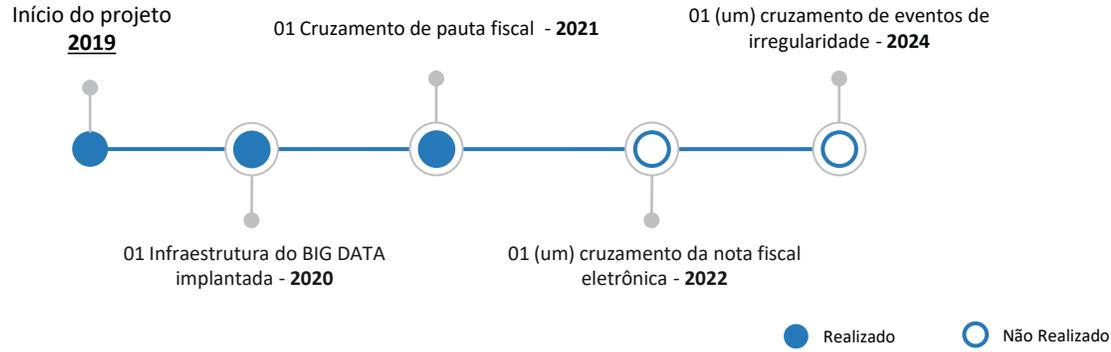
- Implantação do Sistema de Restituição e Ressarcimento - **Dez/23**

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Quantidade de colaboradores da equipe técnica insuficiente
- Não integração com os sistemas e-fisco.



MARCOS DO SUBPRODUTO



OBJETIVO DO PROJETO

Nota Fiscal do Consumidor eletrônica (NFC-e) implantada como uma alternativa eletrônica para os documentos fiscais do varejo (Cupom Fiscal), dentro do padrão nacional e tendo como base os padrões técnicos de emissão de Documentos Fiscais Eletrônicos (DFe), associada à implantação de solução de arquitetura para tratamento, armazenamento e disponibilidade de grandes volumes de dados.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$9,9 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 8,42 Mi (85%)

ORÇADO ATUAL

EXECUÇÃO

ENTREGAS REALIZADAS

- Big Data:**
- Aquisição da Solução
 - Instalação da Solução
 - Treinamento das Equipes
 - Implantação da Solução
 - Criação do Portal de Dados da SEFAZ
 - Aumento da capacidade de processamento e consulta dos dados tributários, através da migração das bases para o Big Data;
 - Remodelação dos projetos financeiros para otimização do tempo de processamento e atualização dos dados utilizando o Big Data;
 - Otimização de Pautas Fiscais consumindo dados das NFC-e's no Big Data: Metodologia de Análise do Combustível, Cimentos, Leites e Derivados e Bebidas Quentes;
 - Incorporação dos Documentos Fiscais Eletrônicos proporcionando análise sob demanda de toda a estrutura dos documentos em grandes volumes;
- Malha Fina:**
- Implantação Omissão de Saída
 - Implantação Presunção omissão de Saída
 - Implantação DIFAL EC/87-2015
 - Desenvolvimento Cartão Crédito /SPED

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

Aumento da arrecadação:

Realização de cruzamento de dados, qualificando o acompanhamento das atividades comerciais/tributárias dos contribuintes, gerando, conseqüentemente um aumento da arrecadação do ICMS.

Melhor Eficiência dos Gastos:

Controle das atividades online. Não há a necessidade de trabalhos presenciais para obtenção de informações (leituras e controle de emissão do ECF). Otimização da força de trabalho, com melhores resultados.

Melhoria dos Serviços ao Contribuinte:

Menor tempo de espera, disponibilização de serviço on-line, simplificação de trâmites, etc.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

Elevadores:

Contratação de empresa para elaboração de projetos e fiscalização de obras nos Elevadores da Sefaz-PE – Jul/2022.

Controle de Acesso:

Edf. Sede – Sistema implantado – Nov/2022.

Climatização do Edf. Sede:

Contratação de Consultoria para diagnóstico de climatização do Edf. Sede – Jul/2022.

Mobiliário:

- Início do processo de adesão à ARP de cadeiras, mesas e armários – Out/2022;
- Processo de compra das mesas rebatíveis iniciado – Nov/2022.

Gerador SUAD:

Processo licitatório homologado – Nov/2022.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Elevadores: maior tempo de vida útil e menor quantidade de interrupções de funcionamento;
- Climatização: economia no longo prazo e maior tempo de vida útil dos equipamentos;
- Controle de acesso: maior segurança para os servidores e para o patrimônio da SEFAZ;
- Mobiliário: atendimento à crescente demanda, em razão da entrada de novos colaboradores e da necessidade de novas cadeiras e mesas de trabalho;
- Gerador: continuidade das atividades da SUAD em caso de queda de energia.

OBJETIVO DO PROJETO

Implantação de Sistema de Segurança Institucional para controlar e registrar os acessos em imóveis próprios utilizados pela SEFAZ/PE; movimentar com segurança e agilidade bens e/ou pessoas verticalmente em suas dependências e melhorar a qualidade dos ambientes de trabalho, conservando o ar limpo e livre de poluição.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 9,40 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 1,136 Mi 12,07%

EXECUTADO

R\$ 9,40 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

Elevadores:

- Edf. San Rafael: Iniciar processo para contratação de manutenção e modernização – Dez/2022;
- Edf. Sede: Iniciar processo licitatório para modernização de 2 elevadores de serviço – Dez/2022;
- Edf. Garagem: Iniciar aquisição de forma emergencial novos elevadores – Jan/2023.

Climatização do Edf. Sede:

Iniciar processo licitatório para contratação do projeto executivo - Dez/2022.

Controle de Acesso:

- Catracas do San Rafael – finalização da instalação – Dez/2022;
- DOE - Instalação e atualização das catracas – Mar/2023.

Mobiliário:

- Possibilidade de Adesão à ARP de cadeiras, armários e mesas – Nov/2022;
- Entrega das cadeiras – Jan/2023;
- Entrega das mesas e armários – Jan/2023;
- Entrega de mesas rebatíveis para o auditório – Dez/2022.

Gerador SUAD:

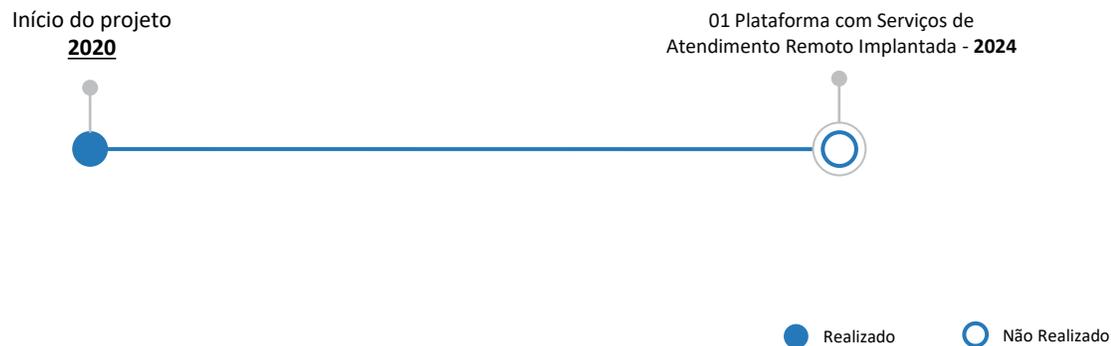
Entrega em Jan/2023.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

Alteração das soluções já apresentadas pelos consultores contratados.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Mapeamento dos fluxos e processos de cada setor ou gerência da DFA;
- Priorização dos processos mapeados para fins de inclusão na plataforma de automatização de processos do Estado
- Novo Modelo de Atendimento ao Contribuinte implantado – set/2020;
- Piloto de Atendimento Virtualizado via WhatsApp; - desde ago/2020;
- Revisão da estrutura organizacional em níveis;
- Desenvolvimento de rotinas automatizadas para liberação de carga (redução de cerca de 50% do quantitativo destes atendimentos).
- Implantação do novo produto de Chatbot em 10/2022 sem solução de descontinuidade com o serviço anterior contratado

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Foi estabelecida a meta de reduzir o número de atendimentos presenciais nas AREs em 80%, tendo sido alcançado 100% no período da pandemia, com excelentes índices de satisfação no atendimento virtualizado.
- Agilidade e aumento da eficiência na prestação dos serviços no atendimento virtual da SEFAZ PE.
- Possibilidade do usuário concluir suas demandas de forma virtualizada sem a intervenção de prestadores otimizando a eficiência dos serviços prestados.
- Com a melhoria dos procedimentos internos, o atendimento ao contribuinte está mais ágil e eficiente. Além disso, com a revisão da necessidade de pessoal em cada uma das diretorias, será possível dimensionar o atendimento aos contribuintes conforme a real necessidade.

OBJETIVO DO PROJETO

Mapeamento dos principais processos de atendimento ao contribuinte, visando a sua automação e/ou realização de forma remota, bem como desenvolvimento de um APP que possibilite uma comunicação mais efetiva e inteligente com o contribuinte, além de reduzir o número de atendimentos presenciais na SEFAZ.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$6,32 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUTADO



ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Formação de grupo de trabalho para o levantamento de requisitos para desenvolvimento do Portal de Atendimento da SEFAZ PE. - Dez/2022.
- Implantação do Portal de Atendimento Digital da SEFAZ PE – Dez/2024

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Alteração do fluxo dos processos.
- Criação de novas áreas e setores.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Sistema ICD:**
- Inclusão dos dados do doador e falecido;
 - Cadastramento de beneficiários(herdeiro, legatário e doador);
 - Cadastramento dos bens e valores;
 - Partilha de bens com a disponibilização dos botões Incluir/Excluir/Alterar;
 - Parametrização do sistema;
 - Integração com o PRT para configuração dos tipos de docs. necessários para o ICD, obrigatórios ou não;
 - Anexação de documentos por beneficiário, por natureza, por tipo de bem e aqueles inerentes à declaração.
- Legislação:**
- Efetuada a apresentação da proposta de alteração da legislação ao CPT-Conselho de Política Tributária, no final da primeira quinzena de fevereiro/2021, com registros de alguns ajustes.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS EM NÚMEROS

- Agilidade no lançamento;
- Maior comodidade oferecida ao cidadão, que não precisa se deslocar a uma Unidade de Atendimento;
- Intervenção do auditor, no fluxo para lançamento do imposto, somente deverá ocorrer nos casos de maior complexidade, a exemplo de doação de cotas de empresa;
- Melhor aproveitamento de recursos humanos;
- Facilidade para o recolhimento do crédito tributário declarado que será disponibilizado ao finalizar a declaração e finalmente o incremento de 10% na relação da arrecadação do ICD/ICMS, que nos anos de 2017 e 2018 foi em média 0,61%.

OBJETIVO DO PROJETO

Lançamento do ICD de forma automatizada por meio de declaração preenchida pelo interessado, contendo as informações necessárias e suficientes para o cálculo do imposto e enviada para SEFAZ-PE, utilizando ferramenta disponibilizada no e-Fisco-ARE Virtual.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$1,34 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUÇÃO
R\$ 0,87 Mi (64,9%)

R\$ 1,34 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Aprovação da nova legislação do ICD, proposta pelo GT criado, tendo em vista os trâmites legais que uma nova lei exige, além do momento atual de final de gestão, proximidade de recesso parlamentar e início de uma nova gestão.
- Retomada dos trabalhos de desenvolvimento do novo sistema, suspenso pelo Comitê de TI desde Mai/2021.
- Relatório apresentado pelo Secretário (sistema ICD implantado) – Dez/2023

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Considerando a reforma tributária, atualmente em discussão no Congresso Nacional, o risco de execução do produto poderia advir com a mudança na competência para lançamento do imposto.
- Dificuldade de manutenção da equipe de TI, para desenvolvimento do sistema do ICD, tendo em vista a concorrência com o mercado privado, que está bastante aquecido.
- O projeto previa anteriormente a contratação de uma empresa para fornecer o valor do m²/CEP, mas tal contratação foi suspensa por decisão administrativa



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

a. TRANSFERÊNCIAS E FUNDEB

1. Etapa 1 - MÓDULO DE OBTENÇÃO DOS DADOS DE ARRECADAÇÃO (GAE);
2. Etapa 2 - MÓDULO DE PARAMETRIZAÇÃO E CONSULTA DAS REGRAS DE TRANSF. POR TIPO DE ARRECADAÇÃO;
3. Etapa 3 - MÓDULO DE APURAÇÃO DAS TRANSF. FUNDEB;
4. Etapa 4 - MÓDULO DE ANÁLISE E VALIDAÇÃO DAS APURAÇÕES ;
5. Etapa 5 - MÓDULO DE INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS DO PORTAL SEFAZ E DE VALIDAÇÕES CONTÁBEIS .

a. EXTRATOS BANCÁRIOS

6. Importação do Arquivo Bancário e JOB ;
7. Cadastro de Conta bancária .
8. Incorporar os Extratos Bancários no E-Fisco
9. Consultas dos Extratos Bancários.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Automação de vários processos manuais
- Melhor gerenciamento das disponibilidades do tesouro estadual
- Inclusão dos extratos bancários no e-fisco;
- Facilitar a tomada de decisões e a conciliação bancária;
- Agilizar os registros das movimentações bancárias no e-fisco;
- Liberar mão de obra para outras atividades.

OBJETIVO DO PROJETO

Implantar 01 Sistema informatizado e automatizado para a administração do fluxo de caixa da conta única do Estado.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$1,64 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUTADO

R\$ 1,16 Mi 70,6%

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

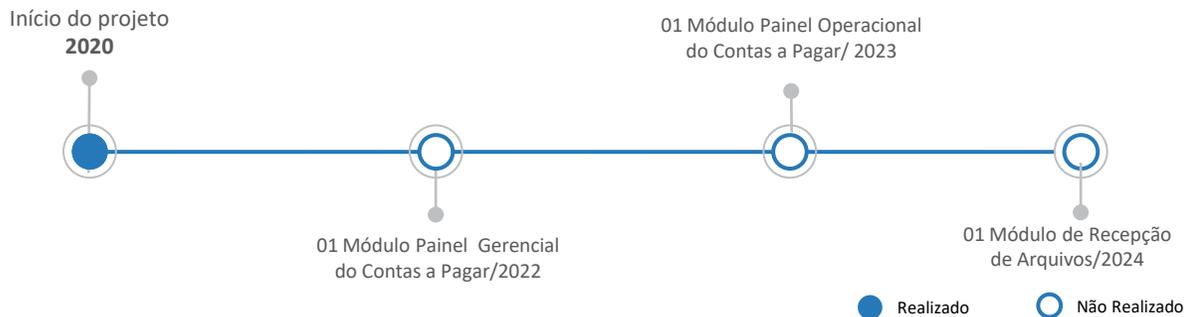
- Parametrização das regras para os lançamentos – Previsão: 30/12/2022;
- Implantação dos pré-lançamentos a partir do recebimento dos arquivos dos bancos – 31/01/2023;
- Relatórios Gerenciais – 30/04/2023.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Saída de membro da equipe;
- Projeto de alta complexidade para sua implementação total, necessitando de revisão do escopo.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Contas a pagar vínculo com DH
- Enquadramento tributário
- Contas a pagar com contrato
- Contas a pagar sem contrato
- Integração parcial com módulo de pagamento
- Geração de arquivo do REINF
- Alteração do DH

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Implantação de interface mais moderna para contabilização de documentos geradores de contas a pagar
- Automatizar a recepção de documentos geradores de contas a pagar
- Maior controle de retenções fiscais e previdenciárias
- Geração de arquivos para atendimento do eSocial
- Geração de arquivos para atendimento da EFD/Reinf
- Elaboração de Painel Gerencial para melhor controle do contas a pagar
- Elaboração de Painel Operativo para melhor execução do contas a pagar

OBJETIVO DO PROJETO

Novo módulo do e-Fisco financeiro (ACP) para Administração do Contas a Pagar do Estado, contemplando interface mais moderna, processos simplificados e automáticos, usabilidade aprimorada, além de gerar arquivos para atender exigências fiscais e previdenciárias (eSocial e EFD/Reinf)

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$2,77 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUTADO

R\$ 0,53 Mi 19,2%

R\$ 2,77 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Relatórios do e-social
- Finalização da Integração entre os Módulos de “Contas a Pagar” e “Pagamento”

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Rodízio na equipe de desenvolvimento
- Paralelismo de atividades da equipe com os Projetos de “Restos a Pagar Não-Processados” e de “Fontes”
- Atividades de desenvolvimento atualmente suspensas para priorizar o Projeto de Fontes



MARCOS DO SUBPRODUTO

Início do projeto
2019

01 (uma) solução de BI de
Indicadores Físicos x
Financeiros - 2023

01 (uma) solução de BI de
Cenários Fiscais-Execução da
Despesa - 2022

● Realizado ○ Não Realizado

ENTREGAS REALIZADAS

JAN/22: Modelagem de dados para incremento e versões finais de BI de Cenários Fiscais-Execução da Despesa

MAR/22: Concluído ETL para integração de bases de execução financeira e execução física em plataforma “Qlikview”, assim como identificação de campos / informações prioritárias;

ABR/22: ETL em plataforma “Power BI”, modelagem dos dados e elaboração de MVP;

JUN/22: Disponibilização de dashboard em Power BI (versão Beta) com integração dos indicadores físicos e financeiros.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Melhoria do tempo e da qualidade dos pareceres de subsídio à decisão de alocação de recursos orçamentários, principalmente com a agregação de indicadores físicos às análises;
- Melhoria na previsibilidade de comportamento dos programas, obras e projetos estratégicos em andamento, com maior ajuste entre o fluxo orçamentário e financeiro e a evolução física dos mesmos.

OBJETIVO DO PROJETO

Criação de novo ambiente de *Business Intelligence*, para análise comparativa de cenários fiscais e de indicadores orçamentários e financeiros.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$4,4 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 1,88 Mi 42,7%

EXECUTADO

R\$ 4,4 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

OUT/22: Levantamento e implantação de incrementos;

DEZ/22: Disponibilização de nova versão de dashboard em Power BI com integração dos indicadores físicos e financeiros;

DEZ/22: Conclusão da aquisição de licenças de software, Solução de Backup e computadores;

MAR/23: Manutenções corretivas e evolutivas com base na experiência dos usuários.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Dificuldade de alimentação dos dados e discrepância de temporalidade das atualizações das diversas origens;
- Apropriação das rotinas de atualização pelas diversas equipes usuárias
- Ausência de licenças PRO de Power BI



MARCOS DO SUBPRODUTO

Início do projeto
2020

01 (uma) solução de BI de
Indicadores Físicos x
Financeiros - 2023

01 (uma) solução de BI de
Cenários Fiscais-Execução da
Despesa - 2022

● Realizado ○ Não Realizado

ENTREGAS REALIZADAS

- Jan-Abril/21 - Diagnóstico Situacional e mapeamento dos processos e estratégia organizacional.
- Mai/21 - Workshops RACI da Dívida e Contabilidade; Idealização do Painel de Indicadores Fiscais;
- Jun/21 - PAINEL: Definição de indicadores e levantamento de bases para o Painel;
- Jul/21 - Workshop da Contabilidade
- Ago/21 - Reunião sobre Custos e o LOAT;
- Set/21 – Painel de indicadores fiscais e modelos preditivos
- Out/21 - Validação e homologação do Painel; Mapeamento dos processos da DSCF e da DMAF; Reunião sobre Estrutura Organizacional;
- Nov/21 - Implementação de indicadores e desenvolvimentos adicionais do Painel; Plataforma de Gestão por Processos na intranet;
- Dez/21 - Transferência de conhecimento do Painel; Validação dos redesenhos de processos; Validação de indicadores de acompanhamento;
- Jan/22 – Última operação assistida; Transferência de conhecimento.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Aprimorar a gestão dos recursos, trazendo eficiência, eficácia e efetividade nas atividades;
- Facilitar a compreensão dos processos da CTE;
- Disseminar o exercício das melhores práticas nos processos, gerando informações de melhor qualidade e permitindo tomadas de decisão mais precisas;

OBJETIVO DO PROJETO

Apoiar tecnicamente a inovação e transformação da CTE, incluindo o mapeamento dos principais processos das diretorias; a análise, diagnóstico, melhoria e transformação dos negócios do Tesouro Estadual; e aperfeiçoamento da estrutura organizacional e a operação assistida para a gestão da mudança organizacional e a transferência de conhecimentos.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$ 0,99 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 0,99 Mi 100%

ORÇADO ATUAL EXECUTADO

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

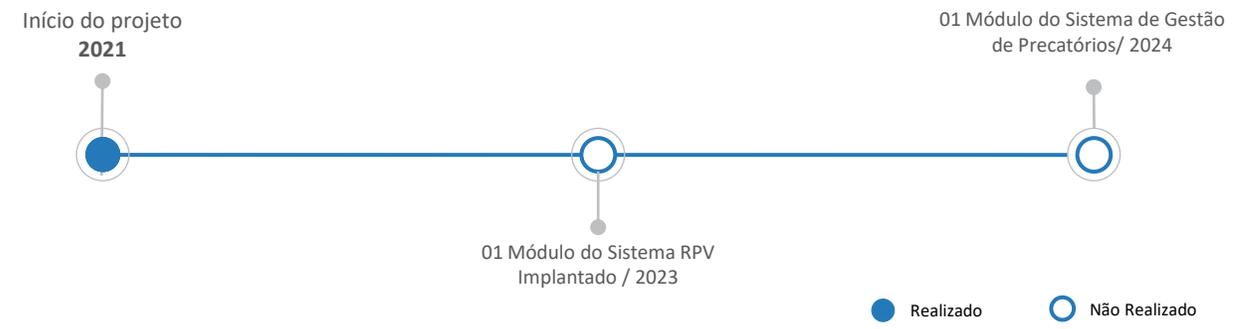
- Não tem.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Não tem.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Foram realizadas diversas reuniões com as equipes técnicas do TJPE/PGE/SEFAZ para levantamento de dados e requisitos da solução a ser adotada.
- Os procedimentos para acompanhamento, monitoramento e pagamento das RPV's foram aprimorados com o desenvolvimento de soluções internas pela própria equipe da CSI da PGE-PE.
- Após realizadas reuniões na PGE e com a ATI, decidiu-se aderir à Ata de Registro de Preços já existente para contratação da empresa responsável pela solução em RPV's.
- Atualmente, os documentos para adesão à Ata de Registro de Preços foram enviados à ATI para homologação e execução do módulo de gestão das requisições de pequeno valor, tramitando no SEI nº 3700000962.000311/2022-70, respeitado o marco legal para finalização do módulo em 2023.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Módulo de gestão de RPVs/Precatórios em fase de implementação. Nada obstante, estimam-se os seguintes ganhos:
 - Eficiência no processo de pagamento das RPVs com a automação de fluxos pendentes, evitando-se o pagamento das requisições fora do prazo legal e, conseqüentemente, reduzindo-se os casos de bloqueios judiciais das contas bancárias do Estado de Pernambuco/Autarquias/Fundações em razão do atraso no pagamento das requisições; e
 - Transparência no acesso à informação sobre os pagamentos das RPVs e dos Precatórios pelos agentes envolvidos no processo, garantindo um maior controle e previsibilidade do gasto público.

OBJETIVO DO PROJETO

A implementação de uma interface de comunicação entre os sistemas PJE (TJPE), SAJ (PGE) e e-Fisco (SEFAZ) permitirá uma integração entre os órgãos envolvidos no processo de pagamento dos Precatórios Judiciais e das Requisições de Pequeno Valor e, ainda, uma otimização dos meios de captura das informações essenciais ao correto pagamento dos valores requisitados judicialmente, trazendo transparência, maior controle do gasto público e celeridade no processo de pagamento das RPVS/Precatórios, permitindo, por fim, a correta programação financeira das contas públicas, inclusive com a automação de procedimentos para pagamento das RPVs e redução de utilização de mão de obra.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$1,59 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUTADO

0,0%

R\$ 1,59 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

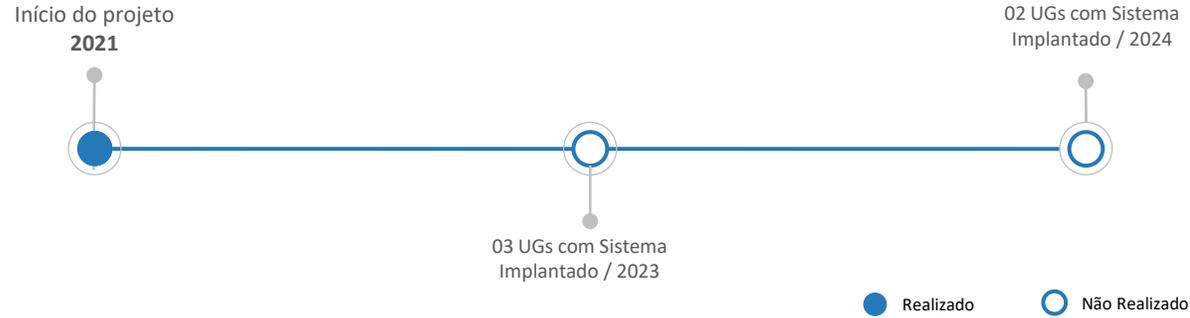
- Finalizar o processo de adesão à Ata de Registro de Preços da ATI e iniciar o processo de execução do módulo de gestão de RPVs implantando no e-Fisco.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Cumprimento dos prazos estabelecidos nos marcos do PROFISCO para execução das etapas necessárias à contratação da solução de RPV's e precatórios.
- Necessidade de colaboração de agentes externos à PGE/SEFAZ, como o TJPE.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Homologação da Tela de Carga do Teto;
- Homologação da Tela do Cadastro do Teto De Gasto;
- Nova Revisão de Requisitos de Sistema(Otimização do Escopo);
- Definições do Conceito de Grupos de Fontes
- Iniciado os estudos dos requisitos do Sistema GR-PE- Módulo “MONITORAMENTO”;

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Implantação da Metodologia de Pactuação da Despesa Discricionária nas Cinco Grandes Secretarias;
- Implantação de SUBPLANO DE TETOS na Secretaria de Saúde.

OBJETIVO DO PROJETO

Elaborar um módulo no E-Fisco (GTETOS), para registro das etapas de pactuação do teto de gasto e respectivas alterações. O sistema irá integrar as camadas de contrato, de orçamento, e de finanças, contemplando alterações no módulo de contratos existente no E-Fisco (CEO), visando o controle de tetos financeiros. E também, desenvolver um Sistema de Gerenciamento de Riscos (GRPE) para subsidiar a camada de Gestão.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$3,95 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUTADO

R\$ 1,03 Mi

26,0%

R\$ 3,95 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

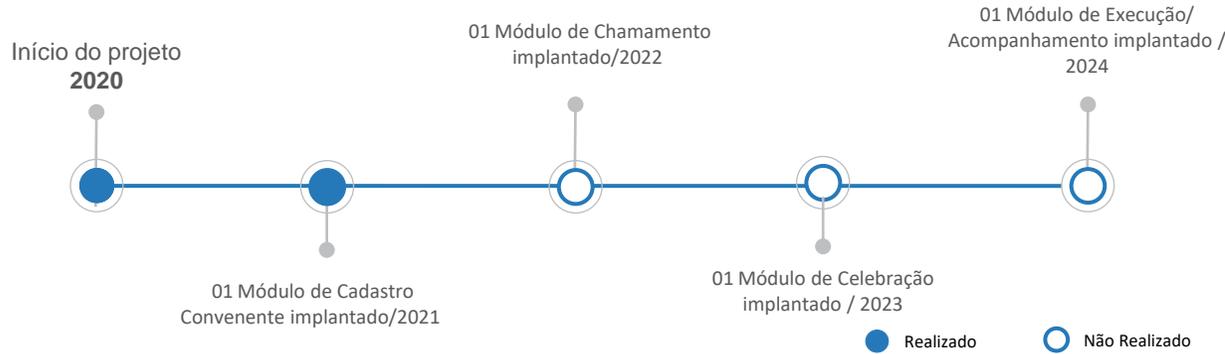
- DESENVOLVIMENTO DAS 11 FUNCIONALIDADES, INICIANDO PELAS 3 ABAIXO, SENDO A PRIMEIRA ATÉ MARÇO DE 2023:
1. FUNCIONALIDADE CEF DO GTF E ;
 2. MIGRAÇÃO DA BASE DE CONTRATOS DO SISTEMA ANTIGO CEO, PARA A FUNCIONALIDADE CEF NO GTF;
 3. CONSULTA GERENCIAL DE TETOS NO SISTEMA GTF.
- DESENVOLVIMENTO DOS REQUISITOS DO SISTEMA GR-PE- MÓDULO “MONITORAMENTO”;
 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DO GR-PE - MÓDULO “GERENCIAMENTO”.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Quantidade de Projetos com Prioridade Legais e Fiscais;
- Limitação do Efisco que não pode receber intervenções concomitantes, sendo necessário aguardar “JANELA”;
- Redução da Equipe com Know-How e início do desenvolvimento dos sistemas (GTF e GR-PE) pela Fábrica de Software.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- 1 (um) módulo de Cadastro Conveniente;
- 1 (um) módulo de Chamamento,
- 1 (um) módulo de Proposta Vencedora.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS EM NÚMEROS

Otimização/uniformização do processo de transferência de recursos e respectivas prestações de contas;
 Instituição de indicadores que mensurem o cumprimento de metas e resultados esperados com a parceria;
 Economia processual através da informatização;
 Disponibilização de informações precisas/tempestivas acerca das transferências de recursos de parceria no âmbito do Estado;
 Instituição de indicadores que mensurem o cumprimento de metas e resultados esperados no processo de transferência de recursos;

OBJETIVO DO PROJETO

Desenvolvimento do sistema GTV, como funcionalidade a ser integrada ao Sistema de Execução Orçamentária e Financeira do Estado – e-Fisco com a finalidade de cadastro e gestão de todas as etapas de execução das parcerias firmadas com entes públicos e organizações da sociedade civil, além dos contratos de gestão e termos de parcerias.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$3,87 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUTADO

R\$ 1,78 Mi 46,0%

R\$ 3,87 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

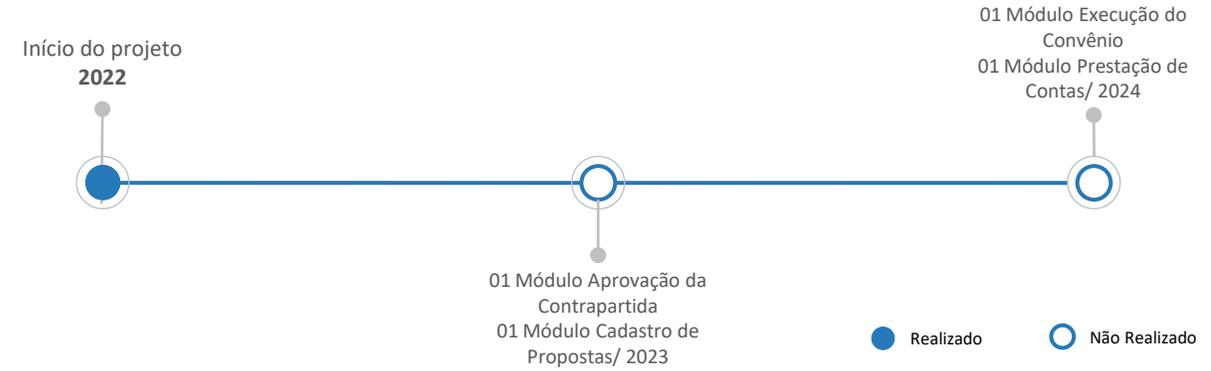
- .Elaboração dos manuais do sistema (cadastro de usuários e chamamento público) – dez/22
- .Validação prévia das entregas anteriores para nivelamento – jan/23
- .Planejamento do novo cronograma de desenvolvimento
- .Retomada do desenvolvimento na fábrica de software

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- .Concorrência com outros sistemas que têm marcos legais, há uma dificuldade na priorização do projeto/desenvolvimento do sistema.
- .Disponibilidade de recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento do sistema;
- .Inúmeras interfaces para integração com os processos correlatos;
- .Dificuldade de se instituir a cultura de utilização de processamento eletrônico pelos usuários participantes do processo.
- .Em agosto de 2021, o desenvolvimento do sistema GTV foi suspenso diante de demandas prioritárias da SEFAZ



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Redefinição dos módulos para: Proposta, Execução, Prestação de Contas e Relatórios.
- Definição dos Requisitos do Módulo Proposta (aguardando fábrica)
- Definição dos Requisitos do Módulo Execução (em andamento)
- Desenvolvimento de painel (PowerBI) utilizando as bases de dados da P+B (Módulo Transferências Discricionárias e Legais) do Governo Federal.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- **Integração com o SICONV** – Governo Federal – para utilização dos dados já inseridos na Plataforma + Brasil;
- **Diminuição** da rotina de **retrabalho** de preenchimento de campos no sistema financeiro Estadual (ACO/Efisco), tomando por base as informações preexistentes no SICONV;
- **Alinhamento entre execução financeira e contábil** registrada no sistema Estadual (ACO/Efisco) frente aos dados lançados no sistema do Governo Federal;
- **Disponibilização de informações precisas**, documentos e relatórios gerenciais de acompanhamento, **que reflitam a real situação da execução** da transferência no âmbito Estadual.

OBJETIVO DO PROJETO

Implantação de **Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse com a União**, mediante a reformulação do Módulo de Administração de Convênios – ACO do Efisco

EXECUÇÃO FINANCEIRA



ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Desenvolvimento do Módulo Proposta
- Definição dos Requisitos do Módulo Execução

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Atraso do início do desenvolvimento pela fábrica
- Várias demandas concorrentes com o projeto
- Necessidade de avaliação da integração de bases externas com os módulos do Efisco já existentes
- Mudança na estrutura dos dados abertos do Módulo Transferências Discricionárias e Legais (SICONV)
- O desenvolvimento do Módulo Proposta está condicionado a disponibilização da fábrica logo no início do exercício de 2023.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Conclusão do Processo Licitatório
- Contratação da empresa de desenvolvimento
- Desenvolvimento do Módulo CAUC - 2ª Etapa
- Entrega do Módulo CND - 3ª Etapa
- Entrega do Módulo FGTS e Correios - 4ª Etapa

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Reduzir o tempo dedicado ao preenchimento manual dos controles de regularidade
- Possibilitar agilidade e eficiência na comprovação de requisitos fiscais para recebimento de transferências voluntárias de recursos federais
- Redução de pendências fiscais dos órgãos estaduais, proveniente de ação preventiva realizada pela Controladoria
- Redução do tempo de inscrição dos órgãos estaduais
- Aumentar a velocidade na geração e fornecimento de informação tempestiva e fidedigna para a gestão
- Aproximar a Controladoria dos responsáveis pela regularidade dos órgãos e entidades

OBJETIVO DO PROJETO

Implantar a Rede de Regularidade Estadual que consiste no desenvolvimento de ações voltadas ao aprimoramento do monitoramento das inscrições, a partir do projeto de **implementação da Automação do CAUC e do Painel de Regularidade**, bem como a **disseminação do conhecimento na área**, por meio do Fórum de Discussões.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$0,727 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUTADO

R\$ 0,114 Mi 15,6%

R\$ 0,727 Mi

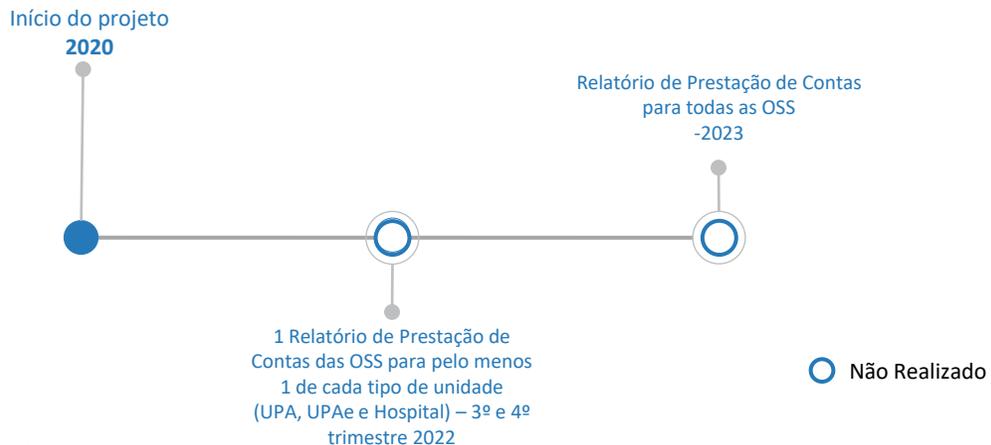
ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Desenvolvimento do Módulo ECAC - em que o sistema automatizado irá fazer a leitura das informações do Estado no sistema da Receita Federal - 1ª Etapa – abr/23
- Criação, pela fábrica, de Interface web de gerenciamento dos robôs e acompanhamento dos alertas produzidos pelos módulos desenvolvidos – jul/23

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Estando o desenvolvimento em fase de conclusão, as ações de **disseminação de conhecimento** foram iniciadas com a conclusão e divulgação do Manual de Regularidade Estadual e devem continuar após a conclusão da fase de automação.



ENTREGAS REALIZADAS

- Aquisição de Datacenter
- Contratação da empresa fornecedora do sistema;
- Publicação de portaria exigindo a utilização do sistema pelas OSS;
- Desenvolvimento/adaptação do sistema com as normas da SES 1ª etapa;
- Treinamento dos colaboradores da SES
- Implantação dos Sistemas de Prestações de Contas assistencial e Financeira (SIPEF e SIMAS);

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Transferência de trabalho manual para sistemas automatizados;
- Substituição de planilhas;
- Ganho de tempo na execução de atividades;
- Centralização de informações, facilitando consultas;
- Transferência de trabalho manual para sistemas automatizados, diminuindo a utilização das planilhas e documentos impressos ou físicos.
- Além disso, haverá ganho no tempo na execução de atividades, pela utilização de processos automatizados, em vez de sistemas;
- O projeto impacta diretamente na forma como são concentradas as informações de forma a centralizar as informações, possibilitando maior facilidade na busca por consultas, documentos e na realização de integrações.

OBJETIVO DO PROJETO

Aquisição de Licença de Uso Perpétuo e Ilimitado, e implantação de solução informatizada, para prestação de Contas dos contratos de Gestão das OSS .

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$4,46 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 3,38 Mi

75,78% R\$4,46 Mi

EXECUTADO

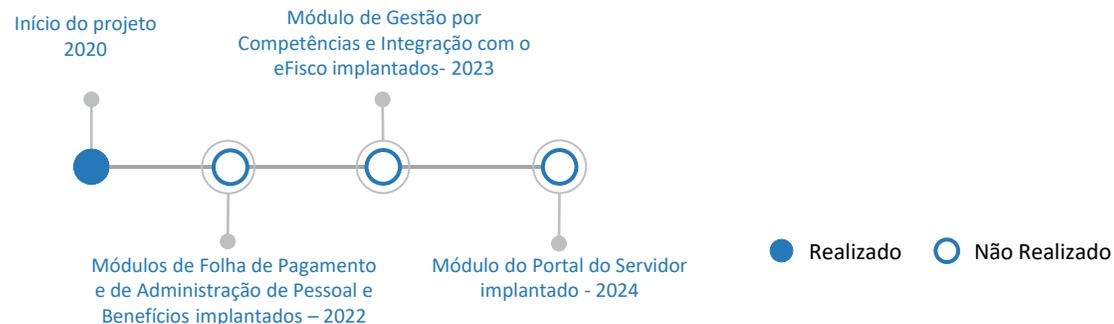
ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Utilização efetiva dos sistemas pela SES e por todas as OSS - Out/22
- Desenvolvimento/adaptação do sistema com as normas da SES – 2ª etapa - Dez/22
- Uso único e obrigatório dos sistemas de prestações de contas – Jan/23

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Necessidade de aditivo contratual para incluir 7 novas unidades não previstas inicialmente no projeto, com impacto financeiro aproximadamente de R\$ 328 Mil



ENTREGAS REALIZADAS

- Aquisição da infraestrutura necessária para a implantação do novo sistema
- Aquisição do Sistema Ergon da Empresa Techne;
- Início da migração dos dados do SADRH para o novo sistema;
- Parametrização e Migração dos cadastros, vínculos, cargos, evento de cargo, afastamento/frequência, férias, aposentados, pensionistas;
- Parametrização e preparação do ambiente para a execução da Folha de Pagamento;
- Treinamento para todos os órgãos: visão geral sistema, conferência dos dados migrados e da folha calculada e tratamento das rejeições.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Ganhos de eficiência e produtividade com a utilização de ferramenta de automação de processos de trabalho;
- Auditoria ativa nos processos de pessoal com redução de erros operacionais, gerando uma expectativa de economia da ordem de 3% do valor da folha de pagamento;
- Eliminação de sistemas satélites e suas consequências, como: redundâncias e inconsistências das informações, além dos custos de manutenção;
- Possibilidade de simulação da folha para pagamentos futuros, detalhando valores brutos, líquidos e encargos;
- Integração com o eFisco garantindo uma maior integridade e tempestividade na contabilização das despesas de pessoal do Estado.

OBJETIVO DO PROJETO

Aquisição e implantação de um Novo Sistema de Gestão de Pessoas aderente ao eSocial e sua integração aos processos de Gestão Contábil e Financeira do e-Fisco.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$46,61 Mi

ORÇADO INICIAL

R\$ 13,26 Mi

EXECUTADO

39,71 %

R\$33,39 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

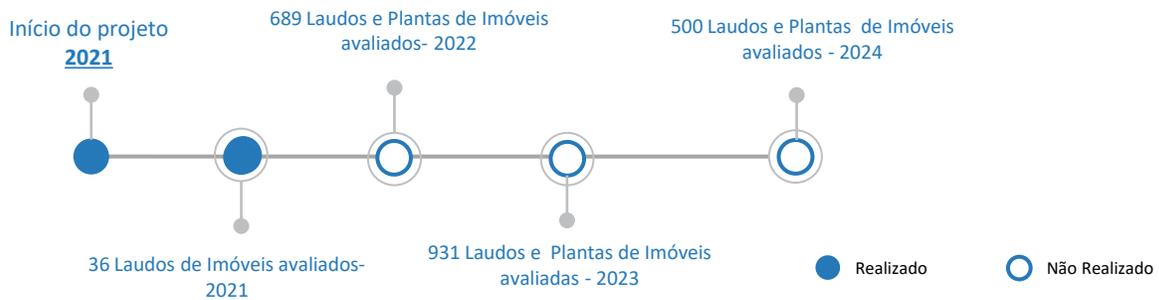
- Concluir o ambiente do novo sistema – parametrizações, migrações (Perícias Médicas, Concurso, Pensão Alimentícia, Contagem de Tempo e Segurança de Acesso) – Mar/23
- Dar tratamento às rejeições dos dados migrados – para a realização do paralelo da folha de pagamento com análise de convergência com os valores do atual sistema – SADRH - Mar/23
- Concluir as integrações com eSocial, Sagres (TCE), SIGIP (FUNAPE), eFisco-FPI (SEFAZ) e Consignado (FÁCIL) - Mar/23

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Mudança da Gestão do Governo com possibilidade de baixo comprometimento com o projeto o que repercute na demora da tomada de decisão para encaminhamentos críticos;
- Desmobilização da equipe técnica envolvida no projeto;
- Devido à mudança de gestão, houve o alinhamento entre BID, SAD e SEFAZ para que a decisão quanto ao momento oportuno para o desligamento do SADRH e a implantação dos Módulos de Folha de Pagamento e Administração de Pessoal e Benefícios ficasse sob a responsabilidade da nova gestão



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- 36 Laudos de Avaliação em 2021;
- 89 Laudos de Avaliação em 2022 (até 13/12/222);
- 165 Jogos de Plantas em 2022 (até 13/12/2022).

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Melhorar a qualidade da informação patrimonial disponível no Portal da Transparência do Estado de Pernambuco;
- Apoiar a prestação de contas das unidades gestoras;
- Regularizar os cadastros municipais e federais (INCRA e SPU) e das concessionárias de água e energia;
- Apresentar alternativas às locações estaduais.
- Redução das locações;
- Melhoria do aproveitamento dos espaços;
- Tornar mais célere a análise dos processos de ação de usucapião.

OBJETIVO DO PROJETO

Desenvolver solução para avaliação e regularização de imóveis e aperfeiçoamento e implantação global do módulo de patrimônio sistema PE Integrado, através do mapeamento de plantas e laudos de imóveis do Estado.

EXECUÇÃO FINANCEIRA



ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- 40 Laudos de Avaliação – Mar/23;
- 345 Jogos de Plantas – Mar/23.

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Falta de informação patrimonial nos municípios do interior do estado;
- Mudança de governo ao longo do projeto;
- A licitação de 120 jogos de plantas (Lote IV – Sertão) restou deserta. A SAD solicitou à SEFAZ a análise de viabilidade para a proposta de Termo Aditivo de Valor ao Contrato C-PROFISCO Nº 001/2022 (SEI 0001200187.000287/2022-85). Desta forma, ainda estão pendentes de contratação 120 jogos de plantas.
- Atraso nas entregas dos jogos de planta.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- A única entrega realizada até o momento foram telas de manutenção de tabelas auxiliares necessárias ao funcionamento do sistema.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- Aumento da confiabilidade das informações disponíveis para o controle da Dívida Pública do Estado, visto que atualmente o cálculo dos contratos é feito através de centenas de planilhas Excel vinculadas entre si. O Excel não trabalha bem com essa quantidade de informações e vínculos, apresentando frequentes erros e demandando muito trabalho manual da equipe da GADP.
- Disponibilização de um repositório centralizado e padronizado contendo todos os dados referentes aos contratos da dívida pública do Estado, possibilitando a criação rápida de relatórios e projeções via ferramentas de BI para o atendimento de demandas internas e externas. Atualmente, o atendimento de tais demandas exige muito tempo, uma vez que os dados estão espalhados em centenas de planilhas sem padronização.

OBJETIVO DO PROJETO

Controlar e manter registro das transações relacionadas aos contratos da dívida pública do Estado, ou seja, das operações de crédito pactuadas entre o Estado e outros entes, públicos ou privados. Também é atribuição do sistema oferecer relatórios gerenciais relacionados a essas operações, inclusive projeções parametrizadas do serviço da dívida.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R\$3,04 Mi

ORÇADO INICIAL

EXECUTADO

R\$ 0,21 Mi

7,0%

R\$ 3,04 Mi

ORÇADO ATUAL

ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Até dezembro/2022 deverá ter sido entregue o módulo de cadastro completo do sistema
- Até março/2023 deveremos ter funcionando o ingresso de recursos (ingresso, cronograma de liberação de ingressos).

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- O desenvolvimento do sistema só foi reiniciado recentemente.



MARCOS DO SUBPRODUTO



ENTREGAS REALIZADAS

- Conclusão do teste de viabilidade do modelo conceitual do Sistema de Custos de Pernambuco na Universidade de Pernambuco – UPE.
 - . Relatório de apuração dos custos das 10 Unidades de Ensino da Universidade de Pernambuco - UPE ;
 - . Apuração do custo do aluno da UPE, por curso;
- Conclusão de todos os módulos que compõem o sistema SICPE;
- Conclusão da atualização da Estrutura Organizacional da Secretaria de Educação - SEE, premissa para o SICPE apurar o custo da folha por centro de custos ou por escola.

GANHOS EFETIVOS E IMPACTOS

- O SICPE permite o atendimento a todos os objetivos definidos para a utilização das informação de custos no setor público :
 - mensurar, controlar e avaliar os objetos de custos de relevância no processo de tomada de decisões;
 - comparar os objetos de custos afins;
 - acompanhar a evolução dos custos, referenciada em base histórica;
 - apoiar as funções de planejamento e orçamento;
 - apoiar a gestão , dando suporte ao processo de tomada de decisões ;
 - orientar a melhoria do gasto , a qualidade dos serviços públicos e subsidiar a avaliação das políticas públicas .

OBJETIVO DO PROJETO

Sistema de Informação de Custos - SICPE implantado nas unidades, que aplicam as regras da contabilidade patrimonial e não trabalham com estoque, contemplando: Módulo de Custos por Unidade Gestora, Módulo de Custos por Centro de Custos e Módulo de Custos por Produto/Atividade.

EXECUÇÃO FINANCEIRA



ENTREGAS CRÍTICAS (ATÉ MAR/2023)

- Definição do processo de implantação e do modelo de gerenciamento de custos nas secretarias, contemplando todos os recursos necessários para a instalação, treinamento, operação e manutenção do SICPE nas secretarias;
- Redefinição do escopo do Projeto considerando o prazo do Profisco II;
- Estruturação de modelo de equipe de TI (interna e externa), para realizar a integração do PE-Integrado com o GCT/SICPE/Efisco e para atuar nas demandas de implantação do SICPE, nas secretarias;
- Estruturação do órgão central de custos com aporte de pessoal, para ocupar a gerência através do próximo concurso e através de contratação para formação da gerência (inclusive consultoria).

RISCOS E PROBLEMAS DO PROJETO

- Aposentadoria dos 02 auditores que compõem o órgão central de custos;
- Ausência de equipe de TI, para atuar nas demandas de implantação e funcionamento do SICPE, nas secretarias;
- Ausência de equipe, nas secretarias, para gerir e tratar as informações de custos;
- Dependência da implantação do PE-Integrado, pela SAD, e da integração com o GCT/SICPE, pela STI;
- Ausência de apoio institucional das secretarias centrais SCGE, SEPLAG, SAD, na disseminação do projeto e no direcionamento estratégico da gestão de custos no Estado.

ANEXO II
Carta do Pedido de
Adiamento do
PROFISCO II

A Sua Senhoria a Senhora

Maria Cristina Mac Dowell Dourado de Azevedo

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Setor de Embaixadas Norte – Quadra 802 – Conj. F – Lote 39

Asa Norte – CEP 70.800-400, Brasília-DF

Ref.: Contrato 4554/OC-BR. Projeto PROFISCO II – PERNAMBUCO

Assunto: Solicitação de Alteração Contratual para aditivo de prazo e remanejamento de recursos entre componentes do PROFISCO II PE

Prezada Senhora,

Em observância à Cláusula 2.04 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo 4554/OC-BR, celebrado em 30 de setembro de 2019, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, encaminhamos por meio deste documento as razões que nos motivam a solicitar alteração contratual para extensão do prazo de desembolsos e remanejamento de valores entre componentes do PROFISCO II PE.

1. Sobre o histórico do PROFISCO II na Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco

Objetivando a continuidade das ações de modernização iniciadas com o PROFISCO I, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) a criação de um novo programa de modernização fazendária. Também com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o novo programa de aperfeiçoamento das Gestões Fiscais subnacionais foi chamado de PROFISCO II, previu um montante de empréstimo no valor de US\$37 milhões, com contrapartida de US\$7,4 milhões, contabilizando US\$44,4 milhões para viabilizar o projeto e foi assinado pelo Governador do Estado de Pernambuco em 30 de

setembro de 2019, com período de execução previsto para 05 (cinco) anos a partir dessa data.

Na tabela a seguir é possível observar os valores em dólares e em reais com a cotação de US\$3,12 dólares por real, utilizada no período de contratação:

	BID	Contrapartida	Total
Dólar	US\$ 37.000.000,00	US\$ 7.400.000,00	US\$44.400.000,00
Real	R\$115.440.000,00	R\$ 23.080.000,00	R\$138.520.000,00

Tabela 1: Valores da contratação do PROFISCO II em dólar e real.

No processo de formulação do PROFISCO II, constatou-se que os projetos anteriores possuíam foco na área de administração tributária, promovendo especialmente a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). O PROFISCO II, por outro lado, tem ênfase no apoio à evolução do SPED, no aprimoramento da inteligência fiscal, auditoria eletrônica, fiscalização e compras públicas; na simplificação das obrigações tributárias, na melhoria da competitividade e ambiente de negócios; e no fortalecimento da administração do gasto público, reduzindo custos e tempos de processamento.

O PROFISCO II foi estruturado em três componentes e seus respectivos objetivos, conforme a seguir:

I. **COMPONENTE I - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal:** busca melhorar o desempenho da governança pública, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados; a mitigação dos riscos fiscais; o fortalecimento dos mecanismos de transparência e a melhoria da prestação de serviços.

II. **COMPONENTE II - Administração Tributária e Contencioso Fiscal:** objetiva a melhoria do desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias; a redução de tempos para cumprimento das obrigações tributárias; a celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa.

III. **COMPONENTE III - Administração Financeira e Gasto Público:** com foco na melhoria do desempenho da administração contábil e financeira, contribuindo para o

aumento da eficiência no planejamento dos investimentos e no planejamento e execução das despesas de custeio, na avaliação da qualidade do gasto público, na apuração de custos e na melhoria da gestão da dívida pública e dos passivos contingentes.

A partir da missão de arranque do PROFISCO (Out/2019), foram estabelecidos diversos acordos (marcos físicos) para cada subproduto, observando-se o planejamento das principais entregas esperadas para cada um deles. No PROFISCO II-PE existe um total de 86 (oitenta e seis) marcos físicos, distribuídos ao longo da execução de todo o programa. Entre 2020-21 a SEFAZ entregou 15 (quinze) marcos e estão previstos mais 18 (dezoito) para serem entregues até o final de 2022, o que corresponde a 38% do quantitativo a ser entregue até o final do programa. Dentre as principais aquisições já realizadas, muitas delas com impacto físico-financeiro em vários projetos, possuem caráter inovador e/ou são do interesse da SEFAZ e do BID para serem compartilhadas como case de sucesso para outros Estados. Algumas estão destacadas a seguir:

- Solução para Armazenamento de Grande Volume de Dados - Bigdata
- Sistema de Gestão de Pessoal e Folha de Pagamento
- Fábrica de Software
- Régua de Cobrança Administrativa e Judicial
- Novo Modelo de TIC
- Revisão do Planejamento Estratégico
- Sistema de Registro de Passagens - SRP
- Sistema de Prestação de Contas das Organizações Sociais de Saúde
- Modernização do Modelo de Gestão do Tesouro Estadual
- Plataforma de Automação de Processos do Estado
- Novo Modelo de Atuação da SCI
- Dimensionamento da Força de Trabalho Fazendária
- Novo Modelo de Fiscalização, Monitoramento e Atendimento aos Contribuintes

2. Detalhamento da execução financeira do PROFISCO II na Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco

Olhando a execução financeira do PROFISCO atual (dezembro de 2022), pode-se verificar que foram pagos quase 44% do valor total do projeto em reais (R\$98.650.615,44), incluindo a contrapartida, estando outros 25% (R\$55.843.948,40) já comprometidos (entre empenhado e contratado), chegando a um valor de 64,5% contratado do projeto e 35,5% (R\$79.530.276,02) a destinar aos projetos, conforme gráfico a seguir:

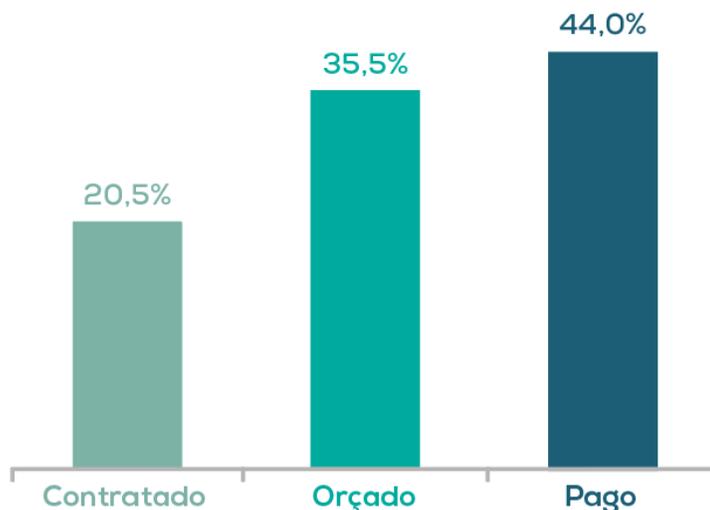


Gráfico 1: Percentuais orçados, contratados, empenhados e pagos em reais.

Fonte: UCP

No que se refere ao percentual comprometido por componente do PROFISCO II, o Componente I - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal, apesar de possuir o menor investimento programado, ao observar o total comprometido, possui o maior índice de execução, com cerca de 71% do valor contratado já efetivamente executado até o final do ano de 2022. Esse resultado reflete a importância do investimento em Tecnologia da Informação, correspondente a mais de 50% do componente.

O Componente II e o Componente III têm valores comprometidos semelhantes, em torno dos R\$50.000.000,00, sendo próximo a 60% de valor comprometido, inferior ao já comprometido no componente I. Ademais, na totalidade do programa, tem-se, aproximadamente, 63% do valor comprometido em contratos. O Componente I tem uma perspectiva de execução maior que os outros, pois o valor empenhado referente a ele é equivalente a quase a totalidade do valor contratado, indicando uma maior possibilidade de execução no prazo inicialmente previsto. Além disso, nota-se que, do valor contratado, a

execução do Componente é destacável com 75% de execução, contra 51% e 50% dos componentes II e III.

A análise da execução financeira ao longo dos anos de vigência do PROFISCO II, permite observar uma curva ascendente, que se estabiliza em 2021 e 2022, devido aos contratos que se encontram em andamento.

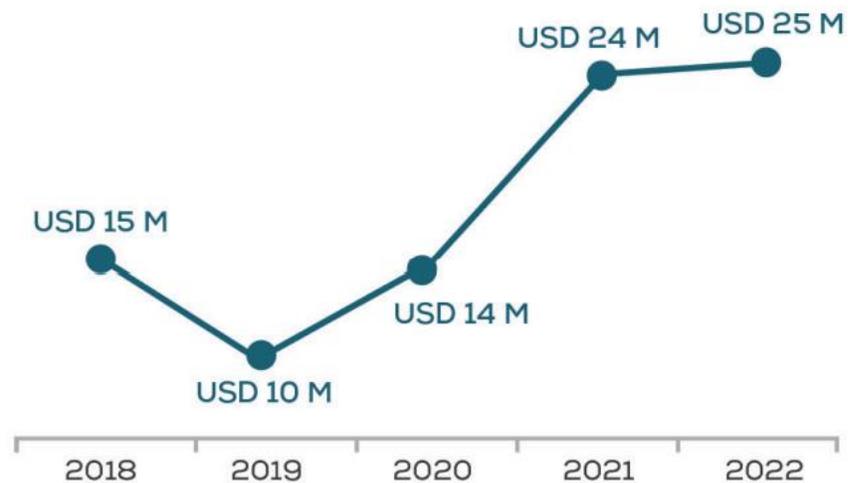


Gráfico 2: Execução financeira anual do PROFISCO II (valores em USD).

Fonte: UCP

O acumulado de 2018 até 2022 é equivalente a 45% do total a ser atingido do valor referente ao empréstimo. Ainda restam 55% a serem executados, durante os próximos 02 (dois) anos, até o prazo final do contrato. Adicionando-se a contrapartida a este montante, foram executados pouco mais de 40% do total previsto.

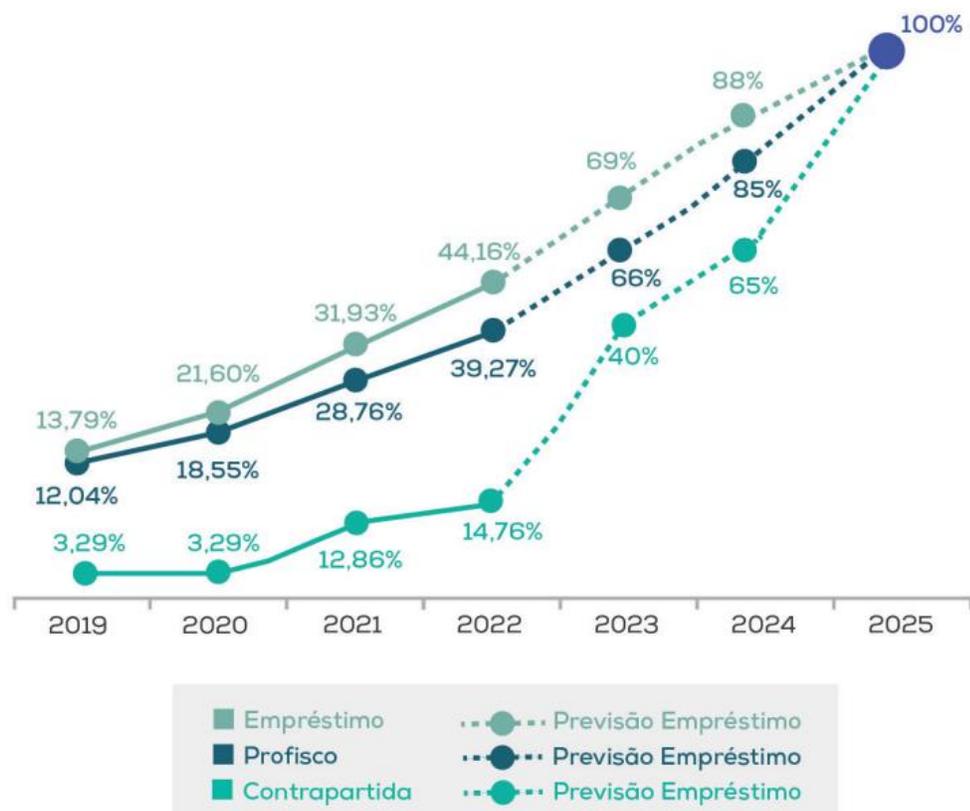


Gráfico 3: Acompanhamento e previsão de execução do PROFISCO II (valores em USD)

Fonte: UCP

3. Aspectos relevantes na execução do PROFISCO II que impactam significativamente no cronograma de desembolsos

A. VARIAÇÃO CAMBIAL

Na época da concepção do PROFISCO II, a taxa de câmbio do dólar em relação ao real estava em torno de 3,12, fazendo com que o equivalente ao valor do programa fosse de R\$ 138.528.000,00. Atualmente, utiliza-se para planejamento o valor de câmbio de 5,10, deixando a previsão total do Projeto em R\$ 226.440.000,00, o que significa um incremento de R\$ 87.912.000,00 no valor do Projeto. Essa previsão se mantém válida para taxas de câmbio atuais (5,25 em 05/12/22), pois a UCP segue a previsão conservadora, a fim de manter o controle das expectativas de contratações do Projeto.

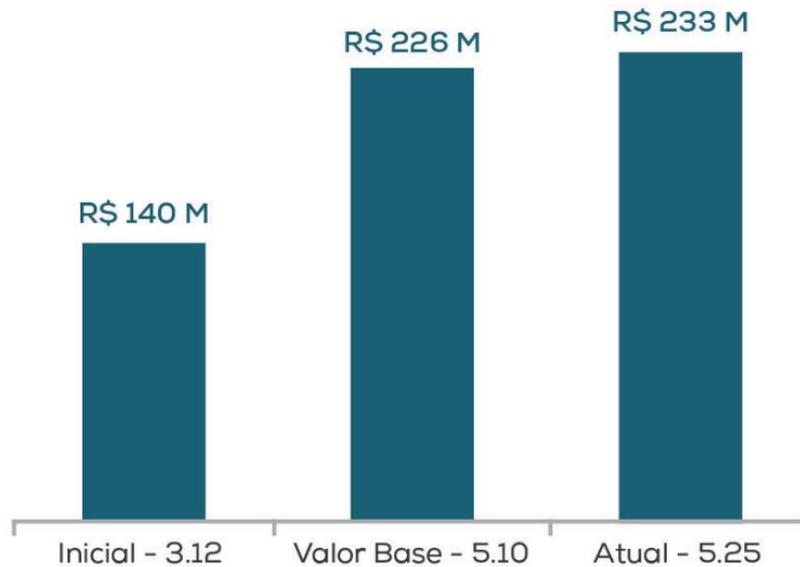


Gráfico 4: impacto da variação cambial no valor do projeto

Fonte: UCP

B. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Considerando a implantação do Novo Sistema de Gestão de Pessoas do Estado de Pernambuco contratado através da Licitação Pública Internacional Nº0001.2020 – Processo Nº 0018.2020.CLI.PROFIS.LPI.001.SEFAZ.PE e firmado o contrato C-Profisco No 016/21 com a empresa Techne Engenharia e Sistemas Ltda, são apresentados os pontos a seguir a respeito do andamento do projeto e necessidade de replanejamento do cronograma originalmente pactuado.

Em reunião de monitoramento do PROFISCO II realizada na SEFAZ no dia 29/09/2022, foi proposta pela equipe do BID, diante da possibilidade de uma nova gestão tomar posse do Governo, o que de fato se confirmou, a substituição da entrega de 2022 que seria a entrada em operação do novo sistema em janeiro de 2023 pela análise da convergência entre as folhas de pagamento executadas no SADRH e o novo sistema. A equipe técnica da Secretaria de Administração (SAD) elaborou um cronograma junto à empresa Techne para se chegar a um percentual que garantisse uma representatividade significativa de convergência entre as folhas emitidas pelos dois sistemas.

Abaixo seguem os seguintes cenários, atual e previsto para 15/12/2022:

	Folha SADRH out/22	Convergência em out/2022		Méd. ponderada
Vantagens	R\$ 1.529.809.121,44	R\$ 1.328.033.038,25	86,81%	76,13%
Descontos	R\$ 573.255.957,41	R\$ 273.134.099,21	47,65%	
	Folha SADRH out/22	Previsão convergência jan/23		Méd. ponderada
Vantagens	R\$ 1.529.809.121,44	R\$ 1.423.093.564,19	93,02%	83,27%
Descontos	R\$ 573.255.957,41	R\$ 328.072.343,43	57,23%	

Tabela 2 - cenários atual e previsto - sistema de folha de pagamento

A expectativa é de atingir o percentual de convergência de 93,02% das verbas de vantagens e 57,23% das verbas de descontos, totalizando uma média ponderada da ordem de 83,27% até jan/2023. Atualmente ela está em 76,13%, sendo vantagens convergindo no percentual de 86,81% e os descontos em 47,65%.

Para a plena utilização do sistema serão necessárias duas grandes ações. A primeira que trata da ativação de todos os módulos envolvidos nessa fase do projeto, o que acontecerá por meio de testes de uso da ferramenta pelas áreas corporativas (SAD e FUNAPE) e dos órgãos que compõem o Comitê de Implantação, quais sejam: Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Polícia Militar e Perpart, possibilitando uma familiarização com os novos processos de trabalho e dos perfis de acesso para, inclusive, subsidiar o planejamento e preparação do treinamento de todos os demais órgãos e entidades que utilizarão o sistema, assim como a reestruturação da área corporativa de gestão de pessoas, já com proposta de modelo. A segunda se refere aos itens que impactam na plena convergência entre as folhas de pagamento e que se apresentam neste momento no seguinte panorama de dados migrados entre os sistemas: cadastro de pessoas (96,87%), dependentes (97,06%), vínculos/matrículas (97,65%), instituidores de pensão previdenciária (82,46%), eventos de cargo (81,02%) e verbas (80,77%).

Diante desse cenário, a equipe do projeto solicitou a repactuação do cronograma conforme previsões de entregas abaixo:

- Junho/2023 – Módulos de Administração de Pessoal e Benefícios e Folha de Pagamento implantados com a **desativação** do SADRH;
- Dezembro/2023 – Integração com o e-Fisco;
- Dezembro/2024 – Módulo de Gestão por Competências implantado;
- Dezembro/2025 – Finalização das funcionalidades dos Portais do Gestor e do Servidor, reforçando que as funcionalidades dos portais serão ativadas ao longo da implantação do projeto, assim como, as ferramentas de Business Intelligence (BI) e Workflow para a automação de processos.

Atualmente o projeto consta percentual de execução de 81,7% do total das entregas previstas, considerando-se a não realização da aquisição do complemento das licenças de uso e do treinamento, uma vez que esses itens devem ser transferidos para próximo da implantação do novo sistema, com nova previsão para junho de 2023.

Esse é o projeto de maior relevância do PROFISCO em termos de valores financeiros, de modo que uma sugestão de alteração de cronograma de execução em 06 meses, conforme apresentado anteriormente, impacta diretamente na execução financeira do Programa inteiro e exige um olhar cuidadoso para o prazo de 05 anos de execução previsto na assinatura do contrato.

C. PANDEMIA DO COVID-19 E SEU IMPACTO DIRETO NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS, ESPECIALMENTE NA FÁBRICA DE SOFTWARE PARA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS FAZENDÁRIOS E CAPACITAÇÕES DE SERVIDORES

Um dos projetos de grande impacto nos produtos do PROFISCO é a contratação de fábrica de software para desenvolvimento de sistemas fazendários. Esta contratação foi negativamente afetada pelo aquecimento do mercado de profissionais de Tecnologia da Informação, que, com a pandemia do COVID-19 e a massificação do trabalho remoto, puderam ser contratados por empresas independentemente de localização geográfica. Esta

nova forma de trabalho ocasionou uma competição maior, diminuindo a quantidade de profissionais disponíveis, impondo dificuldades à empresa contratada para fornecer a mão de obra necessária ao desenvolvimento dos projetos. Consequentemente, surgiu a necessidade de adequação de cronograma e revisão de prioridades no desenvolvimento dos projetos, já que algumas atividades previstas sequer chegaram a ser iniciadas dado o contexto da falta de pessoal supracitado.

Por se tratar de um processo extremamente transversal - vários produtos dependem dessa contratação - o impacto desse atraso ultrapassou o âmbito da contratação da fábrica de softwares em si, ensejando inclusive uma supressão de 13,7% do valor deste contrato, relativo a projetos ainda não iniciados para gerar novo contratado na modalidade produto e não mais como desenvolvimento via fábrica, o que também impacta em mudança de cronograma, pois exige mais tempo para planejar essas novas contratações, ainda que sejam mais simplificadas.

Outra atividade fortemente impactada pela suspensão dos eventos presenciais foi a capacitação dos servidores, retardando o início das ações de capacitação, por dependerem de encontros presenciais, também prejudicando a execução física e financeira dos produtos com entregas vinculadas à capacitação dos servidores. A retomada das atividades após 02 anos de suspensão impuseram adaptações que estão em curso, a fim de minorar os prejuízos de execução decorrentes.

Adicionalmente, é incontestável a lentidão na execução ocasionada pelo evento econômico-sanitário citado. A adoção de um novo formato de trabalho dentro da própria SEFAZ de forma emergencial e não planejada, bem como os impactos na saúde física e mental dos servidores trouxeram a necessidade de um olhar mais compassivo em relação ao trabalho, permitindo que prazos e acordos fossem flexibilizados em resposta às mudanças bruscas do cenário vivenciadas.

D. ATRASO NA CONTRATAÇÃO DO PROJETO DE AUTOMAÇÃO

Os trâmites de contratação da plataforma de transformação digital, que viabiliza o projeto de automação, iniciaram em setembro de 2020. A prova de conceito foi realizada com o licitante vencedor do certame em agosto de 2021, mas por não ter se mostrado suficiente, o segundo colocado foi convidado para a realização da prova de conceito em dezembro de

2021. Ainda em dezembro de 2021, houve o encaminhamento de Processo Judicial à Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, interposto pela primeira licitante, com o pedido de suspensão da licitação e somente em julho de 2022 foi realizado o encaminhamento à SAD para homologação da licitação.

O processo de contratação da empresa fornecedora da plataforma de transformação digital durou 22 meses, desde o início dos trâmites até sua efetiva homologação, esse tempo excessivo deu-se por conta de diversos imbróglis judiciais envolvendo o primeiro e segundo colocados na licitação, resultando em um atraso não previsto na execução física e financeira do projeto e, embora a meta física de transformação de processos acordada com o BID tenha sido alcançada, a expectativa da SEFAZ em relação ao escopo de processos automatizados até dezembro de 2022 foi frustrada, sendo necessária a repactuação do cronograma de execução para o ano de 2023.

E. ARRANJO INSTITUCIONAL

Os 03 anos de execução do PROFISCO II, assim como os anos de execução dos programas anteriores, trouxeram importantes aprendizados, sendo um deles a convicção de que a gestão dos projetos desenvolvidos oneram de forma substancial as lideranças do projeto, sendo pouco viável o acúmulo das atividades de rotina com as atividades de gestão de projetos complexos. Vários projetos desenvolvidos ao longo do período sofreram atrasos ou foram tocados de forma pouco confortável para as lideranças envolvidas, que precisavam cumprir com os ritos, tempos e entregas do projeto ao mesmo tempo em que davam conta de seus processos de trabalho.

Conforme o Regulamento Operativo do PROFISCO (ROP), as lideranças do projeto são responsáveis por:

1. Ser o elo entre as áreas técnicas e a UCP na execução das atividades sob a sua responsabilidade, segundo produto e subprodutos previstos no Matriz de Resultados;
2. Estabelecer o planejamento da internalização dos bens, obras, serviços e produtos técnicos diretamente vinculados à sua área;

3. Elaborar os termos de referência, especificações técnicas, critérios técnicos de julgamento, orçamentos estimados, necessários para iniciar o processo de contratação dos produtos previstos no Projeto;
4. Apoiar a UCP na preparação das Manifestações de Interesse, das Solicitações de Propostas – SDP, dos editais dos processos de contratação e aquisição do Projeto;
5. Compor a comissão técnica para a análise das propostas das empresas ofertantes;
6. Avaliar o formato e informações técnicas constantes dos relatórios de serviços e produtos apresentados pelas empresas consultoras e fornecedores, mediante entrega de parecer ao Coordenador Técnico para aceite do produto;
7. Emitir o Termo de Aceite dos bens, obras, serviços e produtos técnicos recebidos para análise da coordenação técnica e aceite final dos mesmos;
8. Estabelecer, em conjunto com a UCP, as diretrizes de manutenção e operação dos bens, obras, serviços e produtos técnicos recebidos;
9. Fornecer, ao Assessor de Monitoramento e Avaliação, as informações necessárias para o monitoramento dos produtos e subprodutos e alcance dos resultados relacionados, insumos dos relatórios de supervisão do Projeto.

O conjunto de atribuições, mesmo que extenso, não contempla todas as demandas aplicáveis à liderança do projeto, que precisa lidar ainda com reuniões de especificação, status e revisão de produtos, além da responsabilidade de pensar e avaliar criticamente o andamento das atividades, reportando tempestivamente situações de riscos e não conformidades.

Dentro dessa conjuntura, foram trazidos recorrentemente pelos líderes relatos sobre a dificuldade na execução das atividades ligadas a essa função, devido ao duplo foco com as demais atribuições que são demandadas dentro dos seus cargos enquanto servidores da Sefaz.

Além disso, a estrutura em si, junto ao modelo de governança da Unidade de Coordenação do PROFISCO, não favorece uma comunicação fluida entre as partes envolvidas. É enxergada uma oportunidade, a partir do rearranjo, de unificar a estrutura e trazendo mais interlocução entre os agentes presentes na estrutura. Para tangibilizar os desafios encontrados na estrutura e composição atual do Arranjo Institucional, são enumerados a

seguir os principais gargalos vivenciados e que foram fonte de insumo para a construção da nova proposta de arranjo.

1. **Baixa Sinergia de Trabalho:** Existe uma dificuldade no aproveitamento das pessoas e dos recursos disponíveis, pois a estrutura de arranjo não deixa clara as interfaces existentes e como elas estão interligadas.
2. **Sobrecarga da Equipe:** A equipe que compõe a UCP também divide as suas funções relacionadas ao PROFISCO com as atividades que desempenham do seu cargo de origem na Secretaria.
3. **Acúmulo de Funções:** Com a equipe sobrecarregada nas atividades dos seus respectivos cargos de origem, as ações relacionadas à carteira de projetos, desde a gestão até a operação, ficam em segundo plano e terminam sendo executadas apenas quando suas demandas são mais urgentes. Isso é prejudicial, principalmente no que tange à importância de haver consistência dentro da execução do programa.
4. **Falta de Senso de Pertencimento:** Os atuais líderes de produto têm dificuldade de se enxergar dentro da posição de liderança das ações pelas quais são responsáveis.
5. **Desafio na Execução:** Em determinados casos, as atividades demandadas pelo pelos projetos em execução, por não serem relacionadas às expertises das lideranças alocadas, geram insegurança e desmotivação por parte da equipe responsável pela entrega.

Por essa razão, a equipe da coordenação do PROFISCO está estudando para os próximos meses a viabilidade de um novo formato de gestão dos projetos que não concorram diretamente com as atividades de rotina das lideranças do projeto e não representam novos entraves à execução física e financeira dos projetos.

F. MUDANÇA DE GESTÃO

Por fim, o governo do estado de Pernambuco enfrenta o período de transição de gestão ao término do ano de 2022, demandando a necessidade de desacelerar a execução e as grandes decisões, possibilitando o alinhamento dos eventos com o momento da transição

de governo, focalizando esforços para apresentações dos avanços já realizados, principais pendências e aspectos mais relevantes do programa, de forma também que o governo futuro possa definir novas prioridades, conforme sua estratégia de gestão.

4. Sobre o remanejamento de recursos entre os componentes e sugestão de novos projetos

O ganho ocasionado pela variação cambial e com a economia de recursos, principalmente nos componentes 02 e 03 servirão para endereçar novos projetos, sendo possível fortalecer pilares que, na ocasião da assinatura do PROFISCO II eram menos relevantes que no momento atual, como a transformação digital e a governança corporativa. Adicionalmente, devido a uma necessidade de maior aporte de recursos para o Componente 01, sugere-se um remanejamento de valores, que atualmente estão alocados no Componente 03.

Conforme exemplificado anteriormente nesta solicitação, o ganho obtido com a variação cambial foi de R\$ 87.912.000,00. O componente 03 obteve uma economia importante em relação ao valor previsto com o projeto da folha de pagamento. O processo de pesquisa de mercado e preparação do orçamento foi feito de forma consistente, com consultas públicas e workshops, envolvendo diversas referências do mercado objeto do projeto. Mesmo assim, houve substancial economia no processo de licitação e variação cambial. O projeto da folha foi orçado originalmente em US\$9,7 milhões, equivalentes a R\$30,3 milhões, ao câmbio então vigente, de 3,12. Considerando a conversão ao câmbio atual (5,25 em 05/12/2022), o valor orçado representa R\$50,9 milhões. O contrato, após a disputa licitatória, importou em R\$29 milhões, representando uma diferença de R\$21,9 milhões, equivalentes a US\$4,2 milhões ao câmbio atual. Dessa diferença, US\$2 milhões serão remanejados ao Componente 01, a fim de atender às novas demandas da SEFAZ.

No componente 02, o projeto de registro de passagens teve economia de R\$9,5 milhões em relação ao desenho originalmente previsto. Esse valor deverá ser realocado para novos projetos da Coordenação Tributária.

Com o objetivo de garantir a precisão de execução de cada componente, estamos propondo remanejar o valor de US\$ 495.000,00, do componente 3 e US\$ 245.000,00, de 2. Gestão

do projeto - 2.2 Auditoria para compor o valor de US\$ 740.000,00 de 3.Custos Indiretos - 3.1 Imprevistos.

Outras mudanças de menor impacto financeiro são listadas a seguir:

- **Subproduto 1.1.2**, destaca-se o aumento na quantidade de processos já mapeados e a serem mapeados, indicando uma necessidade de maior investimento, com a contratação da Central IT, para realização da automação dos processos, não prevista no escopo inicial.
- No **produto 2.3**, destaca-se a contratação do SRP, do **subproduto 2.3.1**, com valores substancialmente inferiores aos inicialmente orçados. Além disso, com a retirada de projetos desse subproduto, por terem sido considerados tecnicamente inviáveis, após os contatos iniciais com os possíveis fornecedores, detectou-se a necessidade de remanejamento de recursos para novos projetos, recém adicionados ao subproduto.
- No **produto 2.4** houve a execução de R\$ 6,4 milhões, de aproximadamente R\$ 16 milhões orçados. Destaca-se a execução da Régua de Cobrança, já oferecendo resultados práticos à SEFAZ.
- O **subproduto 2.5.2** mudou a ênfase de segurança orgânica para segurança institucional, passando a atender aspectos mais abrangentes da segurança, abarcando a segurança física e a adequação de ambientes da SEFAZ.
- O **subproduto 2.6.1** trata do atendimento aos contribuintes. Esse subproduto foi fortemente impactado pela pandemia, pois o atendimento passou a ser feito por meio dos canais digitais, que receberam investimentos antes não previstos.

Diante do exposto, as modificações sugeridas entre os componentes resultarão nos valores apresentados a seguir:

Composição atual:

Categorias	Banco	Contrapartida	Total	%
1. Custos diretos	36.440.000,00	7.400.000	43.840.000	98,7

1.1 Componente I: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	10.970.000,00	0	10.970.000	24,7
1.2 Componente II: Administração Tributária e Contencioso Fiscal	8.810.000	7.400.000	16.210.000	36,5
1.3 Componente III: Administração Financeira e Gasto Público	16.660.000	0	16.660.000	37,5
2. Gestão do projeto	560.000	0	560.000	1,3
2.1 Monitoramento e avaliação	260.000	0	260.000	0,6
2.2 Auditoria	300.000	0	300.000	0,7
Total	37.000.000	7.400.000	44.400.000	100
%	83	17	100	

Tabela 3 – composição atual por componente

Composição proposta:

Categorias	Banco	Contrapartida	Total	%
1. Custos diretos	35.945.000	7.400.000	43.345.000	97,6
1.1 Componente I: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	12.970.000 ¹	2.220.000 ⁵	15.190.000	34,2
1.2 Componente II: Administração Tributária e Contencioso Fiscal	8.810.000	3.700.000 ⁶	12.510.000	28,2
1.3 Componente III: Administração Financeira e Gasto Público	14.165.000 ²	1.480.000 ⁷	15.645.000	35,2
2. Gestão do projeto	315.000	0	315.000	0,7

2.1 Monitoramento e avaliação	260.000	0	260.000	0,6
2.2 Auditoria	55.000 ³	0	55.000	0,1
3. Custos indiretos	740.000	0	740.000	1,7
3.1 Imprevistos	740.000 ⁴	0	740.000	1,7
Total	37.000.000	7.400.000	44.400.000	100
%	83	17	100	

Tabela 4 – composição proposta por componente

- 1 - Recebe 2.000.000 do componente III
- 2 - Cede 2.000.000 para o componente I e 495.000 para imprevistos.
- 3 - Cede 245.000 para imprevistos.
- 4 - Recebe 245.000 de Auditoria e 495.999 de componente III.
- 5 - Recebe 2.220.000 do componente II.
- 6 - Cede 2.220.000 para componente I e 1.480.000 para o componente III.
- 7 - Recebe 1.480.000 do componente II.

Com os remanejamentos sugeridos é possível vislumbrar a execução de novos projetos, conforme especificado nos quadros seguintes. Essas proposições foram consolidadas e associadas a produtos existentes no PROFISCO II e também já incorporadas ao PEP/POA enviado ao BID em 30/11, por exigência contratual.

4.1. Indicações da Coordenação da Administração Tributária Estadual – CAT

PRODUTO	NOVO PROJETO OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA MAPEADA
2.2	Evolução no Sistema de Notificação Automática GNA:
	<ul style="list-style-type: none"> • Automação do cronograma do ICMS, IPVA e Simples Nacional. • Automação de Autos de Infração em lotes para impostos e multas.
2.2	Contratação de consultoria para aceleração e implantação do novo modelo de lançamento do ICMS antecipado.
2.3	Manual do e-Fisco:
	<ul style="list-style-type: none"> • Por vídeo, de forma didática para os usuários internos e externos, para que esses possam identificar, compreender e resolver possíveis dúvidas acerca da utilização das funcionalidades do sistema. Este manual deve ser capaz de traduzir a linguagem específica de uma aplicação para uma linguagem simples e compreensível para todos.
2.3	Melhoria e Atualização dos Sistemas de Monitoramento e Controle da Produção e Comercialização de Águas Minerais e Adicionadas de Sais Acondicionadas Embalagens Retornáveis e Descartáveis.
2.3	Evoluções nos Sistema de Malha Fiscal:
	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um documento específico para Ordem de Serviço (em separado da Intimação Fiscal). • Implantação do Projeto Novo Modelo COFIMP adequado à legislação. • Implantação do Módulo de Assessoria do Sistema de Ação Fiscal: Gerenciar Novos Fatos.
2.3	Evoluções nos Sistema GIV de Controle do IPVA:
	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação e reorganização da base de dados da SEFAZ do veículo/proprietário. • Sistema GPF passar a usar a placa do GIV ao invés do PRT. • Possibilitar receber e apropriar pagamento IPVA via PIX. • Prover com infraestrutura de qualidade a comunicação dos sistemas com o DETRAN, hoje feito log FISEPE e RVS. • Notificação de veículos leiloados (notificar proprietário anterior ao leilão, a partir de 2019).
2.4	Evoluções nos Sistema da Régua de Cobrança.
2.4	Construção de uma solução de Automação da Extração de Processos Repetitivos - Cofimp (Comunicação Fiscal ao Ministério Público). Implantado e Integrado com o sistema do MPPE.
2.5	Evoluções nos Sistemas de Malha Fiscal:
	<ul style="list-style-type: none"> • Atender às seguintes necessidades: de leitura de dados do SEF e SPED, inclusão do NFCe e CTe no cômputo das irregularidades de compras acima do limite para contribuintes MEI e Simples Nacional e para o contribuinte em regime especial.
2.5	Evoluções nos Sistemas de Malha Fiscal de Cartão de Crédito:
	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir a Incorporação dos arquivos na versão atual e futuras que são enviados pelas instituições de meio de pagamento permitindo também a Construção de consultas pelo DW e AFS.
2.6	Estimativa de Preços de Imóveis Urbanos nos Municípios de PE:
	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de Empresa para Cálculo - TABELA FIP já adotado em São Paulo, Santa Catarina e Maranhão.

Tabela 5 – indicação de novos projetos - CAT

4.2 Indicações da Coordenação do Controle do Tesouro Estadual - CTE

PRODUTO	NOVO PROJETO OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA MAPEADA
3.1	<p>Automação Operacional da Restituição de Tributos - Etapa Financeira:</p> <ul style="list-style-type: none"> O sistema deverá capturar os dados (<i>input</i> manual e/ou <i>upload</i> de dados) necessários e gerar as PDs a serem pagas aos credores de processos de restituição. No futuro as informações deverão vir todas da área tributária (quem defere os processos) de forma automática e a etapa financeira do processo estará toda preparada para pagamento ao credor de forma automatizada.
3.1	<p>Gestão Integrada dos Tetos de Gastos com as Unidades Gestoras Coordenadoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> Aquisição de computadores compatíveis com as ferramentas utilizadas. Aquisição de licenças em Power BI. Capacitação dos servidores efetivos.
3.3	<p>Melhorias no Sistema da Folha de Pagamento.</p>
3.5	<p>Sistema de Governança de Aquisições e Força de Trabalho de TIC (Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI):</p> <ul style="list-style-type: none"> Módulo de Gestão do Plano de Contratação de TI. Módulo de Gestão da Força de TI. Módulo de Administração do Sistema.

Tabela 6 – indicação de novos projetos - CTE

4.3 Oportunidades Identificadas a partir da Prospecção de Projetos de Referência de outras Secretarias de Fazenda

O quadro a seguir apresenta um conjunto de projetos já realizados ou vislumbrados por outras secretarias de fazenda e que poderiam ser utilizados como inspiração para novas iniciativas da SEFAZ PE utilizando recursos do PROFISCO. Esta prospecção de oportunidades foi realizada a partir da análise de materiais de referência, apresentações realizadas nos grupos técnicos do ENCAT, nas reuniões da COGEF e em entrevistas de benchmarking.

Projeto de Referência	Motivação	Referência da Prospecção
Implantação do Programa de Conformidade Tributária	Embora a SEFAZ PE já tenha um instrumento de autorregularização (Termo de Acompanhamento de Regularização - TAR), ainda existe espaço para o aprofundamento dos processos de autorregularização "incentivada" e de melhoria da relação fisco-contribuinte com foco na valorização e simplificação dos procedimentos para os bons contribuintes através de um programa de conformidade estruturado	Programas de Referência: - Pai d'égua do Estado do Ceará, - Contribuinte Arretado da SEFAZ AL, - Nos Conformes da SEFAZ SP. - Literatura OCDEs
Desenvolvimento dos Indicadores Contábeis	Empresas grandes e médias se valem de estruturas tributárias complexas que não ficam claras apenas com a análise da Escrituração Fiscal Digital. Com a utilização da Escrituração Contábil Digital (ECD) é possível capturar uma maior gama de comportamentos dos contribuintes e, consequentemente, um planejamento da fiscalização mais efetivo.	Trabalhos do GT AUDITORIA FISCO-CONTÁBIL. Apresentação ENCAT-70. Indicadores implementados no AE (Auditor Eletrônico), gerido pela SEF/MG.
Painel do Contribuinte	Atualmente as informações relacionadas com um determinado contribuinte estão fragmentadas entre os diversos sistemas do e-Fisco (GAF, GCC e outros). A implantação de um painel do contribuinte poderia concentrar em uma única plataforma ou ambiente integrado de consulta, as principais informações fazendárias mineradas durante a execução das atividades de: cobrança, fiscalização, monitoramento, atendimento, entre outros. Além disso, essa solução também poderia ser disponibilizada aos próprios contribuintes para avaliar aspectos de não conformidade.	Plataforma Big Data e ciência de dados para a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Projeto PROFISCO)
Modelo de Planejamento da Fiscalização Baseado em Riscos	Desde 2002 com a implementação do projeto REMAF, o processo de planejamento da fiscalização continua sendo realizado da mesma forma. Com o advento de plataformas de processamento de dados, uma maior gama de bases de dados disponíveis e um menor contingente de auditores disponível para executar essas ações fiscais: faz-se necessário repensar o modelo de planejamento à luz dessas limitações, de forma a maximizar o retorno para a Administração Tributária.	Compliance Risk Management: Audit Case Selection Systems (OECD). Modelo de Fiscalização Centralizado SEFAZ/CE.
Inclusão de novos documentos fiscais nos indicadores do planejamento da fiscalização	Com a adição e popularização dos documentos fiscais e o aumento do número de contribuintes em regimes específicos, faz-se necessário evoluir com os indicadores fiscais existentes de forma a contemplar na integralidade documentos como: NF3e, NFCe, CFe, BPe, CTe e declarações específicas, como PGDAS e EFD-OIE, por exemplo.	Compliance Risk Management: Audit Case Selection Systems (OECD). Modelo de Fiscalização Centralizado SEFAZ/CE.

<p>Avaliação do perfil de autuações com foco no aperfeiçoamento do planejamento</p>	<p>Com a aquisição de uma plataforma de big data dedicada, é possível realizar um estudo de causalidade entre os indicadores utilizados para o planejamento da ação e os retornos obtidos com a execução delas. Os insights obtidos neste estudo servem de base para reestruturações internas e para revisões em processos fazendários específicos como: monitoramento de contribuintes, fiscalizações, diligências, entre outros.</p>	<p>SIAF – SEFAZ/BA</p> <p>Compliance Risk Management: Audit Case Selection Systems (OECD).</p>
<p>Cockpit do planejamento fiscal com uso das informações do big data</p>	<p>As gerências de segmento são responsáveis, individualmente, pelo planejamento e proposição de ações fiscais para contribuintes específicos. Por conta dessa característica descentralizada de planejamento, não há de forma natural uma ferramenta de gestão que consolide os resultados do planejamento e proposição, tampouco os resultados da execução (retorno da ação fiscal).</p>	<p>Plataforma Big Data e ciência de dados para a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Projeto PROFISCO)</p> <p>SIAF – SEFAZ/BA – Apresentado no ENCAT 71</p>
<p>Classificação do risco das cargas entrantes no Estado</p>	<p>Pernambuco vem investindo em um conjunto de infraestruturas de monitoramento das fronteiras (câmeras e balanças dinâmicas), mas para dar efetividade ao uso dessas tecnologias é preciso integrá-las, via dados, aos processos fazendários. A classificação de cargas é uma das formas de se consolidar as expectativas e regras negociadas num conceito simples de ser utilizado durante o monitoramento de fronteiras e/ou fiscalizações presenciais em cargas.</p>	<p>Fiscalização de Trânsito – Prova de conceito visando à automação e otimização de processos de fiscalização, gestão de risco das operações e combate às fraudes tributárias, com o emprego de métodos e conceitos de ciência de dados. ENCAT-70. PoC-Automação do controle de veículos na Fiscalização de Mercadorias em Trânsito. (Free Flow) SEFAZ/MS. – ENCAT 70.</p>
<p>Diligência Virtual</p>	<p>Capacidade de processamento de dados avançada com o Big Data e diminuição da capacidade de realizar diligências in loco. É possível utilizar fontes de dados diversas para realizar uma pré-diligência de forma integralmente automática (batimento de endereços múltiplos, informações de convênio 115/NF3e, qualificações cadastrais, entre outros). A diligência virtual seria uma forma de eliminar diligências presenciais que poderiam ter sido implementadas, com o mesmo nível de segurança, de forma digital.</p>	<p>Plataforma Big Data e ciência de dados para a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Projeto PROFISCO)</p>
<p>Pré-processamento das informações da EFD com foco nas regras de acatamento dos documentos</p>	<p>Capacidade de processamento de dados avançada com o Big Data e diminuição da capacidade de fiscalização de contribuintes individualmente. A instituição de um pré-processamento das obrigações acessórias mensais, incluindo regras de validação que possibilitem que a fiscalização foque em casos mais complexos.</p>	<p>SEFAZ/PI – Malhas Fiscais e Regras de pós validação EFD</p>

Tabela 7 – indicação de outras oportunidades de projeto

Da necessidade de ampliação do prazo de 05 anos de execução do PROFISCO II

Em virtude do ganho obtido com a variação cambial, dos atrasos e também da economia do projeto de folha de pagamento, dos impactos da pandemia do COVID-19 na execução dos projetos, especialmente na fábrica de software para desenvolvimento de sistemas fazendários e na capacitação de servidores, a necessidade de um novo arranjo institucional que proporcione um modelo de gestão de projetos mais fluido e menos conflituoso com as atividades da rotina da SEFAZ, o atraso na contratação do projeto de automação, o cuidado com os trâmites da transição de governo e as oportunidades de novos projetos reforçando os pilares da transformação digital e da governança corporativa, apesar dos grandes avanços e conquistas apresentadas, a projeção da curva da execução financeira do PROFISCO II indica fortemente que não será possível cumprir o cronograma de desembolso previsto dentro dos 60 meses de execução estimados, pelas razões descritas e explicadas nos itens listados neste documento e resumidas neste parágrafo, culminando na necessidade de dilatação do prazo inicial para execução do programa e no remanejamento de recurso entre componentes, a fim de que o êxito necessário e esperado para o Profisco II seja atingido.

Diante de todo o exposto, solicitamos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento o acatamento das proposições elencadas neste documento, prorrogando o prazo de término do contrato do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – PROFISCO II - PE - 4554/OC-BR em 18 meses, de modo que sua vigência seja repactuada para a data 30/03/2026 e remanejando os valores entre componentes conforme apresentado.

Sendo estas as considerações para o momento, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento ao tempo em que renovamos os votos de estima e consideração.

SECRETÁRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
R. do Imperador Pedro II, S/N
Santo Antônio, Recife – PE
50040-000

Esta publicação é resultado do trabalho desenvolvido pela Coordenação do PROFISCO na Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, juntamente com todos os servidores responsáveis por projetos viabilizados pelo programa.



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DA FAZENDA DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO DO PROFISCO



GOVERNO DE PERNAMBUCO